

Piauípsilon

UM PROJETO GEOPOLÍTICO EXCLUDENTE

Vitor de Athayde Couto



PiauÍpsilon

UM PROJETO GEOPOLÍTICO EXCLUDENTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitora

Reitor

Dora Leal Rosa

Luiz de Sousa Santos Junior

Vice Reitor

Vice Reitor

Francisco José Gomes Mesquita

Edwar de Alencar Castelo Branco



EDUFBA

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Brum Novaes

Ângelo Szaniecki Perret Serpa

Antônio Fernando Guerreiro de Freitas

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Piauípsilon

UM PROJETO GEOPOLÍTICO EXCLUDENTE

Vitor de Athayde Couto

EDUFBA
Salvador, 2011

©2011, by Vitor de Athayde Couto
Direitos de edição cedidos à EDUFBA.
Feito o depósito legal.

Capa e Projeto Gráfico
Angela Garcia Rosa

Revisão
Cida Ferraz

Couto, Vitor de Athayde.

Piauípsilon : um projeto geopolítico excludente / Vitor de Athayde Couto. –
Salvador : EDUFBA, 2011.

262 p. : il.

ISBN: 9788523208219

1. Desenvolvimento econômico – Aspectos sociais – Parnaíba (PI). 2.
Desenvolvimento social – Parnaíba (PI). 3. Parnaíba (PI) – Condições
econômicas. I. Título.

CDD 338.98122 – 22. ed.

EDUFBA
Rua Barão de Jeremoabo, s/n,
Campus de Ondina,
40170-115 Salvador-Ba Brasil
Tel/fax: (71)3283-6160/3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

*À memória do arquiteto e cidadão parnaibano
Francisco de Assis Couto dos Reis (Assis Reis).
Ele nos ensinou que, além da geopolítica,
o espaço tem uma dimensão estética,
reveladora do desenvolvimento,
do bem-estar e da felicidade.*

*Abacateiro, acataremos teu ato,
Nós também somos do mato, como o pato e o leão...
Enquanto o tempo não trouxer teu abacate
Amanhecerá tomate e anoitecerá mamão.
Abacateiro, sabes ao que estou me referindo,
Porque todo tamarindo tem
O seu gosto azedo cedo, antes que o janeiro
Doce manga venha ser também.*

(Gilberto Gil, Refazenda)

... SUMÁRIO ...

APRESENTAÇÃO ...	11
MESA-REDONDA ...	21
PERGUNTAS E COMENTÁRIOS DOS ACADÊMICOS ...	97
ENTREVISTA-DEBATE ... com Florentino Alves Veras Neto	131
ENTREVISTA-DEBATE ... com Merval Neres dos Santos Filho	157
APÊNDICE I ... Entrevista de Vitor de Athayde Couto ao <i>Informe Econômico</i>	185
APÊNDICE II ... Projetos de extensão universitária no âmbito do convênio UFBA-UFPI	197
APÊNDICE III ... Agriculturas e agricultores familiares	229
ANEXO I ... Fac-símile da reportagem do Jornal do Brasil de 17/12/1972	243
ANEXO II ... Parnaíba: Indicadores socioeconômicos	249

... APRESENTAÇÃO ...

Este livro é mais um dos resultados produzidos no âmbito do convênio de cooperação técnico-científica entre a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal do Piauí (UFPI). Celebrado em 2009, o convênio previa, entre os diversos projetos de pesquisa e extensão universitária, uma mesa-redonda, com a participação ativa dos estudantes do curso de graduação em Ciências Econômicas da UFPI, que integram a Empresa Júnior de Economia (PASSEC-JR).

Com grata surpresa pude constatar que uma Empresa Júnior, ao contrário do que eu conhecia, não trata apenas de assessorias a micro e pequenos empresários. Mais do que isso, as principais atividades dos seus integrantes – que estudam no campus da UFPI, em Parnaíba – têm-se desenvolvido em torno dos grandes problemas macroeconômicos e macrosociais, particularmente dos municípios que integram as regiões nordeste do Maranhão, norte do Piauí e noroeste do Ceará. É desses municípios que provém a maior parte dos estudantes que dirigem e frequentam a PASSEC-JR. Como exemplos das suas atividades, destacam-se: a realização anual dos Simpósios de Economia do Litoral Piauiense, e os cursos anuais que apoiam o acesso ao ensino superior de estudantes carentes, egressos de estabelecimentos públicos de ensino fundamental. Os cursos têm o honroso nome do grande jurista piauiense Evandro Lins e Silva.

Foi durante as reuniões de organização do II Simpósio de Economia do Litoral Piauiense que idealizei este livro. Inicialmente eu previ apenas a transcrição das fitas que seriam gravadas durante a realização de uma mesa-redonda. Para que não se tornasse mais uma dessas mesas uniclassistas, com discurso único, optei por incluir no debate os mais diversos setores (públicos e privados),

com representantes não só de Parnaíba, mas também de outros municípios que integram o espaço litorâneo. Na mesa-redonda e nas entrevistas que se seguiram estão representados professores e estudantes, governo, empresários, trabalhadores, além de organizações sociais, como igrejas e representações populares.

Segundo princípios da Ciência Política, podem-se considerar aqui representados o **Estado**, o **mercado**, o **terceiro setor** e o **mundo acadêmico**. Esta é provavelmente a principal inovação que se pode observar num ambiente em que as pessoas raramente se reúnem para discutir problemas, a partir dos mais variados interesses ou pontos de vista, com um importante detalhe: não se trata aqui de uma convocação oficial de representações sociais ou políticas para aderirem a nenhum projeto previamente delineado. Já vi casos em que esse tipo de projeto é arbitrariamente imposto, sob pressão de prazos curtíssimos. Tecnocratas do tipo “cobra criada” têm essa manha, ou seja, marcam reuniões de última hora, com atas previamente redigidas, para que os participantes decidam o que já está decidido. Em Ciência Política, isso se chama “participação por adesão”, não raro com o objetivo pouco explicado de apenas referendar propostas e projetos feitos em gabinetes, tanto públicos quanto privados. Esse é também um risco que pode nortear as tão bem intencionadas audiências públicas, muitas delas malsucedidas, do ponto de vista dos seus resultados práticos.

Na mesa-redonda, os participantes puderam falar com total liberdade, sem a obrigação de seguir roteiros previamente elaborados. Democraticamente, cada participante externou seu ponto de vista, não só para defender os interesses dos seus diferentes representados ou correligionários, mas, sobretudo, para se manifestar como cidadão. No final, as transcrições das fitas (trabalho exaustivo executado com apoio da PASSEC-JR) foram devidamente revisadas para esta publicação, e autorizadas pelos autores de cada fala.

O critério de escolha dos convidados partiu, principalmente, dos contatos e das relações sociais estabelecidas durante a execução dos projetos de extensão universitária, programados no convênio UFBA-UFPI, com a participação dos representantes das diversas comunidades contempladas. Assim, para representar o chamado **terceiro setor** da sociedade (regido pelo princípio da solidariedade e do trabalho voluntário), foi escolhida a comunidade Vazantinha, situada na Ilha Grande de Santa Isabel, por ter apresentado os melhores resultados durante a realização da maior parte dos trabalhos de capacitação previstos no convênio. Esses resultados podem ser verificados no Apêndice II .

Os projetos de pesquisa e extensão tiveram apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da sua Secretaria Nacional de Agricultura Familiar, e Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A Sra. Maria Antônia de Oliveira dos Santos, presidente da Associação dos Moradores e Artesões da Comunidade Vazantinha, foi convidada para representar as associações comunitárias e a economia solidária. Ainda no terceiro setor, foram convidados o Padre Antonio de Oliveira Soares e a Sra. Nilda Leitão. O primeiro, pela sua participação ativa na Campanha da Fraternidade 2010, cujo lema é “Economia e Vida”. A Sra. Nilda Leitão, pelo seu trabalho na elaboração, execução e acompanhamento de vários projetos sociais junto a comunidades carentes nos municípios do norte do Piauí, com apoio da **Cáritas, Diocese de Parnaíba**. A escolha da Igreja Católica, como representante das igrejas em geral, deve-se ao período mais longo de tempo em que vem executando ações sociais, de maneira regular e sistemática. O contato inicial com esta Igreja ocorreu em 2002, por intermédio do Padre Vittorio Ferrari, durante uma pesquisa exploratória para elaboração de projeto de extensão universitária, que teve a participação de professores e estudantes da UFBA, além de técnicos repre-

sentantes das Organizações Não Governamentais (ONGs) *Pangea* (baiana) e *Cospe* (italiana).

Na interface do terceiro setor com o Estado e o mercado, o Dr. Laércio Nascimento, que é Advogado Trabalhista, representa diversas categorias sindicais de trabalhadores.

Para representar o **Estado** (ou setor público, regido pelo princípio do poder político), o procedimento mais lógico foi procurar a Prefeitura Municipal de Parnaíba, cidade-sede do evento e do campus da UFPI. O vice-prefeito, Florentino Alves Veras Neto, que também é professor e pesquisador, esteve presente no simpósio promovido pela PASSEC-JR. Na impossibilidade de sua participação na mesa-redonda, por motivo de viagem à capital do Estado, o vice-prefeito indicou o Dr. Carlos Teles, na qualidade de Secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Prefeitura, que assegurou o nível desejado para o debate. Todavia, ainda pelo setor público, o Prof. Florentino foi entrevistado em outra oportunidade. A íntegra da sua entrevista (que acabou virando debate, uma vez que fluíram temas bastante polêmicos e por isso mesmo enriquecedores) encontra-se disponível logo após as perguntas e debates gravados durante a realização da mesa-redonda.

Para representar o **mercado** (regido pelos princípios da concorrência e do lucro), foram convidados um pequeno e um grande empresário. Infelizmente, nenhum dos dois pôde comparecer, devido a compromissos de última hora. Todavia, como pôde ser observado no decorrer do debate na mesa-redonda, três participantes conseguiram assumir, suprimindo satisfatoriamente o ponto de vista do mercado, graças à sua experiência anterior. O Primeiro, Dr. Carlos Teles, porque já havia trabalhado numa grande empresa. A segunda, Sra. Maria Antônia de Oliveira dos Santos, pela sua atuação no comércio de produtos artesanais, particularmente a Loja Mandu Ladino, a cargo da associação que preside. Embora de porte pequeno, a loja funciona como uma firma-rede, integran-

do dezenas de artesãos de vários municípios da região do Delta do Parnaíba. Além disso, Maria Antônia teve participação ativa no Conselho de Economia Solidária, que integra vários projetos de negócios da chamada economia dos setores populares. O terceiro participante a dar sua contribuição foi o Prof. José Djalma de Lacerda, pela sua experiência na Cooperativa Delta, organização vinculada ao mercado de leite e derivados, que pode ser considerada de porte médio. O convite ao Prof. Djalma justifica-se pela sua participação ativa na concepção, elaboração e execução dos projetos que foram objeto da primeira parceria UFBA-UFPI, que precedeu (e estimulou) o convênio.

Em meio aos debates da mesa-redonda surgiu, aprovada por unanimidade, a proposta para se entrevistar um empresário, tendo sido indicado o Sr. Merval Neres dos Santos Filho, produtor de leite e derivados, da marca “Longá”, e proprietário das primeiras fazendas do Estado do Piauí a receber o Certificado de Propriedade Livre da Brucelose e da Tuberculose. A íntegra da sua entrevista encontra-se logo após o texto da entrevista do Prof. Florentino.

Como representantes do **mundo acadêmico** (regido pelos princípios do conhecimento científico), além dos professores que participaram da mesa-redonda e de entrevistas, foram convidados, para a abertura dos trabalhos: o Diretor do Campus da UFPI-CMRV, de Parnaíba, Prof. José Duarte Baluz; o Chefe do Departamento de Economia, Prof. Ariosto de Oliveira Lima; o Coordenador do Curso de Ciências Econômicas, Prof. Antonio Laécio Melo de Freitas; e os estudantes que integram a Diretoria e Conselho da PASSEC-JR: André Francisco de Albuquerque Rodrigues, Andréa Cristina de Araújo Dionísio, Karinny Silva Rodrigues, Karoline Galeno dos Santos e Pauline Lima Teles.

Vale lembrar que, tanto a diretoria e órgãos colegiados, demais professores de Economia e de outras áreas, funcionários, cantina, biblioteca, quanto a PASSEC-JR, deram total apoio ao

convênio UFBA-UFPI, tornando não só possível, mas sobretudo agradável, a execução das atividades. É justo registrar que o convênio não teria existido, não fosse a decisiva ajuda prestada pela Professora Maria Helena Cortez, então Coordenadora Administrativo-Financeira do Campus UFPI-CMRV, de Parnaíba, durante a negociação entre as duas Universidades.

Os demais estudantes que participaram da mesa-redonda foram escolhidos dentre aqueles que demonstraram maior interesse e apresentaram melhor desempenho durante os cursos de extensão que fazem parte do convênio: Geovânia de Oliveira Galeno, Geógrafa e acadêmica de Agronomia. Natália Britto e Natasha Grazieli Torres de Abreu, acadêmicas de Economia. Sara Maria de Araújo Santos, acadêmica de Turismo.

A divulgação e a inscrição nos cursos foram realizadas pela PASSEC-JR, sempre acolhedora, como concerne a uma instituição pública de ensino superior, a outros estudantes de áreas afins, inclusive da Universidade Estadual do Piauí UESPI – Campus de Parnaíba. A diretora do campus, Professora Rosineide Candeia de Araújo, ajudou bastante na etapa de divulgação das atividades do convênio. Alguns cursos de extensão, como “Agricultura Orgânica” e “Segurança Alimentar e Emprego Agrícola”, com apoio do CNPq, e “Princípios de Agroecologia e Selo Orgânico”, “Análise Econômica de Sistemas de Produção”, e “Desenvolvimento Territorial e Certificação”, com apoio do MDA, tiveram significativa participação dos estudantes de Agronomia daquela Universidade pública.

Apenas um mote sugeriu o pontapé inicial para as apresentações e debates na mesa-redonda. Trata-se de uma entrevista que já havia sido publicada no jornal *Informe Econômico* da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPI, no campus de Teresina. A entrevista, previamente lida pelos participantes da mesa, foi reproduzida no Apêndice I. Fica a sugestão para se começar a leitura do livro por esse apêndice. Assim procedendo, o leitor

estará percorrendo a mesma trajetória dos participantes da mesa. É importante registrar que a matéria do *Informe Econômico* foi coordenada pela economista e jornalista Enoísa Veras, em setembro de 2009, quando fui entrevistado pelo Professor Luiz Carlos Rodrigues Cruz (Puscas), no intervalo de um encontro regional dos estudantes de Economia, para o qual havíamos sido convidados a participar.

A coordenação da mesa-redonda e as demais entrevistas foram conduzidas por mim, a quem cabe toda a responsabilidade pelas eventuais incorreções e falhas na condução dos trabalhos. Aqui cabe, também, uma advertência: as provocações, polêmicas e críticas foram estimuladas, de propósito, como recurso metodológico e epistemológico, para que se produzisse o debate e, dele, emergisse algum conhecimento novo. Por essa razão, não consta neste livro nenhuma seção reservada às referências bibliográficas, cartográficas, nem outras mídias. Constam apenas eventuais notas de esclarecimento, no rodapé de cada página concernente.

As informações mais valiosas e consistentes são originais, por terem emergido diretamente da fala dos representantes convidados, que participaram da mesa-redonda, ou que foram entrevistados. Todavia, a consulta ao apêndice e anexos é imprescindível para a compreensão da crítica ao projeto geopolítico excludente e equivocado, particularmente a leitura da reportagem do *Jornal do Brasil*, de 17 de dezembro de 1972, 1º Caderno, fac-similada no Anexo I. Trata-se de uma verdadeira relíquia, um recorte de jornal que encontrei no gabinete de meu pai, Professor José de Lima Couto. O recorte estava preso a um pequeno papel, onde ele deixou escritas duas palavras-chave: “isolaram Parnaíba”, que logo atraíram a minha atenção. Se foi este o objetivo de alguns tecnocratas alheios aos interesses do Piauí, parabéns, eles conseguiram isolar Parnaíba e região – daí tratar-se de um projeto geopolítico excludente. Mas a história ainda irá julgar os respon-

sáveis pelas consequências danosas da exclusão, principalmente a perda dos empregos de milhares de piauienses, além da renda e arrecadação que acabaram sendo transferidas para os complexos portuário-industrial-exportadores de Fortaleza e São Luis.

No Apêndice III reproduzo um artigo que escrevi para o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia (CODES), do qual sou integrante. O objetivo é mostrar que mesmo as políticas públicas mais bem intencionadas, como é o caso do Pronaf, podem contribuir para o aumento das desigualdades entre os Estados brasileiros, quase sempre em desfavor daqueles da Região Nordeste.

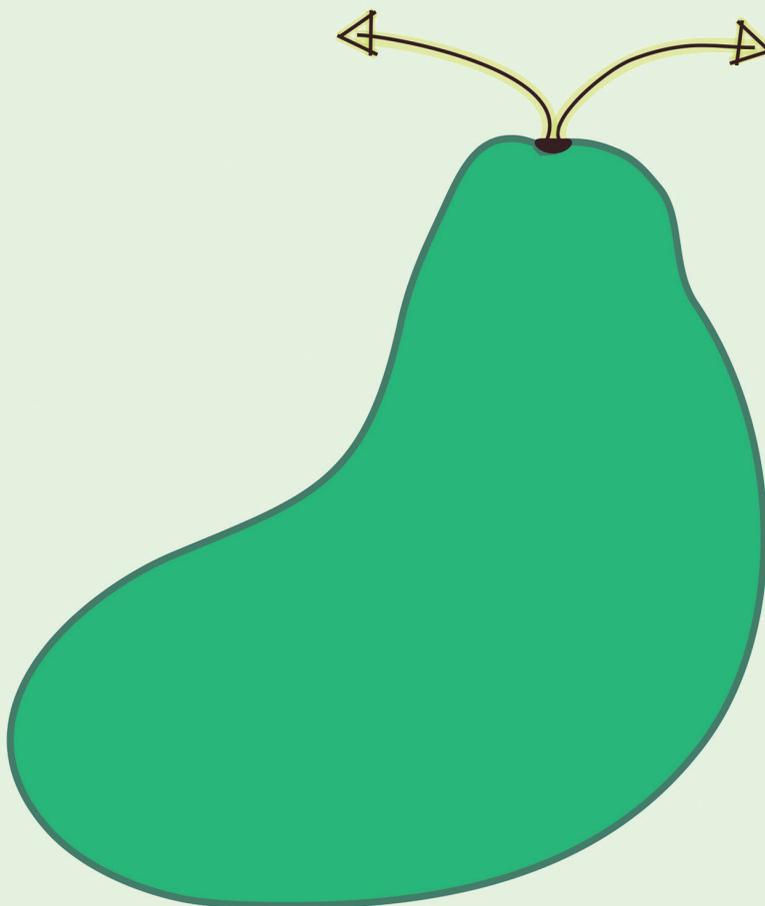
Encontram-se no Anexo II alguns indicadores e sugestões indispensáveis para que se faça um bom diagnóstico socioeconômico da microrregião Litoral Piauiense.

Feito o diagnóstico, o que se propõe aqui, em resumo, é a reintegração geoespacial e geopolítica do território piauiense, que nunca será conseguida sem um robusto acesso multimodal (rodo-hidro-ferroviário) ao seu próprio porto, em Luis Correia. De preferência, aproveitando-se a navegação inteligente, quase de bubuia, por uma autoestrada natural que são “as águas do Parnaíba / rio abaixo, rio arriba”, como canta o hino estadual, que foi solenemente ignorado. Ademais, se a navegabilidade do rio for destruída em favor da geração de energia, aí, sim, teremos mais um “choque” de desemprego. Teremos energia abundante e subsidiada, nos lares piauienses, onde as famílias dos eternos desempregados permanecerão conectadas, 24 horas do dia e da noite, a programas de televisão de qualidade duvidosa, que não trazem nenhuma contribuição para o único indicador capaz de medir, sozinho, o nível de desenvolvimento de um povo: a educação, no sentido totalizante.

Vitor de Athayde Couto

Professor Titular da Universidade Federal da Bahia

“O Piauí era um abacate chupado pelo bico”



... MESA-REDONDA ...

VITOR

Bom dia a todos. Sejam bem-vindos a esta mesa-redonda. Sejam bem-vindos a esta Universidade pública e gratuita – um dos raros espaços onde ainda se podem debater ideias livres. Ideias que transgridem a monótona e repetitiva baliza do discurso oficial do **Estado** brasileiro, enquanto poder político e econômico de um quase capitalismo monopolista de Estado. Ideias que transgridem a realidade do **mercado** capitalista brasileiro, tão fartamente caracterizado como o pires na mão e a busca do lucro sem risco. As suas presenças confirmam o grande interesse pela nossa querida Parnaíba e região – aliás, muito bem representadas aqui, porque vocês são originários de diversos municípios e setores da sociedade, inclusive o **terceiro setor**.

Reunimo-nos para apresentar e debater diferentes pontos de vista. Não vimos falar apenas de Parnaíba. Vimos aqui para tentar identificar algumas das principais questões macroeconômicas e também alguns dos principais problemas de ordem socioeconômica, territorial e geopolítica do Piauí, de Parnaíba, e dos municípios que se relacionam mais estreitamente com a nossa cidade. Em outras palavras, estamos tratando de Parnaíba em toda a sua dimensão geoespacial ou territorial. Entendemos território no seu conceito ampliado, ou seja, no conceito de um projeto político de desenvolvimento. Estamos reunidos para tentar diagnosticar algumas causas desses principais problemas, bem como para esboçar propostas de encaminhamentos e de soluções. É assim que se começa a desenhar um verdadeiro proje-

to de desenvolvimento participativo – ouvindo a sociedade, ouvindo os seus diferentes setores, sem nenhuma discriminação, e sem preconceitos. Portanto, não estamos pretendendo tratar apenas daquele tipo de “desenvolvimento” referido como desenvolvimento econômico ortodoxo – aquele que os economistas do *mainstream* confundem com crescimento e modernização.¹

Desenvolvimento é muito mais que isso. O desenvolvimento é também socioespacial, territorial, além de ser politicamente participativo. Entendemos desenvolvimento territorial, no dizer do geógrafo Bernard Kayser, como um projeto político sobre o espaço apropriado. Isso é bem diferente, não tem nada a ver com as velhas receitas formuladas “de cima para baixo”, por eminências pardas de sucessivos governos pretéritos. Eminências que fatiaram o espaço e a sociedade, e ainda se dizem “grandes planejadores”. Planejadores do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), das inovações tecnológicas, da modernização com exclusão, pode até ser, mas nunca planejadores do desenvolvimento. Aqui, o desenvolvimento, sem adjetivos, é entendido como a busca da qualidade de vida e do bem-estar – cujos resultados não podem ser medidos apenas pela quantidade de bens materiais ou serviços adquiridos no mercado por uma pequena e rica parcela da população. Em uma só palavra, o que estamos propondo é a felicidade, a busca da felicidade – pelo menos como meta, como referência.

Não somos contra o crescimento, nem contra a modernização. Somos contra a forma desigual e excludente do crescimento e da modernização. Muitas pessoas ainda se surpreendem ao observarem que a felicidade diminui à medida que o PIB cresce, gerando desigualdades. Nos Estados

¹ *Mainstream*, caudal principal de um rio ou de uma bacia hidrográfica, é como se denomina a corrente ortodoxa do pensamento econômico, por oposição à chamada corrente heterodoxa.

Unidos, por exemplo, o índice de felicidade vem sendo medido há mais de meio século. Além do *Gallup*, diversos outros institutos e fundações de pesquisa já acumulam séries temporais de indicadores relacionados ao bem-estar social, à saúde social, enfim, à felicidade. Esses indicadores incluem variáveis capazes de medir níveis de saúde, agressões, violência na família, homofobia, relações raciais, relações de gênero, poluição, acidentes de trânsito, morte violenta de jovens, abandono de curso superior, além de muitas outras variáveis. Quando são representadas por curvas, essas séries temporais distanciam-se cada vez mais das curvas de crescimento do PIB. E com impressionante regularidade.²

Tanto nos Estados Unidos quanto no Canadá o índice de saúde social vem decrescendo regularmente desde meados da década de 1970. Coincidência ou não, é nessa mesma década que tem início a desregulamentação financeira e o processo de globalização que lhe corresponde. A queda do índice de saúde social contrapõe-se ao crescimento do PIB per capita. Os anos seguintes revelam significativo aumento da distância entre as curvas.

Em moeda corrente americana, o PIB per capita nos Estados Unidos cresce, regularmente, de US\$ 5 mil, em 1970, para cerca de US\$ 25 mil, em 1993 (dólares americanos correntes). Em contraposição, naquele mesmo período, o índice de saúde social, de base 100, que mede a qualidade de vida naquele país, cai para a metade (de 80 sobre 100, para 40 sobre 100, aproximadamente).

Na moeda canadense, o PIB per capita cresce, ligeiramente oscilante, de C\$ 12,5 mil, em 1970, para cerca de C\$ 20,5 mil, em 1995 (dólares canadenses de 1986). Embora o índice de saúde social tenha aumentado, em apenas dez anos, de 45

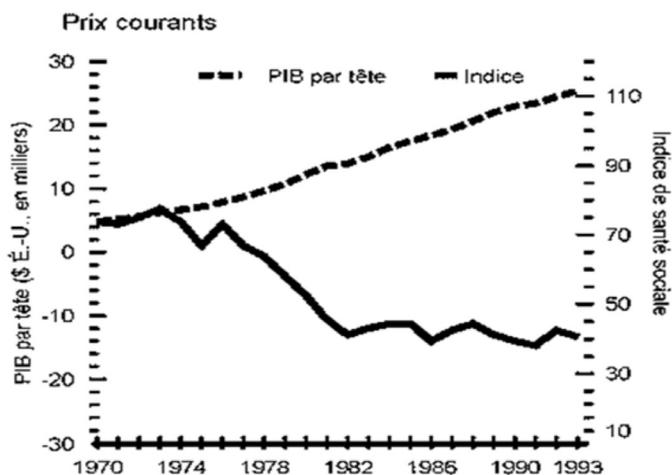
² Ver, por exemplo:

<<http://steadystaterevolution.org/why-do-we-need-a-steady-state-economy/>>.

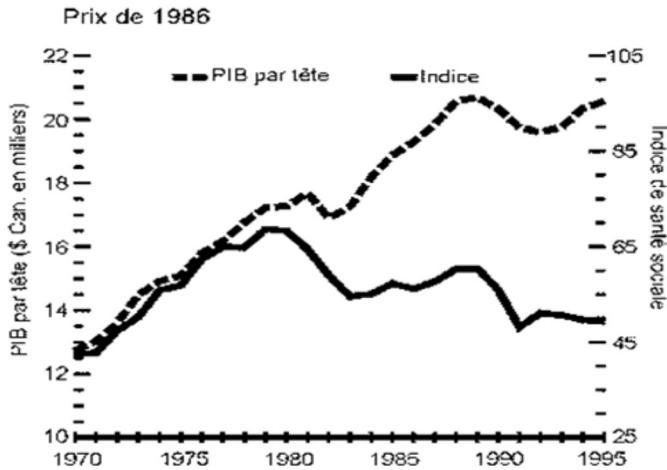
sobre 100, em 1970, para 70 sobre 100, em 1979, observa-se que houve, de 1979 até 1995, significativa perda (20 pontos sobre 100). Em outras palavras, a qualidade de vida dos canadenses cai, de 70 pontos, para 50 pontos sobre 100, em 1995.

De acordo com o conceito de índice de saúde social, que mede a qualidade de vida, podemos verificar que tanto americanos quanto canadenses também tiveram a sua “década perdida”. Atualmente, essa mesma pesquisa vem sendo feita em vários países do planeta, e, com raras exceções, os resultados não são diferentes. O conceito de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é apenas um primeiro passo no rumo da liberdade em relação aos exclusivos indicadores ortodoxos como PIB.

Indice de santé sociale et produit intérieur brut (PIB) par tête, États-Unis



Índice de saúde social e produto interior bruto (PIB) por tête, Canada



Nos gráficos acima podemos observar o comportamento das curvas representativas do índice de saúde social (*Índice de santé sociale*) e do Produto Interno Bruto (*Produit Intérieur Brut*) per capita (*PIB par tête*), calculados com base em preços correntes (*prix courants*), para os Estados Unidos, e em preços de 1986 (*prix de 1986*), para o Canadá.³

Esses dois exemplos estão sendo apresentados apenas para se ter uma ideia do que estamos propondo como desenvolvimento. Esperamos que eles sirvam de referência para um projeto de desenvolvimento sem mais, ou seja, sem adjetivos do tipo desenvolvimento econômico, socioeconômico, sustentável, durável, humano, endógeno... e até mesmo excludente e equivocado – como é o caso do “Piauípsilon”.

Enquanto isso, o que acontecia no Brasil, naquela mesma

³ Disponível em:

<<http://www.hrsdc.gc.ca/fra/sm/ps/dsc/fpcr/publications/bulletins/1997-000006/page03.shtml>>

década? O que acontecia no Piauí? Na década de 1970, a ordem do dia, que emanava da capital federal, era a integração nacional. Pouco a pouco, Brasília tornava-se um grande entroncamento aeroviário, mas principalmente rodoviário, no rastro dos modelos Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Santarém...

Da Capital Federal partiam “retões” para todos os Estados limítrofes de Goiás, inclusive o Piauí. Não se tratava de projetos de governos estaduais, mas de uma estratégia de integração nacional, de segurança, sobretudo militar, a que todos os Estados eram obrigados a aderir, sob o mando de governadores biônicos. Infelizmente, no Piauí, os gestores cometeram um grande erro: a bifurcação, em Teresina, e depois, em Piri-piri, acabou tornando o Estado ainda mais dependente. Os vizinhos Maranhão e Ceará, muito mais progressistas e inovadores, não descuidaram dos seus portos marítimos, nem da logística. A bifurcação ou forquilha fica no vértice da letra ípsilon. Como resultado desta nossa apresentação, o que propomos, no final, é nada menos do que uma nova política geoespacial que substitua o Piauí por uma grafia mais moderna: o Piauí. Em outras palavras, substituir “Y” por “I” significa (apenas simbolicamente) voltar ao leito original do rio Parnaíba.⁴

Analisando os investimentos da União, no Estado do Piauí, o economista Pádua Ramos refere-se, na *web*⁵, às rodovias federais que atravessam o Piauí “como que fugindo dele”. Ao considerar longilíneo o perfil do mapa estadual, imagina uma coluna vertebral capaz de integrar todo o território

⁴ Como já se produziram muitas inovações, não estamos propondo voltar ao velho modelo de navegação. O que propomos é o redesenho do sistema viário predominante, que dê à economia piauiense mais autonomia, **em relação à infraestrutura, e logística mais competitiva** dos Estados vizinhos. Em outras palavras, o Piauí tem direito ao que os outros Estados também têm direito. Mas não basta só o direito. É preciso muito trabalho, vontade e ação política não excludente e menos equivocada. É preciso substituir, por exemplo, o porto eleitoral por um porto aduaneiro.

⁵ Ver *Psicologia do Aboio*, disponível em: <<http://paduaramos.blogspot.com/>>.

rio piauiense, do extremo-norte ao extremo-sul. Considera também que os investimentos federais, por não [serem] piauienses, foram realizados em desarmonia com o perfil geoeconômico do Estado. E conclui, no item 3 do seu instigante artigo, intitulado *Psicologia do Aboio*, que “os grandes investimentos do poder público federal no Piauí só ocorrem quando se dá a conjugação entre, de um lado, o imperativo da realidade geográfica e, de outro, motivações transpiauienses, isto é, das escalas regional ou nacional.” Todavia, podemos considerar também fatores internos, particularmente políticos, a exemplo da reivindicação dos direitos a partir da mobilização das lideranças e de representações dos setores interessados da sociedade – como foi a luta para conseguirmos a extensão da rede elétrica de Boa Esperança até Parnaíba e municípios vizinhos.

Seguindo essa mesma linha de análise, crítica e propositiva, vamos dar prosseguimento à nossa mesa-redonda, observando a ilustração do abacate e do “Grande Ípsilon”. Observem como o Piauí lembra um abacate, não é mesmo? Na ilustração, o fruto do abacateiro representa o mapa do Estado. O deputado José Pinheiro Machado costumava dizer que o Piauí era “um abacate chupado pelo bico.”

Mas em que consiste essa “tese do abacate”? Na falta de registros, recorro à memória e a uma forma de exposição em que se intercalam as primeiras pessoas, do singular e do plural (eu e nós), como recurso metodológico de história oral.

Lembro muito bem que, em 1965, com apenas 17 anos de idade, fui designado por um grupo de ex-alunos do Ginásio Parnaibano para abrir e presidir uma solenidade, no auditório do Serviço Social do Comércio (SESC). O auditório fica ao lado do “Ginásio”. Simplesmente Ginásio – assim era conhecido o atual Colégio Estadual Lima Rebelo. Não existia o SESC Praia, portanto, ninguém precisava especificar SESC

Avenida, como se faz atualmente. Eu e um grupo de colegas de turma do Ginásio, mobilizados em defesa da Parnaíba e região, sabíamos da importância daquela reunião que ia ser realizada no auditório do SESC. Todavia, nenhum de nós podia sequer imaginar a dimensão dos seus resultados, nem o rumo que as coisas acabaram tomando.

Além de algumas lideranças parnaibanas, havíamos convidado o engenheiro Flávio Caracas, grande conhecedor dos problemas energéticos de Parnaíba e região. Foi ele quem primeiro nos inteirou da possibilidade de Parnaíba receber energia da barragem da Boa Esperança, através de um “linhão” (creio ser esse o termo que ele utilizava), partindo de Chaval, se não me engano. O Dr. Flávio Caracas deu-nos um grande apoio, principalmente o “argumento técnico”. Para o mesmo encontro, convidamos também o engenheiro César Cals, então Presidente da Companhia Hidroelétrica da Boa Esperança (COHEBE). Ele tinha que nos ouvir, ouvir os cidadãos de Parnaíba e região, ouvir autoridades, estudantes, políticos, representantes, e, sobretudo, ouvir o argumento técnico. Impossível esquecer, no final da reunião, sob muitos aplausos dos parnaibanos de origem e de coração, César Cals, para minha surpresa, comprometeu-se a estender, até Parnaíba e municípios vizinhos, a energia elétrica de Boa Esperança. Creio que, prevendo a pressão da sociedade organizada, ele já tinha negociado algum acordo e assumiu publicamente o compromisso. Compromisso de papel assinado. Dito, escrito, e assim foi feito.

Além do argumento técnico, foi nessa reunião que conheci a “tese do abacate”. O Dr. Cândido Athayde, que estava sentado ao meu lado, na mesa diretora, cochichou: “Vitor, fique bem atento à fala do Zé Pinheiro, você vai gostar. Ele já apresentou essa tese do abacate no Rotary.” E apontou para o *flip chart* com que o deputado José Pinheiro Macha-

do ilustrou a sua histórica e brilhante palestra. Como o cavalete estava próximo à mesa, pude observar sem dificuldade, e com bastante nitidez, o desenho do fruto, feito com ajuda de um “revolucionário” pincel atômico *Pilot*. Guardei na memória aquela feliz imagem do abacate, de quase meio século, que ora reproduzo, no desenho ligeiramente rascunhado do Arquiteto Régis de Athayde Couto, respeitados os devidos créditos, para ilustrar esta mesa-redonda e o documento que pode vir a ser publicado.

De fato, o mapa do Piauí lembra um abacate. Chupado pelo bico, significa que o Rio Parnaíba e afluentes levavam a nossa riqueza até o litoral, de onde prosseguia para o mercado externo. Praticava-se uma navegação fluvial de bubuia (a jusante). E sem tara, porque, no destino, a balsa de buriti era desmontada e vendida (talos e palhada). Na opinião do grande engenheiro de transportes, Vasco Neto, autor do projeto rodo-ferroviário inter-oceânico, em execução pelo governo brasileiro, esse talvez tenha sido o modo de transporte mais poupador de energia do mundo (tara zero).

O valor da riqueza produzida provinha praticamente do trabalho humano aplicado ao extrativismo de recursos naturais. Não se tratava de um sistema econômico inovador ou socialmente desenvolvido, embora fosse especialmente bem adaptado aos diversos biomas litorâneos (campos de dunas e manguezais), matas de cocais, e cerrados – com baixo impacto ambiental. A exceção recaía sobre o extrativismo de peles de animais silvestres. O gado solto alimentava-se nos gerais e outros campos naturais cobertos de mimoso, sem necessidade de desmatamento do agreste. O sal marinho, naturalmente iodado sob o sol do Equador, era exportado rio acima, sertão adentro. O sal grosso para o gado era extraído de salinas instaladas sobre os apicuns ou terrenos de salgado rarefeitos, portanto, sem grandes desmatamentos de manguezais.

O extrativismo vegetal consistia na coleta de frutos (babaçu, oiticica, castanha-de-caju), além de ramos, palhas e linho (jaborandi, carnaúba, tucum). Essa prática não comprometia a sua reprodução. Havia inteligência no planeta Delta. Nas pilhas de cordas de caranguejos uçá (*Ucides cordatus*), sempre graúdos, vendidos no velho mercado, era quase impossível encontrar-se uma fêmea. Sabedoria nativa, superior à repressão de qualquer burocrata de órgão ambiental, corrompido ou corruptor, com as devidas exceções republicanas.

Mesmo estando integrado e subordinado ao capitalismo pós-colonial, tratava-se, sobretudo, de um sistema extrativista primário, de baixo nível tecnológico e alta densidade em trabalho vivo, segundo o conceito econômico de acumulação primitiva. Apesar de todo o atraso tecnológico e de organização do trabalho (no extrativismo ainda predominavam relações de produção atrasadas), produziam-se várias *commodities* – matérias-primas tornadas mercadorias, integradas ao mercado capitalista internacional, particularmente no mundo ocidental.

As famílias neoburguesas, que enriqueceram em função desse processo de acumulação primitiva, formaram aqui uma espécie de capital original e selvagem. Elas não trouxeram necessariamente capital de acumulação ampliada, muito menos tecnologia de ponta. Tudo não passou de um extrativismo parcialmente esgotador de recursos naturais, intensivo em trabalho vivo, pouco ou nada qualificado. Portanto, não passava de “um abacate chupado pelo bico”, ambientalmente sustentável, com algumas exceções, como era o caso dos couros e peles de animais silvestres. Observam-se algumas inovações tecnológicas, mas apenas do tipo incremental (pequenas invenções e descobertas locais). Não há registro de nenhuma inovação radical ou paradigmática, nem tecnológica, nem organizacional. A riqueza saía pelo

mar, embarcada em Amarração e Tutoia. Os recursos naturais, valorizados pelo trabalho vivo dos caboclos, eram exportados para o resto do mundo.

Esse mundo a que me refiro eram os países industrializados, que transformavam matérias-primas de origem vegetal, animal e mineral, para fazer produtos químicos e mercadorias *tradables* (comercializáveis), de outras indústrias da época. Com maior valor agregado, algumas dessas mercadorias chegavam até a fazer a mesma viagem de volta, sob a forma de bens de consumo pessoal, como sabonetes de óleo vegetal, calçados de couro e tecidos de algodão. Entre as nossas matérias-primas exportadas, predominavam, no conceito de valor bruto da produção: cera de carnaúba, jaborandi, óleo de babaçu, peles e couros, além de outros produtos naturais do Piauí, Ceará, Maranhão, Pará, Goiás... Merece destaque a carne de charque, que também foi carro-chefe de importante ciclo econômico, do tipo ciclo longo. Longe de caracterizar um complexo industrial diversificado e inovador, o processamento local era mínimo, apenas para tornar viável a exportação de algumas *commodities* por meio de uma navegação de baixa velocidade. Assim como no sistema açucareiro colonial da Zona da Mata, em que não era viável exportar cana-de-açúcar *in natura*, tampouco era viável exportar, daqui para a Europa, o peso do bagaço das oleaginosas. Por semelhança ao processamento da cana, o coco babaçu também gera um bagaço. Uma vez prensado, o bagaço de coco transforma-se localmente em ralão – uma excelente ração animal, torta altamente proteica. Quebrado o coco, a qualidade das suas amêndoas internas não resiste ao tempo, experimentando em poucos dias um processo de oxidação. Isso ocorre mais rapidamente com as amêndoas de coco maltiradas, que são feridas no processo da quebra. Ficam “rançosas”, no dizer local.

Para resolver esse problema, as amêndoas têm que ser imediatamente transformadas em outra matéria-prima, o óleo, capaz de suportar muitas semanas de viagem, até chegar às fábricas químicas, de segunda e terceira geração. Essa primeira transformação fazia-se localmente. O negócio era tão rentável que favoreceu o surgimento de uma indústria de óleos vegetais. Todavia, a sua integração não se completava como cadeia produtiva ou complexo industrial devido à forte dependência das exportações de matérias-primas *in natura* ou semiprocessadas, para mercados tradicionais. Mesmo assim, já se encontravam alguns produtos emergentes, originados dessa indústria. Esses produtos já eram formatados e comercializados ao nível do consumidor varejista, e abasteciam o mercado interno. Em Parnaíba e em todos os municípios vizinhos, as quitandas e mercearias revendiam óleos comestíveis, velas, sabões, sabonetes de glicerina, ceras para uso doméstico etc.

Outros bagaços de oleaginosas, a exemplo das tortas de mamona e resíduos de algodão, somavam-se ao ralão para compor uma oferta regular de insumos agrícolas, principalmente de nutrientes orgânicos (ração animal). Essa riquíssima fonte de proteínas, associada à disponibilidade de pastos naturais de sequeiro e também brejeiros, assegurava uma oferta regular de carnes, leite e derivados, além de animais para tração, de baixo custo. Assim estruturou-se um sistema de produção complexo, diversificado e durável. O sistema agrário, por sua vez, organizou-se em combinações de sistemas de produção complexos, próximos do conceito de sistema gado-policultura sazonal, com elevada participação de extrativismo vegetal e animal, inclusive caça e pesca. Nos subsistemas de cultivo, praticava-se o pousio, quando se formavam capoeiras e juquiras nas áreas em processo de recomposição vegetal nativa igualmente provei-

tadas com pastagem de “campos sujos”. Nos subsistemas de criação, praticavam-se a solta e a transumância. Todas essas práticas eram favorecidas pela baixa densidade demográfica – principal explicação para o seu baixo impacto ambiental. No jargão atual, pode-se dizer que se tratava de uma economia de baixo carbono.

Esse modelo inteligente e ambientalmente durável prevaleceu até o dia em que cortaram o bico do abacate. Eis aí uma boa pergunta para o debate: quem cortou o bico do abacate? Sim, o bico do abacate foi cortado. Depois, amoleceram o abacate e o Piauí “virou suco”, que nem o Deraldo do filme⁶. O Piauí-abacate passou a ser chupado através de dois canudinhos, conforme pode ser visto na ilustração da página 95. Vocês podem até imaginar para onde vai a riqueza do Piauí – agora, não se trata só da riqueza de Parnaíba e região, mas da riqueza de todo o Estado. O canudinho a Leste é chupado por Fortaleza. O outro canudinho, a Oeste, é chupado por São Luis. Eis aí a síntese do projeto geopolítico excludente e equivocado. De uma só tacada cometeram-se dois graves erros – ou acertos, se preferirem, a depender dos reais objetivos e interesses cearenses e maranhenses, predominantes na época, e presentes, inclusive, no coração dos governos estaduais. O primeiro equívoco foi o isolamento de Parnaíba e de todo o Norte do Piauí. O segundo equívoco, decorrente do primeiro, foi a canalização da riqueza de todo o Estado para os complexos portuário-industrial-exportadores de Fortaleza e São Luis. Enquanto isso, os demais Estados brasileiros lutavam pelos seus próprios complexos portuário-industrial-exportadores.

Políticos e burocratas de plantão começaram a desenhar, a partir do abacate, um “grande ípsilon” que ficou conhecido

⁶ Deraldo é personagem nordestino do filme “O homem que virou suco”, de João Batista de Andrade (1980).

como “Projeto Piauí”. Essa forquilha social e economicamente perversa foi planejada desde os anos 1970, e ainda está em processo de conclusão. O projeto – que é um projeto de isolamento de Parnaíba e de toda a região norte do Piauí – tem autor, tem dono, tem nome. Infelizmente, alguns parnaibanos influentes estiveram à frente desse projeto isolacionista. Alguns deles, até ingenuamente entusiasmados, sequer se davam conta do prejuízo que iriam causar ao Piauí, a Parnaíba e região, e indiretamente aos municípios litorâneos do nordeste do Maranhão e do noroeste do Ceará. Provavelmente são eles os protagonistas gestores desse projeto isolacionista, e, ao mesmo tempo, “satelitizador” – para usar a feliz definição do economista Pádua Ramos. Ingenuamente, também, costuma-se afirmar que foi bom para o Piauí. Sim, mas a que Piauí estavam a se referir? Ao Piauí que virou suco e está sendo sugado pelos Estados vizinhos?

Transcorria o ano de 1972, “página infeliz da nossa história” – como bem definiu Chico Buarque. Para quem se lembra, o Brasil vivia o efêmero “milagre econômico” do governo militar de Garrastazu Médici, a custo de um enorme endividamento externo associado a uma política perversa de arrocho salarial. Essa aventura do planejamento do crescimento resultou na conhecida “década perdida”, a década de 1980, quando se combinaram os elevados serviços da dívida com hiperinflação – no Brasil e em vários outros países devedores que seguiram o receituário do FMI. Enquanto a transamazônica ia sendo construída a toque de caixa, por dentro da maior floresta tropical que ainda restava no planeta, o “Projeto Piauí” era vendido como um primeiro grande entroncamento situado em Picos. A integração das duas rodovias – transamazônica e transnordestina, que se cruzam naquele município – é a outra face da mesma moeda: pro-

movia-se, com forte impacto ambiental sobre a floresta, a total desintegração, e, no limite, a destruição da navegação costeira, de cabotagem, e também da navegação internacional de exportação.

Desintegra-se igualmente a ferrovia que já ligava a capital, Teresina, até a praia de Atalaia, no litoral. De lembrança, restaram duas pontes abandonadas e enferrujadas, sobre o rio Portinho, que divide Parnaíba de Amarração. Restou também um espectro de porto e um aeroporto sem voos comerciais regulares. Incompetência? Não, se olharmos esses três “projetos” como aquilo que eles verdadeiramente são: três cabos eleitorais, eficientes, eficazes e duráveis, que já elegeram muitos políticos, inclusive em sucessivos mandatos, tanto executivos quanto legislativos. Promessas vãs, realidades vans. Tudo depende dos pontos de vista e de fuga. Perdemos o avião, o trem, o navio e passamos a viajar em vans superlotadas e garupas de motos, com seus milhares de acidentes, muitos deles fatais. Observa-se, hoje, em Parnaíba, uma das maiores relações motocicleta-habitante do País, com todos os problemas que lhe concernem, inclusive o estresse metropolitano precoce. Triste recorde. Além dos três “projetos”, o discurso eleitoral completo-se com promessas de fábricas de cimento, pilocarpina, barca de sal... Mais recentemente, até subsede da Copa do Mundo de 2014, em Parnaíba, já faz parte do repertório do realismo fantástico ou imaginário nordestino. Alguém se lembra?

No então regime autoritário, a integração fazia-se imperativa. No plano nacional, era militarmente estratégico integrar Brasília. Não é por outra razão que a Capital Federal constituía a base da forquilha do Projeto Piauí e de outros projetos análogos de integração nacional, de interesse econômico e estratégico militar. Acreditar que o ípsilon era um projeto apenas estadual é como duvidar que a expansão da soja

e outros grãos pelos cerrados seja uma estratégia de expansão de mercado dos capitais internacionais do agronegócio. Os políticos e burocratas piauienses apenas foram nessa onda, acompanhando outros Estados, porém com uma grande diferença: os políticos dos outros Estados não se descuidaram dos seus portos marítimos. Nessa equivocada agenda piauiense, ainda falta concluir o segundo grande entroncamento rodoferroviário, situado no lado direito do ângulo agudo que forma o Y – a cidade de Piri-piri. Esta poderá vir a ser a última pá de cal sobre o nobilíssimo túmulo parnaibano. Tudo irá depender da capacidade de nossas forças políticas conseguirem, ou não, uma ligação multimodal por terra (rodovias, ferrovias e dutos), hidroviária (rio, canais e mar) e aeroviária, entre Fortaleza e São Luis, passando por Parnaíba. Para isso, existem todos os recursos favoráveis, mas, por enquanto, só a natureza fez a sua parte. A nobre sociedade, ainda não.

O abacate chupado pelo bico gerava empregos, ocupações, renda e arrecadação para o Piauí. Refiro-me ao conjunto de serviços requeridos pela indústria e pelo comércio externo (da logística aos serviços aduaneiros, financeiros e de câmbio), que acabaram sendo transferidos para os complexos portuário-industrial-exportadores de Fortaleza e São Luis. No Piauí, dos grandes negócios só restaram as ruínas de armazéns, trapiches, alfândega... Nem os pequenos cabarés, típicos de zonas portuárias, foram poupados. Junto com eles, foram-se os empregos e ocupações de policiais, vigias, jogadores, músicos, garçons, fornecedores, cozinheiros, auxiliares, lavadeiras, faxineiras, bens duráveis como geladeiras, fogões, aparelhos de som, mobiliário e guarnições, cosméticos, tinturas para cabelo, outros produtos de beleza e salões, barbeiros, manicures, pedicures, costureiras, eletricitistas, encanadores, técnicos em manutenção de som

e do frio, prostitutas, travestis, poetas e loucos em geral... e cultura! Se cabaré não fosse cultura, metade da obra de Jorge Amado não existiria.

Ainda menino, cheguei a ver o “Alberto Correia”, o “Jozias Moraes” e outros navios que atracavam em Amarração, onde havia uma pequena estrutura para embarque e desembarque de mercadorias. A estrutura era uma espécie de trapiche. Havia também enormes barcas de madeira e alvarengas puxadas por rebocadores, além de muitos barcos de sal, movidos a vela. O que restou? O Y é a letra que se lê no nome “PiauhY”, escrito à antiga. Com isso, estou associando a grafia antiga com a letra Y – “O Grande Ípsilon” (ver Anexo I). Mas esta letra, desde que fechada por cima, acaba formando outra, a letra delta, “O Grande Delta”. Isso traz à lembrança um movimento que eclodiu em Parnaíba, no sentido de se desenhar um projeto de desenvolvimento territorial, um projeto político de emancipação do Estado do Delta, como já existe, no Sul do Piauí, o projeto de emancipação do Estado do Gurgueia.

O que tem movido, nos piauienses, esse desejo (aliado à necessidade) de separação, de emancipações territoriais? São tantas as questões. No início da minha fala, eu perguntei: quem cortou o abacate? A quem interessava o Projeto Piauí? Agora, pergunto: a que levou tudo isso? Ao isolamento? À satelitização? São apenas questões ou hipóteses, que submeto para debate aos participantes desta mesa-redonda. Não estou trazendo respostas, nem propostas, tampouco soluções. Estas deverão emergir, democraticamente, da própria sociedade, através de suas representações e movimentos políticos. Ou não. Ou nunca. Território não é mais do que projeto político. Desenvolvimento territorial, idem. Como em todo projeto político, o principal é a mobilização. Ou nada.

As famílias que aqui enriqueceram fizeram tudo na cidade e para a cidade, de usina elétrica até central telefônica – que serviam aos cidadãos não excluídos do consumo e dos direitos fundamentais. No auge do ciclo, os cabocos (caboclos), cunhãs e culumins (curumis), como eram chamados, moravam em casebres de taipa, cobertos de palha, assentados “lá nos perebal” (a periferia) da cidade “monarca de grande”. Deslocavam-se a pé, em jumentos ou em canoas. Eventualmente, de bicicleta. Tudo fluía muito facilmente, sem estresses, sem reivindicações de direitos trabalhistas ou de participação nos resultados favoráveis do modelo. Tudo era cordialidade, uma verdadeira *pax parnaibana*.

Construíram-se clubes sociais. Casas bonitas eram compradas dos agentes ingleses. Não era uma arte local, algumas casas tinham até chaminés para lareiras e telhados para neve, em pleno sol do Equador! Todavia, houve um aprendizado, um arranjo produtivo, como se diz hoje. O lado bom do negócio foi, sobretudo, esse aprendizado. Os agentes imobiliários treinaram mestres de obras, pedreiros, trabalhadores em geral. Para somar, tivemos prefeitos como Mirócles Veras e Ademar Neves, que estruturaram a cidade para a educação e a saúde. Mirócles Veras, por ser médico com visão panorâmica e social, tinha noção da saúde pública ou coletiva.

Essas políticas públicas locais acabaram generalizando um importante arranjo produtivo: todas as casas em Parnaíba tinham que ter fossa séptica. Para isso, pedreiros foram treinados, porque não adianta só fiscalizar e dizer: “nós achamos que é melhor assim, do contrário, vamos punir”. Treinar pedreiros e mestres, criar uma cultura e uma legislação capaz de regulamentar as construções de casas e prédios públicos. E também fiscalizar. Construir, em Parnaíba, só era possível com sistema de fossa – naturalmente, não estou me referindo aos excluídos, cujas necessidades fisiológicas continuaram

sendo feitas a céu aberto, engordando porcos-banha cabeçudos, que depois eram vendidos no velho mercado central – daí, a preferência local pelos leitões ou mamotes, por serem mais higiênicos, portanto, mais seguros. Atualmente, o problema sanitário e a segurança alimentar requerem outro tipo de solução, porque a população cresceu demais, para além da infraestrutura que não andou na mesma velocidade da dinâmica demográfica – crescimento vegetativo, redução da mortalidade, particularmente infantil, e, sobretudo, acolhimento de imigrantes. Hoje, temos uma enorme população flutuante, além de outros problemas, que requerem infraestrutura mais robusta. Mas naquela época era assim.

Lembro que, aos 5 anos idade, viajei até Teresina, pela primeira vez. Andando pelas ruas do centro daquela capital, perguntei à minha mãe: “por que o esgoto daqui corre por cima do calçamento?” Lembro também que até o centro histórico, nas proximidades do Palácio Karnak, tinha um mau cheiro quase insuportável. Eu ficava hospedado perto da Praça Pedro II, onde havia uma sorveteria e um bar muito popular, conhecido como “Bar Carnaúba”. O mau cheiro exalava das residências, do quartel, dos cineteatros, da sorveteria e do bar, de onde fluía uma grande quantidade de água servida. Então, minha mãe começou a explicar por que, em Parnaíba, não se viam esgotos a céu aberto. A principal razão devia-se ao tipo de intervenção da administração municipal, nos anos 1940 e 1950. Isso não dependia de dinheiro, nem de projetos megalomaniacos. Dependia da competência, da inteligência e do conhecimento dos gestores. Em resumo, havia mais educação, iniciativa e informação do que verbas públicas federais. Hoje em dia, com raras exceções, o excesso de dinheiro público traz junto a corrupção, não raro, intermediada por empreiteiras de fora. Foi-se o aprendizado, foi-se a arte local dos nossos calcetei-

ros. Tornamo-nos petróleo-dependentes. Hoje dependemos do asfalto que não produzimos, que não assentamos, que não mantemos, que não reparamos, que não controlamos, como controlávamos os calçamentos, os calceteiros, o seu aprendizado e a sua história.

Todavia, cabe ainda perguntar: o que interrompeu aquela dinâmica combinada com a *pax parnaibana*? Além dos fatores externos como o “projeto Piauípsilon”, pode-se citar um fator endógeno muito significativo, embora silencioso. Aquelas famílias que vieram para cá e enriqueceram fizeram tudo, até sistema telefônico elas instalaram, não apenas para seu conforto, mas também para dar mais competitividade aos seus negócios. Para animar a discussão, vou repetir mais uma vez a mesma provocação que já havia citado, durante um debate, no Simpósio de Economia do Litoral Piauiense. Participei do simpósio como palestrante convidado pela PASSEC-JR: “Sim, aquelas famílias fizeram tudo, ou melhor, quase tudo, pois esqueceram de fazer uma coisa importante: formar a segunda geração, a geração dos herdeiros-gestores.” Assim, experimentamos aquele clássico ciclo sociológico, já tão estudado, em que as famílias e as empresas de gestão familiar comportam-se dessa maneira. Tratando-se de capitalismo, principalmente do capitalismo americano, fartamente estudado, existem pesquisas, algumas delas envolvendo até a família Kennedy, cujo resultado é aproximadamente o mesmo: uma geração ganha dinheiro, a outra gasta, é mais ou menos esse o resultado, é como um ciclo...

TELES

... pai rico, filho nobre, neto pobre.

VITOR

Isso mesmo, pai rico, filho nobre, neto pobre. Muito obrigado, Teles, você sintetizou bem esse fenômeno, que é mais

sociológico do que econômico. Todavia, estou trazendo isso apenas como hipótese. Não estou dizendo que foi esse o principal fator interno. Estou só levantando a questão, conforme é objetivo desta mesa-redonda. Pergunto, apenas para animar o debate: será que foi mesmo essa a principal razão? Ou será que foi o projeto geopolítico excludente e isolacionista? Acho importante formular e insistir nessas questões, aqui, neste ambiente acadêmico, neste ambiente universitário, por ser minimamente científico. Procuramos formular hipóteses como primeira etapa da investigação verdadeiramente científica, que deve ser consistente, e que não dispensa o método. No ambiente social em geral, ou político-econômico, onde ainda se encontram remanescentes daquelas famílias de empresários, essas questões e hipóteses dificilmente seriam formuladas. Afinal, nenhum sapo deseja “curtir o próprio couro”, não é mesmo? Em termos científicos, trata-se aqui da etapa metodológica da problematização.

Agora vou fazer mais uma provocação, ainda na etapa da problematização. Eu falei de acumulação primitiva. Aqueles capitais em formação extraíram recursos naturais, explorando mão de obra barata, com baixa tecnologia. Era tudo muito intensivo em trabalho humano vivo: o tirador de palha de carnaúba, o coletor de folha de jaborandi, o pescador, o caçador de animais, a quebradeira de coco, o transportador, o carregador. Refiro-me a uma acumulação primitiva de baixa tecnologia, de relações de trabalho que não são necessariamente assalariadas. Falo de relações atrasadas de produção, portanto, de relações típicas desse período de acumulação primitiva pós-colonial.

A primeira pá de cal nesse sistema que, embora primitivo, era perfeitamente integrado ao mercado, a primeira pá foi jogada pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek (JK).

A penúltima, pelo regime militar. Juscelino começa a desmontar as primeiras ferrovias e a navegação costeira para atender a um projeto americano de ampliação do mercado da indústria de automóveis. Essa indústria era predominantemente americana, comandada por Detroit, e liderada pelas montadoras Ford e General Motors (GM). Em seguida, diversificaram-se os capitais desse complexo automobilístico mundial, com a vinda das montadoras europeias e mais recentemente da asiática, não só japonesa, mas, coreana, chinesa... e, não tardará, indiana.

Esse processo de expansão dos mercados de automóveis obrigou governos latino-americanos – e outros tão subservientes quanto – a desmontarem a estrutura ferro-hidroviária que possuíam, apenas para favorecer o mercado de veículos automotores, e, com ele, o mercado de petróleo e derivados. Era do automóvel, era do petróleo e do plástico, sucessoras das eras do aço, do carvão, do trem, do navio... enfim, ciclos tecnológicos kondratieffianos, de corte schumpeteriano, nos conceitos de Perez & Freeman, fartamente conhecidos. Será que isso não foi percebido a tempo, pelas famílias daqui, tão bem-sucedidas? Em outras palavras, e, independentemente da estrutura de acumulação que era baseada na exploração de recursos naturais, essas famílias não perceberam que estava havendo uma mudança estratégica na economia brasileira? Não perceberam que essa mudança requeria a reestruturação do sistema de transportes e de comunicações?

Todas essas questões acabam levando a mais outra: permanecer primitiva a acumulação significa não aderir ao novo ciclo tecnológico do pós-guerra. Eu me referi a petróleo para transporte, mas o petróleo tem infinitas utilidades – e essa é uma grande dificuldade para a humanidade se libertar desse fósil. Quando o problema é só energia, é menos difícil de

ser resolvido, bastando substituir óleo combustível, gasolina e querosene. Todavia, o problema é muito mais complexo. O petróleo não é só combustível, não é só energia. O problema é que o petróleo está na base de um complexo industrial extremamente diversificado. Ele foi capaz de substituir não só a cera de carnaúba, o óleo de baleia e muitos óleos vegetais. O petróleo invadiu todos os setores da produção, até os nossos alimentos, os brinquedos, as indústrias de vestuário, de calçados, de cosméticos, e até a indústria farmacêutica. Tudo leva a crer que aquelas famílias (ou seus herdeiros) não perceberam essa transformação, essa reestruturação. Se estudarmos a formação econômica do Brasil ou a economia brasileira contemporânea, nós, rapidamente e muito facilmente, podemos vislumbrar o diagnóstico socioeconômico-espacial de Parnaíba: segundo os modelos propostos nesse tipo de análise da economia brasileira, o fato é que permanecemos primário-exportadores. Parados na primeira fase do desenvolvimento capitalista no Brasil, não demos o salto para uma nova etapa da industrialização.

A crise de 1929-1930, como todas as crises, teve o mérito de empurrar a indústria brasileira, particularmente do Sudeste, para a primeira fase do processo de substituição das importações. Esse processo intensificou-se no período entre as duas grandes guerras mundiais. A chamada Industrialização por Substituição de Importações (ISI) é um modelo, apoiado em políticas industriais, em que os antigos exportadores e outros agentes começam a investir na montagem de indústrias locais, aproveitando principalmente a disponibilidade no mercado de equipamentos industriais usados, cuja importação era favorecida por incentivos governamentais. Entre esses incentivos, encontram-se as famosas instruções 204, 205, 206... da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). As instruções autorizavam a importação de

velhas máquinas e equipamentos, dos Estados Unidos e Europa, tudo isento do imposto de importação, além de outros incentivos.

Instaladas aqui, eram consideradas indústrias “novas”. Infantes, como se diz no jargão acadêmico. Mas eram máquinas velhas. Tão velhas e pouco competitivas que só foram capazes de sobreviver à base de protecionismos tarifário-aduaneiros, assegurados por um Estado que já não era mais predominantemente agrário. Infelizmente, isso não aconteceu em Parnaíba, que parece ter permanecido engessada no coronelismo político mais conservador que se pode imaginar. O processo de substituição de importações ou industrialização nas três etapas (primeira, bens salário; segunda, bens duráveis; terceira, bens de capital), ficou concentrado em São Paulo. Todavia, outros centros industriais brasileiros, percebendo a grande mudança, prepararam-se e se reestruturaram também. Parnaíba, não. Nós, não.

Permanecemos primário-exportadores, até o sucateamento total da velha indústria. Esta é outra questão macroeconômica que estou formulando, e que pode servir como hipótese para futura investigação, monografias, dissertações acadêmicas, por exemplo. Seria muito produtivo se estudantes de administração, contabilidade, direito, economia, geografia, agronomia, e outros se debruçassem sobre essas questões – antes de “inventarem” temas abstratos para os seus trabalhos de conclusão de curso superior. O que poderia ser apenas uma exigência burocrática curricular pode vir a se tornar uma incubadora de teses e projetos de desenvolvimento socioeconômico, espacial, territorial, inclusive na pós-graduação. A construção desse banco de teses é indispensável para a compreensão científica do que aconteceu, além de gerar subsídios para a formulação de políticas públicas, para a formulação de políticas de desenvolvimento. Se possível,

e, de preferência, envolvendo toda a sociedade. Pelo menos a sociedade civil minimamente organizada, como estamos fazendo nesta mesa-redonda. Numa sociedade democrática, ninguém, nem mesmo o gestor público mais laureado, tem o direito de formular, sozinho, o que quer que seja, sem ouvir os principais interessados ou atingidos, enfim, sem ouvir a sociedade civil.

Com relação a um aspecto que é, ao mesmo tempo, social, político e antropológico, vou levantar outra questão (ou hipótese). O piauiense de Parnaíba e região é extremamente cordato. *Cordatus*, como o nosso caranguejo-uçá. Cordato, aquele que concorda, que não diverge da sua própria captura e cozimento. Mas é também cordial (emocional), porque procura resolver os seus problemas privadamente, ou seja, através de relações exclusivamente pessoais. Aqueles que têm recursos pensam assim, conforme pude ouvir em diversas ocasiões: “eu, particularmente, não preciso de aviação comercial, viajo de carro próprio.” Esse discurso poderia perfeitamente continuar assim: quando as estradas estão esburacadas, viajo num SUV (*Sport Utility Vehicle*), numa *station wagon*, enfim, viajo numa grande camionete, com ar-condicionado e frigobar. A camionete tem pneus grandes, maiores do que os buracos da estrada. Quando eu envelhecer, contrato um motorista particular. Viajo com mais conforto do que em avião. No meu carro mando eu. Viajo bebendo meu uísque com água de côco e bastante gelo... Então, pra que lutar por um transporte público de qualidade? Basta ser meu amigo, ganha uma carona, não é?

Infelizmente, por falta de voos domésticos regulares, os cidadãos de Parnaíba e região não usufruem desse confortável meio de transporte a que muitos brasileiros têm tido acesso nos últimos anos. Não raro, pagando tarifas mais em conta do que passagens de ônibus precários, que atra-

vessam longas distâncias sobre estradas ruins e inseguras. A cordialidade do brasileiro, e, particularmente, do brasileiro nordestino, vem de muito longe. Por um longo período, houve uma dominação política generalizada no Nordeste, dominação de corte populista-coronelista. Todavia, alguns locais foram-se localizando, foram-se transformando, tornando-se localidades. Em outro conceito, foram-se territorializando. Havia, sim, excesso de coronelismo. Havia uma rede de pessoas atreladas a um sistema de poder em que não se observava uma participação social coletiva, representativa e anônima. Eram primitivas relações pessoais de compadrio, de amizade, de vizinhança, de parentesco, de trabalho, que extrapolavam, até constituir verdadeiros sistemas políticos enredados, mantendo no poder, sempre ou quase sempre, as mesmas famílias. Um eterno toma lá, dá cá. A roça dentro da cidade.

O resultado disso é uma certa passividade, uma falta de projeto, uma falta de ambição que ainda hoje se reflete visivelmente na vida de Parnaíba e das cidades vizinhas – com exceção das iniciativas de algumas pessoas dinâmicas, inovadoras, e de capitais vindos de fora. Quem revisita Parnaíba e região percebe logo que as cidades ficaram mais barulhentas. Tem muito forró e muito carro de som, verdadeiros trios elétricos particulares. O que isso significa? Isso quer dizer que nós temos um mercado de massa, de qualidade duvidosa. Como escreveu, em um artigo, o Luis Fernando Veríssimo, um cronista muito irônico, muito gozador. Ele escreveu o seguinte: “Nunca compre nada que venda mais de 1 milhão”. CD, por exemplo. Qual o CD que vende mais? Qual o filme que vende mais? Não compre. Se está vendendo muito, é porque não presta. Aqui em Parnaíba, se fazemos uma observação ou um simples comentário sobre a qualidade da comida, da música, ouvimos logo aquela resposta

pronta e tão conhecida de todos nós: “mas isso tem muita saída.” Ou então: “os clientes não têm reclamado”. Isso é sinal de que muitos comerciantes daqui ainda desconhecem a segmentação dos mercados. Ainda não descobriram que existem consumidores diferentes, e que, por isso mesmo, podem pagar mais caro por um serviço de qualidade. Mas o que significa qualidade? Fica essa questão, de natureza cultural, para vocês avaliarem.

O que parece ser um fenômeno cultural da cidade, não é. Esse mercado não é só parnaibano, é predominantemente nordestino. Por exemplo, essa mania de botar um carrão de som, e sair barbarizando um forró na maior das alturas, afasta daqui qualquer possibilidade de se executar um projeto de turismo ambientalmente sustentável, civilizado, a exemplo dos projetos que se desenvolvem no Espírito Santo, ou nos três Estados do Sul do Brasil, as *slow-cities*, cidades de vagar. Como, por exemplo, as redes de hospedagem nas residências das famílias rurais. Isso se encontra em Vila Velha, no Espírito Santo. É um turismo semelhante aos modelos europeus, do tipo *Gîte Rural* francês, e do sistema de confrarias e pousadas institucionais encontráveis na Península Ibérica, além de outros modelos de turismo de cultura.

Mas nós estamos longe disso tudo. Quando eu me referi ao barulho, não foi só porque me incomoda, não. Eu não estou aqui para me queixar, eu gosto daqui, amo minha cidade, meus familiares moram aqui, tenho amigos aqui, portanto, eu tenho de aceitar Parnaíba e cidades vizinhas do jeito que elas são. Mas, ao contrário, estou preocupado é com o mercado, com os negócios, com a falta de emprego regular e durável. Acredito ser possível, sim, gerar empregos. Basta ter investimento. Em outras palavras, o que me preocupa é o seguinte: que tipo de turista tolera e frequenta esse tipo de ambiente? É essa a minha pergunta, porque, se for o mesmo turista

especulativo, que está loteando o litoral nordestino – as “novas capitâneas hereditárias”, no dizer de Chico Oliveira, não podemos esperar um futuro muito brilhante para Parnaíba e região. Muitos especuladores usam até recursos de origem duvidosa. Sabe-se lá se é lavagem de dinheiro, só sei que nosso litoral está todo loteado. No Rio Grande do Norte e na Bahia está sendo assim. Intensamente.

Agora, será que nós não soubemos aproveitar o que ficou de bom com a decadência de Parnaíba e região? O que significa isso? Se a gente entrou em decadência por causa da falência do nosso modelo primário exportador, ficou uma coisa boa. Qual é essa coisa boa? É que a cidade, embora malfrequentada por uma espécie de capital imobiliário especulativo-demolidor, ainda permanece bonita e quase inteira. Ainda restam alguns prédios antigos e praças que um dia foram bonitos. Então, a gente tem tudo para recuperar isso e vender um turismo cultural. Querer vender só recursos naturais, isso não é sustentável, não é durável, quer dizer, não se sustenta no longo prazo. Muito menos com turismo de massa, de alto impacto, turismo de grande escala. Em televisão costuma-se dizer: “um belo par de coxas não sustenta um programa de duas horas”. Da mesma forma, cartazes com mulheres de biquíni e bunda de fora não garantem um programa de turismo sustentável.

Por que eu estou insistindo em outro perfil de turista? Refiro-me ao turista que gasta mais, que utiliza a rede hoteleira, as agências de viagens, os pacotes de excursões... Trata-se de um turista que gera empregos regulares, em vez de ocupações temporárias e precárias. Em vez de barraquinhas, troles sem água potável canalizada, puxadinhos sem serviço de esgotamento, gambiarras onde se amontoam até dez famílias em férias, mal cabendo uma... Ao contrário disso tudo, turista que demora mais tempo no destino, como o turista

que vai para Ouro Preto, Campos do Jordão... Esse turista não depreda o meio ambiente, travestido de “ecoturista” ou de “atleta colorido e plastificado”, praticante de esportes radicais ditos “de natureza”. Ele não viaja à procura de música barulhenta e ruim, de droga, turismo sexual, nem frequenta cozinhas malcheirosas para engolir frituras, cremes e “queijos” cremosos, acompanhados, ou melhor, empurrados goela abaixo por refrigerantes láite “e com bastante gelo!”. Frequenta as feiras, para conhecer as frutas regionais, a gastronomia honesta, e o artesanato verdadeiramente popular. Prefere sorvete de frutas naturais, sem jujuba e outras decorações artificialmente coloridas. Tem curiosidade pela cultura das localidades. Não se trata de elitizar, de selecionar pela renda, pelos preços. Ao contrário, sorvete com jujuba é mais caro. Trata-se mesmo é de educação.

Não longe daqui, a cidade de Pedro II dá um excelente exemplo, com o seu festival de inverno “fórró zero”. Fórró, pode, mas desde que seja fórró pé-de-serra, com artistas minimamente respeitáveis. É a esse turista que eu me refiro. Trata-se de um turista mais culto, não é aquele tipo de turista de massa, seja ele europeu ou não, da cabeça raspada, coberto de tatuagens... Desculpem, eu sei que estou fazendo uma caricatura quase preconceituosa, mas, qualquer médico sério e minimamente informado pode atestar: cobrir-se de tatuagens não é uma atitude inteligente.

Eu, que faço leitura de paisagem, como técnica da Geografia científica, já vi esse mesmo filme no Porto da Barra, por exemplo. Esse antigo cartão postal de Salvador entrou em um processo de degradação total. Você vê imediata e facilmente os sinais. Ali combinam-se turismo sexual com tráfico de mulheres, de crianças e adolescentes, de drogas e outros tráficos. A paisagem não deixa dúvida. Você percebe logo, à primeira vista. Os cidadãos comuns de Salvador, as famílias

que precisam andar por ali, quando percebem aquele ambiente – que os franceses chamam de *quartier chaud* (bairro quente), vão logo se afastando e comentam: “não vamos passar por ali, não, porque a barra está pesada”.

É um pouco como o centro histórico de Parnaíba, que, depois das 18 horas, já assusta. Conforme pude constatar e ouvir, os comerciantes apressam-se em fechar as portas a partir das 17 horas. E eu sei que existem outros pontos de encontro, bastante conhecidos. Então, será que a gente vai entrar nesse mesmo mercado e pasteurizar a nossa cidade e região para esse tipo de turismo de massa? Essa é uma questão para debate. É um ponto de vista, relacionado com os costumes, a educação, a cultura.

Mas existem outras questões, outros pontos de vista, por exemplo, relacionados com a depredação dos nossos recursos naturais, com os impactos ambientais. Andar de bugre ou moto, em alta velocidade, entre os banhistas da praia é, no mínimo, estúpido. Fazer o mesmo, sobre as dunas, também não é uma atitude inteligente, pois desestabiliza as areias e provoca uma movimentação capaz de aterrar cidades inteiras. Isso já está sendo questionado pelo Ministério Público do Ceará, inclusive com relação à instalação de megacata-ventos geradores de energia eólica. Quando as pessoas são pouco informadas, acham tudo bonito e até aplaudem. Os marqueteiros estão sempre associando energia eólica a proteção ambiental. Na verdade, não existe nenhuma atividade humana que não cause algum impacto ambiental. A diferença é que umas causam mais impacto, outras, menos.

Por exemplo, não se falou dos cabos aéreos e postes que transportam a energia gerada pelo vento, na Ilha Grande de Santa Isabel. Será que só existe aquele meio aéreo de se transportar energia? Por que não um cabeamento subterrâneo? Por ser mais caro? Caro por quanto tempo? Aqueles

postes enfearam a paisagem da Ilha Grande, onde era possível contemplar um dos mais belos pores de sol do Brasil. O pôr de sol da ilha chegava a competir com o do Paraná, por trás das matas de araucária, o pinheiro-do-Paraná. Na Ilha Grande, o sol se punha por trás das carnaubeiras. Agora, eu vejo o sol se pondo por trás dos postes e dos cabos de alta tensão, com direito a zumbido e radiações.

Muitas empresas de origem europeia investem aqui no Nordeste, portanto, são bem-vindas porque geram empregos e renda. Todavia, elas não têm o mesmo critério, a mesma regulamentação de lá. Duvido que façam isso na Europa, onde elas são obrigadas a preservar a paisagem. Na União Europeia, paisagem significa meio ambiente, significa dinheiro, empregos e impostos sustentáveis. Porque o turismo depende da paisagem, turismo depende de recursos naturais, que podem se degradar, inclusive com a instalação de enormes cata-ventos, sem estudo prévio de impacto ambiental. Na Califórnia, questionou-se muito a mortandade de aves. Muitas aves morrem nas paletas que geram energia eólica. O transporte aéreo de alta tensão também mata as aves que são, em alguns locais, a principal atração turística. Observação de pássaros e de outros animais é uma das atrações para quem visita o Delta. Na Ilha do Caju, um dos roteiros propostos é a observação de pássaros. Ou, pelo menos, era. Esse foi um dos temas aventados no II Simpósio de Economia do Litoral do Piauí, realizado aqui mesmo, neste campus.

Mas, antes de encerrar este conjunto de provocações para o debate, vale a pena ler a passagem referente à Ferrovia Transnordestina, transcrita do artigo *Psicologia do Aboio*, de autoria do Economista Pádua Ramos, referido anteriormente (ver nota 5):

“O roteiro da Ferrovia Transnordestina, como se sabe, integra a produção de *commodities* – principalmente soja, milho

e algodão –, ocorrente no sudoeste do território piauiense e adjacências, à logística da Região Nordeste. Portanto, segundo a escala regional nordestina. Essa ferrovia poderá talvez interessar ao Estado do Piauí, mas não como estímulo à produção daquelas *commodities*. Com efeito, já hoje, a produção delas na MAPITOBA (área de cerrados nos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia) vem crescendo à taxa extraordinária de 10% ao ano, segundo estimativa conservadora. Essa ferrovia poderá vir a interessar ao Estado do Piauí, isto sim, como opção a mais para o escoamento da produção: eis que há cinco anos os empresários da região (MAPITOBA) esperam a abertura de licitação para a construção de um terminal de exportação de grãos – hoje os embarques ocorrem nos intervalos de carga de minério da Vale. Um aspecto a considerar é que, como é evidente, a Ferrovia Transnordestina contribuirá para a adoção de uma logística otimizada, tendo em vista a infraestrutura ora existente, sempre na escala regional nordestina. Do ponto de vista, agora, da escala estadual piauiense, a observação que cabe é esta: os produtos agrícolas e os minérios do Piauí serão transportados na situação de produtos *in natura* ou em bruto, portanto sem se submeterem, no interior das fronteiras políticas do Estado, a tratamento agroindustrial ou a tratamento industrial, conforme o caso, que fossem geradores de: a) postos de trabalho; b) renda; e c) tributos. A permanecerem os pressupostos do presente, as matérias-primas piauienses serão destinadas principalmente às Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) do Porto do Pecém e do Porto de Suape, onde receberão tratamento agroindustrial e industrial. É preciso ter presente que, quando o Estado exporta produtos *in natura* ou produtos em bruto, está exportando também (i) postos de trabalho, (ii) renda e (iii) tributos. Tudo isso, à revelia da carência interna de oportunidades de empregos;

da baixa renda per capita do piauiense, a qual se inclui entre as menores do País; e do baixo valor absoluto das receitas tributárias estaduais, paradoxalmente pesadas sobre o fluxo de caixa das empresas. (Nunca é demais lembrar: número maior de empresas, agregando valor, implica uma base maior onde incidam tributos; base maior onde incidam tributos pode em geral inspirar a prática de alíquotas menores, tirando partido de elasticidade-preço favorável, quando for o caso, dando como resultado maior nível de comercialização e igual volume de receitas tributárias, ou mesmo, como é mais provável, volume maior de receitas tributárias). Essa não-agregação interna de valor; e essa dependência à infraestrutura externa de transportes – enquanto durarem – conjugar-se-ão para o estabelecimento do fenômeno da *satelitização do Piauí*. Ou seja: a submissão de seu sistema produtivo a sistemas produtivos mais fortes, dentro do próprio Nordeste ou fora dele, dotados, portanto, de maior poder de transação, segundo a regra perversa dos termos de intercâmbio entre economias pobres e economias ricas.” Todas essas são questões e propostas formuladas, que precisam ser melhor aprofundadas. E criticadas, também. Ninguém precisa concordar comigo. Nem com Pádua Ramos. Sei que às vezes exagero, mas é esse o método. Existem ainda outras questões não menos importantes. Não falei nada a respeito dos problemas que afetam os trabalhadores, nem falei da evasão de cérebros, da violência entre jovens e adolescentes, nem do desemprego. Sobretudo, não falei da Educação, mas espero que vocês cumpram essa parte. A partir deste momento passo a palavra para os demais participantes. Vamos começar ouvindo o padre Antonio de Oliveira Soares, porque ele tem um compromisso previamente agendado e precisa sair mais cedo.

PE. ANTÔNIO

Em primeiro lugar, quero dizer da minha alegria de poder estar aqui sentado convosco nesta mesa-redonda, neste círculo de amigos que, por amor à pessoa humana, aqui estamos reunidos para discutir e aprender com os outros. A minha atitude aqui também é uma atitude profundamente humilde e queria iniciar lembrando as palavras com as quais se inicia o documento do Concílio Vaticano II. *Gaudium et Spes*, ou Alegria e Esperança, é um documento que trata sobretudo da atuação da Igreja no mundo.

As alegrias e as esperanças do nosso povo são também as alegrias e as esperanças da Igreja, por isso a Igreja se faz presente, senta, escuta, ouve e fala também, quando necessário, porque ela participa. Afinal de contas, a Igreja não existe somente na dimensão espiritual. A Igreja é algo que lida com a pessoa humana, e a sua preocupação não é somente com o espírito, com a alma, com a fé, mas com a fé encarnada, com a fé vivida e experimentada no concreto, por pessoas no concreto, em um contexto social, em um meio familiar, em um contexto econômico, em um contexto físico. Por isso a Igreja não pode abstrair-se, abster-se, ficar de fora, quando se trata da pessoa humana que é aquilo que ela tem como ponto de vista, aquilo que ela tem como objeto e acima de tudo como algo que ela preza muito.

Para a Igreja, toda pessoa humana, todo ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus, tem, da parte da Igreja, um carinho especial, um carinho materno, por isso tudo que ela faz; tudo que a Igreja realiza tem em vista a dignidade da pessoa humana, por compreendê-la como imagem e semelhança de Deus. Por isso tudo que está envolvido, tudo que toca a realidade da pessoa humana, a Igreja também se interessa. E aqui estamos, neste debate também sobre economia, sobre o desenvolvimento humano, sobre a reali-

dade da nossa comunidade, da nossa região. A Igreja quer se fazer presente aqui também nesta discussão, falando e dando a sua contribuição porque ela quer ser um agente ativo, não somente alguém que, de fora, critica, demoniza, mas ela também, com toda a sua experiência, com toda a sua atuação, quer dizer e reafirmar constantemente que a Igreja nunca vai desistir da pessoa humana e vai ter sempre disposição, atuação para ver essas pessoas recuperarem e conquistarem a sua dignidade.

A preocupação da Igreja abrange também essa dimensão, da pessoa humana em todos os seus aspectos. Ela se retrata bem, ela se manifesta de maneira muito concreta nas diversas campanhas da fraternidade que a Igreja tem realizado, ao longo de tantos anos. Para cada um dos aspectos que atingem diretamente a pessoa humana, a Igreja também abre espaço. Não se trata de uma ação intraeclesial, não é uma ação somente para dentro das sacristias da igreja, mas as campanhas da fraternidade formam este espaço que a Igreja encontrou para apresentar à sociedade brasileira, e nós, como diocese de Parnaíba, como Igreja, nesta cidade de Parnaíba também comungamos com todo esse projeto da CNBB.

Trazemos para a nossa comunidade parnaibana, todas essas discussões, e queremos com isso dar a nossa contribuição, para que a pessoa humana, concretamente vivendo aqui, na nossa realidade, também possa ser beneficiada, desenvolver, crescer cada vez mais no aprendizado, e no acesso a esta dignidade a que a pessoa humana tem direito. Então, a Igreja se interessa por isso, quer fazer este trabalho e nunca se omitiu nesta discussão, muitas vezes incompreendida, muitas vezes não aceita, muitas vezes questionada, mas a Igreja tem consciência de que ela não pode cruzar os braços, que ela não pode ficar de fora de todo esse trabalho, de toda discussão que toca diretamente a pessoa humana.

Por isso, quantas iniciativas a Igreja tem feito em toda a nossa sociedade parnaibana, como no Brasil inteiro, quando se trata da melhoria da vida do nosso povo.

Quantas campanhas atreladas aos momentos dramáticos que a vida humana aqui nessa comunidade também tem experimentado; toda aquela problemática dos desabrigados por ocasião das enchentes na nossa cidade; toda a Igreja no nível de cidade – e este ano, também por causa do rompimento da barragem. Toda a diocese se empenhou, em todas as paróquias, comunidades, onde se faz presente um cristão católico, foi solicitado dele este empenho, esta solidariedade nessa criação de uma rede de fraternidade que, a exemplo do próprio Jesus Cristo, se compadece com o irmão que sofre. Não é somente aquela compaixão discursiva, mas com a compaixão efetiva, isto é, que leva a Igreja e convida, desafia a Igreja a arregaçar as mangas e também a fazer algo de concreto para mudar a realidade da pessoa humana.

Esses são apenas alguns sinais. Creio que na segunda parte teremos a oportunidade de retomar todas essas iniciativas, que a Igreja não pode, nem quer, ficar omissa de toda essa discussão, por isso nós também nos alegramos com você, professor Vitor, e vocês desta Empresa Júnior que tanto tem arregimentado esta força jovem para resgatar a dignidade da nossa gente, do nosso povo; e a Igreja quer também estender as mãos para vocês, a Igreja quer trabalhar hoje, com uma palavra que é muito conhecida nossa, é a questão da parceria; a Igreja nunca quis competir, não é interesse da Igreja competir, quer com o governo, quer com o poder público, quer com a iniciativa privada ou qualquer outro segmento da sociedade. A Igreja quer dar a sua contribuição, quer fazer aquilo que ela, como instituição voltada para a pessoa humana, a partir desta dignidade que lhe é tão cara; quer dar a sua parcela e fazer o seu esforço para que

a pessoa humana seja vista, seja olhada, não somente como consumidor, não somente como objeto de um mercado, de um capital, de um mercado apenas lucrativo.

A Igreja se interessa em resgatar e olhar para a pessoa humana como alguém que deve ser tratado com o respeito que cada pessoa humana precisa ser olhada. Daí a preocupação da Igreja com relação ao trabalho junto às famílias, com a pessoa humana vivendo com a dignidade respeitada; vivendo numa família equilibrada, harmonizada, numa família onde se vivem verdadeiramente os valores, humanos e cristãos, ela tem muito mais capacidade de atuar, de agir e de romper com essa mentalidade que leva praticamente ao comodismo. Por isso nós ficamos felizes aqui, neste momento, de ver quantas pessoas que não estão cruzando os braços. No geral, a gente não sente muito, mas a gente percebe, graças a Deus, que aqui existe uma rede de pessoas que, à semelhança da Igreja, estão trabalhando no anonimato das suas ações, do seu trabalho.

O final, o resultado de tudo isso é que a nossa comunidade, a nossa gente, o nosso povo, também se sente apoiado, se sente ajudado, sente que não está sozinho, mas quantas pessoas incomodadas, com uma situação que muitas vezes nós presenciamos, não está só contemplando isso de fora, está querendo também dar a sua contribuição, está querendo ajudar a comunidade, ajudar a sociedade, ajudar as famílias, ajudar o nosso povo e a nossa gente a reencontrar a vida digna que é de fato o desejo de todo ser humano, de todo cristão. A Igreja também deseja isso, se interessa por isso, e por isso ela entende que não pode ficar só nas sacristias, não pode ficar só no interior das nossas igrejas e capelas, ela também parte para a luta, ela se interessa, ela se faz presente e se coloca como companheira e solidária de todas essas forças que estão aí trabalhando, para fazer

nosso mundo melhor, fazer nosso mundo mais justo, mais solidário, mais fraterno, e não se aprisionar em uma concepção, em um conceito que reduz demais e coisifica as pessoas. O ser humano merece ser respeitado na sua dignidade. A Igreja está aqui completamente aberta e tem dado, ao longo de tantos anos, a sua contribuição para que essa realidade mude, para que essa realidade se transforme. Por isso, a Igreja está aqui, estendendo a mão a todos vocês, aos segmentos mais diversos, para que, juntos, unindo forças, possamos construir um mundo melhor. Construir uma cidade mais desenvolvida, onde os filhos dessa comunidade possam também ter acesso a uma vida mais digna, a uma vida mais humana, e possam colocar em comum, para o bom desenvolvimento da nossa comunidade, os dons e carismas que cada um tem e não deixar que isso seja suplantado, seja de certa forma impedido de se desenvolver.

A Igreja tem esse espaço onde as pessoas podem se encontrar livres para manifestar as suas capacidades e seus dons. Toda a rede de atuação, de solidariedade, de trabalho que a Igreja hoje exerce e faz fomentar na nossa comunidade é graças também ao espírito corajoso, empreendedor, inquieto que tantos cristãos católicos que, com sua fé e motivados por ela também, fazem a sua parte em nome da Igreja, para mudar a sociedade, a realidade em que nós estamos vivendo. Aqui, a nossa presença também tem esse objetivo, se a gente tem presente a Campanha da Fraternidade, por exemplo, que é economia também em vida, diz muito respeito a vocês que trabalham nesta área da economia, esperamos que vocês que fazem a economia se juntem a nós, venham também conosco engrossar esta massa de pessoas que estão inquietas e querem propor novas alternativas, novos caminhos, que possam promover uma vida melhor, uma vida digna para nossa gente, para nosso povo.

VITOR

Muito obrigado, Padre Antonio, pela sua contribuição para o debate. Vamos ouvir agora a dona Maria Antonia de Oliveira dos Santos, que é presidente da Assosiação dos Moradores e Artesões da Comunidade Vazantina, na Ilha Grande.

MARIA ANTÔNIA

Nós também gostaríamos de ressaltar a participação da Igreja. Antes de sermos associação de moradores, de que sou Presidente, a Associação de Moradores e Artesões da Comunidade Vazantina, nós já éramos comunidade organizada. Graças a Deus, tudo que a gente faz na comunidade é em parceria, comunidade, associação de moradores e pastorais existentes, principalmente a Pastoral da Criança, e em todas as nossas lutas, a Igreja sempre esteve presente.

Desde a fundação da comunidade, com o Pe. Pedro, Pe. Enzo, depois Pe. Gerardo, que hoje, infelizmente já não está mais conosco, mas muito contribuiu para a construção da nossa comunidade, inclusive, como o Pe. Antônio falou, nós sempre temos essas enchentes e numa das enchentes em que ele muito ajudou, Pe. Gerardo, ele levou os seminaristas.

Foi na enchente de 1985, o Pe. Gerardo levou os seminaristas para lá, e, juntos, naquela época, nós não construíamos casa de tijolo, naquela época só fazíamos casas de barro, e os seminaristas, juntos com as famílias, juntos com a gente, levantamos várias casas de barro. Tinha um deles meio fraquinho, mas levava o carro de mão com barro, alguns deles eram bem jovens. Então, hoje a gente vê que a participação da Igreja sempre foi muito viva, sempre foi muito presente. Hoje nós temos o Pe. Ernesto, que muito ajudou naquela enchente, como seminarista, levantando as nossas casas de barro, em parceria com a comunidade.

Naquela época, não existia associação, era comunidade. A prefeitura nos cedia o material e nós construíamos em mutirão as casas que tinham caído. Então, sempre existiu esse trabalho, sempre existiu essa parceria conosco; também por sermos uma das comunidades mais atingidas nas enchentes. A gente tem esse grande trabalho na área da construção de habitação, nós temos várias lutas e sempre a gente consegue parceria.

Conseguimos parceira nessa enchente de 2004, com a Care Brasil Internacional, para a construção de algumas casas e também de uma horta comunitária. Também conseguimos, junto ao governo, para que, pela primeira vez, o governo construísse em Parnaíba casas habitacionais para pessoas de baixa renda, para pessoas que tinham sido prejudicadas pelas enchentes. Foram 78 casas que o governo do Estado construiu, após a enchente de 2004, foi uma luta nossa. Hoje, a gente ainda vive lutando por casas também de pessoas que não foram atingidas na enchente de 2004, mas foram atingidas na enchente de 2009. Então, a nossa luta é muito grande na área de habitação, hoje nós já temos vários avanços, graças a Deus, conseguimos construir essas 78 casas em 2004, mais as 20 da Care Brasil.

Nós temos um mutirão no dia de domingo, onde a gente consegue doação de material de construção com a Igreja, o próprio Dom Alfredo, o Pe. Vittorio e outras pessoas que nos ajudam ou até mesmo quando tem uma pessoa que tem um aposentado na família, eles acabam fazendo aquele empréstimo, compram o material e a gente vai lá, ajudar com a mão de obra. Então a gente tenta trabalhar a dignidade das pessoas através da moradia.

O primeiro projeto que a gente conseguiu para a nossa comunidade foi de saneamento; na nossa comunidade, eu fui a primeira agente comunitária de saúde. Antes, eu já era agente

da Pastoral da Criança, mas fui a primeira agente comunitária de saúde na minha comunidade, onde a gente trabalhava com mais de duzentas famílias. Dessas famílias, 85% evacuavam a céu aberto, só 35 famílias naquela época tinham banheiro e vaso sanitário em casa. Então, qual foi o nosso primeiro projeto? Conseguir com o governo a construção de banheiros, fossas sépticas para aquelas famílias.

Infelizmente, naquela época, quando a gente conseguiu aquilo, existia um grupo dentro do governo que lesava as associações, as empreiteiras de fora vinham e embolsavam o dinheiro, faziam um serviço de qualquer jeito e prejudicavam as comunidades. Isso, no ano de 1997 e 1998, nós fomos, no Piauí inteiro, a única associação que teve a coragem de denunciar aquele grupo. Passamos um ano inteiro lutando.

Hoje, existem inúmeras associações, no Piauí inteiro, que não conseguem receber nem um projeto do governo do Estado nem do governo Federal porque estão inadimplentes, mas nós tivemos a coragem de denunciar aquele grupo. Nós fomos ameaçados dentro da nossa Igreja, a gente não tinha sede da associação, a gente se reunia na Igreja e ainda se reúne, então uma das pessoas da empresa foi lá e disse pra nós que nós éramos peixe pequeno para lutar com tubarões e nós não íamos vencer. Mas nós provamos, nós respondemos para eles que um cardume de peixes pequenos aperreia um tubarão, e conseguimos. A empresa teve que refazer todo o projeto e fazer realmente como deveria ter sido feito.

São inúmeras lutas, e nessa luta nossa de um ano de audiência na justiça, Pe. Vittorio, que era nosso padre na época, ia a todas as audiências, ele nos acompanhou. As pessoas às vezes diziam: “Por que o padre está junto?” Porque ele nos apoia. Então a Igreja sempre esteve presente em todas as nossas lutas.

Hoje, a gente também trabalha a questão da geração de renda; um dos primeiros cursos que a gente conseguiu para a comunidade foi de capacitação em cerâmica. Nós sabíamos que dentro da nossa comunidade existia muito barro, então, como trabalhar aquele barro? Já existe uma fábrica de cerâmica, de tijolo, de fazer tijolo e telha, mas que não atendia toda a necessidade da comunidade, então nós fomos pra luta. Meu esposo é escultor, faz escultura em madeira, ele convidou uma artista plástica na época, então os dois passaram dois meses ensinando, naquela nossa época o objetivo nosso era levar os jovens que estavam desocupados, foi uma época em que a droga já estava entrando na comunidade, e então a gente queria o quê? Evitar que o jovem entrasse no mundo da droga, puxamos ele para esse curso de cerâmica, conseguimos, graças a Deus, recuperar alguns, foram poucos, mas as famílias aprenderam.

Hoje, Vazantinha é um ponto referencial em cerâmica, é de lá que sai toda aquela cerâmica artesanal. Hoje, um filho nosso da Vazantinha, foi morar no Barro Vermelho, ele passou a técnica para a comunidade do Barro Vermelho, mas iniciou isso na Vazantinha, aquela cerâmica artesanal.

Depois desse curso de cerâmica, vieram muitos outros, às vezes as pessoas diziam: “Por que a Vazantinha, consegue tanto curso?” Porque a gente vai atrás, a gente consegue parcerias até com a Universidade Federal da Bahia e com o CNPq. Através do professor Vitor, também já vieram vários cursos. Nós tínhamos um problema muito sério com o atravessador, o atravessador ia lá, comprava toda a cerâmica dos nossos artesãos, ia ali na Mulher do Pote, ia ali um pouco mais na frente, em frente à agência Nazaré, ele pintava e vendia por três vezes a mais o preço que ele pagava ao artesão. Comprava uma florzinha a R\$ 0,50, por exemplo, lá ele vendia a R\$3,00, pintada. Então, através de uma parce-

ria com a Universidade Federal da Bahia, com recursos do CNPq, em projeto coordenado pelo professor Vitor, a gente conseguiu uma pessoa que veio para dar um curso de pintura em cerâmica. Então, os nossos ceramistas aprenderam a pintar a cerâmica deles e com isso diminuí pelo menos aquela quantidade de atravessadores.

Então, é como eu ouvi numa das reuniões que eu fui, em Brasília, pelo Fórum Nacional de Economia Solidária, uma das pessoas disse assim, quando eu dei o meu depoimento, ela, de um grupo de Brasília, disse assim: “Olha, o que a gente vive aqui na teoria, eles vivem na prática”.

Quando eu passei a falar das nossas experiências, dos nossos grupos, que hoje tem o grupo de bordado, os grupos de cerâmica infelizmente hoje não se consegue trabalhar mais como grupo, mas cada um individualmente, cada um tem o seu local na sua casa, cada um dos ceramistas; e assim temos o grupo da cajuína, do bordado, do trançado, da horta comunitária. Nossa horta, infelizmente, foi destruída pela enchente; hoje, nós estamos tentando recuperar, mas todos os nossos grupos, em todas as ações nossas, a gente tenta trabalhar a área de Economia Solidária.

A Economia Solidária é o quê? Tudo que entra você tira as despesas, e depois que você tira as despesas é dividido em partes iguais entre as pessoas que estão ali. A nossa associação é responsável por um espaço de artesanato no Porto das Barcas, a loja Mandu Ladino, onde a gente trabalha com mais de 300 artesãos. Hoje nós não temos artesãos só de Parnaíba, temos também da região, temos de algumas cidades do Ceará e também do Maranhão, mas a maioria vem das cidades próximas de Parnaíba.

Então, lá a gente trabalha o sistema de economia solidária, lá dentro. O que acontece? Os artesãos, como ninguém tem salário, os artesãos deixam a mercadoria em consignação

e o que vende a gente repassa, tira 15% para a loja e 85% o artesão recebe. Desses 15%, 5% vão para as despesas, despesas que são material de limpeza, saco, sacola, telefone, todas essas coisas, e 10% são divididos em partes iguais entre as pessoas que trabalham lá.

A associação não tem participação nenhuma no lucro da loja, a associação só tem a responsabilidade de manter o espaço aberto, porque lá é o espaço do artesão. A gente só tem a grande responsabilidade de manter o espaço aberto, às vezes têm artesãos que a gente acaba tendo que conversar e eu já ouvi uma vez um artesão dizer: “Olhe, dona Maria Antônia, eu sei que a senhora reclama disso, reclama daquilo, mas eu admiro uma coisa na senhora, a senhora não tem uma peça sua aqui dentro.” E eu não tenho, porque chega uma pessoa, um artesão está em dificuldade, porque o nosso artesão foi muito prejudicado antes, porque a pessoa que estava à frente da loja, quando o artesão chegava no sufoco: “Oh, dona Maria Antônia, compra essa peça aqui, eu posso lhe vender por R\$2,00 ou por R\$3,00, a senhora vende por três vezes a mais o preço.” Eu não compro. Eu sei que o artesão está em dificuldade, mas eu não compro, porque se eu comprar eu vou estar me tornando uma atravessadora, e eu não sou. E isso aconteceu com muitas e muitas pessoas que estiveram à frente desse artesanato, elas se tornam atravessadores e a gente lá tem um espaço pro artesão.

Então, a gente, nós como associação, nós como artesão, nós como Igreja, nós como comunidade, a gente tenta trabalhar a dignidade das pessoas. Nós temos também um grande problema que são as enchentes. Pe. Antônio sabe do sofrimento que são as enchentes aqui para nós. A ilha, hoje eu sei, eu com 10 anos de idade acordando com a água dentro da nossa casa, eu com 20 anos de idade acordei de manhã e a água estava dentro de casa. Meu pai nunca gostou de

deixar a gente em abrigo, ele sempre alugava uma casinha, minha mãe ficava com a gente e ele ficava na casa, cuidando da casa alagada, mas muitos irmãos nossos vão para abrigos improvisados e o sofrimento é muito grande.

Nós lutamos, quando o governador Alberto Silva assumiu o governo em 1987, se eu não muito me engano, nós participamos de uma pesquisa que ele mandou fazer na cidade e algumas pessoas da ilha participaram. O que foi que nós pedimos, o que foi que nós organizamos dentro da ilha pra pedir? Para que ele construísse um cais de proteção para as enchentes e colocasse água encanada porque não tínhamos, nós não tínhamos água encanada. O lado de cá de Parnaíba tinha, mas o lado da ilha não tinha.

Hoje eu só citei que eu saí com 10 anos e com 20 anos porque, logo depois que eu saí, com 20 anos, o dique foi construído, hoje eu não saio mais da minha casa por conta da enchente, então hoje a gente luta para que os nossos outros irmãos também tenham esse direito.

Hoje a gente luta junto ao poder público para que esse direito seja dado também a todos. Uma pessoa essa semana na Semar me questionou o seguinte: “Mas isso nunca vai resolver”. Olhe, hoje, este ano, nós tiramos mais de mil famílias de dentro d’água. Mais de mil famílias, foram semanas, foram dias e dias de luta. Quem visitou aquela área no pico das enchentes, desceu a ponte, até chegar na estrada que vai da divisão da Pedra do Sal e a Ilha Grande, viu que a estrada estava repleta. Pe. Vittorio, eu e outras pessoas, em um desespero para conseguir transporte, porque os transportes que a prefeitura conseguiu não davam conta.

VITOR

Muito abrigado, dona Maria Antonia. Vamos passar a palavra para o Dr. Carlos Teles, Secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Prefeitura Municipal de Parnaíba.

TELES

Como poder público, nós ficamos também muito felizes em participar de uma mesa-redonda como esta, onde se discutem e se pensam formas de desenvolvimento. É preciso que esse tipo de iniciativa aconteça mais vezes a partir daqui.

O poder público tem a obrigação de garantir a segurança, promover a educação, a saúde, o bem-estar da comunidade. É preciso ouvir, da comunidade, questões e sugestões sobre o que fazer para que o desenvolvimento efetivamente aconteça de forma sustentável e não cíclico, como foi no passado.

Nós nos permitimos fazer um retrospecto. O Professor Vitor já entrou um pouco na história do apogeu e da decadência da nossa economia. Também vai se ver, no decorrer dessas intervenções, o que ocasionou esse declínio, essa estagnação por que Parnaíba passou. Nós tivemos o ciclo do boi, e o ciclo da carnaúba. Foram dois ciclos importantes. Para não nos estendermos muito, vamos falar a partir do ciclo da carnaúba, de que nós participamos, já no finzinho. Fomos copartícipes, trabalhando com as grandes empresas locais, que promoveram, elas próprias, a infraestrutura que a cidade possuía até recentemente.

Parnaíba foi um centro importante da economia, não apenas do Piauí, mas do Brasil. O Piauí chegou a ser a oitava economia exportadora na ordem de grandeza no país, tudo fruto do comércio internacional da Parnaíba. A cada mês, nós tínhamos aqui quatro navios, em média, dois da América, um da Europa, um da Ásia. Esses navios traziam produtos manufaturados, observem bem, manufaturados, e levavam matérias-primas produzidas, não só na região, mas desde o atual Estado do Tocantins até aqui. Esse comércio internacional foi possível graças à hidrovia. O rio Parnaíba, que, em todos os seus 1.486 km de extensão, era navegável.

E como esse sistema funcionava? Parnaíba tinha um sistema de embarcações formado em chatas, ou barcaças. Usava-se sal como lastro, e os manufaturados, recebidos do exterior, iam por cima do sal. A nossa ligação com a capital e com o resto do Brasil era menor do que com o exterior. Subíamos o rio Parnaíba, até o atual Estado de Tocantins, vendendo esses manufaturados. Vendíamos sal, principalmente, e na volta trazíamos todas as matérias-primas que se produziam ao longo da hidrovia e da ferrovia. Eram matérias-primas as mais diversas, a cera, o jaborandi, o gergelim, os couros, as peles silvestres, sementes de tucum, mamona, babaçu, enfim, era uma miscelânea. Tudo que se produzia era trazido para cá, e tudo que se trazia para cá era exportado como matéria-prima. O ganho era grande, a movimentação era enorme e não houve uma preocupação em se industrializar a economia.

Quando cortaram o bico do abacate, como diz o Vitor, o Norte do Piauí ficou isolado. Parnaíba foi a grande vítima. Sem dúvida, o assoreamento do rio já havia começado a nos prejudicar de forma extraordinária. Mas, a partir do momento em que se deu prioridade às rodovias, em um traçado, que eu não digo maldoso, mas inteiramente desfavorável para nós, que estamos fora desse “Grande Ípsilon”.

Para nos visitarem, ou para irmos a qualquer outro lugar, temos que ir a Piri-piri. Aí começou o nosso declínio. Então, você tem o assoreamento do rio, você tem a priorização das rodovias, com esse corte do bico do abacate que nos colocou em inferioridade em relação a outros centros comerciais.

Para dar uma ideia, as maiores empresas da capital eram filiais de Parnaíba. Nós representávamos grande parte dos produtos essenciais do consumo do Piauí. Com esse Y nós começamos a perder importância, e outros centros, principalmente a capital, passaram a ter um pouco mais de

indústria. Mas, uma coisa que também foi importante nesse processo, foi o isolamento que a capital nos impôs em relação ao poder público. As nossas lideranças políticas foram, e são, frágeis, elas não têm força bastante, não se unem em nenhum momento para pugnar, para defender a região.

Eu assisti outro dia no Rio de Janeiro a uma palestra onde se tratava das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), que é um assunto que nós vamos falar aqui também. Os representantes do Ceará, alinhando as obras do governo federal com as do governo estadual, só falavam em bilhões. Eram 3 bilhões para isso, 1 bilhão para aquilo. Enquanto isso, nós defendíamos apenas 64 milhões para o porto, uma verdadeira “fábula”.

Então, o que eu digo que faltou, a ausência do poder público, dos nossos políticos, que causaram nossos problemas maiores, nós não tínhamos infraestrutura. O nosso porto foi iniciado em 1922, e sempre foi interrompido, ao longo do tempo. Quando aconteceu o corte desse Y, coisas piores vieram, nós não tínhamos estradas suficientes.

Parnaíba era um grande centro exportador, nós utilizávamos o porto natural de Tutoia – o que já era difícil, porque o porto de Luis Correia, desde 1922, não ia para a frente. O empresário foi obrigado a mandar seu produto para o porto de Mucuripe, no Ceará, através de uma estrada de 600 km, porque você tinha que ir por Piripiri. Nós não tínhamos a estrada litorânea, éramos obrigados a pagar armazenagem no cais do porto, esperando os navios, pagando os despachantes e com absoluta desigualdade em relação ao produto cearense, o mesmo produto.

Isso tudo enfraqueceu o nosso comércio, que inclusive resistiu à ideia de transportar os seus produtos para o porto de Fortaleza e perdeu mercado, foi uma outra daquelas faltas. Mas o que se vê exatamente é que, quando eu falo da ausên-

cia de força política da Parnaíba, do Piauí, nós continuamos com esse rio assoreado. Não se fala em recuperá-lo, o que se fala é da área da Boa Esperança, incluída no PAC. Já estão sendo concluídas as eclusas. Quando isso efetivamente acontecer, a navegação estará viabilizada até Teresina. Mas, de Teresina para cá, nada se fala.

Existe um recurso do PAC que pode, desde que haja uma grande movimentação, uma união de forças, pode ser dirigido ao desassoreamento desse trecho. São cerca de R\$ 300 milhões que existem para a revitalização da bacia do Parnaíba. Essa revitalização é muito mais para reflorestamento das margens do que para desassoreamento. O porto começou efetivamente a ser trabalhado e há uma perspectiva de ser inaugurado em 2010, com um cais de 200 m e com um calado de 7 m. É um calado pequeno, que permite atracação de navios que possam tornar importante essa via de transporte. O governo está aberto a uma PPP, uma Parceria Público-Privada, e a expectativa é de que, em um segundo momento, com ou sem a Parceria Público-Privada, nós iremos atingir uma profundidade de 10, 12 m e nos equiparar, em calado, ao porto de Mucuripe.

A ferrovia é outro item interessante. O governo federal criou um grupo de trabalho interministerial, chamado Ponto de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte (PDSRTMN), com a participação de 22 ministérios, cobrindo essa região, composta de 77 municípios, sendo 33 no Piauí, 22 no Ceará, 22 no Maranhão.

Já se fez um diagnóstico, identificaram-se as deficiências, e foram ouvidas as sugestões de como mudar essa realidade. Mas a ferrovia, para nossa surpresa, assim como a hidrovia, não foram incluídas, em um primeiro momento.

A prefeitura movimentou-se e nós conseguimos incluir a ferrovia, apenas como uma recomendação para o poder públi-

co dar prioridade à sua continuidade. São 280 km de trilhos. Se nós partirmos de Altos para cá, em linha reta, já existe o leito todo desapropriado, é preciso apenas mudar os trilhos; naturalmente, também, os dormentes. Então, um saldo de R\$ 186 milhões não representa nada, se você pensar na importância desse modal de transporte, dessa logística de transporte para o caso da ZPE que Parnaíba está imbuída de viabilizar.

Pois bem, houve então essa promessa de recomendação para que o poder público dê prioridade, incluindo no PAC ou em outro projeto, para que nós possamos ter a ferrovia, para que nós possamos ter o porto. Mas a hidrovía é só um sonho até então.

Na nossa gestão, na administração de que nós fazemos parte, foi dada prioridade a alguns segmentos que nós julgamos importantes para que esse desenvolvimento venha a ser efetivamente sustentável. Nós elegemos o segmento da educação, o segmento da saúde, o segmento do turismo, o segmento da piscicultura, e isso comporta muita agregação de valor às nossas matérias-primas, à industrialização.

Daí ser fundamental a ZPE, a Zona de Processamento de Exportação que vai receber indústrias. Ela terá que produzir matérias-primas e exportar no mínimo 80% do seu valor. Podem-se vender no país até 20%. Naturalmente, nesse momento, com todas as cargas tributárias, para que não se coloque em desigualdade de condições em relação às empresas existentes.

Nós estamos trabalhando para que essa ZPE efetivamente aconteça, a área já foi desapropriada, são 378 hectares à margem da BR-343, próximo ao distrito dos tabuleiros litorâneos. A área fica a 8 km do aeroporto, a 20 km do porto, a 2 km do rio, a 1 km da BR-343 e a 2 km da ferrovia, quando reativada.

Essa ZPE vai nos trazer, com certeza, novas tecnologias, vai nos trazer a empregabilidade, vai nos trazer métodos modernos de administração, enfim, é fundamental para que nós nos desenvolvamos com a infraestrutura que está sendo preparada. Não teremos mais um produto, uma monocultura, mas teremos vários produtos.

O setor de prestação de serviços, na área da educação e da saúde, desenvolve-se de forma muito firme, muito forte. Para se ter uma ideia, em 1969, nós tivemos aqui o primeiro curso superior, como já foi dito. Até então, as lideranças que poderiam estar na Parnaíba ajudando o seu desenvolvimento tiveram que ir para outros Estados, para estudar. A maioria deles por lá ficou. Ficavam aqui só os mais humildes, os mais obedientes, aqueles que ficaram para obedecer. Hoje, temos novas lideranças potenciais. Do meu ponto de vista, poderemos dar continuidade a esse processo de desenvolvimento. Era isso que eu tinha que dizer, naturalmente vamos participar das discussões daqui para a frente, das indagações e até provocações que me forem dirigidas.

VITOR

Agradeço ao Teles por esta sua primeira fala e passo imediatamente a palavra ao Dr. Laércio Nascimento que vai falar do ponto de vista e também do interesse dos trabalhadores.

LAÉRCIO

Inicialmente temos a árdua missão de tentar contribuir para o debate, colocando o papel do trabalhador nesse processo. A minha missão aqui vai ser fazer uma abordagem sobre a visão do trabalhador, em um aspecto macroeconômico e socioeconômico da região de Parnaíba. Na verdade vamos ter essa síntese, porque a gente tem diversas categorias de trabalhadores e como esses trabalhadores, desde a época de auge do município da Parnaíba, da época de decadência,

atualmente, como é que ele se desenvolveu e quais as perspectivas desses trabalhadores.

Inicialmente, eu gostaria de ressaltar a importância deste momento, que não é comum aqui, em Parnaíba. Momentos como este em que a gente tem a presença do governo, a visão do empresário, da Igreja, de organizações não governamentais, dos diversos órgãos, da classe trabalhadora, para suscitar ideias e debates sobre Parnaíba.

Louvo a iniciativa do curso de Economia da Universidade Federal do Piauí, campus de Parnaíba, porque esse debate é importante, e infelizmente deixou de ser feito durante décadas na nossa região. Deixou de ser feito e a gente percebe que todos os setores de certa forma vão levando a sua forma de desenvolvimento para um lado. A mesma forma de desenvolvimento que talvez pensem os empresários. Outra forma de desenvolvimento como pensam os trabalhadores. Os empresários têm uma visão diferente do que seja desenvolvimento e esse debate é importante porque a gente começa a tentar fazer esse desenvolvimento homogêneo.

Eu, particularmente, venho, como profissional do Direito, acompanhando as categorias de trabalhadores. Como eu falei no início, durante as nossas autoapresentações, nós temos aqui um embate – e eu sou testemunha do embate que atualmente está acontecendo, por exemplo, na Ilha Grande de Santa Isabel. Lá na Ilha existe claramente um projeto para se implantar uma forma de turismo que eu considero predatória. Trata-se de um turismo estruturado em *resorts*. Numa área de mais de 5 milhões de metros quadrados, vai-se atingir diretamente a população que trabalha com o cajuí, trabalha com a palha de carnaúba... Vai-se atingir o pescador, o agricultor familiar, o criador de gado.

Preveem-se também outros investimentos públicos na região, em que se visa trazer um desenvolvimento exclusiva-

mente econômico, mas esquecem o principal ator que é o trabalhador – e a sociedade como um todo. Eu estava observando aqui o abacate, o “Grande Ípsilon”. A ilustração desse assunto, o corte do abacate, para mim revelou o seguinte: eu acho que não só o corte do abacate foi um dos fatores que levaram à decadência econômica de Parnaíba. Acho que, por si só, o corte do abacate, da estrada de Fortaleza para São Luis, explicam parcialmente esse fenômeno.

Acho que a forma de desenvolvimento econômico da época áurea, da cera de carnaúba, do charque etc., foi de um crescimento que concentrou muita renda, eu entendo nesse sentido. Houve muita concentração de renda e a maior parte da população de Parnaíba e região não se beneficiou, embora trabalhasse diretamente com os empresários de charque, da cera de carnaúba.

Não houve uma repartição dessa renda, e também eu observo que nós tivemos um período de ditadura militar, que de certa forma fez um desmonte do sistema educacional. A gente antigamente louvava Parnaíba. Aqui havia grandes estabelecimentos de ensino que não deixavam a desejar a qualquer estabelecimento de ensino no país. Infelizmente, deixou-se em segundo plano o sistema educacional. Com isso, a formação da nossa classe dirigente ficou restrita a quem podia mandar seus filhos para estudar em Fortaleza, em Recife, em outras cidades. A evasão de cérebros é também um fenômeno que ocasionou a decadência econômica. Atualmente, a gente observa que o investimento que está sendo feito, muitas vezes não contempla as diversas categorias que sobrevivem em Parnaíba e região. É interessante falar aqui do exemplo de Luis Correia, do Projeto Orla, que já havia sido mencionado anteriormente. O Projeto Orla foi implantado, tiraram todas as barracas da praia. Construíram novos restaurantes, mas se esqueceram do trabalhador que

sobrevive da praia, se esqueceram do trabalhador que vende artesanato, que vende bijuterias...

Enfim, a mensagem que nós tivemos recentemente do Secretário de Turismo do Estado foi que os trabalhadores têm que sair da praia mesmo, que na praia ficam só os restaurantes. Queriam, portanto, transferir mais de 100 pais de família que sobrevivem na praia, transferir para uma área que era o lixão de Luis Correia.

Essa mesma ação foi prevista para a Ilha Grande de Santa Isabel. Com o debate da Ecocity, passaram para a população o seguinte: a Ecocity Brasil vai chegar, vai trazer desenvolvimento. É um investimento de bilhões de dólares, que vai desenvolver toda a região, dar emprego e renda para toda a comunidade. E a comunidade começou a despertar a preocupação, que esse é um dos problemas mais graves da nossa cidade, para a representação fundiária, por quê? Porque o projeto da Ecocity Brasil está atingindo comunidades centenárias, como Canto do Igarapé, inclusive só a Igreja do Canto do Igarapé tem 60 anos, Pedra do Sal, a própria Ilha Grande de Santa Isabel, várias comunidades como Labino, Vazantinha. Enfim, são pessoas que sobrevivem diretamente, como eu falei, da pesca, da coleta da palha de carnaúba, do cajuí.

Então, o que se depreende da situação é que lá, quando começou o debate para tratar desse tema, existia um grupo que estava à frente. A primeira ideia transmitida pelo governo é de que aquele movimento ali visava ao desenvolvimento. Mas esse desenvolvimento que se prega é um desenvolvimento excludente, embora se propague que seja um desenvolvimento que vai trazer renda e vai trazer o turismo para a região.

Pode até trazer turistas, mas tem um lado que prejudica diretamente a economia familiar e também o meio ambiente.

Pode até ser considerado crescimento econômico, mas não desenvolvimento. Felizmente, as comunidades estão atualmente reunidas para tratar desse turismo que o Vitor mencionou, o turismo que se faz na região Sul, em Minas Gerais, no Espírito Santo, o turismo familiar. Por que não se fazer, aqui também, esse tipo de desenvolvimento turístico?

A gente sabe que o *resort* vai trazer, claro, um tipo de turista que vem atrás de prostituição, que vem atrás de... enfim, de se divertir, completamente desvinculado da realidade local. É bastante reveladora a visão do empresário que está à frente desse empreendimento, ao dizer que a Pedra do Sal é feia e que vai prejudicar a venda do *resort* na Europa.

A intenção é remodelar toda a Pedra do Sal, retirar as famílias que moram naquela área, famílias tradicionais, de pescadores que ali trabalham, para colocar em outra área. Após o embate, e depois que as comunidades se reuniram, se organizaram, e têm participado das audiências públicas, apresentaram inclusive o projeto de reserva ambiental do IBAMA...

MARIA ANTÔNIA

Criação de reservas.

LAÉRCIO

Sim, apresentaram ao IBAMA, e o discurso mudou: “Não, não vamos mexer com vocês, porque vocês são importantes para o nosso lado social, do *resort*”. Então, esse é apenas um exemplo de investimento que de certa forma vai trazer lucro para o empresário e vai trazer o turista, mas, em compensação, vai produzir um crescimento fortemente concentrador de renda, aquele mesmo tipo de “desenvolvimento” que deixou Parnaíba numa situação de decadência econômica, que é o desenvolvimento excludente.

Desenvolvimento que concentra renda – o investimento que está sendo feito vai ser exclusivamente para se mandar

todos os ganhos exclusivamente ao bolso do empresário. Isso lembra até um cabo de guerra: você puxa para um lado e o outro puxa para outro... Nós estamos um pouquinho para cá, na nossa luta com relação ao *resort*. Mas existe outro problema, que é o problema da compra da área de uma família, que é a família Silva, que vendeu a área de uma forma absurda...

MARIA ANTÔNIA

Mais de 80 hectares.

LAÉRCIO

Muito mais. Eu sei que totaliza algo em torno de 5 milhões de m², a preço de R\$ 4 ou R\$ 5 milhões, isso a gente não está falando mentira, porque são fatos facilmente comprovados no cartório Almendra. Essas empresas pulverizaram o processo de compra com várias outras empresas, uma espécie de *holding*, para adquirir essas terras, sem que fique revelada a sua enorme concentração.

O problema é que atualmente vai, com certeza, se acirrar daqui para frente é o seguinte: se o *resort* não for implantado, como a gente espera que não seja, vai subsistir a venda da terra do afloramento do Patrimônio da União para essas empresas. As famílias tradicionais, que sempre habitaram Pedra do Sal, Labino, Canto do Igarapé, e outras comunidades, vão continuar sem o título de posse das áreas, inclusive você é impedido de ter acesso aos carnaubais etc.

Então, esse é um problema gravíssimo atualmente na nossa região. Simplesmente, estão se apropriando de uma área enorme, atingindo diretamente a economia familiar. A nossa região é de desenvolvimento turístico, porque nós temos o Delta, privilegiado, mas o acesso, a utilização desse Delta para desenvolver a região é que, infelizmente, a visão da nossa classe dirigente ainda é uma visão de crescimento

a todo custo, mas um crescimento para quem? Para poucos empresários do turismo.

Além desse problema da Ecocity, que a gente está vivenciando no dia a dia, a Geovânia mencionou o problema de uma área aqui na cidade de Parnaíba, que é o parque José Estevão. Nesse parque existem muitas famílias que sobrevivem da coleta do lixo na nossa cidade de Parnaíba. São todos trabalhadores informais. Infelizmente, nenhuma das administrações que chegaram ao poder municipal, e eu particularmente, quer dizer que eu votei, dou sustentação e apoio à atual administração municipal, mas infelizmente ainda não se criou um sistema de captação, de reciclagem, de forma que esses trabalhadores pudessem ter dignidade. **Não se trata só de direitos humanos, não. Trata-se de assegurar aos tradicionais moradores os direitos mínimos, como o direito à alimentação, direito à moradia, direito à saúde, enfim, direito à vida, ter acesso às coisas básicas. Nós temos água potável, podemos até comprar água mineral e beber tranquilamente. Eles, lá, não. Eles cavaram um poço, contaminado pelo lixão, e bebem aquela água contaminada porque não têm água encanada, para dar só um exemplo.**

Todavia, esse fenômeno, do Parque José Estevão de Parnaíba é um fenômeno que se repete, que vai daqui a uns anos ser ainda mais grave porque Parnaíba tende a crescer. Esse não é só um fenômeno migratório para Parnaíba, mas também as famílias cujos filhos crescem, casam, não têm casa e vão atrás de terreno para morar e ocupam terras. Estando desocupadas, fazem uma casa de taipa, mas não têm energia, não têm luz. Enfim, é um problema que vai se agravar porque falta na nossa cidade uma política de ordenamento do espaço, de uso do solo.

Sobre essa questão fundiária, falta em Parnaíba um planejamento urbano mínimo, que seja de organização dessas

comunidades. O que a gente vê são casas por cima de casas, são inferninhos sendo criados por aí e totalmente insalubres. A gente percebe que falta, portanto, uma resposta do poder público em relação a isso. Outro aspecto polêmico que eu gostaria de considerar neste momento, a nossa situação econômica, pois uma coisa não está dissociada da outra, é o aspecto político.

Por que eu mencionei o aspecto político? Porque a gente percebe que, entra ano e sai ano, as eleições de Parnaíba são movidas pelo clientelismo. A nossa classe dirigente, principalmente vereadores – eleição para vereador é eleição clientelista – claramente, a gente sabe disso.

Trata-se de um fenômeno da seguinte forma: eu gosto muito também do exemplo daqui da companheira Maria Antonia, que se candidatou a vereadora nas últimas eleições. Por quê? Gosto não só do valor pessoal da Maria Antonia, mas de pessoas que trabalham diretamente com as comunidades. Passam anos e anos trabalhando com as comunidades, tiram de enchente, constroem casas em mutirão, conseguem cursos de capacitação, tentam dar dignidade, agem, portanto, com ética. Trabalham juntos, durante o ano inteiro. Quando chega a época da eleição, quando se coloca o nome à disposição, para concorrer – como Maria Antônia colocou o nome dela... Simplesmente aparece um candidato cujo pai fornece R\$ 500 mil, R\$ 200 mil, R\$ 300 mil e passa a dar colchão, dentadura, cimento, televisão, telefone celular...

Enfim, essa política clientelista é cultural, faz parte da cultura da cidade de Parnaíba. Eu acho que, com os novos investimentos em educação, que agora nós estamos tendo, isso poderá mudar. Quando eu fiz faculdade de Direito, Parnaíba não tinha muita opção, eu fiz por vocação, porque eu gosto de ser advogado, sempre quis ser advogado, mas se você quisesse fazer um curso de Odontologia, por exemplo, você

tinha que sair, ou Engenharia de Pesca, ou Psicologia. Atualmente já temos esses cursos em Parnaíba.

Muitas são as soluções para os problemas socioeconômicos que nós estamos enfrentando. Elas envolvem também investimentos em educação. Felizmente, estamos tendo esses investimentos em Parnaíba, nas universidades, no CEFET também, e outros investimentos. Com o tempo, nós vamos criar em Parnaíba jovens formados com uma visão e ideias diferentes. Eu tenho essa esperança. Acho que, se a gente não tiver esperança, a gente não tem razão para viver. Eu tenho essa esperança de que a gente poderá estar renovando a classe dirigente, política, seja empresarial, através da educação. Eu acredito que a gente vai estar colhendo frutos positivos a curto e médio prazo. Essa juventude está se formando, com esses investimentos que atualmente vêm para Parnaíba. Nós devemos estar nos policiando para que sejam investimentos realmente voltados, não simplesmente para consideração de renda, mas que possibilitem que os mais diversos atores sociais possam estar se beneficiando deles, possam mudar a realidade que a gente vive.

Então, eu vejo da seguinte forma, a gente atualmente vive um quadro de precarização do trabalho humano em Parnaíba. A gente vê o trabalhador da palha de carnaúba sendo extremamente explorado pelos atravessadores. É gente que arrenda carnaubais e contrata mão de obra barata para tirar palha de carnaúba. Depois, vendem a cera para a Vegetex e para outras empresas. A gente percebe isso. Por que esse carnaubal, que é da Ilha Grande de Santa Isabel, que é patrimônio público, que é patrimônio do povo brasileiro, não é tratado pela própria comunidade?

A gente vê também a questão do caranguejo. A gente percebe, na exportação desse caranguejo para Fortaleza, para o grande empresário de Fortaleza, que metade do caranguejo

que vai para Fortaleza morre durante a viagem. E se compra a preço irrisório esse caranguejo do trabalhador que vai para o mangue. Isso também é uma realidade, sobre a qual a gente poderia estar criando, na Universidade, junto à comunidade, meios para evitar o atravessador do caranguejo. Assim como Maria Antonia conseguiu fazer aqui com os artesãos.

Enfim, são esses os problemas que eu identifico, que a gente acompanha no dia a dia, eu particularmente conheci no dia a dia a realidade, seja do trabalhador da Ilha Grande, seja através do problema de regularização fundiária da cidade de Parnaíba. Iniciativas, como a do curso de economia, eu entendo como importantes, porque aqui a gente pode falar. Embora a gente não concorde com algumas posições, a gente pode, nesse processo dialético, chegar à construção de uma cidade melhor. Então, essa é a minha contribuição.

VITOR

Muito obrigado, Laércio, pela sua contribuição. Agora vamos ouvir o professor José Djalma de Lacerda.

DJALMA

Primeiro eu quero confortar a dona Maria Antonia com uma frase que ouvi que eu nunca esqueci, desde adolescente, faz um bocado de anos: “Se não fosse a tristeza para esvaziar o nosso coração, como que caberia tanta alegria?”

Eu quero também parabenizar a Empresa Júnior de Economia que eu vi nascer, que eu fui, não pai, mas eu participei, digamos assim, do projeto inicial. Eu organizei também parte da estrutura, que, a bem da verdade, nasceu de um trabalho quase dissidente da Empresa Júnior de Administração. O professor Geraldo e acho que também o professor Pedro Pinto começaram todo esse trabalho na PASSEC-JR. É um trabalho interessante, sempre por nós defendido, até por

que, o Vitor colocou aí, é de grande importância que essas cabeças emergentes, cabeças efervescentes dos universitários já estejam com o pensamento fora da universidade, voltado para a comunidade real.

A Empresa Júnior, as empresas juniores têm esse propósito, nas incubadoras e nas propostas, de preparar o aluno já para chegar no mercado com um amadurecimento necessário que o mercado exige.

Eu concordo com o Teles, quando ele diz que a educação aqui começou tardia, a educação que eu falo profissional, 1969. Eu sou oriundo da Paraíba, nessa época eu cursava lá, na Paraíba, em Campina Grande, que é uma cidade a exemplo de Parnaíba, é uma cidade importante, mas no interior, já defendia a instalação da Universidade Federal, que hoje inclusive é uma realidade.

Então, nós, eu acho, iniciamos tarde. Concordo quando ele diz também que os netos não tiveram a preocupação com o soerguimento da riqueza criada pelos avós, que, mais apropriadamente, teriam sido avós ricos, filhos nobres e netos pobres.

Essa evasão de inteligência é uma das causas preocupantes, muita gente deixou Parnaíba, principalmente, que era inclusive considerado um centro de excelência em ensino, e essas pessoas não retornaram, não houve uma repatriação para Parnaíba. A falta dessas cabeças pensantes para criar esse projeto de desenvolvimento... Esse é um dos pontos que eu considero ser a nossa fragilidade.

Eu também aqui concordo com toda a colocação do Vitor, a imagem do abacate. Para vocês terem ideia, um fato recente, estão construindo uma ponte em Luzilândia. Essa ponte vai ser o ponto de passagem para o Maranhão. Trata-se da ponte da BR-101, e sabemos que a BR-101 é uma rodovia litorânea, porque nós temos a BR-101 e a BR-116. A BR-116

faz o eixo do sertão, e a BR-101 faz o eixo do litoral, e ironicamente, nós estamos no litoral e a BR-101 não passará por Parnaíba. De Piripiri ela seguirá para Luzilândia, até chegar em São Luis.

Eu não estou reclamando, até porque também concordo com o Vitor, quando ele fala do projeto do presidente Juscelino, que negligenciava as vias de transporte mais baratas para a interiorização do desenvolvimento. Até porque os americanos e europeus, que estavam presentes aqui nesse modelo de desenvolvimento, não desprezaram as suas hidrovias, nem as suas ferrovias. **Nunca desprezaram. Mas promoveram o desenvolvimento de rodovias.** Aqui, a gente sabe, grande parte da nossa riqueza sofre com os buracos e as curvas, as distâncias. Por exemplo, a matéria-prima que vai do Nordeste é manufaturada no Sul e volta para o Nordeste, ou seja, passeia por aproximadamente 6 mil km, até chegar ao nosso consumo – coisas que foram geradas por nós.

O Vitor, neste trabalho aqui, deu uma entrevista ao professor Puskas, que é professor da Universidade Federal do Piauí, em Teresina. Eu considero isso aqui um trabalho fantástico. Ele chamou a atenção para uma coisa que me alertou em relação à questão do sistema monopsonista dos tabuleiros litorâneos, cuja produção de acerola orgânica é vendida a um único comprador.

Eu fiquei preocupado porque, de fato, constatei aquilo ali, em visita que fiz ao próprio local. Toda a acerola é vendida para uma **única empresa do Ceará. Os pequenos produtores, sem agregar valor nenhum, vendem acerola *in natura*, para o Ceará.**

VITOR

É o canudinho de Fortaleza chupando o suco do abacate, no caso, suco de acerola.

DJALMA

Pois é, nós estamos em pleno século XXI, e ainda com essa mentalidade desenvolvimentista, praticando o extrativismo. Isso é preocupante mesmo, então tem que chegar a um trabalho de consciência e buscar investimentos para agregar valor lá nos tabuleiros litorâneos, em vez de continuar exportando somente produtos *in natura*.

O Teles falou em relação à ZPE. Eu também acho interessante, agora o que eu vejo é que, aqui na região, não temos um projeto, temos fragmentos de projetos. Para termos um grande projeto de desenvolvimento, precisamos partir de um eixo central e ampliar outros eixos desse projeto, além da piscicultura, dos tabuleiros litorâneos, do turismo, da educação e da saúde.

Como não existe um eixo central, o nosso projeto ainda não é um projeto. São fragmentos de projetos que não trazem um projeto para a região.

Manifestou-se aqui, e ainda hoje existe, que eu achei interessante, aprovei, também participei da criação do Projeto Mandu, porque eu achei que é um projeto importante, que envolve toda essa problemática da geração de renda. Estou me referindo principalmente às **pessoas menos aquinhoadas no sistema**, digamos assim, de mercado excludente. O Projeto Mandu realmente foi um trabalho belíssimo, com a Professora Maria Helena, que hoje está um pouco afastada por causa da sua pós-graduação, mas tenho certeza, que, pela vibração dela, ela deverá devolver os seus conhecimentos aqui. Outros alunos nossos, daqui do curso de economia, também vibraram com o Projeto. Observe-se que já estão sendo colhidos frutos de um trabalho que começou bem simples, com os catadores de caranguejo; um trabalho cuja documentação eu tenho.

Essas iniciativas, eu considero da maior importância. Por exemplo, na minha autoapresentação, falei que nós partici-

pamos de um fórum. Esse fórum ainda existe, com o Sebrae, com os representantes das principais instituições econômicas, públicas e assistenciais daqui de Parnaíba. Trata-se do Fórum da Bacia Leiteira daqui da região de Parnaíba, não sei se é só o município de Parnaíba, mas a região como um todo. Esse fórum já trouxe frutos positivos, até o laboratório que havia sido proposto para alguns exames veterinários já deve estar funcionando – ou pelo menos instalado, na Embrapa. O laboratório já foi fruto desse fórum. E outras conquistas como, por exemplo, recursos para fazer levantamentos diagnósticos da região, focados no setor primário.

Então, nós sempre damos a nossa colaboração, eu sempre participei porque, como vocês sabem, eu já transitei em várias instituições que tiveram participações diversas. Por exemplo, o Instituto Euvaldo Lodi, onde se faz todo um trabalho de interação entre o empresariado e a universidade. Foi nessa ocasião, quando eu era o então superintendente, que nós trouxemos o Vitor várias vezes aqui para discutir os fundamentos econômicos, a internacionalização dos mercados. Eu, inclusive, ainda tenho aquele texto utilizado pelo Vitor, no seu curso. Cada vez que eu consulto o texto, lembro que, já naquela época, tratávamos da globalização dos mercados, quando pouca gente falava disso. Depois foi que o processo deslanchou. Da mesma forma, na cooperativa Delta, onde eu sempre tive a preocupação de me atualizar, de pesquisar o mercado do leite e laticínios.

Com relação à educação, eu vibro com a educação. Fui professor por vários anos, aqui no campus. Fui seu professor? (dirigindo-se a uma estudante). Ah, sim, no minicurso de Empreendedorismo, por ocasião do I Simpósio de Economia do Litoral Piauiense.

No curso de graduação em Economia, fui professor de Desenvolvimento Socioeconômico, li bastante sobre o as-

sunto, entendo que essas discussões são muito profícuas. A gente sabe que a educação é a base do desenvolvimento, a âncora, em todos os países desenvolvidos do mundo. Mesmo sendo capitalistas, pelo menos eles se preocuparam em reduzir o seus índices de analfabetismo, de mortalidade... até porque entendemos que os fluxos, os parâmetros como o IDH – que é o Índice de Desenvolvimento Humano – todos esses indicadores incluem educação, renda e longevidade como parâmetros de desenvolvimento para que se possam comparar países e regiões.

Nós ainda temos um parâmetro muito ruim, mas eu acho que a educação vai melhorar esse atual estado das artes. Como consequência da educação, o desenvolvimento vem com o setor industrial – mas eu sempre defendo a questão do valor agregado.

VITOR

Mais recentemente, o desenvolvimento tem tido novos aliados, além da indústria, como os novos serviços, principalmente a informação e as novas tecnologias...

DJALMA

Vitor tocou num assunto interessante. Trata-se das regiões brasileiras que se empenharam em participar do modelo, do programa de Industrialização por Substituição de Importações. Mesmo com máquinas velhas, cientes da baixa produtividade e da falta de competitividade, mas, mesmo assim, tiveram intenção de criar um modelo próprio de desenvolvimento. Esse modelo sobreviveu graças a políticas industriais com base na proteção de mercados, como se faz com qualquer indústria infante.

Como o Teles descreveu, a nossa região era muito rica, mas ninguém se preocupou em ver a questão política, a questão do abacate, a questão do Piauípsilon, como Vitor nos mos-

trou. Isso eu acho que é a nossa principal fraqueza política – o fato de não se ter incluído Parnaíba nesse grande Projeto Piauí.

Para nós, essa discussão é fantástica, vamos dar toda a colaboração possível, embora eu ache que o modelo político continua sendo Piauípsilon porque a Transnordestina não vem para Parnaíba, certo? E nós temos uma grande via, em importância, é esse rio, que, infelizmente, não recebeu investimentos para desassoreamento, dragagem, ou seja, se não tivessem maltratado tanto o rio, as enchentes não seriam também tão devastadoras para as famílias ribeirinhas.

VITOR

Devastadoras não só para as famílias de moradores e trabalhadores, mas, também, para grandes e pequenos negócios, como as fazendas de camarões, de gado, extrativismo vegetal, roças, olarias, artesanato, enfim, todas as atividades que se praticam no espaço sujeito a enchentes.

DJALMA

O rio, estando assoreado, a tendência é ultrapassar as suas margens e buscar espaço. Como o próprio Teles colocou, não está no pacto, nem a rodovia – o que eu acho um absurdo, pois se está investindo num porto, tendo-se um rio assoreado. Esse rio não vai permitir o transporte de cargas em embarcações maiores e nem se restaura a ferrovia, que seria outra via – e isso é dito por ele como uma perspectiva de implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE).

Nós sabemos que o transporte ferroviário é um dos mais competitivos, pois o seu custo só perde para o custo do transporte hidroviário. Então, não é possível imaginar um projeto de desenvolvimento, por isso que eu falei, em fragmentos de projetos.

Estão ampliando o aeroporto, embora o transporte aéreo seja o mais custoso, que agrega o maior custo ao preço final do produto. Estão ampliando ou concluindo o porto, e se esquecem da ferrovia e da hidrovia, que são os dois meios de transporte, dentro do processo modal, os mais baratos. Além disso, serviriam a todas as principais cidades da região e do Piauí, tanto a ferrovia quanto o rio. Esses dois projetos não estão incluídos num projeto maior, chamado Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Então, como é que nós podemos pensar no crescimento de Parnaíba e região se os dois principais projetos não estão incluídos?

E Teles ressaltou, o que eu acho importante, que, para se ter essa ferrovia, só é preciso começar a fazer a linha, porque todo o processo de desembarço ambiental, todo o processo de desapropriação das margens da linha é desnecessário. Acredito que as autoridades ambientais só apresentariam algumas ressalvas, como necessidades e cuidados ao longo do novo trajeto, pois a linha antiga já existe.

Projeto mesmo, como um projeto macroeconômico ou socioeconômico, mais abrangente, a gente não vê. A gente só vê fragmentos. Nós temos que ter, daqui para a frente, um trabalho, um movimento para organizar e coordenar esses fragmentos dentro de um grande projeto de desenvolvimento socioeconômico. Essa é a minha visão.

Por exemplo, a bacia leiteira. Tínhamos uma grande cooperativa. Quando eu gerenciei a cooperativa Delta, chegamos a receber 60 mil litros de leite por dia, na plataforma. Distribuíamos produtos para várias cidades, inclusive Teresina. Tínhamos 60 funcionários, mas hoje a cooperativa está reduzida a uma sucata que recebe não mais que 12 mil litros, quando o seu ponto de equilíbrio era 40 mil litros. Então, imaginem o que é trabalhar numa situação extremamente ruim, e já chegou ao cúmulo de só receber três mil litros de

leite! Ressalto ser da maior importância essa bacia leiteira e a cooperativa – o Merval, que é empresário do setor, poderia estar presente também, pois ele faz parte do processo.

VITOR

Bem lembrado, vamos procurar o Sr. Merval, para uma entrevista. (proposta aprovada por todos)

DJALMA

Eu destaco a cooperativa como um patrimônio socioeconômico da maior importância, porque ela possibilita reversão da renda. Estamos vendo isso, no exemplo que foi colocado na entrevista fantástica dos professores Vitor e Puscas, ao *Informe Econômico* da UFPI. Na entrevista, eles falam de tudo, inclusive dos shows – fato que eu achei interessante, pois isso representa uma evasão de renda.

A cooperativa faz exatamente o contrário: ela sai daqui, do Brejinho, aqui do interior de Parnaíba, de onde coleta o leite, vai até Teresina, onde capta o recurso, e depois devolve ao produtor no seu local de produção. Assim, o produtor valoriza o seu patrimônio. O que é mais importante, do ponto de vista social, é que, assim, ele consegue manter o seu status, o seu habitat de vida e de trabalho, sem necessidade de políticas sociais. Em outras palavras, minimiza aquilo que eu acho ser a maior agressão social do mundo – essa história da migração campo-cidade.

Nós observamos que as cidades não estão preparadas para receber tanta gente, enquanto o campo vai se tornando um latifúndio natural. Isso, por que as pequenas propriedades vão se somando, e, quando você se espanta, tem um cara com mil, dois mil, três mil hectares. Estou dizendo isso com conhecimento de causa porque eu também fui extensionista rural, trabalhei na Emater durante 15 anos. Meu vínculo com aquela empresa foi de 20 anos, mas trabalhei efetivamente

durante 15 anos, e conheço todo o processo do interior, principalmente do Piauí, onde eu desenvolvi minhas atividades: Cocal, Piracuruca, Parnaíba, Joaquim Pires, Batalha..., portanto, eu conheço essa região e a gente sente que a cooperativa não recebe o apoio que deveria receber.

Se as pessoas atribuem o problema à má gestão, que se tirem os maus gestores, pois a cooperativa tem um brilhante trabalho social de reversão de renda; Vitor sabe muito bem do que eu estou falando. Os demais também devem entender que, em vez de permitir a saída do recurso dos shows que vêm para cá, recursos que saem daqui para fora, a cooperativa faz exatamente o contrário. Ela traz recursos de fora pra dentro, o que fortalece Parnaíba e região, fortalece o setor primário, agrega valor porque o leite daqui também sai na forma de iogurte, manteiga, queijo etc.

Pode-se agregar valor, quer dizer, essa riqueza não está incluída em nenhum projeto de desenvolvimento. Riqueza que foi por tanto tempo, aqui em Parnaíba, a maior fonte de renda. O produto mais importante – tirando a época em que predominava o extrativismo vegetal da carnaúba. Depois desse ciclo, veio a bacia leiteira que ainda é a maior e a mais importante do Estado do Piauí.

Então, no meu entender, houve uma omissão política nisso aí; não estou atribuindo a ninguém, acho que é um processo, inclusive, atual. Não houve uma preocupação em manter esse patrimônio que eu acho ser da maior importância.

Eu faço sempre essa comparação, vejam bem. A Merck é uma empresa multinacional, que explorava o jaborandi, extraíndo pilocarpina, aqui em Parnaíba. No dia em que ela achou por bem não fazer mais aquele investimento, foi embora. Simplesmente fechou as portas.

Veja a diferença em relação a uma cooperativa. A cooperativa nunca vai fechar as portas, desde que ela tenha apoio, ela

sempre estará viva, pois o seu organismo de funcionamento é ela própria. Ela pertence ao povo daqui, diferentemente do investidor que está lá na Alemanha, aplicando seu dinheiro em ações da Merck.

Então, a gente tem que trabalhar mais, pensar mais, fazer mais reuniões como esta, porque, assim, a gente vai crescendo. Digo isso porque, quando começamos o fórum da pecuária, eram somente quatro pessoas. Hoje, o fórum tem aproximadamente 20 representantes, por que Sebrae, Federação das Indústrias, Sesi, Sesc, todo mundo participa desse fórum.

Mas pode-se perguntar, o que tem a ver Sesc com leite? Sim, pode não ter, diretamente, porque o Sesc não tem vaca. Mas o Sesc tem pessoas, pessoas que consomem leite e derivados. Este é todo um processo que a gente entende deva ser discutido. Eu dou o maior valor a este trabalho de hoje, que, sendo um sábado, eu bem que poderia estar na praia ou poderia estar tomando uma cervejinha, não é, dona Maria Antônia? (risos)

Mas estou aqui, faço questão de participar, e, quando for solicitado, com certeza, me farei presente, pois eu acho que a gente tem que pensar a Parnaíba grande, a gente tem que botar um Delta ou um Tau...

NILDA

O Tau de São Francisco.

DJALMA

... no meio desse ípsilon, fazendo a linha do ípsilon chegar até Parnaíba. Por isso, eu quero parabenizar a iniciativa da Empresa Júnior, da UFPI, e dizer que estou à disposição, nunca me neguei, sempre que sou solicitado, estou dando a minha modesta contribuição, certo? (aplausos)

VITOR

Obrigado, Djalma. Nilda Leitão com a palavra. Nilda coordena projetos sociais da Cáritas Diocesana.

NILDA

Tive a honra de participar deste momento, desde a fala da Maria Antônia até a do Djalma, deu pra perceber como um projeto social também consegue permear todas essas questões aqui levantadas. O que se falou aqui foi nos atingir lá na nossa roça, na horta orgânica do nosso projeto. Para você ver como é, também, esse questionamento sobre o desenvolvimento. A gente não é contra o crescimento econômico, mas nós somos, sobretudo, a favor da construção do desenvolvimento, não é?

O desenvolvimento, da forma como é imposta, como exclusivo crescimento econômico, impossibilita os pobres de terem uma participação efetiva no resgate da sua própria vida. O projeto social tem como objetivo central resgatar a cidadania, devolver a dignidade, desenvolver a autoestima e promover uma geração de renda.

Acho este momento muito oportuno, muito cabível para o que propõem os estudantes de Economia. Eu queria parabenizar a Universidade também, não somente como centro produtor de conhecimento, mas como o conhecimento está resgatando a dignidade do povo de Parnaíba. Achei interessante a apresentação do abacate e do Piauípsilon. Li também, ontem, a entrevista do Vitor no *Informe Econômico*, sobre o que eu falarei posteriormente.

Quanto ao Tau, gostaríamos de dizer que é o símbolo franciscano, ele pega pequenos sinais das comunidades e as transforma. Ainda temos essa esperança, como a Maria Antônia, de transformar essa realidade através de pequenas iniciativas, como o Djalma falou, utilizando o exemplo da

cooperativa. Se houver oportunidade, poderemos aprofundar um pouco mais, por dentro do trabalho na prática, que todos fazemos, as tendências de outra cooperativa que nós estamos criando.

ANDRÉ

Eu gostaria de mostrar alguns dados estatísticos que eu coletei e elaborei para uma apresentação. Trata-se de indicadores socioeconômicos sobre Parnaíba e região. Em seguida, deixarei todo esse material para que o professor Vitor possa incluí-lo como anexo. [Ver Anexo II]

VITOR

Vejam só a importância da participação dos estudantes. André, que é estudante de graduação em Economia, preparou sozinho esta apresentação. Os dados coletados poderão, sem dúvida, vir a ser utilizados na sua monografia, no seu trabalho de conclusão de curso. Muito obrigado, André. Agora, vamos fazer voltar a palavra ao Pe. Antônio, que já tinha agendado outro compromisso e precisa se retirar. Não sem antes ouvir os nossos agradecimentos pela sua enriquecedora participação nesta mesa-redonda.

PE. ANTÔNIO

Nós aqui estamos também para, acima de tudo, louvar essa iniciativa. Eu espero que não fiquemos por aqui. Espero também que outras iniciativas semelhantes a esta possam vir a ser organizadas. Como Igreja, a gente fica feliz de poder também dar a nossa contribuição, estamos abertos para colaborar, arregimentar forças.

Antes de sair, vamos deixar, como representante, a Nilda, que trabalha mais diretamente, na Diocese, com esta área de projetos sociais, de atendimento mais direto com as pessoas, com os pobres, os sem renda, conforme aparecem nas estatísticas.

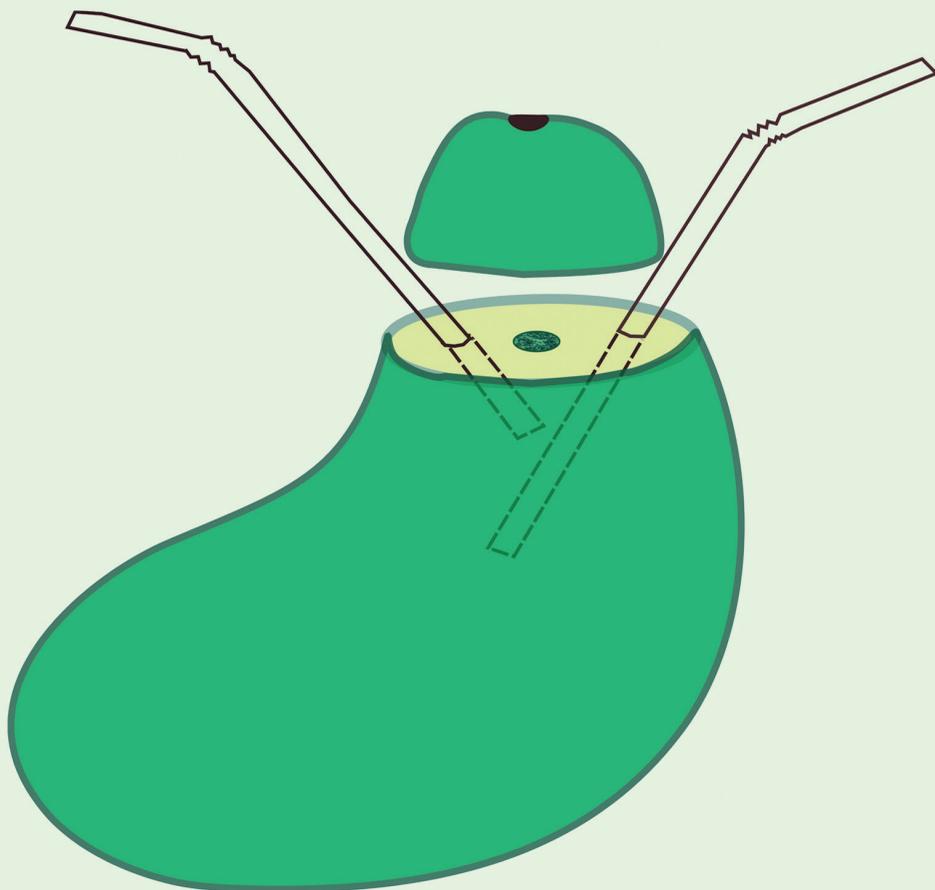
Essa é uma preocupação da Igreja, como já diziam os antigos padres da Igreja: “o tesouro da Igreja são os pobres”. Não que a Igreja queira a pobreza e a miséria. Pelo contrário, a Igreja sofre, a Igreja também experimenta uma angústia de mãe, por ver tantas pessoas ainda excluídas de uma condição digna e de uma vida melhor para si mesmas, como pessoas, e para aqueles que estão separados da sua família. E aqui também a nossa alegria por estar ao lado e vendo que pessoas tão jovens já estão aí tão preocupadas com o nosso desenvolvimento, com o bem-estar do nosso povo. E a preocupação também, alertada pelo Djalma, com relação à cooperativa. E, por que não, com tantas outras empresas? Na nossa cidade, isso me preocupa muito, como padre que sou. Cada vez que a gente ouve, nas conversas com os nossos fiéis... Fiéis que não raro nos procuram para orientações, para ajudar também a amenizar a dor e o sofrimento, muitas vezes causados pelo desemprego, pela fome e tantas outras coisas.

E quantas pessoas, angustiadas, muitas vezes nos procuram para manifestar a sua dor, o seu sofrimento, “padre, eu estava trabalhando, estava empregado, mas a empresa vai fechar, a empresa vai falir, não tenho mais como trabalhar...”. Então, a gente se pergunta, mesmo na prática, com tantos milhões, como falava o Teles. De que maneira esses milhões, que vão chegar em tantos projetos, em tantas iniciativas, também vão chegar à **mesa do nosso povo, das pessoas nas periferias, nas nossas cidades?** De que maneira as iniciativas do poder público e administrativo também estão favorecendo a criação de mecanismos para que esses recursos sejam mesmo aplicados e fiquem aqui para amenizar e melhorar a situação do nosso povo? Isso, porque, vendo esses dados, tantos milhões que entram, tantos milhões que chegam a nossa cidade, de que forma, de fato, esse dinheiro

é distribuído para dar acesso a uma vida melhor para o nosso povo, para a nossa gente?

Então, agradeço pelo convite, professor Vitor, que Deus nos abençoe a todos, ilumine vocês e nos dê coragem para lutar pela construção de um mundo melhor, mais justo, mais solidário, mais humano. (aplausos)

O PROJETO EXCLUDENTE CORTA O ABACATE
ENQUANTO O PIAUÍ VIRA SUCO



... PERGUNTAS E COMENTÁRIOS DOS ACADÊMICOS ...

VITOR

Obrigado, Pe. Antônio. Obrigado, André, Nilda... Muito obrigado a todos. Vamos passar à segunda parte e ouvir com atenção as perguntas e comentários dos estudantes convidados. Em seguida, ouviremos as respostas e novos comentários de todos os participantes.

GEOVÂNIA

Numa visão holística, o que deu para entender, como estudante de Agronomia e professora de Geografia, embora trabalhe também na questão social, a gente percebe que, assim como a construção civil, qualquer edificação, ela só tem uma durabilidade, uma resistência, se tiver um alicerce. O que se percebe é que, na nossa sociedade, o alicerce é a massa popular, são as pessoas que vivem no meio social. Se essa sociedade não tiver uma base estrutural, podem vir ciclos e ciclos econômicos que ela vai car. Assim como Parnaíba já teve o ciclo do charque, do extrativismo, do leite, observa-se que estamos vivendo o ciclo da acerola orgânica, né? Hoje, nós sabemos que a acerola orgânica que é produzida nos tabuleiros litorâneos é a maior do Nordeste. E também nós não podemos deixar de ver o lado positivo desses ciclos, especialmente a acerola orgânica. Embora tida como uma monocultura, trata-se de uma monocultura diferente. Nós, que conhecemos e que acompanhamos o desenvolvimento daquelas pessoas trabalhando lá... Os proprietários de lá, ontem eram vendedores de feira. São pessoas vindas do Ceará ou dos municípios vizinhos.

Foram esses pequenos produtores mesmo que agarraram essa ideia de plantar para progredir.

Sabe-se que, hoje, a pessoa que trabalha lá nos tabuleiros litorâneos, o coletor, ele chega a atingir uma renda diária de 40 reais, só na colheita de acerola. São pessoas que não tiveram educação, que não estão preparadas, mas que têm um retorno, no final do dia, de 40 reais que vão prover a sua família. Se a acerola está sendo exportada, quem é que hoje não trabalha visando à sua melhoria? Agora, a nossa preocupação é ver se está tendo retorno social, e esses trabalhadores, eles não são estrangeiros que vieram pra cá e estão crescendo, são pessoas que cresceram lá na base.

Esse é um ponto que eu queria colocar na questão dos distritos de irrigação. Nosso ponto de vista, o que se tem de trabalhar, também no distrito, é uma coordenação da produção. Infelizmente, até uns dois anos atrás, plantou-se caju, que acabava se estragando, e a compra direta, que é uma política pública, vinha para salvar os plantadores. Hoje, o pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado não está mais conseguindo fazer a compra direta, porque substituíram as plantações de caju por acerola, que está dando mais resultado.

Seria melhor se tivesse uma produção coordenada, mas isso fica à mercê da administração, da associação. O que se vê na sociedade, no momento que estamos vivendo em Parnaíba, é que está tendo muitos recursos. Os recursos são bem-vindos, mas, será que eles estão chegando até a ponta? Maria Antônia é testemunha, a questão do PCPR [Projeto de Combate à Pobreza Rural]. Dizem, é um dinheiro fictício, que ninguém vê. Dinheiro pra cá, dinheiro pra lá, mas, na hora da execução, aparecem os entraves. Não existe a facilidade de o dinheiro chegar até as comunidades realmente carentes.

Temos o Pronaf, que agora está trabalhando com a inadimplência. Por quê? Porque as famílias que contraíram empréstimo e foram beneficiadas não tiveram um acompanhamento técnico, e nem souberam gerenciar o dinheiro. Estão aí, devendo. Hoje, algumas famílias estão impossibilitadas de fazer novos contratos do Pronaf, justamente por conta da inadimplência, por causa das dívidas. Então, como resolver essa situação? Será que a solução seria criar fundos municipais para financiar o agronegócio, a agricultura familiar, as cooperativas? Será que nós devemos levar essa ideia de cooperativa às comunidades? (Ver Apêndice III)

Na comunidade da Vazantinha, Maria Antônia é uma pessoa que tem credibilidade. Ela é uma liderança que faz e acontece. Mas, nas outras comunidades, percebe-se que as associações não têm credibilidade, porque as lideranças, quando assumem o poder, sofrem oscilação, elas sempre são patrocinadas pelo político local. E esse político também sofre oscilação. Ora ele está no poder, ora não está.

Cabe a nós, cabe aos estudantes – que são privilegiados dentro da Faculdade – levar essa ideia sob a forma de campanhas de cooperativismo e exemplos de campanhas que dão certo. Nós aqui somos pessoas privilegiadas, insisto dizer.

Nós, que trabalhamos com educação no ensino público, percebemos que existem alunos alienados, não sabem nem o que estão fazendo na sala de aula. Eles não têm nenhuma perspectiva porque os pais também vivem problemas familiares sérios, como prostituição, fome, desemprego. Quando eles estão ali, na sala de aula, eles trazem o mundo de fora, não conseguem produzir nada em sala de aula. Aquela pirâmide estatística que o André apresentou está-se afunilando cada vez mais. Os ambientes universitários estão crescendo, sim, mas será que a sociedade da base tem ou vai ter

acesso à Faculdade? São perguntas que a gente faz porque se percebe, mais uma vez, que a sociedade tem carência, dificuldade de acesso à informação. Cursos de capacitação para pedreiros, eletricitas... propiciam geração de renda às famílias, às comunidades. Era isso que eu queria colocar.

NATASHA

Eu tenho uma dúvida. O professor Vitor começou falando do abacate, do modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), do Piauípsilon, por que Parnaíba ficou à margem desse processo de industrialização, permanecendo no modelo primário-exportador.

Minha pergunta é com relação à ZPE. Diz-se que a ZPE vai dar trabalho no processamento das frutas, leite, cera de carnaúba. E os fármacos? No caso, o extrativismo vegetal? Aqui tem uma indústria que trabalha na extração do jaborandi. Até que ponto isso é bom ou ruim para a região, já que vai continuar explorando coisa assim, com base no modelo extrativista, quase sempre predatório. E como vai ficar a situação durante esses 20 anos de ZPE, como é que vai ficar a economia, devido à exploração desses produtos?

SARA

Como seria fazer um estímulo para que esses nossos pontos fracos que temos aqui em Parnaíba fossem desenvolvidos? A gente vê grandes projetos fragmentados, como disse o professor Djalma. O que falta para que eles sejam implantados de forma coordenada, para que a nossa cidade cresça? Nós temos uma cidade de estudantes, é praticamente uma cidade universitária, onde eles fazem graduação, fazem pós-graduação. Sim, nós vemos um crescimento nesse setor educacional também, então, quais seriam as providências a serem tomadas para que esses pontos fracos tivessem um desenvolvimento?

Os projetos que a gente vê, que nós temos, como a ZPE, em termos de turismo, em termos de educação, a gente vê um ponto bem positivo, qual seria o estímulo para superar aqueles pontos fracos? Nós temos recursos e temos assim um estímulo de elevação, em termos da população, de gestão também, de comunidades, para que elas participem também, para que elas se desenvolvam, e para que realmente a nossa cidade se desenvolva, o que está faltando? O que seria preciso trabalhar? Nós levantamos vários pontos, tanto em termos de turismo, como da nossa economia, o que está acontecendo hoje em Parnaíba, a gente vê a ZPE, o porto, a parte da ferrovia que o professor Djalma falou. O que é realmente necessário para que isso se torne uma realidade concreta?

PAULINE

Eu nasci aqui, onde pretendo continuar, porque eu quero uma vida sossegada, e eu gosto muito daqui desta cidade. Todavia, o que eu percebo é que, em Parnaíba, eu sinto falta do básico. Você não consegue ser bem atendido numa loja. Falta estrutura para você poder sair num sábado à noite, ir a um restaurante. Eu gostaria de saber se existe em Parnaíba algum projeto de capacitação para os empreendedores, para explicar para eles que Parnaíba é uma cidade turística, mas se percebe que aqui está faltando muita coisa básica. Por exemplo, eu percebo que não existem, na principal avenida da cidade [avenida São Sebastião], cestos de lixo. Como já tinha comentado com o professor Vitor, eu chego em casa com o bolso cheio de papéis que eu só consigo jogar no lixo quando chego em casa, para não jogar nas ruas. Fala-se assim: “Parnaíba é uma cidade turística”, tá bem, mas ela está preparada para receber turistas? Existe algum projeto para incentivar os nossos empreendedores a rece-

ber bem o turista? Desde o modo de se vestir, modo de falar com o turista, preocupar-se com a qualidade do atendimento, do produto. Existe algum incentivo por parte do setor público do município para que esses empreendedores venham a prestar serviços de qualidade? Serviços competitivos?

ANDRÉA

Eu estava matutando sobre as perguntas que Natasha, Sara e Pauline fizeram. Assim, nós vimos o desenvolvimento, fala-se muito do turismo, como a Pauline já falou, mas quem são as pessoas recrutadas para dar atendimento ao público? Pessoas que, geralmente, não são os universitários, são aquelas que vão trabalhar à noite, aquelas que vão atender, o garçom, a garçonete.

Esse foco de trabalho é um foco voltado para quem, muitas vezes, não terminou o estudo, ou para quem não tem condição de entrar na faculdade, para quem já tem uma família, tem que trabalhar e não pode mais estudar. Então, as pessoas que acabam tendo contato com o público, seja ele turista ou não, são pessoas que não têm uma formação mínima.

Planeja-se a cidade de Parnaíba para o turismo, como se fosse com pessoas que tivessem uma faculdade. Mas, na realidade, quem vai estar mais à frente, colocando a mão na massa, são pessoas que não têm nem condição de ter estudado. É uma renda de emprego? Sim, é, mas um universitário dificilmente vai estar nesse tipo de emprego. Ele vai procurar um emprego de gestor, algo mais à frente, porque ele está estudando para crescer.

Então, pergunto: onde é que entra a educação nesse modelo? Por que a maioria dos empregos virá para as pessoas que necessitam e não têm condição de estudar? Até porque os empregadores querem pagar o mínimo possível, só o básico. Onde é que entra, no projeto, essa visão a que Pauline

está se referindo? Os projetos vão atingir a sociedade? Vão, sim. A ZPE vai atingir? O turismo? Mas como é que eles vão atingir a ponta da sociedade, os mais pobres? Porque a ponta é que está mais atingida pela maioria desses empregos que vão ser ofertados.

Então, pergunto, dentro da ZPE – pode ser uma pergunta um tanto geral, qual é o papel da sociedade? Porque se falou no papel do empreendedor, no papel do produtor, no papel do governo. Mas, e o restante da sociedade civil? O que ela tem que fazer? Onde ela tem que se preparar para fazer parte disso? Às vezes, algo está acontecendo, e muitas pessoas estão alheias ao que está acontecendo. Como chegar até essas pessoas e anunciar: “olhem, a partir de agora vai ser assim, assim, porque Parnaíba vai viver uma nova realidade”. Quais os empregos que serão necessários, porque, senão, vai acabar sendo mais um desses projetos que não passam de declaração de intenções.

O professor Djalma falava ali da sua entrevista, professor Vitor. Antes, a gente saía daqui, com o curso secundário pronto. Fazia vestibular, ia se formar lá fora. A massa inteligente ia estudar fora. Os melhores raramente ficavam aqui para desenvolver a região, pois iam viver fora, constituir família. Mas aqui falando esse tanto de investimento, será que quem vai trabalhar aqui serão os daqui ou os de fora? Então, onde entra a nossa sociedade parnaibana nesse projeto?

TELES

Eu vou dar as minhas respostas, que não são necessariamente as mais abalizadas, alguém pode sugerir mais. A ZPE é um país dentro do nosso. É uma zona de livre comércio. As empresas vêm para cá, com a obrigação absoluta de transformar produtos primários em produtos industriais, portanto, haverá agregação de valor. Quando fizemos o

projeto da ZPE havia uma desconfiança por parte das autoridades federais, do próprio Estado, com relação à viabilidade econômica. Parnaíba tem o quê para oferecer às empresas? Então, nós preparamos um trabalho muito interessante, colocando uma série de matérias-primas que são próprias da região, onde eu destaco, para não me alongar, a cera de carnaúba. Não a cera de carnaúba, que já é explorada, mas os produtos que se podem produzir da carnaúba, que são inúmeros.

VITOR

É verdade, e sabemos da importância da petroquímica, da álcoolquímica... Podemos pensar uma espécie de complexo industrial “carnaúboquímico”, por que não?

TELES

Estamos hoje com um trabalho feito junto à Companhia Suzano, que quer se instalar no Piauí, para produzir eucalipto e derivados. Eu sei que há uma oposição séria dos ambientalistas com relação ao cultivo do eucalipto, porque consome água em excesso, vai causar transtornos, tanto na flora quanto na fauna. Todavia, a carnaúba também contém celulose, tem 30% de celulose bruta, de fibra curta, como o eucalipto, e que é totalmente desperdiçada. O que é que se tira da carnaúba? Só a cera. Pega-se o pó e faz-se a cera. Então, a palha, que nós chamamos de bagana – que é a palha depois de triturada, ela é desperdiçada inteiramente.

Embora tenha condições fantásticas, a palha vai totalmente pro lixo. Então, nós estamos sugerindo à Suzano que, ao invés de plantar eucalipto, esperar cinco, seis, sete anos para começar a colher, com custo enorme de trato cultural, com problemas de arrendamento, de compra de terras, de comodato, além dos problemas ambientais, por que não usar a carnaúba?

Extraída a celulose, ainda se tem a possibilidade de transformar o resíduo em madeira aglomerada – e isso é outra indústria. Tem-se a possibilidade de se fazerem briquetes, que são pequenos blocos de madeira prensada, com tal intensidade, tornando lenta a sua queima, servindo, não só, para a queima em caldeiras, mas também – e aí é o mais importante – para as lareiras domésticas dos países frios, que têm uma demanda enorme. Eu vi, na Itália, recentemente, a coisa mais feia, cada casa tem um galpão onde está jogada uma porção de cavaco, quando esse briquetezinho pode ir já prontinho para o uso.

Da bagana, pode-se extrair o bioetanol. Esses exemplos são só para vocês terem uma ideia da quantidade de produtos que se podem fazer a partir da carnaúba, da qual só se extrai hoje a cera. Então, a ZPE, vindo pra cá, o que ela vai fazer? Ela vai trazer benefícios tecnológicos, vai agregar valor aos produtos, vai beneficiar o produtor lá na ponta que, hoje, não recebe um centavo pela bagana. Vai fazer com que mais pessoas passem a explorar os seus carnaubais que hoje são explorados por rendeiros, arrendatários, e muitos deles nem tiram o produto e nem fazem qualquer beneficiamento, porque, hoje, eles arrendam, mas, amanhã, não serão mais eles, serão outros. Então, nessa cadeia produtiva vai ter mais emprego, mais renda.

Quanto à parte de administração, de industrialização, nós teremos pessoas com necessidade de qualificação, pessoas que terão níveis universitários ou níveis técnicos – e aqui nós temos Senai, Cefet, Senac, que estão aptos a preparar mão de obra qualificada para esses segmentos. E as universidades, obviamente. Vocês vão sair daqui e encontrar, com certeza, lá na ZPE, a possibilidade de trabalhar. Hoje nós temos que ter essa oportunidade de trabalho, pois o emprego está difícil. As máquinas substituíram o homem

e substituem a todo o momento. Mas elas não pensam, então, nós é que temos o direito, não, a obrigação de procurar novas oportunidades de trabalho. Tá respondido, sobre ZPE?

DJALMA

Mas, será que o projeto da ZPE vai comportar o processo de *draw-back*, também?

TELES

A ZPE é um país aqui dentro, goza de todas as isenções, de todas as vantagens fiscais e cambiais, inclusive, você pode deixar o dinheiro da exportação todo lá. Você não é obrigado a fazer a conversão cambial.

DJALMA

A exemplo da China, como nós na Coreia, Cingapura, as ZPEs de lá trabalham muito mais com o processo de *draw-back*. Recebem o equipamento, montam e devolvem. Por isso que eu perguntei se a ZPE daqui vai ser mista, se vai trabalhar com os recursos locais, beneficiando, agregando valor, exportando, e se também vai acomodar empresas no modelo *draw-back*, quer dizer, empresas do exterior que vêm para cá, montam e devolvem para o mercado externo.

MARIA ANTÔNIA

Eu queria aproveitar para perguntar uma coisa. Teles disse que da carnaúba só se está aproveitando a cera. Mas, não sei, onde é que ainda fazem cera aqui? Não sei. Sinceramente, eu não me lembro. Eu cresci vendo uma fábrica de cera por trás da minha casa. Meu pai foi responsável pela fábrica de cera por mais de 30 anos, não sabia ler nem escrever, mas controlava todos aqueles botões e outras coisas para queimar, para transformar o pó em cera. Mas não é só a cera que é aproveitada da carnaúba. Da carnaúba se aproveita tudo, desde a raiz até o último fio. Existem ainda as pessoas

que produzem, fazem o pó, a palha cortada é aproveitada para adubo.

Eu tenho um vizinho que transporta essas baganas lá pros tabuleiros litorâneos e outros lugares onde também se usa esse adubo. Da palha da carnaúba é feita a vassoura, é tirado o linho de que é feito o espanador, a rede de tucum¹. É feito o trançado da ilha. Hoje, aqui na nossa região, nós temos uma associação de trançados da ilha, conhecida nacionalmente e até internacionalmente, pelo seu artesanato. São trançados belíssimos, que as artesãs exportam. Todo mês elas mandam uma grande quantidade de trançados pra São Paulo e outros lugares, outras cidades. O nosso artesanato é muito rico.

Da carnaúba fazem-se as casas, e a gente sabe que o caule da carnaúba, no teto de uma casa, pode durar até um século. Se ela não se molhar, dura até mais de cem anos. Hoje, não se usa mais esse tipo de cobertura. Antigamente, até a ripa era feita do tronco da carnaubeira, o caibro – que hoje em dia foi substituído pela pernamanca. Mas, em muitas casas antigas, ainda existem os caibros, as ripas. Existem também as travessas feitas de troncos de carnaubeira. Portanto, a carnaúba é muito rica aqui na nossa região. O que falta hoje é o resgate disso.

Eu vi isso, eu vivo hoje aquilo que foi dito antes. O pai era rico, o filho nobre e o neto pobre. Eu cresci vendo meu pai trabalhando, responsável por uma fábrica de cera. A quantidade de pó, de cera, que ia pra fora daqui era grande. Hoje não existe mais nada de cera. Então, onde estão os filhos, e agora, os netos? Se não encontrarem outro meio, porque os filhos não cuidaram, nem os netos, hoje, não têm nada. Então, é preciso investimento.

¹ Embora o tucum seja outra espécie de palmeira, também se fazem redes do linho da carnaúba e de outras fibras naturais, geralmente designadas pelo nome de tucum, ou redes de palha.

Outra questão importante é que Parnaíba tem uma deficiência muito grande na área de elaboração de projetos. Existem vários lugares para se captarem recursos, mas existe uma deficiência muito grande na área de elaboração de projetos. Parnaíba tem perdido uma grande quantidade de recursos pela Funasa, tanto para melhoria habitacional quanto para a construção de banheiros. Quase todo ano Parnaíba perde. Os recursos voltam. Por quê? Porque falta a elaboração de projetos. E não é só pela Funasa, tem muitos outros órgãos financiadores, mas os recursos acabam voltando, por falta de pessoas para elaborarem projetos. Então, é preciso investir nisso. É preciso investir em equipes para a elaboração de projetos. A Internet tá aí. É só abrir, ver onde tem captação de recursos. Falta organizar equipes para elaborar projetos, captar recursos, executar, acompanhar etc., até a prestação de contas. Daí, então, vai melhorar a vida das comunidades.

TELES

Então, Maria Antônia, são centenas de produtos da carnaúba, nós estamos dando um exemplo, por que, sobre a bagana de carnaúba, nós fizemos um levantamento, pelo que se produz no Piauí, dá para produzir 330 mil toneladas/ano de celulose de fibra curta. Isso é uma produção que se pode exportar para o mundo, sem nenhum risco. Tudo isso é possível fazer. A ZPE, Djalma, não vai necessariamente trabalhar só nas nossas matérias-primas. Ela pode importar produtos. O sistema de *draw-back*, nós adotamos para as empresas exportadoras que estão fora da ZPE. Lá, eles vendem mercadorias isentas de impostos, independentemente de qualquer coisa. Vendem com isenção total de impostos, e só pagam quando os produtos são vendidos no mercado interno. Respondido, gente, essa parte? (silêncio) Então, vamos passar para turismo.

Parnaíba tem uma situação hoje muito privilegiada, mas são perspectivas. Embora de curto prazo, as perspectivas existem. Parnaíba foi incluída, pelo Ministério do Turismo, como um dos 65 municípios turísticos internacionais, a serem estruturados, qualificados os interessados, até 31 de dezembro de 2010, de modo a servir de modelo para outros centros. Dentro desses 65, estão as capitais. Para vocês terem uma ideia, retirando as capitais, são, portanto, 38 municípios apenas. Parnaíba está dentro deles. Então, temos o aeroporto internacional, praticamente pronto. Ele já era internacional, com 2.100 metros de pista, mas está sendo ampliado. No próximo mês de dezembro, vai ser inaugurado, com 2.500 metros; a estação de passageiros será inaugurada no próximo ano. O que está nos faltando para que a gente tenha o início real desse turismo, além, naturalmente, das qualificações – ainda vamos falar sobre isso, é a parte de capacitação, que a Prefeitura vem fazendo.

MARIA ANTÔNIA

No final de semana, os artesãos vão lá na nossa loja comunitária de produtos artesanais, receber o dinheiro. Nós ainda não trabalhamos com cartão de crédito. Então, são coisas ainda não resolvidas para poder melhorar o atendimento aos turistas.

NILDA

Eu queria então aproveitar a deixa do Teles e pegar aqui a colocação da Pauline e da Andréa. É com relação a essa capacitação, sobre o que está existindo ou não, que atenda à demanda. Aproveitando essa parceria, pois esse projeto é uma parceria da Fundacic, de Teresina, coordenada pelo Padre Humberto, e, em parceria com a Diocese de Parnaíba, com a Cáritas, também. Uma boa parte dos meninos da ilha é beneficiada, a gente quer tornar evidente. Tem outra parte

do bairro da Guarita, também. Um grupo de jovens foi até a Itália, receber capacitação. Da Escola Espírito Santo, então, é uma iniciativa também da Diocese, até em parceria com a Prefeitura, que entrou com o transporte, porque, lá, o estilo é de escola-família, sendo 15 dias em aula e 15 dias em casa [regime de alternância].

São pequenos sinais, que preocupam Pauline e Andréa, exatamente quanto à qualidade do atendimento, a questão do conhecimento. A Universidade, apesar de ser, hoje, uma expressão popular, pois está se estendendo até a ponta, não consegue oferecer a todos essa oportunidade. Esses jovens, esses meninos e meninas, que foram qualificados para esse trabalho, vieram lá da periferia. Nem todos tinham sequer o ensino médio completo, ainda em fase conclusiva, e conseguiram estar lá. Quer dizer, são essas atitudes que têm que ser multiplicadas para que essa economia consiga realmente fazer progresso, para que esse mercado tenha retorno, para que o turismo tenha qualidade, é preciso esse tipo de iniciativa.

MARIA ANTÔNIA

Mas precisa ter o apoio público...

NILDA

Exatamente. Outra questão grave que a gente não pode, não tem tempo de adentrar, é exatamente isso que a Maria Antônia coloca. Nós não temos, aqui em Parnaíba, um espaço físico seguro, que dê uma garantia para esse grupo se capacitar. Precisamos recrutar mais jovens dessa natureza para entrar no mercado de turismo. Nós não temos um local próprio, com infraestrutura. Buscamos outra parceria com o poder público, mas ainda está em andamento. Foi Dom Alfredo, o bispo diocesano, que disponibilizou uma casa, lá no bairro São José, para tentarmos iniciar o trabalho e retomarmos essas atividades.

PAULINE

Não adianta a gente ter um aeroporto, uma estrada, um acesso bom, se nós não tivermos conteúdo para atender os turistas. Não adianta.

NILDA

É, não adianta. E eles recebem o quê? Formação básica de garçom, de cozinha, de ética, de estética, de todo esse conhecimento. Agora, eles precisam de um aprofundamento em línguas. Eles aprendem mais italiano, o grupo todinho conhece princípios do italiano, mas, da língua universal, o inglês, eles não têm sequer noção. Nem da parte do Mercosul, o espanhol, eles não têm domínio. Essa iniciativa precisa ser retomada, através de parcerias, através de convênios.

SARA

Com relação ao turismo de Parnaíba, sabe-se que ele está focalizado mais para a natureza – o Delta, os campos de dunas, e as praias. E com relação à parte histórica de Parnaíba? Parnaíba está perdendo a sua identidade histórica. Você vê, hoje, Parnaíba está se descaracterizando, estão construindo muitas clínicas no lugar das antigas residências. Não estão valorizando o patrimônio histórico de Parnaíba, cujo centro está-se tornando comércio, coberto de fachadas artificiais. Com relação ao turismo, pergunto: por que valorizar só o Delta e o litoral? Por que não, também, a parte histórica? No nosso curso de certificação, o professor Vitor atentou para essa parte de certificação territorial que seria proteger e mostrar a identidade do povo, mostrar um produto que já identificasse Parnaíba, como na parte histórica, mostrando a identidade de Parnaíba. Eu queria saber assim o que pode ser feito para que Parnaíba não perca a sua história.

NATÁLIA

É sobre o que o Dr. Laércio falou, sobre a retirada dos quiosques da praia de Luis Correia. Eu queria saber a opinião do senhor em relação a isso. O que poderia ou deveria ser feito para melhorar a estrutura da praia, mas que não viesse a prejudicar os trabalhadores? E de que maneira isso afetaria os turistas?

KARINNY

Não é bem uma pergunta, são comentários. Durante o curso de Economia, a gente vai levantando algumas questões. Qual é, realmente, o modelo de desenvolvimento que a gente quer aqui em Parnaíba? Será que, realmente, esse porto se faz necessário? Será que vai ter uma viabilidade realmente econômica, esse porto? Ou será que não é só mais uma utopia?

Não é melhor até a gente ficar nesse sonho do que vê-lo concretizado, pois a gente sabe que, com ele, podemos vir a ter vários benefícios, mas, também, embutidas nele, algumas preocupações, como a questão da prostituição, das drogas. Que tipo de política a gente quer realmente aqui? Que pessoas virão a Parnaíba? Quais são suas verdadeiras intenções? E qual é o modo de qualificação que a gente vai realmente dar para esses jovens?

Podemos antecipar alguma ideia, com base na nossa experiência do cursinho pré-vestibular, de inclusão social, que temos aqui na UFPI. O anseio desses jovens, em saber o que está acontecendo, é de ter acesso à universidade. Eu acho interessante que, aqui na universidade – não sei se todos sabem – tem um projeto, sim, de extensão, do curso de turismo, que é para qualificação de pessoas que trabalham com cooperativas, que trabalham com associações, que atendem tanto à comunidade da Ilha Grande, Cajueiro da

Praia, Luis Correia e Parnaíba. Então, são pessoas realmente do povo, que estão dentro da academia.

Acho essa parceria muito importante, trazer realmente a comunidade – dona Maria Antônia é um exemplo –, trazer a comunidade para a academia e também fazer essa discussão. Como dona Maria Antônia ressaltou, a rede mundial internet está cheia de editais. A gente vai esperar quem? A comunidade, que muitas vezes não tem nem acesso ao computador? Lançar um edital, redigir um projeto, essa parceria, realmente, com a academia, com a universidade. Somos nós, estudantes, profissionais, que temos esse conhecimento, que devemos estar juntamente com a comunidade para redigir esses projetos. Que tipo de educação realmente queremos? A expansão das universidades é preocupante – temos discutido muito isso, na Empresa Júnior, com os colegas. Será que a gente não está começando de cima para baixo? Não é uma distorção? Expande-se, amplia-se a universidade. Mas qual, que tipo de universidade que eu vou ter? Porque a base, a base da educação, a qualidade do ensino básico é fundamental. Agora, com esta proposta do novo Enem, que é para possibilitar o ingresso maior de estudantes de escolas públicas na universidade, a inscrição é via internet. Nem todos os nossos estudantes têm acesso à internet, ao computador. Como é que eu vou incluir, dessa forma, essa população? De que forma?

GEOVÂNIA

Interessante, porque, se você for olhar o perfil dos alunos que tiveram base, nas universidades, eles estão vindo de onde? Estão vindo de escolas particulares, ou estão vindo da escola pública? Nesse ingresso normal, prestar o vestibular, o concurso, para passar, então, mais uma vez a gente enfatiza a necessidade de se melhorar a qualidade do ensino nas escolas públicas.

E para isso, temos também a necessidade de ver como é que está sendo a criança, o adolescente, como é que é a família. A família está estruturada financeiramente, ela tem uma qualidade de vida decente? Então, é a sociedade no todo, é a base da sociedade que está em jogo.

A questão da necessidade de se implantar um porto, o desenvolvimento só econômico, o crescimento, isso daí, gente, é o crescimento natural do capitalismo. Ou a cidade de Parnaíba se desenvolve e acompanha o crescimento global, ou ela está fadada a cada vez mais ficar pobre, tanto econômica quanto socialmente.

Agora, cabe à gente ter a preocupação de fortalecer as instituições familiares, as instituições governamentais, as instituições da sociedade civil bem organizada. Nós temos que enfocar as instituições de base, para que, quando vier o progresso, nós estarmos fortes e preparados para combater a prostituição, para combater a criminalidade. Para a questão da segurança, então, nós temos que estar organizados e preparados. Mas, antes, temos que olhar a ponta, a base, a família como um todo.

VITOR

Antes de passar para os demais expositores, eu quero destacar a questão da Sara, que é central. Todos nós falamos de projetos, mas vejam como ela perguntou: será que temos um projeto de desenvolvimento? Trata-se de algo completamente diferente dos projetos fragmentados a que o Djalma se referiu.

Ainda com relação à infraestrutura, foi durante a organização do II Simpósio de Economia do Norte do Piauí, que eu apresentei uma sugestão. Sugeri que a Empresa Júnior convidasse um representante da rede ferroviária privatizada, que tem sede em Fortaleza, para tratar desse assunto duran-

te o simpósio. Logo de início, houve dificuldade no contato, pois a falta de interesse era clara. Afinal, por que a empresa gastaria recursos, enviando alguém até Parnaíba, “se não há interesse em investir num espaço onde não existe carga para ser transportada?” Todas as grandes cargas, principalmente petróleo, já haviam sido negociadas em favor de Fortaleza, e, posteriormente, de São Luis. Vocês disseram que é capitalismo. Vocês perguntaram: aeroporto pra quê? Uma coisa é projeto abstrato, ou seja, declaração de intenções, desejos – embora esses projetos abstratos, às vezes, tenham efeito de mediação política. Todavia, se o raciocínio for feito pela via do mercado, nada disso se viabiliza. Quando privatiza a rede ferroviária, o empresário só investe se for para ganhar mais dinheiro. E o empresário que investe em ferrovia ganha dinheiro transportando carga. Nas condições brasileiras, particularmente nordestinas, não se ganha dinheiro com trens de passageiros.

Convém lembrar também que, no mesmo momento em que estávamos planejando o simpósio, faltou energia elétrica, por duas vezes seguidas. Na segunda vez, ficamos no escuro, das 19 horas até o dia seguinte. Foi difícil até voltarmos para casa, pois chovia bastante, e a cidade estava completamente alagada. No dia seguinte, ouvi queixas de comerciantes que tinham perdido suas mercadorias congeladas.

Para ter acesso à Internet, costumo utilizar, em Salvador, um minimodem banda larga. Como é portátil, viajo sempre com ele, para conectar a um notebook. Observei que, aqui em Parnaíba, o minimodem funciona mal, quando funciona, pois aqui não tem banda larga – pelo menos para a minha operadora.

Meu telefone celular também funciona mal, pois aqui na cidade de Parnaíba, as pessoas costumam usar serviços que

são concentrados em duas operadoras. O celular ficou fora do ar, várias vezes.

Daí, eu pergunto: sem telecomunicações, sem energia elétrica, transporte, enfim, sem infraestrutura, nós vamos discutir o quê como projeto de desenvolvimento socioeconômico? Vamos ficar discutindo apenas o futuro, apenas o “poderá ser”, algum dia. Isso por que empresário nenhum tem interesse em ir para um lugar onde não tem energia, transporte, apoio logístico e comunicações. Investimento empresarial não se baseia em promessas, mas em expectativas. É nessa hora que o empresário pensa em termos de custo de oportunidade. Onde devo investir? Quais são as externalidades positivas e negativas que vou encontrar?

A esse respeito, vale a pena comentar um fato que considero marcante. Aconteceu recentemente, eu até comentei no II Simpósio: um empresário de Piracuruca veio me fazer uma consulta – se ele devia ou não recorrer de um parecer emitido por uma autarquia de Teresina. Ele precisava da autorização para instalar seu negócio. O detalhe é que levaram 18 (dezoito) meses para dar um retorno no processo, com o seguinte parecer: o Sr. precisa recuar tantos metros em relação à estrada, que é federal.

Como eu conheço o local, sei que lá existem construções que há muitos anos avançaram sobre a margem de reserva da rodovia, portanto, não tem mais jeito. Eram direitos que, no mínimo, iam suscitar indenizações mais caras do que refazer a rodovia em outro local. Mesmo assim, eu sugeri que ele não recorresse. Disse que era melhor ele atender ao que estava no parecer, pois só quem é do mercado sabe o que significam 18 meses de capital parado. O burocrata, que está lá no seu escritório, parece não ter nada a ver com o custo de oportunidade do capital de uma empresa – se é que ele sabe o que isso significa. Vai ver, isso nem foi objeto

do seu concurso de seleção para o cargo que ocupa. Deixe a entender que seria muito pior o risco de ter de esperar mais 18 meses.

Então, se um empresário de fora souber que aqui é assim... se ele quiser vir até aqui, primeiro, ele vai tentar um voo, pois sabe que aqui temos a maior pista de pouso do Estado. Mas não tem voos comerciais regulares. De que adianta ter o maior aeroporto, se não tem voo comercial regular? Você não tem energia, não tem transporte, não tem telecomunicações, não tem um serviço público que dê um retorno em um mês...

GEOVÂNIA

Eu queria acrescentar também o problema da água, que ninguém falou aqui. Lá em casa está com três dias que não tem água encanada. Isso é muito recorrente. A água daqui é precária, e isso não tem nada a ver com a implantação do saneamento básico. Isso é constante, é frequente, o problema da falta d'água.

VITOR

Ok, eu vou passar para o Teles, pois ele tem algo a comentar, a respeito do IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional], mas antes queria aproveitar e apresentar uma sugestão ao Teles. Já que o Sr. falou em eucalipto, vamos encher a Avenida São Sebastião de eucaliptos, para drenar aquela água. Por que nunca se pensou nisso? Cada árvore consome dez litros de água por dia.

TELES

Pois é... Vamos ver a questão sobre o turismo cultural. Com respeito ao nosso patrimônio histórico, eu quero informar que isso está sendo cuidado. Parnaíba já teve o seu patrimônio tombado pelo IPHAN, isso tudo é burocrático, é demorado, mas tudo está sendo providenciado para que a gente possa recuperar todo esse patrimônio, inclusive o Porto das Barcas.

Já existe recurso para um projeto pronto para execução, numa recuperação fantástica. O nosso centro histórico vai ser um *point* turístico de primeira qualidade. O turismo eleito, de fato, aqui, para a nossa região, é o ecoturismo. Todavia, o turismo cultural, com certeza, vai caber, sem dúvida nenhuma. É preciso que a gente tenha cuidado para evitar que essa massa de turista pobre que vem pra cá, eu digo pobre, assim, que eles são ricos em relação a nós, mas são no espírito também, mas pobres. Inclusive nos voos que nós tivemos aqui, os voos charters, de experimento, eu mandei fazer uma pesquisa sobre o tipo de turista que estava chegando aqui. A grande maioria era pedreiro, marceneiro, pintor. Então, essa gente deve vir atrás de turismo sexual, coisa bem mais simples, porque é a cultura deles, é típico, mas isso, com certeza, está havendo uma preocupação muito grande para que o turismo sexual não se implante aqui na Parnaíba. Todavia, é isso que se tem implantado em outros Estados, em vez de se respeitar o nosso folclore, a nossa cultura, o nosso patrimônio.

A respeito da indagação sobre infraestrutura, o Vitor já falou muito bem com relação ao porto e todo o sistema de transportes e comunicações. Sem essa infraestrutura, nós não conseguiremos trazer as empresas para cá. E são as empresas que irão produzir, são as empresas que vão gerar trabalho, que vão gerar emprego.

Eu entendo a ansiedade de vocês, que são jovens, pela empregabilidade, pelo desenvolvimento. Mas, se nós não trouxermos um empresário para cá, nós só vamos ter serviços temporários, no setor público, preparando o porto, que termina; preparando o distrito industrial, que termina. São as empresas que têm de assegurar essa empregabilidade. Se nós não tivermos infraestrutura, nós não as teremos aqui. Então, o porto é fundamental para o transporte da matéria-

prima e para o transporte do produto final. O aeroporto, também. A hidrovia, também. A ferrovia, também. Então, se nós tivermos esses quatro modais de transporte, sem dúvida nenhuma, a nossa ZPE vai receber um montão de pedidos, não teremos nem capacidade para atender a todos. Nós estamos insistindo, por enquanto, porque, até o mês que vem, nós só temos o aeroporto, mas, sem avião, sem avião doméstico, não é? Mas tem o porto, por tudo isso, a gente está brigando ferozmente para que aconteça. Com relação à ZPE, o que nós, formados, vamos fazer? Eu considero o formado como chuva, quando a chuva bate no chão, ela procura caminho. Tem consciência, é um ser superior, e vai procurar o seu caminho.

Eu me lembro, quando fazia parte do governo do Estado, o então governador foi muito criticado por causa da expansão da UESPI, por toda parte, trezentos e tantos cursos, mas sem qualidade. Foi quando eu li a entrevista de um sociólogo importante, dizendo exatamente isso: o formado é como chuva, procura seu caminho. Ele é um ser superior, que tem a capacidade de pensar e de aprender – e que não quer esse contato com os outros, então, ele vai encontrar uma solução para ele. E tem, tem muitas soluções.

LAÉRCIO

Só para complementar essa questão do porto, aeroporto, ferrovia, hidrovia... essa questão também ela está no imaginário, no psicológico coletivo desta região. Sempre que alguém se entende por gente, ouve-se falar de porto, aeroporto... e isso nunca se realiza. Acho que, na hora que sair também, pode ser que tenha um desenvolvimento. Isso ainda está no psicológico da comunidade.

Só para responder a Natália, quando ela pergunta qual foi a solução que se deu para a situação dos trabalhadores da

praia, foi da seguinte forma: a prefeitura do município de Luis Correia, junto com a Secretaria de Turismo do Estado do Piauí, tinham a intenção de tirar todos os trabalhadores da praia e colocá-los num terreno baldio. Fizemos uma associação, Associação dos Feirantes e Vendedores Ambulantes da Orla Marítima do Estado do Piauí. Essa instituição, agora, está negociando com o governo do Estado a construção de quiosques padronizados, fardamento padronizado, e até uma cooperação com a Vigilância Sanitária, para a venda de produtos, sempre com qualidade, sem o risco de conter salmonela etc., tendo uma qualidade de higiene.

Além dos produtos alimentícios, vendem-se também utensílios e vestimentas de praia, e também bijuterias e artesanato. Todos eles deverão ser contemplados com esse projeto de quiosques na beira da praia, para que eles não saiam da orla e continuem trabalhando ali.

Agora, só para concluir a minha participação neste evento, eu quero dizer que a gente tem uma tarefa, ao sair daqui. Dona Maria Antônia, juntamente com as pessoas da Universidade, tem a tarefa de organizar as comunidades da Ilha Grande. Trata-se de um público atingido, porque, em nenhum momento, eu acredito que o empresário, o grande investidor que está vindo à procura de lucro, vai ter a preocupação de utilizar a mão de obra de forma sustentável. Quando ele tiver a ideia de mudar esse investimento, ele vai esquecer aquela mão de obra lá, à própria sorte.

Então, por que não, a própria comunidade da Ilha Grande de Santa Isabel, não entra na minha cabeça, como é que você pega uma área pública, como é a Ilha de Santa Isabel e repassa apenas para algumas poucas famílias – inclusive as estatísticas colocadas aqui foram bem claras nesse sentido, a concentração de terras nas mãos de poucas famílias.

Por que a carnaúba, um patrimônio do Piauí, um patrimônio

do povo de Parnaíba, não pode ser explorada pelas pessoas da comunidade que irão compor a sua própria cooperativa? Assim, evita-se tanto o atravessador quanto o arrendamento de algumas pessoas que, ao arrendarem carnaubais, ficam milionários, ficam ricos. Eles vendem a cera de carnaúba, enquanto o trabalhador que colhe só recebe uma mixaria, e sequer tem segurança no trabalho, nem saúde no trabalho. E o trabalho, a segurança e a saúde são o único patrimônio desse trabalhador. Então, eu acho que a nossa tarefa, a partir deste momento, é tentar organizar o povo da Ilha Grande de Santa Izabel, para dizer não ao latifúndio em que se tornou a Ilha. Esse seria um ponto, e, também, por que não, o próprio turismo, mas esse é outro debate.

MARIA ANTÔNIA

O Laércio falou muito bem da questão do patrimônio da Ilha, que é importante. Só complementando a questão do patrimônio histórico de Parnaíba, a gente sabe que esse patrimônio foi aprovado, desde a Praça Santo Antônio, todo o bairro do Carmo, parte do bairro São José, até o outro lado da Ilha Grande, aquele lado ali, da beira rio. Tudo isso faz parte do patrimônio histórico de Parnaíba. Todos nós temos que ficar vigilantes quanto a isso, porque, se a gente vê alguém destruindo ou descaracterizando um prédio público, já que agora tudo faz parte do patrimônio, isso tem que ser denunciado à Secretaria de Infraestrutura. Qualquer prédio faz parte do patrimônio histórico, todas aquelas casas, a fachada e os complementos.

Fui informada de que foi aprovada, em Brasília, semana passada, toda a recuperação do centro histórico de Parnaíba, num prazo de 25 anos. Isso significa que o asfalto vai ter que ser retirado, vai ter que voltar aquela pedra normal. Então, todo o centro histórico de Parnaíba vai ser recuperado

nesses 25 anos, isso foi aprovado em Brasília. Então, é uma vitória, mas, até que isso aconteça, é necessário que nós façamos a nossa parte, porque, a gente sabe que o hotel foi destruído, aquela casa do Edifício Leão, que era uma casa belíssima, foi totalmente descaracterizada. O Hotel Carneiro, ali, agora, é um ponto de estacionamento – e aquilo ali fazia parte do patrimônio histórico de Parnaíba. E assim são várias casas, ali no Porto das Barcas tem uma casa muito bonita, onde funcionava a Tropical, parte já caiu, a outra parte está lá.

TELES

E ninguém pode mexer...

MARIA ANTÔNIA

Pois é. E ainda tem a casa grande...

TELES

A casa grande já foi desapropriada...

MARIA ANTÔNIA

Pois é. É muito difícil, minha gente, conservar o patrimônio histórico de Parnaíba.

TELES

Faltou falar do cooperativismo. Infelizmente, a nossa cultura cooperativista, associativista, não só aqui, mas, no Brasil inteiro, é muito frágil. Mas é fundamental porque, numa sociedade onde os recursos são poucos, se você não se associa, você não produz. E associativismo não é só para produzir, é para as pessoas compartilharem ideias, sonhos etc.

Nós fizemos um trabalho, fizemos um estudo sério sobre cooperativismo porque queríamos implantar esse sistema aqui em Parnaíba. Fizemos algumas tentativas, mas sem sucesso. Por exemplo, nós visitamos quase todo o Brasil, quando estávamos no governo do Estado, já pensando nis-

so. O PCPR, de que já se falou, soltou muito dinheiro para as associações, mas as associações todas se acabaram, faliram. Recursos foram transferidos para as atividades produtivas como padaria, confecção, pesca etc., mas tudo isso foi por água abaixo. A responsabilidade terminou ficando para o presidente da associação, porque ninguém mais tinha interesse. Até os prédios foram derrubados, na maioria. O que é que ocorre?

Uma cooperativa formada tem o seu presidente, o secretário, o tesoureiro e os cooperados. Tem também o conselho fiscal. Não raro, o gerente da cooperativa é o próprio presidente, que se torna executivo. Esse presidente é também um líder, ele exerce alguma liderança, mas ele não é, necessariamente, um profissional capacitado, habilitado para executar, para gerir o empreendimento.

O que acontece no Brasil todo, e aqui em Parnaíba, é que as cooperativas são dirigidas pelo próprio presidente, na sua grande maioria, pois há exceções. Mas isso não funciona, porque eles não têm capacidade técnica. Muitas vezes não têm nem tempo para isso. E nós fizemos uma sugestão, não só ao governo do Estado, mas também ao município, para que as cooperativas, para serem formadas, fossem efetivamente partícipes de cursos, de palestras, para se saber o que é uma cooperativa. Segundo, durante os primeiros seis meses, a Prefeitura, ou o Estado, ou outro órgão qualquer, bancassem um profissional – o gerente, o executivo.

Depois desses seis meses, a cooperativa poderia andar com suas próprias pernas, pois o executivo, sendo profissional, é demissível conforme o resultado que apresentar. Mas esse executivo não pode ter nenhum vínculo associativo com a cooperativa. Ele não pode ser parte do objeto social da cooperativa. Tem que ser um profissional que possa desenvolver as atividades, e vai, naturalmente, comandar os associados,

mostrando como funciona o sistema etc. Se não for assim, as cooperativas, na sua grande maioria, não terão sucesso. Então, é um estudo que eu fiz e que comprovei, na prática.

MARIA ANTÔNIA

Existem muitos presidentes, muitos líderes que acabam sendo usados. Foi o que aconteceu com as associações daqui do Piauí, com muitas delas. Hoje, elas estão inadimplentes, não porque o presidente pegou o dinheiro e usou o dinheiro, mas porque as pessoas que fizeram, que ajudaram eles a elaborar os projetos, até mesmo a gerenciar o recurso, não fizeram como deveria ser feito ou não agiram corretamente. O presidente não pegou no dinheiro, não fez o projeto. Veio uma empresa de fora, e fez, Deus é que sabe o que ela fez do recurso, e quem ficou como inadimplente foi a associação. E quem ficou com o nome sujo foi o presidente da associação, porque ele teve a inocência, a ignorância de assinar o cheque para as pessoas que vieram ajudá-lo. Por isso é que hoje a gente precisa de equipes realmente responsáveis, comprometidas com o desenvolvimento sustentável das comunidades.

NILDA

Eu queria tecer um comentário, até em fase conclusiva – o professor Vitor, que me fez o convite, sabe que eu só podia ficar aqui até as 11 horas, e já estamos nos aproximando das 13 horas. Mas eu não poderia deixar de apresentar minha mensagem, também como representante de igreja, nesse momento, até substituindo o Padre Antônio Soares, que precisou se ausentar, e como trabalhadora, também, em função desse bem social da Diocese de Parnaíba.

Há dois anos, fizemos uma investigação sobre o papel da diocese, visando à promoção da cidadania dos pobres. Eu gostaria de deixar uma mensagem bonita, é que, nessa re-

alidade que nós tratamos hoje, nessa contextualização, da forma como foi colocada, nós sabemos que o pobre, na verdade, não nasceu para ser pobre. Deus não criou nenhum pobre. Um grande teólogo diz: “o pobre é o subproduto do sistema no qual vivemos, e pelo qual somos responsáveis. Na verdade, o pobre é um empobrecido, isto é, um esbulhado, roubado e defraudado do fruto do seu trabalho e de sua dignidade. Esse empobrecimento cria um apelo para o maior clamor cristão, não apenas para aliviar o fardo aviltante da pobreza pobre, mas para criar condições de superação dessa situação.”

Eu queria deixar esta mensagem até como uma pista de ação para esses estudantes que estão se colocando, também, a par dessa situação, e fazendo encaminhamento para uma sociedade futura, digna, decente, com a qual sonham os estudantes daqui, questionando, manifestando a sua inquietude com relação à situação que assola a nossa sociedade.

Então, que se abram espaços, aproveitem este gancho da extensão universitária, peguem esse povo, mesmo no senso comum, que ainda não tem condição de estar dentro de uma academia, mas vamos trazer, vamos criar alternativas. Com pequenas alternativas, somando-se umas às outras, nós teremos uma sociedade justa, fraterna, igualitária e desenvolvida.

VITOR

Antes das **considerações finais**, eu gostaria de deixar um registro. Diferentemente da sala de aula, no curso de Economia – e agora eu estou me dirigindo particularmente aos estudantes de Economia, embora tenhamos outros profissionais presentes, vocês tiveram a oportunidade de entrar em contato com a realidade. Aqui não tratamos de modelos abstratos, sejam microeconômicos, macroeconômicos ou métodos quantitativos. Aqui foram tratados pro-

blemas concretos, levantados a partir dos representantes dos três setores (**Estado, mercado e terceiro setor**), dos diversos agentes convidados, que vieram trazer a sua contribuição, a quem agradecemos, em nome do convênio UFBA-UFPI e da Empresa Júnior PASSEC-JR.

Ainda cabe uma explicação. Eu deixei o tempo correr – já estamos chegando às 13 horas, porque, a partir das 11 horas, quando estava previsto o fim da mesa-redonda, o debate enriqueceu ainda mais as gravações. Essas gravações, que serão transcritas, vão servir de base para o texto que nós esperamos transformar, ou num relatório técnico, ou num livro, ou num CD, enfim, em alguma mídia que ainda não definimos, pois isso depende dos apoios.

Esperamos que todo este trabalho sirva para dar subsídios a novos projetos, para monografias universitárias e outros trabalhos de conclusão de curso, enfim, para a pesquisa e extensão universitárias. Esperamos também que as informações aqui geradas deem subsídios para os nossos *policy makers*, formuladores de políticas públicas, e estrategistas de mercado. Quando nada, as questões aqui levantadas deverão suscitar um ou mais debates, até termos um projeto político de desenvolvimento, um projeto territorial.

Ainda temos muito a fazer. A propósito, Maria Antônia alertou para uma grande necessidade, que é de mercado. O que nos falta é uma central de projetos. Ora, isso aí é um grande desafio, um grande mercado de trabalho para profissionais de Economia, Administração, Contabilidade e assemelhados. Essa turma que está aprendendo a fazer projetos poderá encontrar o seu caminho profissional.

Agora, como não serei eu a encerrar este evento, peço a Karol, que é dirigente da PASSEC-JR, para fazer as considerações finais.

KAROLINE

Só para fazer uma correção, hoje não estou mais à frente da Empresa Júnior [leia-se, na presidência].

VITOR

Mas você faz parte da diretoria.

KAROLINE

Sim, faço parte da diretoria. Pela experiência adquirida quando estive à frente da Empresa Júnior, um dos grandes desafios que, em reunião, a gente sempre enfrentava, era justamente focar as atividades da PASSEC-JR na economia de Parnaíba e região. Como é que a gente vai trabalhar para desenvolver, ou procurando formas de desenvolver a economia de Parnaíba e região? Então, de que forma a gente poderá criar laços com parceiros, para poder desenvolver momentos como este, onde são tratadas perspectivas, tanto do Piauí, quanto de Parnaíba e região? Encontros, como este, são realmente válidos, e a gente espera apoiar mais vezes momentos de debate em mesas-redondas como esta. Em nome da Passec e do convênio UFBA-UFPI, muito obrigada a todos!

. . .

Acadêmicos de Economia da UFPI-CMRV integrantes da Diretoria da PASSEC-JR que participaram da mesa-redonda:

André Francisco de Albuquerque Rodrigues

Andréa Cristina de Araújo Dionísio

Karinnny Silva Rodrigues

Karoline Galeno dos Santos

Pauline Lima Teles.

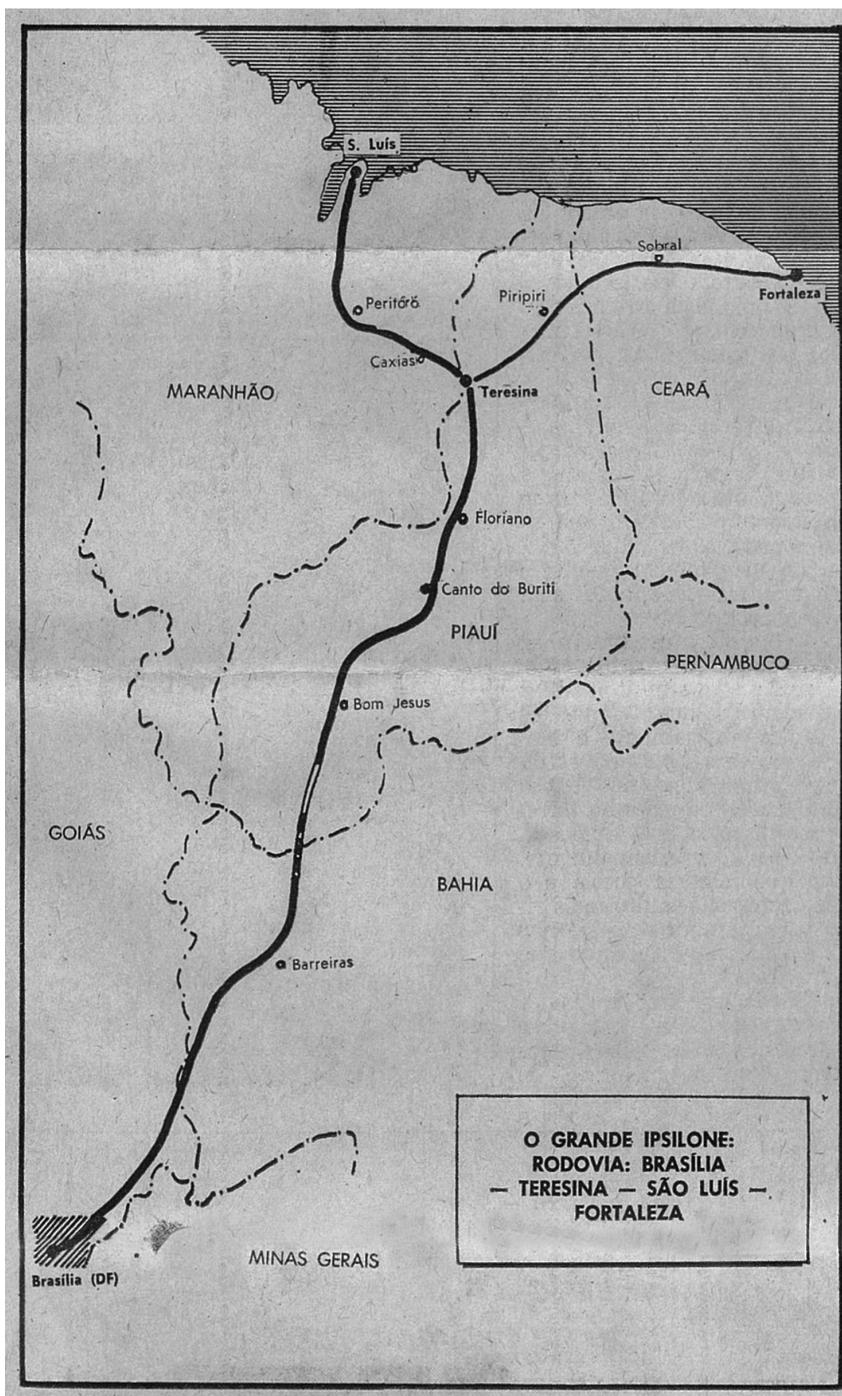
Outros acadêmicos que também participaram da mesa-
-redonda:

Geovânia de Oliveira Galeno

Natália Britto

Natasha Grazieli Torres de Abreu

Sara Maria de Araújo Santos



... ENTREVISTA-DEBATE ...

com Florentino Alves Veras Neto

Professor, Vice-Prefeito de Parnaíba

VITOR

Dr. Florentino, como o Sr. vê as principais questões macroeconômicas e socioeconômicas de Parnaíba e região?

FLORENTINO

Na verdade, eu considero que Parnaíba já viveu sua época, seus ciclos do apogeu econômico. Mais recentemente vivemos um grande período de estagnação econômica e não se observou nenhum movimento em defesa do crescimento, do desenvolvimento econômico da região.

Nós temos dialogado com a sociedade, com o governo do Estado e também federal sobre várias alternativas que venham viabilizar a alteração dessa trajetória, trazendo uma nova perspectiva para a região.

Não há como falar de Parnaíba dissociada das cidades vizinhas, dissociada da região muito próxima daqui, do Ceará, do Maranhão, que têm com essa cidade toda uma interação, uma troca de experiências, uma troca comercial, a prestação dos serviços de educação, de saúde. Então, nós temos verificado essa possibilidade de buscar o desenvolvimento, mas também pensando que esse desenvolvimento tem que ser compartilhado com toda a região.

Indiscutivelmente, nós temos em Parnaíba várias potencialidades. Nós temos o setor de serviços – e Parnaíba, cada dia, firma-se como polo educacional, pois temos várias instituições de ensino superior. Essa é uma atividade que tem crescido muito.

Parnaíba vem se firmando como polo de saúde. Várias são as empresas que têm-se estabelecido, aliadas ao desejo do governo municipal de viabilizar esses empreendimentos.

O turismo é outra grande possibilidade. Agora mesmo estamos dialogando no sentido de viabilizar um investimento hoteleiro de grande porte na cidade. Estamos numa empreitada com os governos estadual e federal, no sentido de homologar o aeroporto de Parnaíba como aeroporto internacional. Isso inclui o retorno de voos regulares, tanto nacionais como internacionais, para Parnaíba, para cumprir dois objetivos: tornar a cidade um centro exportador, e receber turistas nacionais e internacionais.

A outra grande perspectiva econômica reside no projeto Tabuleiros Litorâneos. Por decisão dos próprios irrigantes, juntamente com o DNOCS, pretende-se praticar a agricultura orgânica.

Tudo isso também tem conexão com o projeto nacional das Zonas de Processamento de Exportações (ZPE-Parnaíba). As ZPE foram instituídas ainda no governo José Sarney. De lá para cá o governo federal não regulamentou a matéria. Mais recentemente, o atual governo, desde 2007, vem editando regulamentações. Em abril de 2009, instituiu o Conselho Nacional de ZPE. A área inicialmente destinada para instalação da ZPE-Parnaíba não mais serve para esse fim, por ter sofrido invasões. O governo do Estado já adquiriu outra área. Juntamente com o município de Parnaíba, destinaram em seus orçamentos recursos para integralização do capital de uma empresa administradora, que deverá ser uma sociedade de economia mista. O projeto de realocação da ZPE-Parnaíba, bem como o projeto de instalação já integram a pauta do Conselho Nacional de ZPE.

O fato é que as potencialidades de Parnaíba estão bem delineadas nesse projeto. Estão incluídos todos os produtos que

aqui podem ser beneficiados, com ênfase para todos os derivados da palha da carnaúba, como a cera e outros subprodutos. Incluem-se também os produtos fármacos, de longa tradição em Parnaíba, que conta com várias empresas ativas. O projeto também contempla a possibilidade de integrar a fruticultura orgânica, com beneficiamento da produção dos tabuleiros litorâneos. Acreditamos que, tão logo seja aprovado esse projeto, a empresa administradora, que vai ser constituída pelo governo do Estado, com a prefeitura municipal e com a participação da iniciativa privada, deverá fazer a prospecção de investidores – o que já teve início, no sentido de que a gente possa atrair empresas que possam se instalar na ZPE-Parnaíba.

O grande problema que envolve todas essas atividades está relacionado com o modal de transportes. Há uma luta muito grande nesse momento, e acreditamos que em breve teremos o aeroporto internacional. Sob o aspecto do turismo e da exportação de alguns produtos, isso resolve a questão do transporte.

No entanto, para a produção que necessita ser transportada até um porto, nós temos aqui a necessidade de ter o porto de Luis Correia concluído. Até a sua conclusão, nós teríamos que utilizar o transporte rodoviário com destino aos portos do Pecém ou de São Luis, que são os portos mais próximos. O transporte rodoviário poderia trazer um inconveniente, poderia não ser atrativo, pois diminuiria a lucratividade das empresas estabelecidas na ZPE-Parnaíba. No entanto, existe um esforço, hoje, inclusive do ponto de vista político, de mostrar a necessidade da conclusão do porto de Luis Correia. Tecnicamente, nós temos recebido estudos que demonstram a viabilidade do porto que teve suas obras retomadas por iniciativa do governo federal. Hoje já pode ser observada a retomada das obras.

Por outro lado, nós temos a necessidade da recuperação da ferrovia Altos-Parnaíba. Isso é fundamental para que possamos fazer uma integração entre a estrutura portuária localizada em Luis Correia e a produção de grãos do sul do Estado.

Não sendo assim, o Piauí poderá transformar-se num satélite – que é uma tese do economista Pádua Ramos, que trabalha conosco na prefeitura de Parnaíba. Ele foi secretário de planejamento do Estado do Piauí, quando elaborou a tese da satelitização da nossa economia. O Piauí ficaria com a produção dos grãos, principalmente lá no sul do Estado, mas serviria apenas para remeter essa produção para os Estados do Ceará e de Pernambuco, que efetivamente fariam o beneficiamento e a exportação.

Da outra forma, da forma como Parnaíba vem se debruçando, vem discutindo, vem propondo, não só o poder público municipal como a própria sociedade encontram-se muito motivados em torno desse projeto, nós buscamos fornecer essa alternativa de transporte e fornecer uma alternativa para o estabelecimento de empresas que possam aqui se estabelecer, com incentivos tributários consideráveis, como é o caso da ZPE, para beneficiamento da produção local e conseqüentemente para a exportação. Então, são essas as perspectivas que nós vemos, e essa a análise que nós fazemos.

Com relação à bacia leiteira de Parnaíba, uma atividade extremamente importante, que, durante um longo período, teve uma produção muito maior do que a atual, haverá de ter também um movimento de fortalecimento da cooperativa Delta, que reúne os produtores da região, para que não só a cooperativa, mas também as outras empresas privadas possam estabelecer um sistema produtivo que estimule os nossos pecuaristas a continuarem na atividade, tornando-a cada vez mais produtiva.

É interessante também, é importante que a universidade federal e o poder público se voltem para pesquisar alternativas para a bacia leiteira, dado que alguns produtos da nossa bacia leiteira, dada a forma de fabricação, como é o caso do leite, está se tornando pouco atraente.

O leite longa vida, hoje, é muito mais consumido pela classe média, por todos, do que o leite como atualmente vem sendo produzido em Parnaíba. E nós haveremos de buscar alternativas para a utilização da produção da bacia leiteira, de forma muito mais competitiva, no mercado regional.

No que tange a investimentos públicos e à participação do poder público local na economia, nós temos que fazer uma reflexão que Parnaíba tem recuperado a participação considerável na distribuição da receita do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Estado do Piauí. Essa participação era muito menor até 2004. De 2005 até hoje, nós temos tido uma recuperação considerável.

A receita própria tributária do município de Parnaíba também demonstra uma significativa elevação. Temos tido um ganho em termos de – tivemos uma recuperação recentemente – em termos de participação na distribuição da receita tributária, naquela parcela que é dividida entre estados e municípios, no que diz respeito ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Então, a receita, no orçamento municipal de Parnaíba, que, em 2005 nós tínhamos, de receita, em torno de 44,5 milhões de reais, para 2010 estima-se uma receita de 216 milhões, o que demonstra uma evolução considerável.

Além de toda essa busca em aumentar a receita, para que o poder público possa também ser um agente estimulante do desenvolvimento local – essa é uma função do poder público municipal –, existe toda uma preocupação em atrair investimentos públicos para a região, porque esses investi-

mentos são importantes. Além de melhorar a prestação de serviços públicos na cidade, esses investimentos também estarão gerando empregos, principalmente no período de sua execução.

Esses investimentos são consideráveis. A cidade, que não tinha saneamento básico, passa a ter, com esses investimentos. Nós estamos executando muitas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nós estamos apoiando iniciativas de outras esferas de governo que também estão executando obras aqui em Parnaíba, e acreditamos que essas obras públicas também são fundamentais nesse processo de busca de alternativas para o desenvolvimento de Parnaíba. O que nós temos hoje em relação ao passado bem recente é um estado de ruptura da letargia e o início de um processo de descoberta de rumos para o desenvolvimento, em que nós já vemos que, pelos próprios indicadores da receita própria do município, já se começa a ver que a atividade econômica está mais ativa. Esse também é o caso da participação do município na receita do ICMS.

VITOR

Qual a participação de Parnaíba na receita do ICMS?

FLORENTINO

O líder na repartição do ICMS é a cidade de Teresina.

VITOR

E o município de Parnaíba?

FLORENTINO

Sobre isso, eu teria que me informar melhor.

VITOR

Esse avanço no comércio interno de mercadorias *tradables* (objetos comercializáveis, na maioria chineses, donde se excluem os serviços, por serem *non-tradables*, ou seja,

não-comercializáveis sob a forma de mercadorias-objeto, como é o caso dos serviços) está-se tornando um fenômeno mundial.

No Brasil, mais ainda, por causa das políticas sociais, como o programa bolsa-família, assim como das aposentadorias-pensões, que crescem, ao ponto de representarem, juntos, a maior entrada de recursos nos pequenos municípios brasileiros. Só esses dois rendimentos (bolsa-família e aposentadorias-pensões) chegam a superar o total das arrecadações. As grandes redes de lojas de departamento vêm atrás desses rendimentos, ao se instalarem nas cidades médias. À primeira vista, isso causa tanto entusiasmo que algumas pessoas começam a afirmar que cada cidade (a sua cidade) está-se tornando um centro comercial endogenamente importante, embora esses recursos venham de fora.

Na verdade, o que também se vê é a consolidação de um grande calçadão de comércio informal e de outros serviços. O Brasil inteiro está-se tornando esse grande calçadão. Esses modelos ou fenômenos geralmente começam em São Paulo e terminam virando políticas públicas.

Dona Zilda Arns, de saudosa memória, esteve à frente de uma importante iniciativa da sociedade civil, cuja metodologia inspirou o serviço público dos atuais agentes de saúde. Nos anos 70, foi o Ceagesp paulista que inspirou o modelo Ceasas em todas as capitais. Mais recentemente, outro modelo modificou o cenário, inclusive das médias e até pequenas cidades pelo interior do Brasil: a criação de centenas de novas universidades públicas e privadas, além de campi avançados e faculdades isoladas. Os municípios do interior de São Paulo são infestados dessas faculdades e cursos de pós-graduação, principalmente privados.

Da mesma forma, cada pessoa pode ser levada a crer que a sua cidade está-se tornando um grande centro universitário.

Além das novas unidades, novos cursos vêm sendo criados nas unidades que já existiam. Portanto, isso não é um fenômeno parnaibano. Essa nova onda de ensino universitário de massa, com políticas de inclusão (a exemplo do Reuni, Enem e a fixação de cotas), vem somar-se a outra onda que são os concursos públicos, em geral, dando, pela primeira vez, oportunidade aos jovens de famílias que sempre estiveram à margem do consumo.

Atualmente, a onda de cursinhos preparatórios de “concurseiros” substitui a velha onda de cursinhos pré-vestibular dos anos 70. É uma verdadeira indústria, inclusive editorial. Em decorrência, estabeleceram-se novos fluxos migratórios. Muitos pós-graduados saem do interior de São Paulo para fazer concurso nas novas Instituições de Ensino Superior (IES). Isso é bom ou ruim? Claro, tem o seu lado bom porque integra mais o País e dá oportunidade aos nossos jovens, cujas famílias nunca tinham tido acesso, seja a cargos públicos, seja ao ensino superior. O lado ruim, todo mundo sabe, é a perda de qualidade do ensino em todos os seus níveis.

Quando proliferam cursinhos e kumons é porque algo está errado. O pior de tudo é que, mesmo com a perda de qualidade, nós não conseguimos tirar proveito nem mesmo do avanço quantitativo. Essa seria a grande oportunidade, mas... por que não temos a Universidade Federal do Delta? O Piauí é um dos poucos Estados onde só existe uma universidade federal. Minas Gerais tem uma boa dezena. O campus da UFBA, em Cruz das Almas – município que é, de longe, bem menor e menos importante do que Parnaíba, deu lugar à Universidade Federal do Recôncavo Baiano, com vários campi espalhados pelas cidades da região do Recôncavo. No momento, estuda-se a independência, em relação à UFBA, das futuras universidades originárias do NEIM e CEAQ. A Universidade Federal do Vale do São Fran-

cisco é resultado da parceria Juazeiro, na Bahia, e Petrolina, em Pernambuco. Campina Grande, na pequena Paraíba, já tem a sua universidade federal.¹

FLORENTINO

Nós vemos que a arrecadação tem aumentado em todos os tributos. Além disso, houve uma valorização imobiliária na cidade, fato extremamente considerável, os imóveis estão mais valorizados. Nós também teríamos que fazer um comparativo com a região. Paraíba apresenta um padrão de crescimento, uma elevação na sua receita e na própria prestação de serviços diferenciada da própria região. A taxa de crescimento da receita e dos serviços é superior à dos municípios vizinhos. Se formos comparar com a sua história recente, por exemplo, dos últimos 50 anos, você não vai encontrar nenhum período em que se tenha observado tal crescimento.

VITOR

Mas a valorização dos imóveis não seria também um fenômeno nacional? Os preços dos imóveis, que estavam repressados, são muito sensíveis a esse novo fluxo migratório a que eu me referi – os concursados e os estudantes que demandam habitação. Esses preços também têm reagido positivamente diante da política habitacional do governo federal, que se intensificou após a crise financeira desencadeada nos Estados Unidos. Em todo o Brasil, crescem os preços dos terrenos, dos materiais de construção, e do metro quadrado de área construída. Essa maré, tanto de concursos quanto de política habitacional, apesar de ter prazo para acabar, tem reestruturado muitas cidades brasileiras. No limite, é toda a economia que está crescendo, medida com base nas taxas de crescimento do PIB.

¹ Menos de um ano depois de realizada esta entrevista, a Bahia conquistou mais duas Universidades Federais além de nove Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET).

FLORENTINO

Mas a perspectiva do aeroporto internacional fez com que essa área litorânea tenha tido – você pode pesquisar os próprios dados do Patrimônio da União – tenha tido uma movimentação no número de transações imobiliárias. Nos cartórios, também é possível verificar isso, totalmente superior a décadas anteriores. Essas áreas têm sido adquiridas também, não só por particulares, mas por empresas. Existem empresas especializadas em investimentos turísticos adquirindo essas áreas.

VITOR

Não seria o mesmo fenômeno das “novas capitâneas hereditárias”, no dizer do sociólogo Chico Oliveira? Ele fez essa associação com as velhas capitâneas, ao observar que capitais estrangeiros e pessoas físicas vêm loteando as praias e o litoral do Nordeste, em praticamente todos os Estados da região. O que estou querendo dizer é que se trata de um fenômeno nacional, embora dinamize cadeias produtivas e de serviços locais – o que pode, sem dúvida, representar emprego e renda.

FLORENTINO

Eu sei, mas é um fenômeno nacional que tem importantes reflexos em Parnaíba e região. O que nós vivenciamos é que Parnaíba sempre esteve, nos últimos anos, abaixo dos índices de crescimento, não é verdade? O que é interessante é que se o País estiver crescendo e se Parnaíba não estiver crescendo no limite em que o País está crescendo, isso é desastroso. Todavia, se o País estiver crescendo e a cidade estiver acompanhando esse ritmo de crescimento...

VITOR

...ou crescendo até acima da taxa média de crescimento do PIB nacional.

FLORENTINO

Exato. Então, isso é importante, e é isso que nós estamos defendendo. Estamos garantindo a possibilidade de a cidade vir a ser incluída no desenvolvimento do País. Isso é extremamente importante. Agora, não pode ser um desenvolvimento passageiro. Tem que ser um desenvolvimento sustentável, ou seja, durável. Por isso, nós temos de estudar as perspectivas de tornar esse desenvolvimento efetivamente sustentável, duradouro, e que nós possamos também estudar meios para que ele seja compartilhado com todas as classes sociais, evitar o êxodo que nós já vivenciamos no passado, particularmente pelos nossos jovens. Isso até já vem diminuindo, em razão dos investimentos inclusive em ensino público de terceiro grau aqui. Para que nossos jovens tenham oportunidade de emprego local, para que nós não estejamos obedecendo àquela máxima de ser uma cidade exportadora de mão de obra.

Um fator importante para se avaliar também a questão dos aspectos econômicos e sociais de Parnaíba é o aspecto político, principalmente no que se refere à convivência com a região. Parnaíba tem uma interlocução com a região. Trata-se de um diálogo franco, aberto, parceiro? Ou é um diálogo que favorece mais o isolamento, ou mesmo uma ausência de diálogo que acaba levando ao isolamento? Nesse aspecto, acredito no acerto da política que vem sendo adotada, para que se reconheça a importância da integração de Parnaíba com o nordeste do Maranhão e o noroeste do Ceará. Inicialmente, essa integração foi alicerçada numa ação do governador Wellington Dias, do governador Lúcio Alcântara, e do governador José Reinaldo. Após o processo eleitoral de 2006, essa possibilidade de integração de Parnaíba com os municípios litorâneos do Piauí, com quatro municípios do Maranhão e com outros quatro do Ceará, prosseguiu na

gestão do governador Cid Gomes, do Ceará, do governador Jackson Lago, do Maranhão, e com o governador do Piauí, Wellington Dias.

A possibilidade dessa integração motivou a criação da Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável, onde eu tive a oportunidade de ser o secretário executivo. A agência trata não só do desenvolvimento de Parnaíba, mas da região. Posteriormente despertou o diálogo com o Ministério do Turismo, com o Ministério da Integração Nacional. Daí, foi formado um grupo de trabalho interministerial e várias audiências públicas foram realizadas na região. Hoje, nós temos uma região que reconhece sua identidade, composta por 77 municípios do nordeste do Maranhão, região da planície litorânea do Piauí, região dos cocais, também no Estado do Piauí, e noroeste do Ceará.

Foram realizadas audiências públicas em municípios-polo que fazem parte daqueles 77 municípios. Essas audiências marcaram os projetos de consenso desses municípios. O porto de Luis Correia está nesses planos, que é o plano de desenvolvimento regional sustentável da região turística do Meio-Norte. A ferrovia Altos-Luis Correia está no plano, bem como a ZPE-Parnaíba.

Atualmente os grandes projetos que visam ao desenvolvimento de Parnaíba têm uma defesa não só por Parnaíba, por parnaibanos ou piauienses, mas têm uma defesa consubstanciada em audiências públicas, por lideranças políticas, por lideranças comunitárias, por lideranças sociais e pela população dos 77 municípios. Tudo isso faz parte de um documento que está sendo consolidado pelo Ministério da Integração Nacional, mas que envolve, para conclusão da redação final, interlocução com 11 ministérios, entre eles, o Ministério do Turismo, a Casa Civil, o Ministério da Educação e as secretarias de planejamento do Piauí, Ceará e Maranhão.

Eu acredito que Parnaíba volta, não só sob o aspecto econômico, como também sob o aspecto político, a ter uma importância preponderante na região; porque Parnaíba é a sede da Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável – que será a executora do plano. Em Parnaíba também foram executados e concentrados todos os trabalhos. As lideranças políticas e comunitárias das regiões reuniram-se em Parnaíba para fazer a votação final do plano. Eu acredito que é extremamente importante termos os projetos colocados como linhas básicas para a viabilização do desenvolvimento local, que são também projetos de toda a região.

VITOR

Eu tive a oportunidade de conversar com colegas da minha universidade, que atualmente trabalham com o planejamento do transporte ferroviário. Insisti muito sobre a retomada do transporte ferroviário no litoral piauiense, particularmente o transporte de passageiros no pequeno trecho Parnaíba-Atalaia, visando ao desenvolvimento do turismo. Eles foram bem taxativos ao afirmarem que o transporte de passageiros não é viável. O que dá lucro é o transporte de cargas e que no litoral piauiense não há o que transportar. Quando eu defendi o escoamento de grãos dos cerrados piauienses e um terminal de combustíveis, eles foram muito claros ao afirmar: “só se for uma decisão política”, porque, do ponto de vista da viabilidade econômica, esse transporte já é feito pelos portos de São Luis e de Fortaleza.

FLORENTINO

Eu e todas as pessoas que fazem parte desse momento histórico temos efetivamente de fazer essa reflexão que você está fazendo. Quais os malefícios trazidos por um modelo de desenvolvimento aplicado no passado recente, particularmente na década de 70? Quais os equívocos desse mode-

lo de desenvolvimento? Mas, efetivamente, nós não temos como voltar no tempo e fazer esse conserto. Então, com os instrumentos disponíveis hoje, nós temos que avançar. E o avanço se dá, criando-se possibilidades.

VITOR

Não se trata de voltar no tempo, mas, fazendo-se um bom diagnóstico do que aconteceu, podem-se fixar diretrizes e metas de governo mais acertadas, como, por exemplo, resgatar o que já perdemos. Quando eu me refiro ao que já perdemos, não estou tratando só de Parnaíba e região, mas de todo o Piauí, daquilo que mais interessa para a sua economia. Vou citar apenas o caso do abastecimento de combustíveis. No curto prazo, concordo que isso deveria ser uma decisão mais política do que de mercado. Mas o Sr. acha que isso seria sustentável no longo prazo?

FLORENTINO

Sim, vejamos. Nós estávamos com as obras do porto paradas. Hoje nós temos obras lá. Isso é uma decisão política, é uma decisão do atual governo.

VITOR

Como pode ser apenas mais um capítulo de um velho filme. Esse ciclo do “para, reinicia, para, reinicia” é histórico, não raro coincidindo com o ciclo das eleições. Desde que eu me entendo como criança, quando o Sr. nem era nascido, eu e muitos parnaibanos vivemos esse “mito do eterno retorno”. Isso já virou uma paranoia coletiva.

FLORENTINO

A decisão de retomada da ferrovia não deve ser, num primeiro momento, uma decisão do ponto de vista econômico. Vai ser uma decisão econômica no longo prazo, uma decisão de planejamento econômico. Mas é, sobretudo, uma

decisão política. E nós já temos no orçamento deste ano de 2010 – eu posso informar esses dados – recursos assegurados nesse sentido, para a recuperação da ferrovia. Isso foi discutido na audiência pública do orçamento geral da União, em Teresina. O fato é que temos de estabelecer um consenso de recuperação da ferrovia. Na verdade, esse ramal não foi privatizado, não está dentro da privatização da CFN, então, nós temos que construir alternativas. Algumas alternativas já foram vislumbradas.

VITOR

Concordo com o Sr. que o poder público pode dar uma correção de rumo, mas só no curto prazo. No longo, vale a lógica do mercado – a menos que se queira sustentar um projeto às custas do erário público. E sem fixar um prazo! Hoje, isso não me parece sustentável. Na verdade, o nosso ramal ficou fora, por desinteresse do mercado. Em outras palavras, por falta de carga a ser transportada. Todavia, nós sabemos que essa carga existe: derivados do petróleo e grãos, para citar apenas dois produtos. Resta saber se vamos continuar entregando o filet mignon desse negócio para os Estados vizinhos, ou se vamos continuar commoditizados. No projeto “Pioceraão”, o Ceará continua sendo “será”. O Maranhão, “serão”. Enquanto isso, o Piauí permanece “pior”. Essa é a correção que precisa ser feita no diagnóstico.

FLORENTINO

Sim, foi desinteresse, e também o fato de a licitação, para privatização desses serviços, não ter agregado algumas responsabilidades sociais para quem estava pretendendo essa concessão pública. Se a empresa que absorveu aqueles ramais lucrativos tivesse, por obrigação do edital, da concessão, por obrigação, também, de, dentro de um determinado período, se fosse demandada, se fosse demonstrada a viabilidade de

se restabelecerem alguns ramais, isso seria extremamente importante. Se ela está obtendo uma concessão, essa concessão não pode ser explorada apenas sob o viés da lucratividade. Também tem que ter uma responsabilidade social com o País. Mas o fato é que não podemos retroagir. Nós temos uma realidade hoje, e esta realidade, nós temos que ter a inteligência, a sabedoria, a unidade, a inteligência política de se unir para que a gente possa estabelecer a retomada desta linha. Existem vários problemas levantados do ponto de vista técnico, mas alguns problemas são relativamente pequenos. O principal problema seria a desapropriação da área. Praticamente toda livre, salvo algumas restrições nas zonas urbanas, como é o caso de Parnaíba, por isso torna-se impraticável passar a linha férrea em Parnaíba, como passava antes. Existe um projeto, inclusive, da prefeitura, estabelecendo um novo traçado desta linha, depois da Av. Francisco Borges, fora da zona central da cidade de Parnaíba.

VITOR

Uma das principais vantagens competitivas do trem de passageiros, e, por extensão, de carga, nas cidades europeias, principalmente em relação ao avião, é a localização das gares (estações de trem-metrô) nos centros das cidades grandes e médias. Só o deslocamento até os aeroportos, cada vez mais distantes, já elimina qualquer vantagem do avião sobre o trem, não só em termos de custo, mas também com relação ao tempo, medido em termos de duração total da viagem. Basta um engarrafamento, você perde o avião.

FLORENTINO

Nossa defesa é no sentido do transporte exclusivo de carga.

VITOR

Mas os trens modernos, além de muito rápidos, são flexíveis, ou seja, são mistos em termos de carga e passageiros.

O deslocamento mais confortável, e também competitivo, para turistas e funcionários executivos, é o sistema europeu *train + car*. Você embarca no mesmo trem que leva o seu carro, além de outras cargas, exceto os minérios pesados e as cargas perigosas como combustíveis e outros químicos. Tudo isso se passa enquanto você viaja dormindo confortavelmente, inclusive à noite. O que você deixa de gastar, no destino, com aluguel de automóvel ou táxi, **desbanca** qualquer diferença de tarifa entre o trem e o avião. Não raro, uma corrida de táxi até o aeroporto custa mais do que o bilhete do avião.

Existem também os sistemas trem + hotel, trem + carga, além de suas diferentes combinações. Em Londres, a famosa Estação Victoria é antiga e fica no centro histórico da cidade. Da mesma forma são antigas e centrais as gares de Montparnasse e d'Austerlitz, em Paris. Mas, apesar de antigas, são servidas pelos trens mais velozes do mundo, como os TGV, só comparáveis aos trens-bala japoneses. E tudo funciona.

Eu sei que não estou na Europa, mas permito-me manifestar certa tristeza quando vejo abandonadas as instalações da nossa velha Estrada de Ferro Central do Piauí (EFCP), que já fazia parte da Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Pensar a cidade no longo prazo significa incluir o metrô no nosso sonho, principalmente quando pensamos uma cidade polo regional. De repente, ela atinge um milhão de habitantes. E aí? As pessoas continuarão indo, de mototáxi, com suas bagagens, até as cada vez mais novas e distantes estações?

FLORENTINO

Mas, embora o novo traçado não passe pela cidade, a área vai ser preservada. Parnaíba já faz parte da Associação Brasileira de Cidades Históricas. Parnaíba vai fazer parte do Pro-

grama de Aceleração do Crescimento do Patrimônio Histórico. Nós desapropriamos o casarão de Simplício Dias, já temos recursos assegurados do IPHAN, em convênio com a prefeitura, que já fez a licitação e vai fazer a reforma do casarão. Vai fazer a reforma do casarão de Dona Auta, e toda a área da estrada de ferro também vai ser recuperada. Já foi feito um estudo para remontar isso como era inicialmente.

VITOR

Eu sei que o Sr. já tinha um compromisso previamente agendado, em Teresina, para onde deve viajar neste momento. Mesmo assim, não se negou a dar esta excelente contribuição que veio enriquecer o conteúdo dos debates ocorridos na mesa-redonda realizada no campus da UFPI. Gostaria de agradecer a sua participação, no âmbito do convênio UFBA-UFPI, e, também, da PASSEC-JR.

Dada a importância das questões que o Sr. formulou, mesmo na sua ausência, gostaria de prosseguir comentando algumas delas, com o objetivo de tentar contribuir um pouco mais para o nosso diagnóstico.

Em primeiro lugar, considero que é muito difícil – em alguns casos, até impossível – preservar-se uma área sem que ela gere um retorno econômico que a torne sustentável, ou seja, durável. A menos que exista um inesgotável mecenas público ou privado, uma inesgotável fonte de recursos a fundo perdido.

O erro está na preservação apenas contemplativa. Na minha opinião, a área da estrada de ferro poderia ser logo utilizada, a exemplo das românticas “marias-fumaça” de Guaramiranga ou da Serra Gaúcha. Pelo menos no trecho Parnaíba-Atalaia. O uso da estação para embarque-desembarque de passageiros não é incompatível com o museu do trem. Pelo contrário, a visita ao museu seria incluída no roteiro. Por que

o Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul podem fazer tudo isso? Por que o Piauí não pode fazer o mesmo? A exemplo daqueles Estados, poderíamos ter duas bitolas, uma, estreita, para o turismo – ligando Parnaíba às praias de Amarração e Atalaia, onde ainda se encontram duas belíssimas e ociosas estações de passageiros. Outra bitola, larga, para carga e longas distâncias, inclusive o trem flexível. Insisto no trem flexível, passando pela cidade porque, se não pensarmos na fronteira, na ponta da tecnologia, estaremos perdendo a única vantagem de quem chega atrasado. Quem vem por último tem que ser o mais moderno, basta comparar o metrô do Rio de Janeiro e São Paulo com as velhas linhas de metrô de Londres e Paris².

Em Salvador, a prefeitura gastou muito dinheiro para retirar e limpar o asfalto das pedras do centro histórico, particularmente na Praça da Sé.³ Em Parnaíba, ao contrário, asfalta-se o centro histórico, ou seja, sujam-se as pedras polidas pelo tempo. Essas pedras são tão patrimônio histórico quanto as construções, os monumentos.

Ainda em Salvador, participei de um seminário onde ouvi o seguinte relato: perto da baía de Maraú, na microrregião do Baixo Sul da Bahia, a rainha Sílvia, da Suécia, lidera um projeto litorâneo. Trata-se de um condomínio fechado para europeus ricos. Os agentes executores desse projeto alardeiam que o acesso será feito por mar, e, também, por terra. Para isso, será construída a “primeira estrada ecológica do Brasil” (sic), que corta o que ainda resta de Mata Atlântica. O que é essa “primeira estrada ecológica”? Nada mais do que uma estrada de pedra, como aquela que foi coberta de

² Minas Gerais e Espírito Santo operam um dos maiores e mais modernos complexos ferroviários do mundo, voltado para o transporte de minérios, com escala australiana. Nem por isso aqueles Estados deixaram apodrecer as antigas marias-fumaças e suas românticas estações. Particularmente, em Minas Gerais, trem é cultura e autoestima – indicadores do novo conceito de desenvolvimento.

³ Projeto coordenado pelo arquiteto e cidadão parnaibano Assis Reis.

asfalto, entre Parnaíba e Buriti dos Lopes. Aqui, destruíram a nossa estrada ecológica, quando poderiam ter feito uma rodovia paralela, de alta velocidade, sem aquelas curvas fechadas, que já causaram tantas mortes. É a mesma história de sempre: em vez de se investir em infraestrutura séria, só se fazem “puxadinhos” e gambiarras. Em outras palavras, jogam asfalto por cima das maltraçadas linhas.

O fato é que, enquanto destruímos dezenas de quilômetros do nosso calçamento, nossos ricos vão fazer turismo nas cidades históricas de Minas Gerais e admirar, fotografar os calçamentos de lá. Não sei que milagre, mas ainda não jogaram asfalto em cima das lajes das calçadas que dão acesso à nossa velha estação...

Voltando ao tema da responsabilidade social das empresas, a que o Sr. se referiu, permita-me insistir, mas não vejo outra lógica no mercado a não ser a da lucratividade. Todavia, o Sr. tem razão quando se refere a uma saída política. Mas só no curto prazo. A sustentabilidade, ou seja, a durabilidade só virá se houver lucratividade. Pelo menos enquanto estivermos tratando de capitalismo.

Vamos imaginar outro exemplo relacionado com o consórcio estadual conhecido como “Piocerão”. Se trocarmos o Maranhão pela Bahia, “Pioceria”. Por quê seria pior? Porque a Bahia não se entrega facilmente, aos Estados vizinhos. Como se sabe, os cerrados baianos, em torno de Barreiras, foram ocupados, antes dos cerrados do Piauí e do Maranhão, para a produção de soja e outros grãos. A primeira ideia era exportar grãos por um porto pernambucano, utilizando-se um sistema multimodal complicado e competitivamente burro (hidrovia + rodovia + ferrovia).

A Bahia lutou com unhas e dentes contra esse projeto, para não ter que entregar o filet mignon aos pernambucanos. Ao contrário do que fizemos, a antiga BA-040 virou um in-

tenso corredor de exportação de grãos, através dos portos baianos de Salvador e Ilhéus. Sei que rodovia não é o ideal para esse tipo de carga, mas é mais competitivo do que o multimodal que, além de ser mais caro, implica mais tempo e perdas de carga em cada operação intermediária de conversão. No longo prazo, os sucessivos governos baianos (independentemente do partido que estivesse no poder) ficaram “cozinhando”, em fogo brando, o projeto da BR-030 e da ferrovia Maraú-Brasília, que acaba de sair do papel. Esse projeto é tão ambicioso que, no futuro, servirá até de porto marítimo para a Bolívia, tanto no Atlântico quanto no Pacífico – a depender das negociações com o governo peruano. Entre pensar grande ou entregar o filet mignon, os baianos preferiram a primeira alternativa. Nós, por enquanto, estamos só entregando o filet mignon. Entendo ser esse o fundamento da tese de satelitização.

Vi, com muita tristeza, nossos políticos (principalmente parnaibanos) desenharem aquele “Y” que nos satelitizou, em 1972. Quando insisto nesse diagnóstico, não é para voltar no tempo, mas para resgatar o que perdemos. Eu sou apenas um professor de Economia, mas, se eu fosse político (no sentido partidário), *policy maker*, ou um gestor público, o mínimo que eu ia defender, para o meu Estado, era a integração das bacias do São Francisco-Gurgueia-Parnaíba, para que os grãos dos cerrados de Minas, Bahia, Tocantins, Piauí descessem em grandes chatas até o litoral piauiense. Um projeto desses custa menos do que a transposição do rio São Francisco, que, ao contrário de ser sangrado, poderia ser revitalizado com a canalização da água do rio Tocantins. As condições topográficas para essa canalização são excelentes. A competitividade desse projeto de integração está no baixo custo do transporte e na sua simplicidade monomodal, ou seja, água-água até o destino final, como fazem

as “vizinhas” Europa e Argentina. A depender das suas vantagens competitivas, por comparação com a bacia do Prata, que já vem sendo objeto de investimentos para sua integração, poderíamos embarcar grãos, etanol e outras *commodities* provenientes até dos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Tudo é uma questão de logística, onde operam os níveis de perda, o tempo de transporte, de embarque-desembarque, e, sobretudo, os custos. Isso sim, é economia de mercado. No Prata, pode. No Mississipi, também pode. Por que nós não podemos? Hoje, tecnicamente, a coisa é bem mais simples. Na verdade, não precisamos nem de um grande porto. Basta um terminal graneleiro – ou tancagem, no caso do etanol.

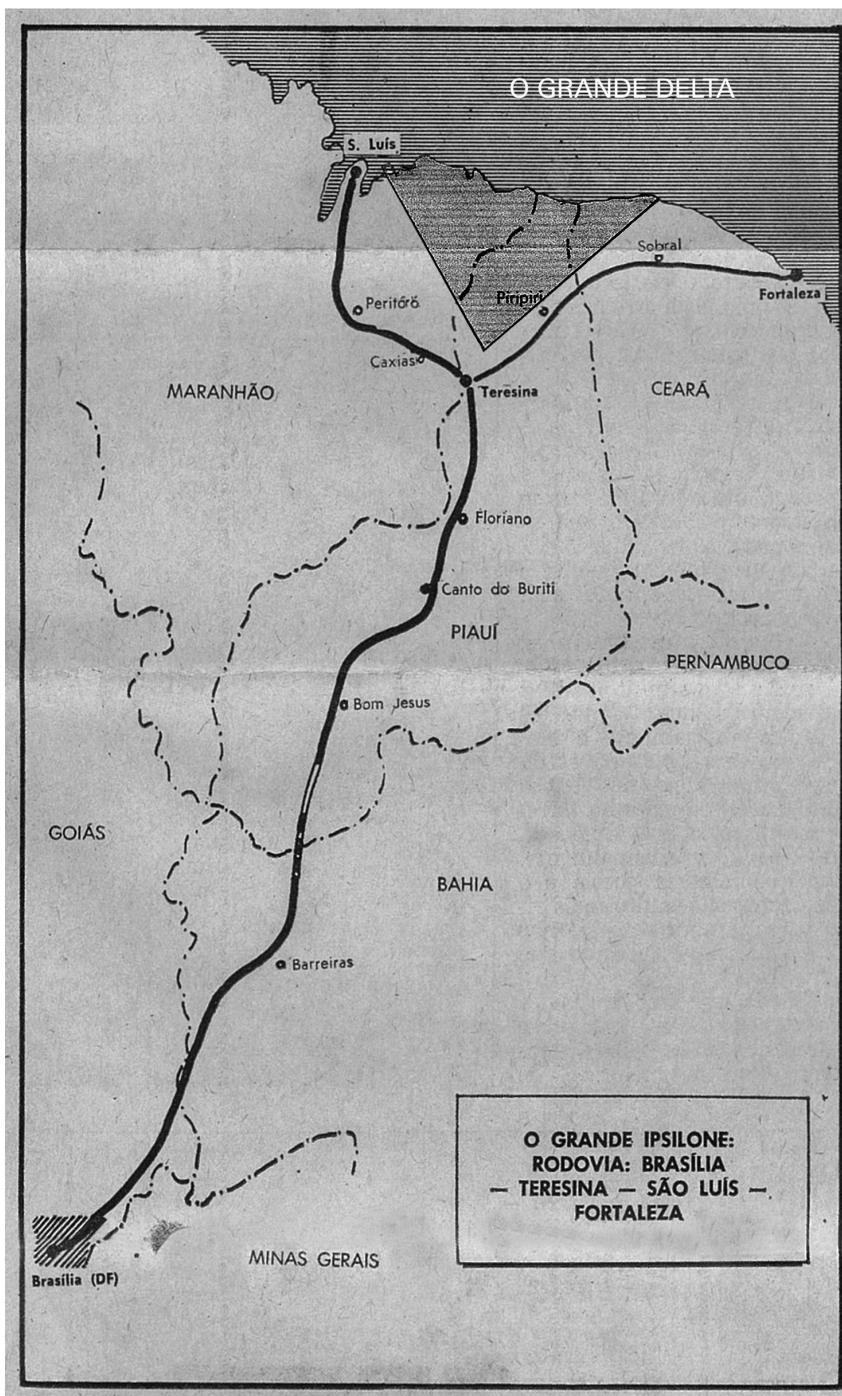
Vou citar outro exemplo baiano. Próximo à baía de Aratu, no canal de Cotegipe, onde costumo velejar, pude acompanhar, durante não mais do que dois anos, a construção de um gigantesco moinho de trigo, onde também se fabricam biscoitos e massas. Na beira do canal, cuja profundidade chega aos 32 metros, calado que eu mesmo pude medir através de um sonar, o moinho tem as suas próprias instalações para desembarque de trigo em grão. Visivelmente, não passa de um simples cais. Em terra, veem-se instalações de silos e dutos para o transporte, por sucção. Em pouco tempo, navios gigantescos são esvaziados do seu trigo, e, logo em seguida, vão sendo preenchidos com soja em grão.

Enquanto não vem a ferrovia, carretas duplas carregadas de soja fazem fila de até 10 km ao longo da rodovia – o que torna o tempo de embarque superior ao de desembarque. Mesmo assim, esse sistema é tão competitivo que, mal foi inaugurado, já está sendo ampliado. A sua principal vantagem está na existência de carga-retorno.

Não é um projeto americano, como a integração do Mississipi, nem multinacional, como a integração do Prata. Trata-se

apenas da iniciativa de um grupo privado (M. Dias Branco), do vizinho Estado do Ceará. Apenas um moinho de trigo! Todavia, o projeto de engenharia é tão grande que chegou a causar insatisfação entre os velejadores do Aratu late Clube. Nas imediações do moinho, os velejadores são obrigados a usar motor porque os ventos foram quebrados, tão altas são as suas instalações.

Nunca fiz essa conta, mas é provável que, em meio século de história desse “porto” de Luis Correia, o erário já tenha gasto muito mais, sem falar no impacto ambiental. Eis aí um bom tema para pesquisa monográfica nos cursos de Economia, Biologia, Engenharia de Pesca... Tenho esperança de que a pesquisa científica venha mudar o discurso improvisado. Precisamos, cada vez mais, de bons diagnósticos, da boa ciência.



... ENTREVISTA-DEBATE ...

com Merval Neres dos Santos Filho

Empresário, fabricante do leite “Longá” e derivados

VITOR

Sr. Merval, na sua opinião, qual é o principal problema macroeconômico, socioeconômico de Parnaíba e região?

MERVAL

Em primeiro lugar, o principal problema é que nós não estamos direcionados para nenhuma atividade específica. Fala-se muito em indústrias vindo para Parnaíba, e eu não vejo como é que essas indústrias vêm se instalar em Parnaíba, por que nós estamos isolados dos grandes centros. Para começar, nós não temos infraestrutura elétrica, além de outras áreas que possam suprir isso. Nem temos mercado.

O outro grande problema que eu considero é a falta de perspectiva, só que o povo não vê isso, principalmente aqueles cidadãos tradicionais – que eram os antigos investidores na nossa região – com um espírito empreendedor que a gente vê em outras regiões até do Piauí. Eu acho que o nosso principal problema, hoje, é esse.

VITOR

Eu estava lendo neste jornal de Teresina, que encontrei na recepção da sua fábrica, fiquei assustado com esta notícia aqui: os teresinenses que vieram para o *réveillon* voltaram antes porque, como está escrito, “faltou até combustível no litoral do Piauí! Faltou energia, faltou água, e faltou até dinheiro nos caixas eletrônicos dos bancos!”

MERVAL

Sim, faltou tudo. Faltou gelo. Faltou principalmente um bom atendimento nos bares e restaurantes. Todavia, no caso específico do combustível – eu já trabalhei muito com isso, hoje não trabalho mais, mas tenho familiares que atuam nesse ramo – posso dizer que esse problema não foi de Parnaíba, não. Aqui, nós temos estrutura para atender até a uma demanda superior. A quantidade de postos em Parnaíba atende tanto à população fixa quanto à população flutuante. A demanda pode até dobrar de tamanho. A grande dificuldade é porque o terminal da Petrobras, em Teresina, já está pequeno para a atual demanda do Piauí. O terminal abastece o Piauí, além de parte do Ceará e Maranhão. Então, faltou combustível foi em Teresina. Faltou principalmente o álcool para fazer a mistura com a gasolina. A Petrobras tinha gasolina estocada lá, mas não tinha o álcool para fazer a mistura. Por isso, ela não podia vender o combustível.

VITOR

Será que a gente pode dizer também que falta imprensa? Isso porque eu li nesses dias, os jornais O Dia, Meio Norte, com exceção de uma ou duas rádios que eu ouvi, parece que a imprensa é muito desinformada. Por exemplo, sobre essa informação a respeito do combustível, eu não encontrei nenhuma notícia. E essa é uma informação importante.

MERVAL

Eu não diria nem imprensa. Eu digo é que falta quem defenda a nossa região. Alguém que diga a verdade, porque os jornais de Teresina dizem o que querem e aquilo vira verdade. Falta alguém que nos defenda e que mostre a verdade, mostre o que está de fato acontecendo.

VITOR

Com relação ao problema da falta d'água, o Sr. tem alguma informação?

MERVAL

Olhe, mais importante do que a falta d'água, é a falta de energia. Eu li uma entrevista do presidente da Agespisa. Ele disse que faltou água porque faltou energia. As bombas não tinham capacidade de estocagem. Quando faltou energia na captação, não havia gerador para ofertar energia suficiente para que as bombas continuassem operando. O gargalo é a falta de energia e este é o principal problema da nossa região. Não na geração, mas na transmissão de energia através da nossa rede.

Apesar de eu não ser técnico, mas todo mundo sabe, porque estamos sentindo na pele, que todo o sistema está sucateado, e que vai faltar energia na região. Mesmo porque o governo, no nível federal e estadual, não está se preocupando com isso, pelo contrário, com esse programa "Luz para todos", eles estão colocando rede de energia monofásica para toda a região, sem corrigir primeiro as falhas estruturais que já existiam antes.

Eu cheguei a montar, no último ano (2009), um plano de captação de leite para adequar a indústria à normativa 51, do Ministério da Agricultura. Essa normativa trata do leite granalizado, o que implica receber e resfriar o leite diretamente na fazenda e levá-lo resfriado até a indústria. Eu montei um sistema de captação com instalações de frio em São José, em Rosário, município de Caxingó, em Caraúbas, em Buriti dos Lopes, na ponte do Jandira, e o maior problema que eu tenho hoje é energia. Já cheguei a perder 3 mil litros de leite, em um só dia, por falta de energia nessas regiões. Nosso maior gargalo estrutural, no meu ponto de vista, é energia.

VITOR

E quanto às telecomunicações, o Sr. vê algum problema? Por exemplo, o uso do celular, da internet e de outros meios...

MERVAL

É, não funciona 100%, não. A internet banda larga não está cobrindo toda a cidade. Quanto ao celular, a gente percebe que o serviço não está 100%...

VITOR

Existem pontos cegos?

MERVAL

Sim, mas a gente sabe que não é só aqui, pois esse serviço cresceu muito rápido no Brasil todo. Agora, para mim, eu acho que a energia é o maior problema, muito preocupante.

VITOR

Por falar em Brasil todo, teve apagão em Teresina?

MERVAL

Sim, teve apagão em Teresina.

VITOR

É o mesmo problema? Ou lá o problema é outro? Foi acidental?

MERVAL

Inclusive eu estava lá nesse dia, choveu muito forte. Era véspera de Natal de 2009. Choveu quase igual a todo o mês de dezembro de 2008.

VITOR

Então, foi acidental?

MERVAL

Não, fala-se também na deficiência de pessoal para manutenção. Com um problema desses, o número de chamadas aumenta muito, não é? Então, falta pessoal suficiente para

atender aos chamados. Só para citar um exemplo. Para a captação de leite, eu tenho um tanque com capacidade para receber até 13 mil litros de leite por dia. Em São José, faltou luz na véspera do ano novo. A manutenção da rede elétrica é feita por Piracuruca. Só existe uma turma com um único carro para fazer a manutenção em todo o município de Piracuruca, em São Miguel da Fronteira, até a divisa com o Ceará. Nesse dia, eu perdi 2,7 mil litros de leite, por negligência da Cepisa, porque demorou mais de 8 horas para religar a energia.

VITOR

E esse leite não foi reaproveitado para outros fins?

MERVAL

Não, foi prejuízo total. Total.

VITOR

Não serviu nem para alimentação animal?

MERVAL

Não, porque a acidez já estava muito alta, acima do nível recomendado para se fazer queijo – que é um dos subprodutos situados na ponta da cadeia produtiva do leite. O Ministério da Agricultura não aceita. A fiscalização é muito rígida. Os critérios da nossa empresa também são igualmente rígidos. Não se aproveitou nada. Foi tudo para o lixo.

VITOR

Eu visitei Pedra do Sal e vi lá umas duas dezenas de torres geradoras de energia eólica. Na sua opinião, aquilo tem futuro? Já fez alguma diferença?

MERVAL

Não, porque, eu reitero, o nosso problema não está na geração, e, sim, na distribuição. O sistema de distribuição está sucateado. A Cepisa faz investimentos, mas são insuficien-

tes, faltam transformadores, por exemplo. A fiação está toda remendada, com prazos de validade vencidos. A Cepisa não dispõe nem de transformadores de reposição, para proceder às necessárias substituições.

VITOR

O Sr. nota alguma diferença, em termos de qualidade técnica, quando alguns serviços são prestados por empreiteiras que vêm de fora? Vou dar um exemplo: uma rede de distribuição, no litoral, sob ação da maresia, do salitre, deve ter uma vida útil bem menor do que no interior. Ademais, aqui no litoral, nós temos ventos muito fortes, solos arenosos, e, no caso particular da cidade de Parnaíba, um lençol freático muito superficial. Usando a técnica geográfica da leitura de paisagem, eu sempre observo, como leigo também, empreiteiras, na maioria de Teresina, cujos técnicos e operários provavelmente nunca tiveram contato com esse tipo de ecossistema, como é o caso dos campos de dunas, restingas e manguezais. O Sr. concorda com isso?

MERVAL

Sim, principalmente porque temos a salinidade que influencia muito, não é? Passamos 4 a 5 meses do verão com ausência total de chuvas. É nesse período que se concentra a salinidade na rede elétrica. Quando vêm as primeiras chuvas, aquele sal, que já corroeu o metal, abrindo feridas, é lavado. Daí ocorrem curtos-circuitos, e, em consequência, ocorrem esses frequentes apagões, que já são parte do nosso cotidiano. Todo ano nós sabemos que isso vai acontecer. Agora, quanto à qualidade técnica, o que eu vejo é o seguinte: há 20 anos, a Cepisa dispunha de equipamentos, um sistema de lavagem, com controle remoto, fazendo a prevenção, principalmente no município de Luis Correia. Nota-se que, por falta de dinheiro, por negligência mesmo, inclusive

gerencial, a gente não vê mais esse tipo de trabalho. É visível a falta de investimento, tanto em equipamento, quanto investimento em mão de obra, como, por exemplo, no quadro de engenheiros. Existem técnicos muito bons, gente capacitada, com experiência, sabemos disso. Mas sem dinheiro não se faz nada.

VITOR

Eu entendi que tudo isso afetou a captação de leite, principalmente nos postos de resfriamento. Vocês têm gerador?

MERVAL

Sim, nós temos gerador. Como você trabalha com produtos perecíveis, você tem que se preocupar com a cadeia do frio.

VITOR

Todo laticínio tem gerador?

MERVAL

A maioria, sim, mas só para casos de emergência. O que nós não podemos é competir em um mercado onde existem concorrentes melhor servidos de energia, água, rodovias... Você tem que se preocupar com a cadeia do frio. O leite só dura 24 horas. Se você não tiver como resfriar esse leite, com certeza, você vai perder o seu principal insumo que é a matéria-prima leite natural.

VITOR

E a água que é usada aqui, vem de onde?

MERVAL

Aqui, nosso lençol freático é exclusivo. Trabalhamos de modo a não depender do sistema de abastecimento geral – o que também acaba elevando os nossos custos de produção. O consumo de água em laticínios é enorme. Para se ter uma ideia, para cada litro de leite produzido, gastamos de 2,5 a 3,0 litros d'água. Temos que ter um sistema de captação pró-

pria, mas contar sempre com a reserva da Agespisa, para atender a uma eventualidade. Ora, para isso, precisamos ter um sistema de tratamento dessa água, utilizar compressores de valor econômico alto, verificar sempre qual é o teor de minérios que contém essa água – o que acaba gerando um custo adicional para se tratar essa água, clorar...

Não se pode trabalhar com água sem ser canalizada, portanto, a existência de dois sistemas de abastecimento implica uma dupla canalização. Essa água é clorada e submetida a um permanente controle do Ph, para que a sua qualidade não venha a ser prejudicada.

VITOR

Então, recapitulando, eu entendi que existem dois custos adicionais: energia elétrica e água potável, limpa. Agora, pergunto, existem outros custos que também diferenciam desfavoravelmente a localização industrial da sua empresa, em Parnaíba? Já falamos em comunicações, água, energia, transportes...

MERVAL

Sim, no caso da produção-distribuição de qualquer produto perecível, o transporte, bem como a logística, é um dos itens vitais. A deficiência da malha rodoviária regional eleva os nossos custos de transação, tanto na pré quanto na pós-produção. Na parte da distribuição do leite e derivados, a dificuldade maior é regional. Parnaíba está situada numa região não tão adequada do ponto de vista dos transportes. Nós estamos no cotovelo, no começo de uma linha, não é? Todavia, a produção da matéria-prima é realizada aqui, a maior parte do leite produzido no Piauí está aqui. Assim, apesar de a logística de distribuição ficar mais cara, por se tratar de produtos perecíveis, nós já encaramos isso como um fator natural, perfeitamente normal.

VITOR

Isso me lembra o empresário schumpeteriano. São esses os desafios do verdadeiro empresário, do empresário que inova e assume riscos.

MERVAL

Pois é, mas, o problema é que ninguém quer mais assumir risco. Muitos só querem solução política para problemas que nem sempre são políticos. Ao contrário, são problemas de mercado. Nele (no mercado), só existimos enquanto formos competitivos. Enquanto, por um lado, o mercado ignora mandatos políticos, por outro, respeita (e premia) as boas relações preço e qualidade.

VITOR

Entendi que o cotovelo é o que as pessoas costumam chamar de fim de linha. Mas, antigamente, não era um cotovelo. Para usar a expressão do Deputado José Pinheiro Machado, homem muito lúcido, exercia um tipo de liderança que já não existe mais por aqui. Ele fez uma palestra muito brilhante, dizia, em 1965, que o Piauí era “um abacate chupado pelo bico”. Aí, cortaram o bico do abacate e impuseram o chamado “Projeto Piauí”, como subprojeto da estratégia (de interesse exclusivamente militar) de segurança nacional. Se, por um lado, esse projeto criou milhares de empregos nos complexos portuário-industrial-exportadores de Fortaleza e São Luis, por outro, foi um fracasso para os piauienses – em termos não só de perda de empregos, ocupações e renda, mas também de arrecadação. Desenhou-se e construiu-se o chamado “Grande Ípsilon”. Inicialmente rodoviário (posteriormente, ferroviário), saindo de Brasília, passando por Picos e Teresina, sempre em direção ao litoral. Mas, já em Teresina, e, mais adiante, quando chega em Piripiri, bifurca, indo uma perna para Fortaleza, ou-

tra, para São Luis. O Sr. concorda que o Piauí, que, antes, era um grande abacate chupado pelo bico (Tutoia, Amarração), tornou-se um grande ípsilon, passou a ser chupado por Fortaleza e São Luis?

MERVAL

Com certeza, e são, principalmente, Picos e Teresina, importantes centros regionais, que tomaram aquela liderança que Parnaíba tinha nas décadas de 30, 40 e 50. Parnaíba era líder da economia do Estado, devido à sua localização, que facilitava importações e exportações por via marítima. Navios procediam da Europa, de onde era mais fácil trazer mercadorias do que do Sul do País. A nossa indústria nacional não produzia quase nada, tudo vinha de fora. Hoje, já se produz quase tudo no Brasil e quase tudo é transportado por rodovia, sendo que as nossas rodovias mais importantes passam por Picos e Teresina. Nós perdemos o foco da nossa economia. Os empreendedores e as empresas de Parnaíba não souberam acompanhar o desenvolvimento. A estrada, o asfalto foi prejudicial à nossa economia. Era preciso que nós tivéssemos acompanhado tudo isso.

VITOR

E agora, o que fazer?

MERVAL

Agora, eu acho que nós temos que buscar, procurar o verdadeiro sentido, a verdadeira vocação da nossa economia. Redirecionar o foco para atividades que nós podemos exercer, para coisas que nós podemos produzir, descobrir em que somos competitivos. É isso que está faltando. Falta empreendedorismo. Na nossa região, eu não vejo isso... São poucos os grandes e até os pequenos empresários que, na nossa cidade, têm foco para empreender, para buscar, enfim, para arriscar. Isso a gente quase não vê na nossa região.

Vou citar dois exemplos relacionados com o leite e com o arroz. Nossa produção de 20 anos atrás, de leite, era mais do que o dobro da de hoje. Parnaíba já chegou a produzir entre 80 e 90 mil litros de leite por dia, sem a Embrapa. Talvez uma das maiores bacias leiteiras do Nordeste. Hoje, ou seja, 20 anos depois, apesar da tecnologia adaptada pela Embrapa, um dos maiores órgãos de pesquisa do Brasil, nós estamos produzindo apenas 20 a 30 mil litros, e com um custo mais elevado.

VITOR

E qual foi a causa dessa queda tão grande assim? O Sr. atribui a quê?

MERVAL

Não é só um fator. No que se refere ao leite, nós regredimos mais de 50%. A principal causa é estrutural: faltou investimento, tanto por parte da indústria, visando à diversificação de produtos, como o leite longa vida, quanto na produção da matéria-prima, visando à elevação da produtividade.

Com a globalização, depois do governo Collor, o leite, que sempre foi objeto de intervenção direta de política econômica, deixou de ser tabelado. Perdemos aquele nicho de mercado, que era o leite pasteurizado. Esse era o nosso principal mercado, mas você já não consegue comercializar leite pasteurizado além dos 300 km de raio, de distância. Nós tínhamos esse mercado, seguro, mas, hoje, o leite longa vida, importado de outros Estados, e até de outras nações, está invadindo aquele mercado cativo que nós tínhamos. Nós tínhamos esse mercado seguro.

Paradoxalmente, não existe no Brasil região melhor para se produzir leite. Água e subsolo do delta do Parnaíba, irrigação, temperatura adequada para se produzir o ano todo... Na época fria, você sabe, as pastagens não germinam. Em resumo, nós temos os melhores recursos naturais, terra

barata, mão de obra. Só falta, como eu disse, o empreendedorismo parnaibano. Quando eu digo parnaibano, quero dizer da grande Parnaíba. Parnaíba e região.

VITOR

Quantos mil litros são necessários para se ter uma fábrica de leite longa vida?

MERVAL

Olhe, eu particularmente já pesquisei isso. Com menos de 100 mil litros por dia, você não pode sequer pensar nisso. E tem outra limitação: o preço do leite, o preço da matéria-prima na nossa região. Não se tem investido em tecnologia que eleve a produtividade para se produzir com menores custos. Não se investiu em grande escala, de modo que a nossa bacia leiteira ficou fora da realidade do mercado brasileiro. Você não tem um preço competitivo da matéria-prima. Um preço que lhe permita concorrer no mercado.

Como é que você pode concorrer com o leite produzido em Goiás, no Tocantins, no Maranhão? São esses Estados que jogam leite longa vida e queijos na nossa região. Para se ter uma ideia, vou citar um pequeno exemplo. Para você produzir um quilo de queijo mozzarella, com leite de qualidade razoável, que tenha um extrato seco e uma proteína em torno de 4%, você precisa de 9 ou 10 kg de leite. Nós estamos comprando leite na faixa de 75 centavos por litro, esse é o preço médio. Quer dizer, só a matéria-prima, sem sal, sem insumos químicos, sem embalagem, sem imposto, sem industrialização, dez litros de leite, a 75 centavos, somariam 7,5 reais. Hoje, tem mozzarella no mercado, que vem do Leste do Maranhão, que vem do Tocantins, que vem de Goiás, vendida por um preço situado entre 6 e 7 reais o quilo.

VITOR

São marcas de empresas grandes?

MERVAL

Não, não. São pequenas marcas, mesmo. As grandes empresas não se interessam pelo nosso mercado de leite, por se tratar de uma *commodity* que não agrega muito valor. Então, esse é o exemplo que eu estou citando.

Outro exemplo é o do leite longa vida. Mesmo que a gente tivesse uma indústria de leite longa vida na região, uma embalagem da Tetra Pak, que monopoliza 90 a 95% das embalagens vendidas no Brasil, atualmente não sai por menos de 40, até 45 centavos. A gente aqui, comprando leite de 75 centavos, com a embalagem de 45 centavos, só aí já soma 1,20 reais. A gente encontra leite de 1,40 reais na prateleira dos supermercados. É inviável.

Deve-se investir com base em um planejamento globalizado, de longo prazo, não com ações isoladas. A maior deficiência organizacional que eu vejo na nossa região, é que não existe um planejamento globalizado, entre governos estaduais, municipais, entidades de classe, para voltarmos a pensar no longo prazo. Você acaba fazendo atividades isoladas, não existe um planejamento contínuo, sustentável.

VITOR

Isso coincide com a tese dos “projetos fragmentados”, como afirmou o professor Djalma, durante uma mesa-redonda realizada na UFPI. E quanto ao arroz?

MERVAL

O arroz é a mesma coisa. O que também se observa é falta de investimento, de ajuda do governo, tanto do governo federal, estadual, quanto municipal. Na grande Parnaíba, compreendendo-se aí Buriti dos Lopes, Piracuruca, até Luzilândia, nós temos áreas fertilíssimas para produzir arroz, mas a produção está diminuindo. Aqui, nós consumimos arroz importado do Rio Grande do Sul. E temos tecnologia para

produzir arroz aqui na região, até para exportar. Isto é, se o órgão do meio ambiente deixar.

Se esses órgãos federais, estaduais e até municipais conceberem e executarem uma política sustentável de investimento em produção, nós nos tornaremos exportadores de arroz. Investiremos, todos, na produção de arroz.

No caso particular da nossa empresa, já estamos investindo, inclusive em tecnologia de granelização, de plantio pré-germinado, de adubação feita dentro dos critérios técnicos recomendados, qualidade de grãos, indústria de beneficiamento dentro dos padrões modernos, com o objetivo de diminuir custo e aumentar a produtividade. Saímos de uma baixa produtividade, de 4,5 mil kg por hectare de arroz, há dez anos, e, hoje, estamos atingindo uma produtividade média de 7 mil kg por hectare. Essa é exatamente a produtividade média no Rio Grande do Sul, onde se concentram 62% do arroz produzido no Brasil.

VITOR

Chegou-se a falar em ocupar essa área fértil, a que o Sr. se referiu, com canaviais, em projetos sucroalcooleiros. No debate da mesa-redonda, na UFPI, o Secretário Municipal de Planejamento referiu-se a um projeto de papel-celulose, em que se aproveitaria a palhada da carnaúba, após extraída a cera. O objetivo era desviar o foco inicialmente centrado na cultura de eucalipto. O Sr. ouviu falar desses projetos, ou melhor, dessas intenções?

MERVAL

Sim, eu sempre ouço essas histórias, mas não é tão simples assim. Você tem que ter um estudo. A carnaúba, por exemplo, não apresenta uma ocorrência contínua, tem safra e entressafra... Quanto por cento de celulose existe nessa matéria-prima, nas condições em que ela é produzida?

Em outras palavras, quero dizer que tudo ainda tem que ser feito. Esse extrativismo ainda é artesanal, você não tem como industrializar, não conhece o custo de produção real, o preço, o corte da carnaúba, os fluxos de oferta em termos de quantidade, qualidade e calendário. Tudo isso são senões que a gente tem que analisar, tem que estudar muito.

VITOR

E a cana de açúcar acabou indo para o entorno de Teresina, União, José de Freitas...

MERVAL

Eu não vejo isso por aqui, você sabe, a indústria sucroalcooleira trabalha com grandes áreas. Aqui não existem essas grandes áreas contínuas para se trabalhar com isso...

VITOR

Sem falar do grande impacto ambiental num ecossistema como o nosso.

MERVAL

Grande impacto e também a qualidade da terra. Mesmo no Parnaíba e Longá, as terras férteis não são contínuas...

VITOR

São apenas manchas?

MERVAL

Sim, são manchas de aluvião, são áreas de várzeas, que dá para se aproveitar, mas só de uma maneira sustentável, não é? Hoje, os órgãos de meio ambiente dificilmente aprovam um projeto desses.

VITOR

Bem, essas histórias, esses dois projetos, ou melhor, intenções, geralmente são conversas de empresários, seja em reuniões com órgãos de governo, entidades de classe

como a Associação Comercial, mas, de concreto, mesmo, tem alguma coisa? Pergunto isso porque eu nasci aqui em Parnaíba, já passei dos 60 anos de idade. Só de porto sem navio, e aeroporto sem avião, eu já ouvi muitas histórias, e os políticos continuam iguaizinhos aos de meio século atrás, com raríssimas exceções... São gerações e gerações de eleitores que continuam votando nessas promessas. Isso é o que mais me impressiona e me faz remeter o problema para a área da educação e da falta de cidadania – o que ainda requer muito esforço em ações afirmativas e de inclusão social.

MERVAL

Para mim, o problema é que a gente tem que fazer o mea-culpa, tem que botar a carapuça na cabeça. O que falta no nosso empresariado é ser empreendedor capaz de assumir algum risco. Mas ninguém quer assumir risco. Hoje, o que se vê no empresariado é um pequeno grupo que ascendeu socialmente, está começando com pequenas empresas, mas, grandes, mesmo, a gente não vê...

VITOR

Embora esses projetos, ou melhor, intenções a que eu me referi, estejam sempre relacionados com grandes grupos de fora, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, por exemplo. E assim são os demais projetos no Piauí: é sempre gente de fora que vem investir aqui. Apesar da nova polarização em torno de Teresina e Picos, não se trata da emergência de nenhum empresariado ou arranjo produtivo local. Trata-se sempre de capitais que vêm de fora. E aqui não me interessa fazer nenhuma crítica vulgar. O que me interessa é fazer um diagnóstico minimamente científico, porque, se a universidade não fizer assim, quem irá fazer? Isso me permite, por exemplo, formular a hipótese de que nunca tivemos um

processo de desenvolvimento endógeno. Nem mesmo nos anos dourados. Os estímulos sempre foram externos.

MERVAL

Mesmo assim, eu acho que a gente ainda pode investir. E a gente deve investir, mas, desde que seja naquilo que a gente sabe que dá certo. Quantos milhões de reais, de dinheiro público, já foram gastos nesses distritos de irrigação? Refiro-me a esses distritos que ainda estão sendo ampliados, do mesmo jeito, como os anteriores, com os mesmos erros. Por que não fazer um planejamento sério para produzir realmente, como se vê em Petrolina, como tem em Juazeiro? Por que não usar o que já está praticamente feito? Por que não juntar governo federal, governo estadual, prefeituras, empresários e botar isso para produzir? Toda nossa fruta vem de fora. Toda verdura vem de fora. O que falta para se produzir? Substituir importações, aumentar a nossa bacia leiteira? Já existem alguns produtores, mesmo pequenos, que conseguem produtividade melhor do que no Sul do País. Por que não incentivar outros produtores nessa mesma linha?

VITOR

No caso de se direcionar uma estrutura dessas para a produção de leite, o Sr. acredita na expansão da bacia leiteira, para outros mercados, sem o longa vida, ou tem que ter o longa vida?

MERVAL

Tem que ter o longa vida, por causa do mercado. O que temos que mirar é a escala e a tecnologia que faça baixar o custo de produção da matéria-prima. Se isso acontecer, aí, sim, seremos competitivos. Por exemplo, Teresina é uma capital, com mais de 1 milhão de habitantes e nós podemos ter condição de abastecer esse mercado, com o longa vida,

desde que a nossa bacia venha a produzir mais de 100 mil litros de leite por dia.

VITOR

Qual deveria ser o custo do litro de leite, para tornar viável um empreendimento dessa natureza?

MERVAL

O leite é um produto perecível, muito sensível à lei de oferta e procura no curto prazo. No Brasil, o preço do leite oscila muito. Todavia, aqui na nossa bacia, nós praticamos sempre um preço 25 a 30% mais caro. Portanto, o leite deveria custar, no máximo, 60 centavos, para tornar um empreendimento viável. O problema é que, mesmo recebendo 75 centavos, o nosso produtor afirma que mal consegue pagar os custos de produção. É o leite mais caro do Brasil, o leite do Piauí.

VITOR

Em compensação, a qualidade do nosso leite, por ser pasteurizado, é muito melhor. Daí, eu pergunto se não dá para diferenciar esse produto e vender mais caro, em outros mercados.

MERVAL

Se você fizer um levantamento nos grandes centros, você não vê mais leite pasteurizado, seja nos supermercados do Rio ou de São Paulo, só vê longa vida...

VITOR

Infelizmente, para a nossa saúde.

MERVAL

É o mercado, não é? Mas, pela qualidade do nosso leite aqui ser tão boa, o leite longa vida não conseguiu derrubar ou tomar o nosso mercado de leite pasteurizado.

VITOR

O Sr. acha que em Teresina tem mercado para leite especial, como o tipo A?

MERVAL

Depois da classificação do leite longa vida, essa classificação tipo A está em desuso.

VITOR

Mas o Villarial é um leite tipo A, não é?

MERVAL

É, mas está caindo.

VITOR

É um leite muito perecível, carimbado no dia. É o que se pode chamar de leite fresco, direcionado para mercados de renda mais elevada e consumidores melhor informados. A coleta é feita em uma única fazenda, de um único rebanho que é totalmente controlado.

MERVAL

Para esses mercados, fala-se também em leite orgânico. Eu não sou contra, eu acho até que se devia fazer um laboratório e muita pesquisa, inclusive de mercado. Por enquanto, na nossa bacia, com mais de 500 produtores, é impossível ter esse controle. Além disso, não temos esses mercados próximos daqui. Com o atual custo de transporte, seja para Teresina, ou para Fortaleza, fica inviável. Eu acho que o leite orgânico é um sonho que tem de ser bem analisado. É um nicho de mercado pouco conhecido, que ainda precisa ser muito estudado.

VITOR

Mas, tratando-se da região, Parnaíba perdeu a liderança, perdeu o foco... Se fôssemos recompor um foco de negó-

cios hoje, o que seria, na sua opinião, a locomotiva para puxar esses negócios?

MERVAL

Na minha opinião, a primeira coisa a ser trabalhada é o profissionalismo, em todas as cadeias produtivas que existem na região. Não existe profissionalismo na nossa região. Você sabe, a indústria que mais emprega – e é uma indústria limpa, é a indústria de leite e laticínios. O distrito de irrigação poderia produzir muito leite para exportação. O problema é que, sem planejamento, sem educação, sem investimento não se vai a lugar nenhum.

Eu vou citar um exemplo da falta de empreendedorismo na nossa região. A nossa empresa Longá assinou um convênio com o Banco do Brasil Rural. Foi a segunda empresa do Piauí a assinar esse convênio. Nós instalamos um posto do banco aqui, dentro da nossa empresa, com um técnico para fazer financiamento na parte de infraestrutura e de custeio para o nosso produtor fornecedor. Ele não precisava nem ir ao Banco do Brasil, pois o convênio do banco com a Longá facilitaria a burocracia bancária. Pois bem, nós só conseguimos fazer dois projetos, entre os mais de duzentos produtores fornecedores que nós temos. Dois projetos! Ambos são de gente de fora que veio morar aqui.

Então, o que está faltando, do meu ponto de vista, é empreender mais, arriscar mais. Nós já temos vários caminhos delineados, não é preciso inventar moda, nem reinventar a roda, não. É o turismo, mesmo. É o leite, investir em educação, é o artesanato. Quem sabe, essa ZPE, não é?

VITOR

Na UFPI, nós já tivemos dois simpósios seguidos, sobre economia do Litoral Piauiense, promovidos pela PASSEC-JR. Os estudantes sempre procuram convidar, não só econo-

mistas de Teresina, porque têm apoio do Conselho Regional de Economia, mas também outros economistas do governo do Estado, como secretários. Eu participei duas vezes e observei sempre a mesma coisa. Ouvem-se discursos belíssimos. Daí, eu me pergunto: será que esse auditório inteiro não se dá conta de que existe uma grande diferença entre esses discursos e a realidade? Será que os estudantes não se lembram, quando estávamos planejando o simpósio, faltava energia, até de um dia para o outro? São incontáveis os prejuízos dos comerciantes, principalmente daqueles que dependem da conservação a frio.

MERVAL

No começo da nossa conversa, eu falei que a energia é o nosso maior gargalo. Por causa da falta de energia, muitos empresários dizem que não podem crescer, logo, não vale a pena investir. Daí a falta de investimentos. Isso, somado à falta de liderança política, explica tudo. A gente não vai poder fazer muita coisa, não. Enquanto o governo estiver com a demagogia da universalização do acesso à energia, para todos – repare, eu não sou contra as pessoas que querem, que precisam de energia. O problema maior vai ser na hora em que ligarem isso tudo. Como é que esse sistema vai ficar? Vai entrar em colapso! Eu tenho o maior problema, tanto na indústria, quanto na irrigação, porque, em determinadas épocas do ano, a energia não chega a 320 kva. Nós temos prejuízos com motores queimados, ou relays que estouram por causa da oscilação. Para você ter uma ideia, existe uma empresa que trabalha com produtos vegetais, cujo proprietário está preocupadíssimo, pedindo à Associação Comercial que faça reunião para tratar do problema porque, assim, ninguém pode crescer.

VITOR

Em economia de mercado sabe-se que sem investimento não há emprego. Mas, ao contrário da maioria dos centros dinâmicos do País, a economia piauiense é movida a dinheiro público federal. O emprego público passa a ser a maior fonte de renda das famílias, e, assim, a renda fica e ficará sempre concentrada na capital, onde se concentram os cargos públicos. Além de ser uma área muito afeita a corrupção. Quase não se fala do mercado, dos negócios, com exceção dos capitais que vêm de fora para explorar o agronegócio como os grãos, os agrocombustíveis (óleo vegetal e etanol), e o mármore. O resto vai catar caranguejo e brincar de turismo sem cultura, sem atrações, exceto alguns recursos naturais já degradados ou em processo de degradação, como é o caso do delta e das praias que foram invadidas, mal loteadas, sem nenhum planejamento.

MERVAL

Mas eu ainda acho, insisto até, o nosso principal gargalo é a falta de energia.

VITOR

E a energia eólica? Isso é coisa séria ou é apenas mais um oportunismo para se captar dinheiro público de governos que têm metas a cumprir?

MERVAL

Recentemente, foi lançado mais um edital no Piauí, e não houve interessados. Isso até lembra o programa biodiesel e também o próprio distrito de irrigação.

VITOR

O Sr. tem toda razão quanto ao distrito de irrigação. Já faz tempo, pelo menos uns dez anos, visitando o distrito, eu vi equipamentos caríssimos, totalmente sucateados. Por

exemplo, um pivô central que nunca havia sido usado. As peças mais valiosas, que compõem o sistema operacional informatizado do pivô, haviam sido roubadas. Na época, eu acompanhava dois ex-alunos orientandos que vieram a Parnaíba a serviço de duas organizações não governamentais chamadas Cospe e Pangea. Eles fotografaram tudo porque, sem fotos, ninguém iria acreditar no relatório técnico, no que eles iam escrever. O relatório faria parte do diagnóstico de um projeto a ser negociado.

MERVAL

O problema é que as coisas, quando são feitas, são feitas de qualquer jeito, sem um planejamento de longo prazo. Esse distrito levou anos parado. Quando passou a ser utilizado, foi só parcialmente. Nunca fizeram a divisão dos lotes, nunca atraíram agricultores de fora, capacitados e experientes na irrigação. Milhões de dólares foram gastos. Para quê? Para nada, pois o distrito não está funcionando na íntegra. Ademais, falta força política na nossa região. Hoje, Parnaíba está sem representante político. Você chega em Picos e vê quatro ou cinco deputados estaduais brigando pela região. Os políticos daqui às vezes até brigam, mas só brigam entre si. Eu não vejo ninguém preocupado, seja com o agronegócio, seja com a indústria, que faça um planejamento sério, de longo prazo.

VITOR

Participei de um debate na UFPI, em Teresina, por ocasião da Semana do Economista. Durante a minha fala, convidei os estudantes para pensar dois aeroportos: o de Teresina e o de Petrolina. Em Teresina, predominam voos para Brasília, inclusive aqueles que têm origem em Fortaleza ou São Luis. Apenas fazem escala em Teresina, mas o destino é Brasília. Isso não é difícil entender porque o grande negócio de

Teresina, e também do Piauí, é verba pública. São projetos políticos, do funcionalismo, editais e ONGs que dependem de verba pública, as famosas emendas parlamentares que já deviam ter acabado... Quem mais frequenta esses voos são políticos, funcionários DAS e representantes de organizações sociais, sindicatos e associações.

Os voos de Petrolina, ao contrário, são frequentados por gente de negócio, cujas atividades passam pelo eixo econômico Petrolina-Juazeiro. Trata-se de empresários, consultores, técnicos e funcionários de empresas que fazem parte das cadeias produtivas do agronegócio de hortifrutigranjeiros. São *sommeliers*, enólogos e outros prestadores de serviços em várias áreas como informática, exportações, irrigação, packing houses, embalagens, marketing, transporte, logística, catering, vitivinicultura, serviços de manutenção, certificação, enfim, serviços e insumos em geral. Esses passageiros integram uma verdadeira matriz de insumo-produto, algo que os economistas conhecem bem. Vista pelo ângulo do trabalho, trata-se de uma matriz de ocupações e renda que não depende diretamente do tesouro nacional e sim do mercado de hortifrutigranjeiros, vitivinicultura, com todos os seus efeitos para a frente e para trás. Muitos voos que partem de Petrolina têm necessariamente que passar por São Paulo, além dos voos cargueiros que se destinam ao mercado externo. São Paulo significa o mercado. Brasília significa verba pública. Essa é a grande diferença. Mas, até quando isso é sustentável?

MERVAL

Mas o aeroporto de Teresina também é um aeroporto regional que integra parte do Ceará e do Maranhão...

VITOR

...cujos voos vão e vêm de Brasília. Não existem voos de Salvador, a terceira maior capital do País, para Teresina.

Ou você faz uma conexão demorada em Fortaleza, chegando uma ou duas horas da madrugada em Teresina, ou volta para Brasília e faz uma conexão para Teresina. Neste último caso, os horários são menos piores, mas o tempo de voo é quase o dobro. E os preços das passagens, também.

MERVAL

É que nós estamos sem liderança política, às vezes, até partidária, que brigue pela região.

VITOR

O que nos faltou foi o tal “Y” virar um “I” ou um “T”, é disso que nós precisamos aqui em Parnaíba. Precisamos mapear um “I” ou um “T”, ou mesmo, um delta invertido. Integrar, por via aérea comercial, o litoral com o litoral, ou seja, Parnaíba com Fortaleza e também com São Luis. Em vez de bifurcar em Piri-piri, a ferrovia deve ir até o porto de Luis Correia, para embarcarmos grãos do nosso cerrado e desembarcarmos combustíveis para todo o Estado. Qualquer Estado brasileiro briga por isso, menos o Piauí. Infelizmente o “Projeto Piauí” acabou isolando Parnaíba e região, tornando o Piauí cada vez mais dependente do Ceará e do Maranhão. Esse é o preço que estamos pagando. E quando digo preço, trata-se de um valor que pode ser facilmente calculado. Basta somar o que perdemos em impostos, transporte interno, logística, *catering*, matalotagem, transações bancárias, inclusive cambiais, instalações, manutenção, salários, direitos trabalhistas, seguros, serviços portuários, serviços em geral. Tudo isso é real, tudo isso representa negócios e transações que já vêm sendo feitas há décadas, em favor dos Estados vizinhos. Não se trata de intenções, tampouco de “projetos futuros” (sic), como se costuma dizer por aí, mesmo sem ter nada de concreto. Não adianta ter portos sem negócios. Não adianta ter porto sem navio, navio sem carga, aeropor-

to sem avião, avião sem passageiro, sem encomendas, cidadão sem renda para comprar passagem. A saída seria a criação do Estado do Delta?

MERVAL

Aí a briga é mais feia. Mas nós não temos nem liderança para defender minimamente a nossa região, quanto mais para a criação de um novo Estado. Eu sei que em vários Estados as pessoas querem a separação.

VITOR

Por exemplo, um fazendeiro que tem sua propriedade do outro lado do rio, a 15 minutos de Parnaíba. Só porque está localizado no Estado do Maranhão, tudo que ele precisa resolver tem que ser em São Luis, que fica a 8 horas de carro, quando tem estrada. Imposto, embalagem, certificação, controle e inspeção sanitária, tudo isso tem que ser resolvido em São Luis. Isso representa mais um custo para o produtor, além da falta de energia e água encanada, que o Sr. mencionou.

MERVAL

Isso é um absurdo. Muitos municípios já fazem parte da grande Teresina. Por que Araiões, por exemplo, não faz parte da grande Parnaíba? Por que Chaval não faz parte da grande Parnaíba? Nós não temos uma liderança, apesar de Parnaíba, hoje, ser um centro comercial, médico, educacional universitário, principalmente, que agrega essa região. Falamos pouco em educação. Eu acho que um dos focos é a educação. Precisamos investir seriamente em educação. Por que não tornar Parnaíba uma cidade realmente universitária? Já que nós temos uma qualidade de vida boa, é uma região de praia. Vamos aproveitar isso e transformar Parnaíba, realmente, numa região universitária.

VITOR

Isso vai na mesma linha que o Sr. propôs no início, quando disse que não é preciso reinventar a roda, nós temos alternativas, muitas delas já emergindo no mercado.

MERVAL

Sim, o que falta é investimento, mas, para isso, a gente precisa de liderança política, precisa de empreendedorismo, precisa de seriedade. Fazer planejamento de longo prazo com base em um capitalismo de risco, com base em análises de expectativa, e não de favores políticos quase sempre imprevisíveis.

VITOR

Fazer projeto amador, fazer “puxadinho”, fazer gambiarra, dar com os burros n’água e depois buscar prestígio para resolver politicamente o problema. Usar prestígio para ter perdão de dívida, isso parece não combinar com o conceito de empresário inovador que estudamos no curso de Economia...

MERVAL

Piripiri, hoje, é uma cidade que está crescendo. Lá tem empresários que investem num polo de pequenas indústrias de confecções.

VITOR

Piripiri está bem no nó da forquilha, da bifurcação a que eu me referi. Além de isolada, Parnaíba não tem mais território. A área do município praticamente se confunde com a área urbana, com a cidade.

MERVAL

Eu acho que estou sendo até muito crítico com relação a Parnaíba, mas não posso deixar de comentar sobre o réveillon. Apesar de os turistas que se dirigem ao litoral dizerem que

vêm para Parnaíba, eu pergunto: quem ganha dinheiro com o réveillon? Quem ganha dinheiro com as bandas, com os abadás? É tudo empresa de fora. Por que não é um grupo parnaibano? Por que não se reúnem 3 ou 4 empresários, donos de rádio, para coordenar esses eventos? Os restaurantes que mais faturam nessa época não são de parnaibanos. Não estou criticando os que vêm de fora, não. Apenas quero dizer que devia ter parnaibanos entre esses empresários. Parece que está faltando gostar de querer trabalhar, gostar de querer ganhar dinheiro.

... APÊNDICE I ...

Entrevista de Vitor de Athayde Couto ao *Informe Econômico*

Entrevistador: Luiz Carlos Rodrigues Cruz (Puscas)

Prof. do Departamento de Economia da UFPI

PUSCAS

Professor Vitor, como é que você vê a realidade piauiense que, em minha opinião, não tem forças suficientes que possam alavancar o desenvolvimento do Estado?

VITOR

Bem, costumamos dizer que o Piauí tem uma economia movida pela máquina pública, principalmente federal. Por exemplo, os voos que decolam ou pousam em Teresina são quase todos de Brasília. Isso já é um sinal de que a atividade mais importante é a elaboração de projetos para captação de recursos públicos, seja através de editais, de projetos de governadores e prefeitos, ou de emendas parlamentares – o que é pior, pois as emendas são avulsas, casuísticas, e quase nunca integradas a um projeto de desenvolvimento. Aliás, que projeto de desenvolvimento? Aqui se respira mais política do que mercado.

Para falar um pouco de mercado, muitas pessoas enfatizam que a economia piauiense cresceu com o agronegócio. Acontece que esse movimento de mercado, liderado pela produção de grãos, não é projeto de desenvolvimento socioeconômico coisa nenhuma, nem do governo federal ou regional, tampouco de qualquer governo subnacional. O cenário da produção de grãos, capitaneada pela soja,

pode ser encontrado tanto no Piauí (Bom Jesus e Uruçuí), quanto no Maranhão (Balsas), Tocantins, e, principalmente, no Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Paraguai, Argentina, Canadá, Austrália, EUA, França... Não acreditamos que isso seja uma política pública de desenvolvimento socioeconômico, isso é apenas uma estratégia de mercado que interessa a uma dezena de grandes capitais transnacionais. Dentre os mais conhecidos, podemos citar a Monsanto, New Holland, Cargill, Bunge y Born... são empresas que produzem sementes, rações, lecitina, tratores, caminhões, produtos da plasticultura, da indústria química farmacêutica, defensivos e fertilizantes. Então, o Piauí, no sentido da produção de grãos, é apenas mais um entre os Estados ou países, acima citados.

PUSCAS

É forte também no oeste da Bahia e sul do Maranhão...

VITOR

Exatamente, no oeste da Bahia há um polo no município de Barreiras e outro no município de Luiz Eduardo Magalhães que se enquadram dentro desse processo de expansão da fronteira agrícola do agronegócio de grãos que ocupam o mapa do Brasil, pelo oeste, ao sul e ao norte. Então, é como uma autoestrada que esgota recursos naturais, desmata, compromete ecossistemas inteiros – como é o caso dos cerrados – e engorda os lucros desses capitais internacionais. A economia recente do Piauí parece que não vai além dessas três vias, que são: os investimentos públicos, o agronegócio e a indústria do entretenimento. As notícias nos jornais desta semana evidenciam a “geração de muitos empregos” nos eventos, como a micarina. Na verdade, não são empregos e sim ocupações temporárias eventuais e estressantes, de prestação de serviço precário, que não têm a mínima sus-

tentabilidade. Mesmo que a soma do que é gasto em hospedagem e restaurantes, as rendas obtidas por serviços de segurança (“cordeiros”, como se diz na Bahia), abadás e toda a indústria do eventismo, não cobre o que é pago às bandas. Vou citar dois exemplos: Ivete Sangalo e Chiclete com Banana não fazem suas apresentações por menos de 500 mil. Recentemente, fizemos a conta, em Parnaíba, que pode ser feita aqui em Teresina, e é até um tema bom para pesquisa, para monografias de estudantes de Economia. Basta uma aritmética simples, de ponta de lápis.

Vi uns alunos com um notebook organizando dados de produção de frutas nos Tabuleiros Litorâneos, que eles chamam de produção orgânica, acerola, principalmente, e outras frutas. Sempre se referiam a essa produção como responsável pela alavancagem da economia da região. Chegaram ao exagero de se referirem ao “ciclo da acerola”. Da mesma forma como pensam no Piauí sobre o agronegócio, como grande alavanca da economia estadual. Pois bem, o faturamento de três meses, que foi contabilizado pela Secretaria Municipal de Agricultura, da produção de frutas orgânicas, não dá nem para pagar uma noite de show do grupo denominado Aviões do Forró. Essa banda mobilizou toda a população jovem de Parnaíba, os ingressos começaram a ser vendidos por 15 reais e no último dia os cambistas estavam vendendo a R\$ 25,00. Então, calculamos uma média de R\$ 20,00 por ingresso e havia aproximadamente 15 mil pessoas, segundo a metade de meus alunos, que faltou a aula para ir ao show. Então multiplicamos 15 mil por 20 e calculamos 300 mil reais que é o faturamento de três meses da produção das frutas orgânicas. Isso para não falar das vendas de camisetas, CDs, chaveiros, bebidas...

Acreditamos mais numa perspectiva sustentável, por exemplo, os arranjos produtivos locais que se formam no Esta-

do. Se forem apoiados e levados a sério, contando até com a possibilidade de uma certificação territorial (objeto da nossa pesquisa e que foi tema do nosso curso de extensão), aí, sim, podemos pensar na possibilidade de um processo de desenvolvimento socioeconômico.

PUSCAS

Qual a competência dessa certificação territorial?

VITOR

Esses APLs, que são os arranjos produtivos locais, formam-se a partir das tradições ou competências que se desenvolvem historicamente nos territórios, anteriormente denominados regiões ou microrregiões. Podemos identificar a competência e o produto ou serviço com a história do próprio território. Exemplo de processo de certificação territorial em andamento no Piauí é o da cajuína, junto ao INPI, que é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Já se fala na certificação territorial do mel de abelha e derivados da apicultura. Em atividades assim desenvolvidas podemos acreditar, uma vez que formam coletividades de produtores organizados, que se tornam competitivos e conseguem fornecer o seu produto graças às peculiaridades territoriais. As peculiaridades territoriais, que são um objeto do selo da certificação, podem ser de origem natural, como o solo e o clima. O melhor caju, por exemplo, para a cajuína de uma determinada variedade ou do tipo de doce feito com a fruta que melhor se adapta ao nosso solo. Há ainda o mel que é mais valorizado porque seria feito a partir de uma florada específica – do marmeleiro, por exemplo. Do ponto de vista técnico, o valor medicinal do mel agrega mais valor ao produto.

Os certificados de origem ou de procedência, que são os dois certificados que o INPI outorga, possibilitam aumento

na renda dos produtores, geração de empregos, proteção contra imitações e, no caso das exportações, tanto para outro Estado ou exterior, protegem contra barreiras não tarifárias, que são aquelas relacionadas ao trabalho infantil, trabalho semiescravo, trabalho de pessoas sem direitos trabalhistas ou produção através de sistemas que provocam grandes impactos ambientais. Quando se outorga uma certificação territorial, todos esses aspectos são comprovados por uma determinada organização local que atesta a qualidade não só do produto, mas do produto do território, ou seja, o ecológico, socialmente justo, correto, e assim por diante.

O Piauí está bem adiantado no processo da certificação do território cajuína e, se for outorgada essa certificação, nós teremos a quinta indicação geográfica do Brasil. Atualmente existem quatro, duas no Sul e duas no Sudeste. As do Sul estão situadas no Rio Grande do Sul, no Vale dos Vinhedos e nos Pampas, da carne dos pampas. No Sudeste, certificaram-se o Café do Cerrado, em Minas Gerais, e a Cachaça de Parati, no Rio de Janeiro.

Esses arranjos produtivos locais devem indicar uma organização em rede. Não é desejável, a uma certificação, que exista apenas uma empresa produzindo, mas um coletivo de produtores, sejam empresariais, familiares, cooperativas, associações ou grupo de produtores, de modo que eles se comuniquem, obedecendo a um mesmo padrão de qualidade, seguindo o mesmo manual de operação e se submetam ao mesmo controle de qualidade.

PUSCAS

Essa rede pode tornar-se um monopólio, por exemplo?

VITOR

Eu creio que sim. Sobre a produção orgânica de acerola, nos Tabuleiros Litorâneos, em Parnaíba, eu fiquei muito pre-

ocupado porque sabemos o que significa um monopólio num município, para uma população de produtores. Temos a informação de que toda a acerola orgânica é vendida apenas para um único comprador, a Amway, que tem uma representação em Ubajara, no Estado do Ceará. E por melhores que sejam as intenções dessa organização, inúmeros problemas podem ocorrer – crises, quedas de preço da fruta ou substituição da acerola por outra fruta concorrente. Então, pergunto: o que acontecerá com os produtores? Por isso penso ser essa situação muito pouco sustentável, do ponto de vista do mercado futuro. Até o conceito de produção orgânica é questionável. Para ser orgânico, tem que ser sistêmico, tem que ser um sistema de produção diversificado, e não uma única cultura especializada. Isso é quase uma monocultura. Na melhor das hipóteses, trata-se de uma produção sem agrotóxicos – ou sem muito agrotóxico, fica mais honesto.

PUSCAS

Fiz referência à questão monopólio porque, em algumas situações, como a que acontece na região de São Raimundo Nonato, a produção do mel é adquirida apenas por um comprador. Penso ser essa situação preocupante porque esse comprador, em última instância, determina o preço. Como não existe um sistema de livre concorrência, o comprador pode colocar um preço abaixo do valor da mercadoria. Um, dois ou três compradores se entendem entre si para manipular os preços da mercadoria.

VITOR

Isso reforça a importância da certificação territorial porque dificilmente se outorga um território com monopólio, monopólio ou monocultura. Há ainda o aspecto agroecológico, porque, no caso de valorização agroecológica de deter-

minado produto, é necessário que a produção esteja inserida num sistema produtivo diversificado. Eu acho muito estranho falar de boi ecológico, leite ecológico. São monoculturas, na verdade, ou culturas muito especializadas que não sobrevivem sem algum agrotóxico; porque o que protege ou defende as plantas e frutas, ou seja, os grãos na natureza, é a biodiversidade que contém animais e vegetais que tanto podem ser nocivos como podem ser amigos, companheiros. Exemplo de animal companheiro é uma vaca pastando ao lado de uma garça, pois uma depende da outra. A vaca tem carrapato e a garça, para se alimentar, trata do carrapato da vaca. Esse é um exemplo de animal companheiro. É essa convivência da biodiversidade, tanto animal quanto vegetal, que economiza o gasto com agrotóxico, que passa a ser desnecessário. A monocultura chamada orgânica me soa muito estranho, como também certos projetos ambientalistas, como o projeto Tamar. Este é financiado pela Petrobras, Ibama, Ministério do Meio Ambiente e grupos de organizações civis de proteção da tartaruga marinha. Penso que esse projeto está também provocando desequilíbrio porque, no litoral baiano, o fato de se protegerem ovos e depois jogarem milhares, milhões de tartaruguinhas jovens na praia, está atraindo tubarões que estão vindo se alimentar dessas tartaruguinhas. A gente sabe que os predadores acabam com aproximadamente 99% desses animais e só sobrevive 1% dos que são lançados no mar. A presença de tubarões nas praias representa perigo para banhistas. Então, o que está acontecendo? Está-se protegendo apenas uma espécie, e ecologia não é isso. Ecologia tem como unidade o ecossistema, sendo necessário proteger biomas inteiros.

PUSCAS

Com a biodiversidade...

VITOR

Sim, com a sua respectiva biodiversidade. Um projeto verdadeiramente ecológico deve proteger o ecossistema, na sua totalidade, e não apenas uma espécie. No município de Cajueiro da Praia executa-se um projeto de proteção do peixe boi, veja só, “do peixe boi”. O que come um peixe boi? Quem come o peixe boi? Sempre existe uma cadeia alimentar que se relaciona praticamente com todos os elementos do ecossistema. É preciso estar atento para saber qual é o alimento do peixe boi e de outros predadores que convivem naquele mesmo ecossistema, para que se encontre um equilíbrio na reprodução de todas as espécies e não apenas de uma. Todavia, na falta de outras alternativas, eu sei que seria ainda pior se esses projetos não existissem. Espero que eles acabem revelando as suas limitações, e, com elas, uma nova metodologia de trabalho que seja capaz de abranger um ecossistema inteiro, mesmo que o projeto seja localizado em uma parte dele.

PUSCAS

Qual a sua opinião sobre a questão do desenvolvimento turístico no Estado, que possui os polos da Serra da Capivara, Teresina (turismo de eventos), Parnaíba, Delta, Luís Correia, Cajueiro da Praia e Ilha Grande do Piauí? Algumas empresas estão chegando para implantar, inclusive, hotéis de luxo, resorts...

VITOR

Eu entendo o turismo do Piauí da mesma forma que eu percebo o agronegócio: é um projeto internacional, de mercado, que não tem nada de específico. Atualmente, vivenciamos as novas capitânicas hereditárias, que é uma maneira de caracterizar o loteamento que o litoral do Nordeste vem experimentando. E de uma forma predatória – não apenas da natureza,

com a poluição das águas, o extrativismo vegetal e animal e os desmatamentos – mas também predatório com relação à cultura, etnia, à história de determinados locais, como foi o impacto sobre as comunidades no entorno do projeto do Sauípe, próximo a Salvador. Então, corremos o risco de ver outros Sauípes, a exemplo da Ecocity, e outros novos latifúndios. No nosso litoral, com raras exceções, chegam turistas que não têm qualquer consciência, seja no sentido cultural ou ecológico, através das agências de viagens, que procuram clima, natureza, paisagem, mas, no Nordeste, principalmente, quase tudo está camuflado pelas atividades ilícitas como o turismo sexual – prostituição infantil feminina e masculina – tráfico de drogas. Esta última está quase sempre relacionada com outras atividades como a pirataria, a biopirataria e o tráfico de armas. Então, eu vejo isso com muita preocupação. Vou citar ainda outro exemplo do nosso litoral que é o chamado passeio no Delta. Esse passeio, na minha opinião, é uma viagem triste, percorre-se um ambiente depredado, assoreado, sem mata ciliar, com os manguezais desmatados...

PUSCAS

Com plantios de arroz...

VITOR

Sim, com plantios de arroz e com outras atividades predatórias, inclusive com impacto no extrativismo do caranguejo que está muito pequeno em relação ao que conheci na infância. O caranguejo-uçá, há 50 anos, tinha o triplo do tamanho atual. Todo esse impacto ambiental é o cenário de uma viagem triste, menos para turistas desinformados, sejam eles nacionais ou estrangeiros. Muitos deles são geralmente turistas sem nenhum compromisso.

Então, não vejo sustentabilidade em projetos turísticos dessa natureza, e, infelizmente, não é um projeto que se executa

apenas no Piauí, mas também no Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Maranhão, em todos os Estados do Nordeste.

Importa também falar das atrações, como o bumba-meu-boi, pois em turismo há, além da natureza, a cultura. Não quero ser conservador e dizer que nada deve mudar. Pode e deve mudar, mas, de preferência, para melhor. O bumba meu boi importou figuras que não existiam, como por exemplo, a Ema, a Burrinha, o Bate Queixo e o Gregório. No bumba meu boi destacavam-se as figuras do Pai Francisco, do Folharal e da Catirina. O vaqueiro é quem mata o boi para satisfazer o desejo da mulher grávida que queria comer a língua do boi, surge então a figura que vai ressuscitar o boi. Observamos também que essas apresentações, atualmente, têm inúmeras meninas semicobertas de penas, representando índias. E são meninas de 8 anos, 10, 12 anos, usando tangas minúsculas. Isso acaba provocando, estimulando o turismo sexual. Não vejo esse tipo de inovação como desenvolvimento cultural, muito menos como desenvolvimento humano.

PUSCAS

Algumas culturas materiais devem estar em fase de reconhecimento pelo IPHAN (não sei se já foram reconhecidas), que seriam a produção de cajuína e a arte santeira. Conversando com um pintor piauiense, no lançamento de um livro cuja capa era ilustrada com um trabalho desse pintor, ele dizia que estava diminuindo o colorido da sua pintura que, inclusive, o identificava. Então, influenciado por dois professores que achavam ter muito colorido, ele estava tornando seu trabalho mais escuro e perdendo, com isso, a sua característica. Que absurdo alguém influenciar, no sentido de desvirtuar a capacidade criativa de um artista. Ele ficou muito satisfeito quando elogiamos e pensamos que o que era bonito na pintura dele era exatamente o excesso de colorido.

VITOR

Embora eu não conheça, tenho a impressão de que se trata de arte *naif*, no sentido de inocente, no sentido de ingênuo. Nessa arte, o que mais importa é a originalidade, cada artista é ímpar.

PUSCAS

Não é bizarro...

VITOR

Se não é acadêmico, se não é das escolas de Belas Artes, então é *naif*, vem do povo. O que normalmente se encontra na pintura ingênua é a riqueza de cores. Ora, se estamos perto do Equador, isso significa que temos muita luz. E cor não é nada mais do que luz. Não há razão para uma sombra europeia aqui. No sul da Espanha, de Miró e Dali, tudo é muito colorido, porque lá tem sol. Basta atravessar os Pireneus, a Europa fica escura, as telas têm mais sombras.

É importante evidenciar que há, na Ilha Grande de Santa Isabel, argila de boa qualidade para se fazerem peças artísticas, porém as jazidas de argila estão se esgotando porque ela é utilizada para fazer telha e tijolo. E por lá existem ceramistas que fazem objetos utilitários e também decorativos. Da mesma forma que, por influência de terceiros, como aconteceu nas cores da tela, os oleiros da Ilha Grande passaram a usar cores industriais, como tinta a óleo, quando a cerâmica mais valorizada é a trabalhada com tons ocres, as cores próprias do barro do chão. O mais triste é que as tintas industriais, além de tóxicas, não são imprescindíveis para que se faça algo bonito. Os marajoaras não usam tinta industrial e fazem cerâmicas belíssimas. Mas o pior de tudo é que certas inovações foram introduzidas, não se sabe por quem, apenas para que se reproduzam modelos que tornam as peças iguais no País inteiro, e até no

mundo: bruxas, cogumelos, sapos e anões de jardim. O que isso tem a ver com a nossa cultura? Nada. Absolutamente nada. Isso é, provavelmente, de origem europeia, porque aquele cogumelo vermelho de bolinha branca, que é o mais venenoso, é um cogumelo europeu, bruxas e duendes são da mitologia nórdica, escandinava. Qualquer criança brasileira sabe o que é o machado de Thor, mas nenhuma sabe o que é borduna. Por que não se exploram e divulgam as nossas mitologias? Isso é deturpação, no limite, destruição de uma cultura, de uma história que poderia ser valorizada e poderia vir a ser objeto de uma certificação territorial. Assim, vê-se que temos muito o que fazer pela nossa cultura, e a universidade tem uma grande responsabilidade nisso tudo. As quatro certificações que já existem no Brasil tiveram apoio das respectivas universidades locais. [OBS: em agosto de 2011, já constam dez registros no INPI, nenhum deles do Piauí.]

... APÊNDICE II ...

Projetos de extensão universitária no âmbito do convênio UFBA-UFPI

Vitor de Athayde Couto¹

Grupo de pesquisa Agricultura Familiar da UFBA²

RESUMO

Por que algumas atividades de extensão são bem sucedidas, outras, não? Quando se faz um bom diagnóstico, espera-se que a intervenção seja bem sucedida; mesmo assim, muitas fracassam. Neste artigo, analisam-se três hipóteses. Um projeto bem sucedido: é precedido de um bom diagnóstico; depende do apoio dos parceiros; executa-se juntamente com uma organização local. Seria ideal combinar as três hipóteses – raro acontecimento, devido a disputas locais. Casos bem sucedidos devem-se a lideranças comprometidas com a gestão de associações organizadas, apoiadas pela maioria. Fizeram-se diagnósticos científicos participativos nas cinco comunidades aqui exemplificadas, mas somente duas deram continuidade às atividades. Apesar do apoio institucional manifestado por seus dirigentes, nada aconteceu nas comunidades São Jorge e APEAG, tampouco em Morros da Mariana, cujo diagnóstico contou com a participação do prefeito e auxiliares, que se comprometeram a apoiar os projetos. Somente nas comunidades Salgado e Vazantina obtiveram-se resultados positivos, graças à liderança comunitária e ao elevado nível de organização/participação. Observe-se que essas duas comunidades são lideradas por mulheres, cujo principal esforço

¹ Professor Titular da UFBA, onde coordena o Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar.
< vitor@ufba.br >

² Cadastrado no CNPq. Os relatórios originais foram elaborados por Edna Maria da Silva.

é a permanente cobrança de serviços junto aos órgãos oficiais de extensão. Como conclusão, confirma-se a terceira hipótese, e recomendam-se ações visando ao fortalecimento das organizações, via instrumentos de gestão e boa governança.

Palavras-chave: Diagnóstico Participativo. Desenvolvimento. Extensão Rural.

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Por que algumas atividades de extensão são bem sucedidas, enquanto outras não?

Quando uma intervenção (política pública de educação, de crédito, de infraestrutura, adoção de uma inovação de produto ou de processo etc.) é precedida de um bom diagnóstico, ou seja, um diagnóstico participativo e minimamente científico, espera-se que essa intervenção venha a ser bem sucedida. Todavia, muitas delas fracassam por razões nem sempre conhecidas.

O objetivo deste artigo é proceder à discussão e análise de três hipóteses explicativas desses resultados bem ou mal sucedidos, formuladas com base na experiência acumulada pelo Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), cujos integrantes vêm executando, nos últimos cinco anos, 149 projetos de extensão (diagnósticos participativos, cursos, oficinas, estágios de campo, e elaboração de projetos executivos) em 72 municípios do Estado da Bahia, dois de Alagoas, um do Ceará, quatro do Piauí, e dois do Paraná, totalizando 78 municípios. Esses projetos são apoiados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Famílias (PRONAF), pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão (FAPEX), pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UFBA), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Pró-Reitoria de Pesquisa

e Pós-Graduação (PRPPG/UFBA), pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Todos esses apoios (auxílios custeio, investimento e bolsas) resultam de projetos aprovados e contemplados com financiamentos, após terem sido submetidos a concorrência pública conforme os editais MDA/Pronaf-Capacitação 2002, 2003, 2006, e edital CT-Agro/MCT/MDA/CNPq N. 022/2004, registrados sob a forma de contratos e convênios publicados em D.O. Cada atividade de extensão é formalmente registrada na PROEX/UFBA, que outorga os respectivos certificados. Entre técnicos, estudantes, agricultores familiares, artesãos, lideranças, agentes de desenvolvimento, dentre outros, até o momento 2.061 (dois mil e sessenta e um) capacitandos concluíram com sucesso seus respectivos cursos, sendo 2001 (dois mil e um) com apoio direto do MDA, conforme registro no Sistema de Monitoramento e Avaliação do Pronaf (SMAP), e 60 (sessenta) apoiados pelo CNPq. Indiretamente, foram beneficiados mais 150 (cento e cinquenta) estudantes da Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira (EMARC) e técnicos da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), através da ação dos capacitados diretos que prosseguem atuando na condição de agentes multiplicadores.

Seguindo-se o princípio maior que rege as metodologias participativas, as principais decisões (objetivos da atividade de extensão, instrutores, locais das aulas, das atividades de campo e de hospedagem, refeições, assim como definição das melhores datas, materiais, apoio logístico, etc.) são tomadas em conjunto com os parceiros locais que atuam em cada município contemplado pelo projeto. A rigor, os parceiros participam desde a elaboração dos projetos que concorrem aos editais supra. Como exemplo dessas parcerias, podem ser citadas a CEPLAC, Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI); esta última executa o Programa de Desenvolvimento Local Sustentável (PRORENDA-DLS-BA), juntamente com a Empresa Baiana de Desenvolvi-

to Agrícola S/A (EBDA) e a Cooperação Técnica Alemã (GTZ). Na Região Cacaueira da Bahia, destaca-se a participação da EMARC. Mas é sem dúvida o apoio da comunidade, através das associações comunitárias, sindicatos, cooperativas e outras formas de organização, que garante o sucesso de cada projeto de extensão.

Com base nos exemplos concretos dos projetos de extensão universitária, executados nas comunidades São Jorge (município de Uruçuca, Bahia), APEAG (município de Valença, Bahia), Salgado (município de Serrinha, Bahia), Morros da Mariana (município de Ilha Grande do Piauí), e Vazantinha (município de Parnaíba, Piauí), formulam-se as seguintes hipóteses. Um projeto de extensão é bem sucedido, porque: 1 – é precedido de um bom diagnóstico; 2 – depende do apoio financeiro e institucional dos parceiros; e 3 – é executado juntamente com uma organização local (associação comunitária, sindicato, cooperativa etc.), gerida por lideranças reconhecidamente confiáveis e apoiadas pela maioria dos seus integrantes (moradores, agricultores familiares, artesãos, pescadores etc.).

Idealmente, o que se deseja é a combinação das três hipóteses, mas isso quase nunca acontece, devido principalmente a disputas políticas locais, dentre outras razões. Os casos raros de atividades de extensão bem sucedidos, principalmente na fase pós-diagnóstico, e de capacitação dos agentes, devem-se, quase exclusivamente, à presença de lideranças comprometidas com a gestão de associações locais bem organizadas, com apoio significativo da maioria dos seus integrantes.

Embora tenham sido feitos diagnósticos participativos nas cinco comunidades aqui exemplificadas, apoiados em instrumental metodológico consistente, somente em duas delas foi dada continuidade às atividades de extensão, com apoio de outros parceiros, além da UFBA. Apesar do anunciado apoio institucional, manifestado diretamente por dirigentes de órgãos executores de

políticas públicas, nas comunidades São Jorge e APEAG nada de novo aconteceu. O mesmo pode-se dizer da comunidade Morros da Mariana, cujo diagnóstico contou até com a participação integral do Prefeito Municipal e auxiliares, que se comprometeram a apoiar os projetos elaborados pelos grupos de trabalho. Essa mesma proporção, de três quintos (60%), pode ser aproximadamente aplicada ao universo de comunidades trabalhadas e de beneficiários.

Resultados positivos puderam ser observados apenas nas comunidades Salgado e Vazantinha, graças à liderança e ao nível de organização e participação das suas respectivas associações comunitárias. Embora não seja objeto deste artigo considerar aspectos como geração e gênero, vale observar que as duas comunidades bem sucedidas são lideradas por mulheres – ao contrário das outras três. Destaca-se, como principal esforço dessas lideranças, a cobrança permanente, e não raro insistente, de serviços junto aos órgãos oficiais de extensão e outros órgãos executores de políticas públicas. Essa proporção de dois quintos (40%) de casos bem sucedidos aplica-se ao total de comunidades trabalhadas e de beneficiários.

Embora nenhuma intervenção deva prescindir de um bom diagnóstico, confirma-se a terceira hipótese: um projeto de extensão atinge satisfatoriamente os seus objetivos quando é executado juntamente com uma organização local, gerida por lideranças reconhecidamente confiáveis, e apoiadas pela maioria dos seus integrantes.

Finalmente, recomendam-se ações de extensão universitária de natureza educativa, visando ao fortalecimento das organizações comunitárias locais, através de cursos cujo objetivo principal é difundir princípios e instrumentos de gestão e de boa governança. Recomenda-se também a formação de novas lideranças.

METODOLOGIA

Toda atividade de extensão que se realiza em uma comunidade, seja um antigo povoado, uma comunidade rural tradicional, quilombola, de indíodescendentes, ou, até mesmo, um recente projeto de assentamento de reforma agrária, é precedida de um diagnóstico participativo. Existem diversas metodologias participativas em que se utilizam técnicas conhecidas como “dinâmicas” (dinâmicas de grupo). Infelizmente a maioria delas não consegue produzir informações quantitativas capazes de representar a realidade, de modo a permitir a construção de indicadores de avaliação das intervenções experimentadas posteriormente. Tampouco permitem que se defina um “marco zero” e se façam previsões seguras com base em metas relacionadas com os objetivos da intervenção – níveis de escolaridade, de saúde, tecnológico, de renda, ocupação e de emprego. Todavia, muitas metodologias conseguem construir dados qualitativos, de grande utilidade no que se refere ao associativismo, organização social, participação com representação política, além da autoestima das famílias.

Nas atividades de extensão realizadas pelo Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar, utilizam-se habitualmente duas metodologias participativas, tanto para o diagnóstico preliminar quanto para a realização de cursos de capacitação em atividades agrícolas (princípios de agroecologia, agricultura orgânica, sistemas de produção diversificados) e não-agrícolas (artesanato, turismo, cultura, associativismo, além da formação de técnicos e jovens extensionistas rurais). Os cursos, oficinas, dias de campo, e outras modalidades de extensão têm como foco principal a família rural pluriativa (que pratica atividades agrícolas e não-agrícolas) e a multifuncionalidade territorial. A seguir, apresenta-se um pequeno resumo das duas metodologias participativas que vêm sendo sistematicamente utilizadas:

Diagnóstico rural participativo (DRP)

Essa metodologia passou a ser utilizada pelo Grupo de Pesquisa graças a uma parceria com os executores do PRORENDA – um programa de governo, apoiado pelo serviço GTZ de cooperação alemã. O objetivo do DRP é fazer um levantamento dos recursos existentes, inclusive organizacionais/institucionais (parceiros), das dificuldades e potencialidades das comunidades envolvidas. Feito o levantamento, procuram-se elaborar, em trabalhos de grupo, propostas que contribuam para promover o Desenvolvimento Local Sustentável (DLS). Espera-se que essas propostas transformem-se em projetos apoiados pelos potenciais parceiros identificados durante o levantamento. O DRP é realizado com a presença marcante dos principais interessados no DLS, ou seja, as famílias rurais, seus representantes e outras lideranças. Também participam profissionais de diversas áreas, além de técnicos que possam contribuir para o levantamento das informações e para a elaboração de propostas, sempre visando ao desenvolvimento socioeconômico da comunidade. Tudo começa com os contatos preliminares, culminando com uma grande reunião no centro comunitário (na falta deste, pode ser a sede da associação, escola, igreja...). Além das dinâmicas de grupo, que contribuem para maior integração e elevação da autoestima dos participantes, utilizam-se as seguintes técnicas:

- a) trabalhos de grupos (geralmente quatro grupos), sendo cada grupo integrado por diferentes participantes, mesclando-se as suas diversas ocupações/profissões. Em outras palavras, não existe um grupo constituído só de pedreiros, ao contrário, misturam-se pedreiros, lideranças locais, agricultores, técnicos, e/ou agentes de desenvolvimento;
- b) o grupo número um realiza caminhadas transversais (ou leitura de paisagem), quando se observam as principais he-

terogeneidades, outros fatos dignos de registro, inclusive impactos ambientais;

c) o grupo número dois faz um levantamento da infraestrutura existente na comunidade, bem como das suas reais condições de funcionamento;

d) o grupo número três procura reconstituir a história da comunidade, identificando as principais atividades econômicas, ocupações e práticas-técnicas desenvolvidas ao longo do tempo, bem como as suas principais transformações e causas;

e) o grupo número quatro elabora um mapa da comunidade, contendo os principais equipamentos públicos e privados visíveis, tais como vias de circulação, residências, quadras esportivas, escolas, igrejas, fazendas, remanescentes dos biomas, áreas degradadas ou em processo de degradação etc.

De volta ao centro comunitário, cada grupo apresenta o resultado do seu trabalho, que é posto em discussão, tanto para socialização do conhecimento, quanto para o seu enriquecimento com os detalhes que vão sendo apresentados pelos integrantes dos demais grupos.

Após um almoço de confraternização e novas dinâmicas, aprofunda-se o DRP utilizando-se outras técnicas, a depender do tempo disponível e da quantidade de participantes. Ótimos resultados são alcançados através do uso de tarjetas móveis afixadas em um grande painel (método Zop); da construção de uma “árvore de problemas”, quando são definidos os principais problemas da comunidade; e do uso do “Diagrama de Venn”, onde são listados os principais parceiros da comunidades que devem ser procurados para ajudar no encaminhamento e solução dos problemas. Antes do encerramento festivo dos trabalhos do DRP, realiza-se uma última rodada de trabalho de grupos, cujo objetivo

é elaborar propostas que possam tornar-se projetos executivos negociáveis junto aos parceiros.

Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários

Essa metodologia foi transferida para o Grupo de Pesquisa, inicialmente pela FAO/Nações Unidas. Atualmente, essa cooperação prossegue no âmbito do acordo assinado entre a UFBA, o Instituto Nacional Agrônômico Paris-Grignon (INA-PG, atual Paris-Tech) da França, e a Universidade Federal do Ceará.

Trata-se de uma metodologia sistêmica, voltada para a análise de realidades complexas, baseada em larga experiência mundial realizada pela FAO e pelo INA-PG, com farta literatura disponível no Brasil e no exterior. A depender da duração da atividade de extensão, podem-se obter detalhes imprescindíveis para o planejamento do DLS, principalmente dados quantitativos de ocupação, emprego, renda, produção, comercialização de produtos, níveis tecnológico e de integração interna e externa dos produtores aos mercados. Recomenda-se que o esforço, apenas inicial, seja continuado nas diversas comunidades trabalhadas pelos técnicos e outros agentes capacitandos, com o objetivo de aprofundar e consolidar o seu conhecimento. Igualmente, adverte-se para que não se tomem os resultados preliminares apresentados no diagnóstico como algo definitivo, pelo contrário, são incompletos e carecem de ajustes. Todavia, eles já permitem que se tenha uma primeira ideia dos diferentes tipos de produtores e de sistemas de produção, dos diferentes níveis de integração desses sistemas, bem como das características das diferentes organizações familiares, inclusive pluriativas. Nessa fase do trabalho, já se dispõe de informações suficientes para a elaboração de hipóteses.

Com base nas técnicas de leituras de paisagem, entrevistas com informantes-chave e lideranças, constrói-se uma tipologia dos Produtores (Pi), encontrando-se desde o agricultor familiar assentado, que vive exclusivamente da agricultura, até os agricul-

tores pluriativos, prestadores de serviços. A tipologia dos produtores depende da realidade que revela os critérios mais pertinentes para uma boa classificação, que é sempre diferente em cada comunidade trabalhada. Eis aí um resumo da metodologia dos trabalhos de extensão.

Para a construção deste artigo procede-se, inicialmente, a uma leitura dos relatórios das atividades de extensão realizadas nas cinco comunidades aqui referidas: São Jorge, APEAG, Salgado, Morros da Mariana e Vazantinha. Em seguida, faz-se uma análise comparativa dos resultados dessas atividades, sobretudo com referência às propostas apresentadas pelos grupos de trabalho. Essas propostas são subprodutos construídos quando da realização do diagnóstico participativo. Visitas a campo, realizadas um ano após a realização dessas primeiras atividades de extensão (diagnósticos participativos, além de cursos, oficinas e outras atividades de capacitação), permitem verificar se as propostas apresentadas foram de fato transformadas em projetos, e se estes últimos foram de fato executados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir apresentam-se os principais resultados e discussões inerentes aos cinco casos aqui analisados, as comunidades PA São Jorge, PA APEAG, Salgado, Morros da Mariana e Vazantinha. Um resumo desses resultados, propostas e reivindicações formuladas por e para cada comunidade, encontra-se no item Conclusões.

Comunidade São Jorge

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) foi realizado, em outubro de 2004, no Projeto de Assentamento São Jorge (PASJ),

município de Uruçuca, Bahia. Com base nas metodologias DRP (apoiado pelo PRORENDA-DLS) e Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários, analisaram-se sistemas de produção praticados pelos Agricultores Familiares bem como atividades rurais não-agrícolas. A partir da leitura de paisagem e entrevistas com informantes-chave, definiu-se a tipologia dos produtores (Pi) e dos Sistemas de Produção (SPi), onde se identificam diferentes combinações de cultivos, criatórios e sistemas de transformação. Essa metodologia visa traçar estratégias de desenvolvimento rural e fornecer, aos agricultores familiares, informações sobre a realidade onde vivem. Acredita-se que só depois de feita uma análise minuciosa da realidade dos agricultores é que se torna possível elaborar estudos mais afinados e aprofundados, definir políticas públicas, programas de ação, projetos, além dos imprescindíveis indicadores de acompanhamento e avaliação, entre eles, o chamado *marco zero*, ou seja, a situação ambiental e socioeconômica que precede as intervenções.

O diagnóstico de sistemas agrários³ permite compreender o contexto local tanto do ponto de vista ambiental quanto do ponto de vista técnico e socioeconômico. Promove-se uma busca para que se entenda e compreenda a história da comunidade, observando-se a paisagem natural e cultural, identificando-se os obstáculos enfrentados pelos agricultores, suas potencialidades e cenários. O Sistema Agrário resulta do modo como o meio é explorado pelo trabalho agrícola e também das transformações observadas historicamente.

Considera-se que o PASJ está inserido em um Sistema Agrário dominado pela monocultura do cacau, embora não seja rara a ocorrência de policultivos e de sistemas de cultivo diversificados; em menor proporção, praticam-se sistemas de criação de bovinos. O PASJ foi implantado em setembro de 1997, na

³ Incluindo-se aí os sistemas de produção e de atividades, inclusive não-agrícolas, praticadas por famílias pluriativas.

área de duas antigas fazendas de cacau. Sua população totaliza 263 pessoas, distribuídas entre 42 famílias assentadas. Para cada uma das 42 famílias foi destinado um lote (ou quadra de cacau), com área variando entre 4,0 e 6,5 ha e número de pés de cacau variando entre 1.000 e 7.000 por lote. O assentamento abrange uma área total de 526 ha, sendo 455 ha destinados ao cultivo individual de cacau, 15 ha ao cultivo coletivo de cacau, 40 ha destinados ao pasto coletivo e os restantes 16 ha ocupados com remanescentes da Mata Atlântica. O rebanho coletivo é mestiço, com objetivo misto (leite e carne) e totaliza 111 cabeças de gado bovino. O restante da área coletiva é ocupado com equipamentos de infraestrutura econômica e social: depósito, casa de farinha, curral coletivo, dez barcaças, dois secadores, duas cisternas, e seis tanques (somente um deles está sendo utilizado). O assentamento possui uma escola primária, com cinco salas, museu, biblioteca e, ainda, um caseirão.

Como principais fatos políticos, econômicos, culturais e religiosos, no assentamento, registram-se a formação da primeira chapa da Associação do PASJ, a implementação do primeiro projeto de custeio para recuperação das roças de cacau, a criação de uma academia de capoeira, bem como a reabertura da Igreja Católica, recentemente reformada. A comunidade é representada pela Associação Agrícola do Projeto São Jorge (AAPSJ). As famílias vivem da venda de cacau, que apresentou, em 2003, uma produtividade de 18 arrobas por hectare. Todavia praticam-se diferentes sistemas de cultivos, em que se combinam: banana, cana-de-açúcar, hortaliças, café, mandioca, seringueiras, cajá, jenipapo, jaca, além da criação de bovinos. Com respeito às atividades não-agrícolas, destacam-se os serviços de pedreiro, carpinteiro, assalariados e a produção de licor e doce. A renda proveniente de aposentadorias e pensões beneficia sete famílias (16,7% do total), enquanto 16 famílias (38,1%) são atendidas pelo programa bolsa-família.

A tipologia dos Produtores (Pi) depende de cada realidade estudada, quando são conhecidos critérios pertinentes para a classificação dos agricultores familiares assentados. No PASJ foram identificados quatro tipos característicos de Produtores (P1, P2, P3, P4). Considera-se como Produtor, o grupo familiar; com base nas atividades dos integrantes de cada família, basta que apenas um deles exerça alguma atividade não agrícola para que a família seja considerada pluriativa. A associação comunitária também é considerada como sendo um tipo de Produtor, forma de organização coletiva de produção e distribuição (P5). São os seguintes os principais tipos de Produtores (Pi):

P1: Agricultor familiar tradicional, só pratica SP (cultivo, criação e transformação).

P2: Agricultor familiar tradicional, beneficiário de transferências governamentais como aposentadoria ou pensão, e bolsa-família.

P3: Agricultor familiar pluriativo (presta serviços eventuais ou temporários), pratica SP diversificado, beneficiário de transferências governamentais do tipo bolsa-família.

P4: Agricultor familiar pluriativo (salários), pratica SP diversificado, beneficiário de transferências do tipo bolsa-família.

P5 (Coletivo): Associação Agrícola do Projeto São Jorge (AAPSJ), gestora do Coletivo (equipamentos coletivos como secador, barça e casa de farinha).

Após leitura da paisagem local, entrevistas e conversas com informantes-chave, assim como após a realização de caminhadas transversais ao longo da comunidade, inclusive lotes familiares e áreas coletivas, verificaram-se as variadas formas como se combinam os recursos disponíveis, ou seja, identificaram-se os diferentes Sistemas de Produção (SPi) e seus subsistemas (sistemas de cultivo, de criação e de transformação).

Os principais SPi e subsistemas identificados no PASJ são:

SP1: Cacau x Banana / Quintal (galinha, milho, aipim, tempero e sementeira noz de cola) / Coletivo.

SP2: Cacau x Banana / Quintal (coco, graviola, plantas medicinais, hortaliças, pimenta e flores) / Coletivo.

SP3: Cacau x Banana x Cajá / Aipim x Coco / Aipim x Milho x Feijão x Abóbora x Coco / Quintal (jiló e coco) / Coletivo

SP4: Cacau x Café x Banana / Café x Banana / Cana x Hortaliças / Quintal (frutas, verduras e aves) / Bovino / Coletivo.

SP5 (Coletivo): Horta / Jardim Clonal x Banana / Secador, Barcaça / Seringueira / Pastos / Mata / Bovino / Casa de Farinha / (serviços sociais).

O “x” indica combinações de diferentes espécies vegetais, em uma mesma área homogênea, por exemplo, [cacau x banana x cajá].

A análise econômica indica os seguintes resultados para os cinco tipos de Produtores (Pi) e seus respectivos Sistemas de Produção (SPi):

O Produtor P1 representa o grupo que sobrevive exclusivamente da renda agrícola. Apesar de seu SP ser considerado pouco integrado internamente, obteve a maior renda agrícola, por hectare, quando comparada à dos demais grupos. O produtor P4 representa o grupo que pratica um SP mais integrado internamente, todavia sua renda agrícola, por hectare, é inferior à do produtor P1.

Os produtores P2 e P3 representam dois grupos com baixo grau de integração interna dos seus SP, obtendo as menores rendas agrícolas por hectare.

O “produtor” P5 (Coletivo), é representado pela AAPSJ, detentora dos ativos que constituem o equipamento co-

letivo utilizado por todos os associados. Esse Sistema de Produção é considerado pouco integrado internamente, mas é muito integrado externamente aos demais sistemas familiares-individuais de produção, principalmente quanto ao fornecimento de forrageiras e serviços de apoio dos equipamentos coletivos (secadores de cacau, barçaça, e casa de farinha). Observa-se um elevado grau de integração externa, tanto de natureza técnico-produtiva, quanto organizacional e social.

Dentre as principais **reivindicações** da comunidade, materializadas nos desejos e propostas elaboradas pelos grupos de trabalho, destacam-se três: 1 – transformação da antiga sede da fazenda em hospedaria para receber visitantes em atividades de turismo rural; 2 – utilização do PASJ como objeto de estudo dos alunos de Agrimensura que estudam numa escola técnica situada a apenas 2km da área de assentamento; e 3 – exploração e manejo dos 16 ha de área remanescente da Mata Atlântica.

Apesar do compromisso publicamente assumido pelo gestor do serviço local de extensão rural, nenhuma dessas atividades sequer chegou a ser iniciada.

Comunidade APEAG

Em maio e junho de 2005 foi executada uma atividade de extensão na comunidade que corresponde ao PA (Projeto de Assentamento) denominado APEAG – iniciais da Associação dos Pequenos Agricultores do Gereba, povoado localizado no município de Valença, Bahia. Com base na metodologia Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários, a atividade consistiu em um diagnóstico participativo, com dupla finalidade: 1 – Levantar os principais problemas socioeconômicos da comunidade, cuja solução se materializa em propostas encaminhadas aos órgãos oficiais de exten-

são rural; e 2 – Capacitar técnicos extensionistas recrutados nos órgãos locais de extensão e na escola técnica.

A atividade de extensão contou com a participação regular de representantes dos Agricultores Familiares (AF) assentados, além de 22 técnicos. Juntos, esses participantes identificaram os principais Sistemas de Produção (SPi) praticados por famílias pluriativas; identificaram também as principais atividades não-agrícolas, inclusive rurais.

Inicialmente foram observados o ecossistema e o sistema agrário. Inserido na Mata Atlântica, o sistema agrário do Baixo Sul é complexo e bastante diversificado. Influenciado pelo sistema agrário da região cacauzeira, caracteriza-se pela combinação de atividades extrativistas da mata com policultivos comerciais e de subsistência, além da pesca. Destacam-se como lavouras comerciais importantes: cacau, coco, borracha, dendê, cravo, pimenta-do-reino, urucum, guaraná, banana e mandioca. Transformações recentes revelam a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais e de novas culturas vegetais e animais, a exemplo de abacaxi, bovinos e suínos.

A comunidade APEAG possui uma área total de 203 ha, sendo 46 ha destinados à reserva florestal, 53 ha ao espaço coletivo, e aproximadamente 95 ha, distribuídos para cada família, em lotes de 5 ha. A área restante encontra-se ocupada com os equipamentos coletivos e outras infraestruturas, inclusive estradas e caminhos internos. Além do lote individual, cada uma das 19 famílias assentadas trabalha em uma pequena parcela da área comunitária. As parcelas são separadas e identificadas por números. Como infraestrutura social, dispõe-se de habitações com energia elétrica e água encanada, um telefone comunitário, tanque, fossas, além de uma escola que oferece o ensino fundamental até a 8ª série e cursos noturnos voltados para a alfabetização de adultos. A luta pela energia elétrica do programa luz no campo durou aproximadamente dois anos. A infraestrutura

ligada diretamente à produção é representada por uma casa da farinha comunitária, estradas vicinais para escoamento da produção, além de aguadas. Uma pequena fábrica de produtos derivados da mandioca (beijus, tapioca etc.) encontra-se em fase inicial de implantação.

Além das atividades agrícolas, os produtores exercem atividades não agrícolas, tais como: pedreiro, carpinteiro, jardineiro, diarista, eletricista doceiro, artesanato, cabeleireiro, padeiro. Como políticas sociais, identificaram-se algumas bolsas-escola e uma bolsa família.

Com base nas técnicas de leituras de paisagem, e de entrevistas – com informantes-chave e lideranças, foi possível construir uma tipologia dos Produtores (Pi), encontrando-se desde o agricultor familiar assentado, que vive exclusivamente da agricultura, até os agricultores pluriativos, prestadores de serviço. Na comunidade não há aposentados. A tipologia dos agricultores familiares depende da realidade que revela os critérios mais pertinentes para uma boa classificação, tendo-se identificado quatro tipos representativos das 19 famílias de agricultores, distribuídas em subgrupos, por semelhança (estratos). Como pode ser verificado a seguir, os agricultores familiares da comunidade APEAG distinguem-se em função do tempo de permanência no assentamento e da pluriatividade que praticam:

P1: Agricultor Familiar pluriativo, diarista (presta serviço agrícola), utiliza crédito, representa o grupo mais recente no assentamento, pratica atividades desde 2004.

P2: Agricultor Familiar pluriativo, presta serviço não agrícola, representa o grupo que já ocupa o assentamento há um tempo médio.

P3: Agricultor Familiar especializado, sangrador de seringueiras, enxertador, beneficiado com bolsa-escola, é o tipo mais antigo no assentamento.

P4 (Coletivo): Associação dos Pequenos Agricultores do Gerba (APEAG).

Na tipologia dos Sistemas de Produção (SPi) identificam-se diferentes combinações de sistemas de cultivo, de criação e de transformação. Apesar de praticarem SPi diversificados, assegurando o autoconsumo, as famílias ainda dependem de ocupações em atividades não agrícolas para completarem a sua renda familiar. São quatro os principais SPi praticados no assentamento, caracterizados pela predominância de sistemas de cultivo permanente, de ciclo longo, combinados com sistemas de criação e de transformação:

SP1: Milho x Banana x Cacau Clonado / Mandioca x Urucum x Seringueira x Cacau Clonado x Banana / Capoeira / Quintal (policultura, aves) / Casa de Farinha / Coletivo.

SP2: Dendê x Mandioca / Banana x Cacau x Seringueira / Poli x Fruta / Capoeira / Quintal (policultura, aves).

SP3: Cacau x Banana x Mandioca x Seringa/ Policultura x Fruticultura/ Coletivo/ Quintal (horta, aves, frutas, projeto transformação – chapa de beijus).

SP4: Banana / Cravo / Graviola / Cacau Clonado x Banana / Coco x Urucum / Coco Solteiro / Cacau Clonado x Banana / Cacau Clonado x Cacau Tradicional / Dendê x Pasto / Apiário / Casa de Farinha.

Na formação da renda agrícola, destaca-se o grupo representado pelo produtor P2, de agricultores familiares pluriativos, que já ocupam o assentamento há um tempo médio. Recomenda-se estudar com mais detalhe a razão da eficiência do sistema de produção desse grupo, para que se conheça a sua lógica de funcionamento, podendo servir de exemplo para o planejamento dos futuros serviços de extensão. Os produtores P1, P3 e P4 são

pouco eficientes e devem ser incentivados e orientados para que promovam uma reestruturação produtiva.

Dentre os **problemas** identificados pelo diagnóstico participativo, destacam-se: 1 – falta de recursos para a instalação de uma horta comunitária e construção de uma pocilga; 2 – falta de assistência técnica dos órgãos de extensão, particularmente para orientar um projeto de apicultura; 3 – falta de capacitação voltada para o artesanato. A renda familiar, por ser considerada insuficiente, acaba desmotivando as famílias, cujos integrantes são forçados a procurar outras ocupações (não agrícolas), sobretudo na sede do município.

Apesar do compromisso assumido pelos órgãos locais de extensão, visando ao aprofundamento dos estudos e à transferência de tecnologias, depois de um ano decorrido, a contar da data do diagnóstico, **nenhum técnico visitou o assentamento.**

Comunidade Salgado

Nesta seção resumem-se os resultados da primeira experiência de extensão voltada para a capacitação dos técnicos executores do PRORENDA-DLS-BA. Trata-se de um estágio de campo, com base na metodologia Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários, realizado em junho de 2004, no município de Serrinha, Bahia. Especificamente, fez-se uma análise econômica dos diversos Sistemas de Produção (SPi) praticados pelos agricultores familiares da comunidade Salgado. As atividades práticas foram realizadas diretamente com a participação das famílias de agricultores e famílias pluriativas, com apoio da associação comunitária local. O objetivo do curso é contribuir para a capacitação dos técnicos na metodologia participativa, com ênfase na elaboração de diagnóstico socioeconômico das atividades como instrumento de planejamento.

Considerando que a atividade de extensão realizou-se durante cinco dias de curso, recomenda-se que o esforço, apenas

inicial, seja continuado nas diversas comunidades trabalhadas pelos técnicos, com o objetivo de aprofundar e consolidar o seu conhecimento. Igualmente, adverte-se para que não se tomem os resultados preliminares aqui apresentados como algo definitivo, pelo contrário, são incompletos e carecem de ajustes. Todavia, eles já permitem que se tenha uma primeira ideia dos diferentes tipos de produtores e de sistemas de produção, dos diferentes níveis de integração interna desses sistemas, bem como das características das diferentes organizações familiares, inclusive pluriativas.

Inicialmente apresenta-se uma caracterização do ecossistema e do sistema agrário predominantes no espaço geográfico onde se localiza a comunidade Salgado, município de Serrinha, parte integrante da microrregião Feira de Santana. Com base nas técnicas de leitura de paisagem, e de entrevistas com informantes-chave e lideranças, constrói-se uma tipologia dos Produtores (Pi). Essa tipologia agrupa diferentes combinações de agricultores familiares, na condição de proprietários, arrendatários, pluriativos, assalariados, diaristas, aposentados, artesãos, dentre outras condições. Adotando-se o mesmo procedimento, constrói-se outra tipologia – os Sistemas de Produção (SPi), onde se identificam as diferentes combinações de cultivos, criatórios e sistemas de transformação. Conclui-se com uma análise comparativa das rendas familiares dos produtores entrevistados.

A comunidade Salgado encontra-se numa área de transição para o semiárido baiano, de clima tropical. Observam-se, na sua vegetação nativa – pequena mata mista de cocais, com forte presença da palmeira ouricuri, além dos primeiros sinais reveladores da caatinga (mandacarus e outras espécies vegetais xerófilas). Trata-se de um ecossistema estruturado em solos predominantemente arenosos, de baixa fertilidade e relevo levemente ondulado a ondulado. Observam-se também manchas de solos argilosos, do tipo massapê, além do tipo conhecido localmente como celão.

O sistema agrário predominante compreende sistemas de criação de bovinos, ovinos e caprinos. Encontram-se também outros animais de menor porte e de tração, integrados ao subsistema quintal. Entre as lavouras predominam sistemas de cultivos tradicionais de subsistência (milho, feijão, mandioca), observando-se alguma comercialização do excedente. No quintal, além dos animais (aves, animais de tração), predominam policultivos destinados ao autoconsumo, como batata doce, fruteiras, temperos e algumas plantas medicinais. A diversificação dos sistemas de cultivo integrados com sistemas de criação caracteriza a maioria dos sistemas de produção. Em relação à estrutura fundiária reproduz-se a mesma desigualdade observada na maioria dos municípios baianos. Alguns agricultores utilizam terras cedidas por parentes. Quando dispõem de maior área, eles reservam uma boa parte para forrageira animal (pastagens cultivadas, capoeiras e forrageiras nativas).

Na comunidade foram identificados oito tipos principais de agricultores familiares, antes de tudo, pelo tamanho da propriedade e do rebanho, principalmente bovino. Distinguem-se ainda em função da pluriatividade e da presença, na família, de pelo menos uma pessoa aposentada ou pensionista. São os seguintes os tipos de produtores:

P1: Agricultor familiar pluriativo, não-proprietário, terra cedida (herança), assalariado, diarista, faz artesanato, recebe ajuda do governo.

P2: Agricultor familiar pluriativo, não-proprietário, terra cedida (herança ou emprestada), diarista, recebe ajuda do governo.

P3: Agricultor familiar pluriativo, não-proprietário, terra cedida (herança), arrendatário, diarista, aposentadoria.

P4: Agricultor familiar pluriativo, proprietário, terra cedida (herança), assalariado, faz artesanato, recebe ajuda do governo.

P5: Agricultor familiar proprietário (clássico), aposentadoria, recebe ajuda do governo.

P6: Agricultor familiar proprietário, arrendatário, aposentadoria.

P7: Agricultor familiar pluriativo, proprietário, rentista (casa de farinha), assalariado, diarista, faz artesanato, recebe ajuda do governo.

P8: Agricultor familiar patronal, pensionista, recebe ajuda do governo.

Identificaram-se também várias combinações de atividades (lavouras, criatórios e sistemas de transformação), constituindo diferentes tipos de sistemas de produção. O consórcio milho x feijão, bem como o subsistema quintal foram encontrados em todos os tipos de SP e são praticados por todos os agricultores familiares da comunidade.

O levantamento realizado junto aos oito agricultores familiares de diferentes tipos revela que os SP praticados pelos produtores P4 e P8 são os mais integrados. Preliminarmente, foram identificados os seguintes sistemas de produção:

SP1: Milho x feijão / mandioca / pasto / caatinga / bovinos / caprinos / quintal / casa de farinha.

SP2: Milho x feijão / mandioca / pasto / quintal / casa de farinha.

SP3: Milho x feijão / mandioca / palma / pasto / caatinga / bovinos / caprinos / ovinos / quintal / casa de farinha.

SP4: Milho x feijão / mandioca / quintal / pastagem / caatinga / bovinos / ovinos / bovinos / caprinos.

Comparando-se as rendas agrícolas dos oito produtores, por Unidade de Trabalho Familiar (UTF) e por área agrícola utilizada (um hectare), releva-se mais eficiente o SP praticado pelo produtor P2, não-proprietário. Rendas negativas, como as dos pro-

dutores P3, P6 e P7, revelam SP ineficientes, que não devem ser incentivados sem que passem por uma reestruturação produtiva. Nos dois casos (sistemas eficientes e ineficientes), não se pode dispensar pesquisa de campo complementar.

Dentre os **problemas** identificados pelo diagnóstico participativo, destacam-se: 1 – impacto ambiental sobre a caatinga, provocado pela forma como são praticados os sistemas de produção; 2 – comprometimento da reprodução natural de duas matérias-primas básicas para o artesanato de palha, originárias das plantas ariri e caroá; e 3 – falta de capacitação voltada para o artesanato.

A associação local lidera atividades em parceria com instituições executoras de serviços de extensão. Destacam-se as ações dos projetos Cabra Escola, PETI, além da parceria com uma empresa privada que doou uma pequena fábrica de rações para os criatórios. Pode-se admitir que **na comunidade Salgado obtiveram-se resultados positivos como consequência da extensão universitária**. Logo após o diagnóstico participativo foram realizadas duas atividades: planejamento ambiental (que resultou numa monografia de graduação em Biologia UFBA) e curso de artesanato de palha (técnicas, *design* e diversificação dos produtos). Por ocasião da avaliação do projeto, foi levantado um problema e imediatamente reivindicado um curso visando ao melhoramento da comercialização dos produtos artesanais.

Comunidade Morros da Mariana

Nesta seção resume-se o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) realizado no município de Ilha Grande, Estado do Piauí, mais especificamente na comunidade Morros da Mariana. A Oficina DRP foi realizada em novembro de 2004, e contou com a participação de 52 pessoas, destacando-se agricultores familiares, lideranças, grupos de jovens, professores, inclusive universitários,

funcionários municipais, prefeito eleito, e vereador municipal. O objetivo do DRP é fazer um levantamento dos recursos existentes, das dificuldades e potencialidades da comunidade. Feito o levantamento, elaboram-se, em grupo, propostas que promovam o desenvolvimento local sustentável. O DRP baseia-se em metodologia participativa.

O relatório completo refere-se a cinco comunidades. Primeiramente, descreve-se o histórico do município, resgatando-se informações históricas, sendo decisiva a contribuição das pessoas que residem há mais tempo em cada comunidade. Igualmente enriquecedora é a presença dos mais jovens, que, juntamente com os mais velhos, percebem as mudanças que vêm ocorrendo, a partir de diferentes olhares. Segue-se o relato da caminhada transversal, onde se observam os tipos de solo, os recursos naturais existentes, os cultivos, as criações, e a infraestrutura, dentre outros aspectos relevantes. Nessa etapa também se elabora um mapa de cada comunidade e do município no qual estão inseridas. Na etapa seguinte constrói-se um Diagrama de Venn, que procura explorar o ambiente interno e externo do município, identificando e caracterizando as relações e seus canais de comunicação com as instituições e organizações sociais. Finalmente, levantam-se os principais problemas, recursos, e propostas feitas pelos agricultores familiares, sempre visando ao processo de desenvolvimento local desejado.

Morros da Mariana, uma das comunidades trabalhadas, localiza-se no meio de um campo de dunas. Originariamente habitada por nativos, os primeiros núcleos familiares “dos Morros”, como se costuma chamar, foram formados pelas famílias dos Libânios, Silvinos, Lucianos, Constâncios, Galianos, Faustinos e Trapiás.

Dentre os eventos culturais destacam-se festas como: bumba-meu-boi, pastorinha, boi de reis, festas juninas e fogueiras, bandas com artistas da terra, festa de Nossa Senhora Mãe dos Pobres, e festa de Nossa Senhora da Conceição.

Os principais impactos ambientais são a destruição da mata nativa (cajueiros, muricizeiros, carnaubeiras, manguezais etc.), a poluição dos rios, o avanço das dunas e a falta de cuidado com o lixo, que se acumula na localidade Ilha Pequena.

Na comunidade encontram-se instituições como: associação de moradores, cooperativa, colônia de pescadores, Câmara Municipal, partidos políticos, sindicatos e o conselho do Fundo Municipal de Ação Comunitária (FUMAC). Os participantes do DRP lembraram Sebrae, Embrapa e bancos de desenvolvimento como instituições de fora que executam projetos ou atividades na comunidade.

Como atividade econômica mais importante e tecnicizada, destaca-se o cultivo de camarão, além de alguma pesca industrial embarcada. Todavia, é a pesca artesanal que proporciona alguma renda para as famílias, principalmente a captura do caranguejo Uçá, praticada pelos homens, e a mariscagem, pelas mulheres, que também se ocupam com atividades artesanais de crochê, tricô, bordados, rendas de bilro, além do artesanato de palha e fibra de palmeiras (tucum e carnaúba). Algumas famílias fabricam doces e beneficiam castanha de caju. Dentre as principais lavouras, encontram-se pequenas roças de subsistência (arroz, feijão e milho). Criam-se pequenos rebanhos de caprinos, suínos e bovinos, além de aves caipiras, no quintal.

Quanto ao entretenimento observou-se que as pessoas procuram envolver-se com atividades esportivas como regata de canoas, futebol de campo e de salão, vôlei, além de promover campeonatos de ciclismo, atletismo e natação na lagoa. Praticam-se também jogos como baralho, dama e dominó. Existem ainda outras manifestações culturais ou formas de divertimento, como a prática da capoeira, vaquejadas e atividades teatrais. Igualmente foram lembradas, como atividades sociais, as ações da Pastoral da Criança, a creche das freiras católicas, a evangelização social, além de políticas públicas, a exemplo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Os aspectos considerados positivos referem-se à biodiversidade local, à existência de uma colônia de pescadores estruturada, à abundância de recursos hídricos, principalmente lagoas, bem como à existência do monumento de Nossa Senhora Mãe dos Pobres, como importante ponto turístico, graças à afluência de peregrinos.

Quanto aos aspectos negativos destacam-se a falta de locais para a exposição do artesanato, abandono do mercado central, lojas e supermercados mal estruturados, sede da associação das costureiras, usina de beneficiamento de arroz, fábrica de doces e fábrica de gelo desativadas, falta de um mercado e feira, falta de restaurantes e pousadas, lixo nas ruas, enfim, falta de saneamento básico em algumas ruas, muitos animais criados soltos, ausência de quintais produtivos, falta de colégio e área de lazer no bairro São Vicente de Paula, a não existência de sede própria da prefeitura e das secretarias da saúde e da educação.

Finalmente, os participantes definiram os principais problemas, recursos viáveis e propostas para o município de Ilha Grande, em geral, como também, especificamente, para as cinco comunidades incluídas no DRP. Seguem-se as prioridades definidas para a comunidade Morros da Mariana:

- 1) Os principais problemas concentram-se no âmbito da saúde, segurança e preservação do meio ambiente.
- 2) Os principais recursos apontados como pontos fortes são a pesca, comércio, e o artesanato, com destaque para o bordado e a renda de bilro.
- 3) As propostas lembradas pelo grupo dizem respeito ao hospital com médico atendendo durante as 24 horas do dia, bem como a questão da segurança pública, com a construção de uma delegacia e aquisição de viaturas.
- 4) O projeto aqui sugerido situa-se na área de saúde, especificamente a construção de um Hospital Municipal, tendo-

-se como parceiros o Governo do Estado, PMIG e Ministério da Saúde.

Um ano após a realização do DRP, **nenhuma das duas propostas havia sido iniciada**, ficando as ações do executivo municipal restritas aos eventos de rotina, a exemplo da agenda de festas locais. Nesses eventos, a simples presença de pessoas usando camisetas alusivas a políticos “de fora”, revela que as prioridades não passam de diretrizes político-partidárias, não necessariamente objeto de decisões coletivas, muito menos participativas locais.

Comunidade Vazantinha

As atividades de extensão em Vazantinha tiveram início em junho de 2006 e prosseguem até os dias atuais. O próprio nome da comunidade já é revelador do seu principal problema: sucessivas enchentes do rio Igarçu invadem as casas, muitas delas de taipa e cobertura de palha, agravando outros problemas como desnutrição e extrema pobreza. A principal parceria provém da Igreja Católica, através da Pastoral da criança, com intervenções para combater doenças, desnutrição infantil, para formar lideranças, além de ajudar a conseguir recursos para a construção de casas em terrenos mais elevados, que resistam às enchentes.

Como se trata de uma comunidade organizada em torno de uma associação comunitária atuante, há bastante tempo, sob a liderança da Agente de Saúde, não foi necessária a realização do diagnóstico. Este foi substituído por reuniões, com significativa presença e participação dos moradores, os quais já haviam identificado os principais problemas da comunidade e já dispunham de uma lista de reivindicações que se tornaram prioridade para uma ação extensionista.

Foi nessa comunidade que o trabalho de extensão apresentou mais resultados. Entre esses principais resultados, desta-

cam-se os seguintes cursos de extensão: corte e costura voltado para atividades culturais (dois cursos); artesanato de chapéus e adereços para atividades folclóricas infantis (dois cursos); confecção de fantasias para bumba-meu-boi; música e dança folclórica; Agroecologia para hortas familiares; aperfeiçoamento da produção de peças em cerâmica; contas de cerâmica para bijuteria; pintura em cerâmica; e concepção e melhoramento de embalagens para produtos artesanais, inclusive de alimentos, a exemplo da cajuína.

CONCLUSÕES

Verificadas as três hipóteses explicativas dos resultados da extensão, bem ou mal sucedida, pode-se concluir que um projeto de extensão atinge satisfatoriamente os seus objetivos quando é executado juntamente com uma organização local, gerida por lideranças reconhecidamente confiáveis, e apoiadas pela maioria dos seus integrantes. Nos casos aqui analisados, essa condição explica melhor (os resultados da extensão) do que a falta de apoio institucional e financeiro – embora todas as atividades tenham sido precedidas de um diagnóstico participativo e minimamente científico.

Com base nos exemplos concretos dos projetos de extensão universitária de capacitação, executados pelo Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar, as atividades de extensão bem sucedidas, principalmente na fase pós-diagnóstico e de capacitação dos agentes, devem-se, quase exclusivamente, à boa governança das associações locais.

Embora tenham sido feitos diagnósticos participativos nas cinco comunidades aqui analisadas, apoiados em instrumental metodológico consistente, somente em duas comunidades observou-se algum progresso. Apesar do apoio institucional mani-

festado por dirigentes de órgãos executores de políticas públicas, nas comunidades São Jorge, APEAG e Morros da Mariana, nada de novo aconteceu. As atividades progrediram apenas em duas comunidades, Salgado e Vazantinha, graças à liderança e ao nível de organização e participação das suas respectivas associações comunitárias. Destaca-se, como principal esforço desses líderes, a cobrança permanente de serviços junto aos órgãos executores de políticas públicas.

Finalmente, apresentam-se, para cada comunidade, os principais problemas identificados, propostas de encaminhamento para a solução desses problemas, bem como os resultados obtidos.

Comunidade São Jorge

No PASJ, as famílias assentadas ressentem-se de oportunidades de ocupação e renda, sobretudo para os mais jovens. O diagnóstico revelou três reivindicações: 1 – transformação da antiga sede da fazenda em hospedaria para receber visitantes em atividades de turismo rural; 2 – utilização da área do assentamento como objeto de estudo dos alunos de Agrimensura, que estudam numa escola técnica situada a apenas 2km da área de assentamento; e 3 – exploração e manejo dos 16 ha de área remanescente da Mata Atlântica.

Apesar do compromisso publicamente assumido pelo gestor do serviço local de extensão rural, **nenhuma dessas atividades sequer chegou a ser iniciada.**

Comunidade APEAG

Nesse projeto de assentamento, os maiores problemas identificados durante a elaboração do diagnóstico participativo, são: 1 – falta de recursos para a instalação de uma horta comunitária e construção de uma pocilga; 2 – falta de assistência técnica dos

órgãos de extensão, particularmente para orientar um projeto de apicultura; 3 – falta de capacitação voltada para o artesanato. A renda familiar, sendo considerada insuficiente, acaba desmotivando as famílias, cujos integrantes são forçados a procurar outras ocupações, sobretudo na sede do município.

Apesar do compromisso assumido pelos órgãos locais de extensão, visando ao aprofundamento dos estudos e à transferência de tecnologias, depois de um ano decorrido, a contar da data do diagnóstico, **nenhum técnico visitou o assentamento.**

Comunidade Salgado

São os seguintes os principais problemas identificados, na comunidade Salgado, pelos grupos de trabalho que participaram do diagnóstico: 1 – impacto ambiental sobre a caatinga, provocado pela forma como são praticados os sistemas de produção; 2 – comprometimento da reprodução natural de duas matérias-primas básicas para o artesanato de palha, originárias das plantas ariri e caroá; e 3 – falta de capacitação voltada para o artesanato.

A associação local lidera atividades em parceria com instituições executoras de serviços de extensão. Destacam-se as ações dos projetos Cabra Escola, PETI, além da parceria com uma empresa privada que doou uma pequena fábrica de rações para os criatórios. Como consequência da extensão universitária, **logo após o diagnóstico foram realizadas duas atividades:** planejamento ambiental (que resultou numa monografia de graduação em Biologia UFBA) e curso de artesanato de palha (técnicas, *design* e diversificação dos produtos). Por ocasião da avaliação do projeto, foi levantado um problema e imediatamente reivindicado um curso visando ao melhoramento da comercialização dos produtos artesanais.

Comunidade Morros da Mariana

Prioridades definidas para a comunidade Morros da Mariana:

1) Os principais problemas concentram-se no âmbito da saúde, segurança e preservação do meio ambiente. 2) Os principais recursos apontados como pontos fortes são a pesca, comércio, e o artesanato, com destaque para o bordado e a renda de bilro. 3) Propostas lembradas pelo grupo: hospital com médico atendendo durante as 24 horas do dia; segurança pública, com a construção de uma delegacia e aquisição de viaturas. 4) O projeto aqui sugerido situa-se na área de saúde, especificamente a construção de um Hospital Municipal, tendo-se como parceiros o Governo do Estado, PMIG e Ministério da Saúde. Um ano após a realização do DRP, **nenhuma das duas propostas havia sido iniciada**, ficando as ações do executivo municipal restritas aos eventos de rotina, a exemplo da agenda de festas locais. Nesses eventos, a simples presença de pessoas usando camisetas alusivas a políticos “de fora”, revela que as prioridades não passam de diretrizes político-partidárias, não necessariamente objeto de decisões coletivas, muito menos participativas locais.

Comunidade Vazantinha

Na comunidade Vazantinha, sucessivas enchentes invadem as casas, muitas delas de taipa e cobertura de palha, agravando outros problemas como desnutrição e extrema pobreza. A principal parceria provém da Igreja Católica, através da Pastoral da criança, com intervenções para combater doenças, desnutrição infantil, para formar lideranças, além de ajudar a conseguir recursos para a construção de casas em terrenos mais elevados, que resistam às enchentes. **Foi nessa comunidade que o trabalho de extensão apresentou mais resultados.** Destacam-se os seguintes cursos de extensão: corte e costura voltado para atividades culturais (dois cursos); artesanato de chapéus e adereços para ativida-

des folclóricas infantis (dois cursos); confecção de fantasias para bumba-meu-boi; música e dança folclórica; Agroecologia para hortas familiares; aperfeiçoamento da produção de peças em cerâmica; contas de cerâmica para bijuteria; pintura em cerâmica; e concepção e melhoramento de embalagens para produtos artesanais, inclusive de alimentos, a exemplo da cajuína.

RECOMENDAÇÕES

Pode-se dizer que uma mesma metodologia, aplicada em diferentes comunidades, apresenta diferentes resultados. Assim, recomendam-se ações de extensão universitária de natureza educativa, visando ao fortalecimento das organizações comunitárias locais, através de cursos cujo objetivo principal é difundir princípios e instrumentos de gestão e de boa governança. Recomenda-se também a formação de novas lideranças que assegurem a sustentabilidade política do desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

DUFUMIER, Marc. COUTO, Vitor de Athayde Couto. Neoprodutivismo. *Caderno CRH*, n.28, p.81-112. Salvador: EDUFBA, jan/jun 1998.

DUFUMIER, Marc. La importancia de la tipología de las unidades de producción agrícolas en el análisis-diagnóstico de realidades agrarias. In: *Seminário Sistemas Agrários*. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, s.d., s.n.

DUFUMIER, Marc. *Projetos de desenvolvimento agrícola*: manual para especialistas. Traduzido por Vitor de Athayde Couto, 328p. Salvador: EDUFBA, 2007.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. *Curso Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários: guia metodológico*. Disponível em: <www.mda.gov.br/incra/fao/Guia.zip> Acesso em: 15 jan. 2002.

... APÊNDICE III ...

Agriculturas e agricultores familiares

Vitor de Athayde Couto¹

*Vi que não há Natureza,
Que Natureza não existe,
Que há montes, vales, planícies,
Que há árvores, flores, ervas,
Que há rios e pedras,
Mas não há um todo a que isso pertença.
Um conjunto real e verdadeiro
É apenas uma doença das nossas ideias.*

(Fernando Pessoa)

RESUMO

Evitando-se generalizações, discutem-se os vários tipos de agriculturas e agricultores familiares no Brasil. Levantam-se questões sobre as diferentes abordagens e políticas públicas, particularmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Revendo-se dados do censo agropecuário de 2006, analisa-se a importância e participação da agricultura familiar na nutrição dos brasileiros, sobretudo quando relacionada à produção, autoconsumo e oferta de alimentos. Analisam-se também as diferentes produtividades do trabalho e do crédito rural, por mutuário e por unidade de área, comparadas às da agricultura não-familiar. Faz-se um alerta para os maus resultados das políticas agrícolas, destacando-se, nos últimos dez anos de vigência do Pronaf, o aumento da desigualdade social e regional, sempre

¹ Conselheiro do CODES. Professor Titular da UFBA - Faculdade de Ciências Econômicas, Praça Piedade, 6. CEP 40070-010 Salvador BA. Correio eletrônico: vitor@ufba.br

em favor das regiões mais ricas. Finalmente, propõem-se metodologias participativas para a formulação de verdadeiras políticas de desenvolvimento territorialmente localizadas e geridas por conselhos locais. Ao contrário do exclusivo critério da demanda e concorrência via projetos padronizados, que só levam ao endividamento, propõe-se, com a sua participação nas decisões, que os agricultores mais fragilizados também possam participar dos benefícios do crescimento e das inovações tecnológicas e organizacionais. Benefícios movidos por projetos realistas de uma política de crédito rural corretamente planejado e tecnicamente assistido.

Palavras-chave: Brasil. Políticas agrícolas. Agricultura familiar. Território. Ruralidade.

INTRODUÇÃO

Agricultura familiar, agricultor familiar são abstrações, são conceitos. A sua existência concreta revela, no mundo real, uma diversidade raramente captada pelos técnicos que lidam com a agricultura familiar, ou melhor, com as diversas agriculturas familiares existentes no Brasil. Essa pluralidade encerra grandes diferenças que vão desde o mais simples agricultor de subsistência para o autoconsumo familiar (produtor exclusivo de valor de uso) até o mais complexo, tecnificado, integrado mediante rigoroso contrato junto aos capitais agroindustriais das firmas-rede, nacionais ou não (produtor exclusivo de valor de troca). Nesse intervalo de mais de quatro milhões de estabelecimentos encontram-se incontáveis tipos de diferentes agricultores familiares.²

Muitas abordagens e políticas públicas genéricas reportam-se aos agricultores familiares e outros públicos-meta, como se

² O Censo Agropecuário de 2006, do IBGE, registrou 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, definidos pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006.

todos eles fossem movidos pela mesma racionalidade. Independentemente das suas diversas histórias agrárias, objetivos, ritos, relações com os movimentos sociais, itinerários técnicos, práticas históricas, níveis tecnológicos, níveis de organização (orçamento e gestão, inclusive do trabalho), custos de oportunidade, níveis de integração interna e externa, sistemas de produção, sub-sistemas e escalas... a natureza do seu patrimônio familiar é quase sempre confundida com a do capital. Daí costura-se um confuso e arquetípico agricultor “descapitalizado” (*sic*), compartimentado por sucessivos governos. São categorias submetidas à mesma racionalidade concorrencial de chamadas de editais, mediados por um *menu* de projetos padronizados e formulários *prêts-à-porter*. Esses “projetos” *online* são pilotados pela mesma máquina financeira-extensionista que há décadas executa políticas neoadjetivadas do velho crédito rural, repaginado a cada mandato governista, conforme o paradigma tecnológico da vez.

Neste artigo levantam-se questões para a discussão de alguns resultados das políticas agrícolas, particularmente o Pronaf. Todavia, importa antes conhecer a participação da agricultura familiar em geral – ou das agriculturas familiares:

- na estrutura de propriedades rurais, conhecida como posse e uso “da terra” (*sic*);
- no Valor Bruto da Produção (VBP) agrícola total e pessoal ocupado;
- no VBP e quantidade produzida dos principais alimentos, e também de café;
- no número de pessoas ocupadas por 100 hectares de área total.

Importa também saber qual é a participação do número de estabelecimentos familiares baianos sobre o total de estabelecimentos no Nordeste e no Brasil.

IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

No Censo Agropecuário de 2006 contabilizou-se um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários, dos quais 85% são estabelecimentos familiares em geral.

Apesar de ocuparem apenas 25% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, 4.367.902 agricultores familiares geram, com seu trabalho, cerca de 40% do VBP. Calculado por hectare/ano, o VBP familiar atinge quase o dobro do VBP não-familiar, mais precisamente R\$677,00 contra R\$388,00. Esses dados sinalizam que as agriculturas familiares são mais intensivas em meios de produção e em trabalho vivo. Além disso, uma maior relação VBP por unidade de área revela menor impacto sobre os recursos naturais. Há quem chame isso de produtividade “da terra” (*sic*), quando, a rigor, trata-se de produtividade do trabalho.

A significativa participação na quantidade produzida de alimentos confirma a história dos agricultores familiares e suas criativas estratégias de sobrevivência: são pequenos e médios produtores não-patronais, produtores de baixa renda, de subsistência, colonos, parceiros, meeiros, rendeiros, agregados, moradores, cassacos, corumbas, cambonistas, diaristas e outros pluriativos dapeados e não-dapeados. Cassaco, corumba e cambonista (derivado de cambão, espécie de corveia) são regionalismos que designam trabalhadores rurais nos seus territórios – e respectivos sistemas agrários historicamente determinados, no conceito de Mazoyer & Roudart (2010). No jargão tecnoburocrático, dapeado é o agricultor familiar cadastrado que conseguiu uma DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) junto aos órgãos e entidades autorizados, representantes legais dos agricultores familiares ou prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural.

Tradicionalmente, o representante sindical era apenas um líder capaz de organizar a sua categoria. Por sua vez, o técnico extensionista era apenas aquele que “sabia mais do que os agri-

cultores”, e por isso vivia pra lá e pra cá, em carros oficiais, recebendo os insumos ditos “modernos”, compilados dos cânones do Manual de Crédito Rural (MCR).³

Atualmente, aqueles líderes e técnicos estão podendo muito mais. Eles são também autoridades ontológicas, por terem o poder do criador, o poder de decidir, legitimando, quem deve ser ou não ser agricultor familiar dapeado para o Pronaf. Sabe-se lá quantos agricultores familiares têm sua DAP negada quando, por exemplo, o burocrata acha que são famílias urbanas, só porque moram no arruamento de alguma cidade imaginária.⁴

O Pronaf foi criado pelo Decreto 1.946 de 28 de junho de 1996. Três décadas antes, a intelligentsia do regime militar já havia treinado líderes sindicais para atuar como gerentes de ambulatórios médicos e dentários doados pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). A sala de espera do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) virou sala de espera de consultório. Esses líderes também carimbavam e assinavam formulários de aptidão à aposentadoria. Assim não lhes sobrava tempo para organizar a categoria, para pensar na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores rurais. A esses líderes atribuiu-se também o poder de testemunhar ou atestar a montagem do trabalhador rural aposentável por idade. Não raro, a inexistência de certidões de nascimento facilitava o arbítrio. Nos anos 1960 e 1970, os chamados “velhos do funrural” lotaram paus-de-arara e encheram as burras de muitos transportadores e quitandeiros nos grotões mais recônditos do regime. Encheram também as urnas com votos para a velha Aliança Renovadora Nacional (Arena).

³ Insumos mecânico-fármaco-químico-industriais, da revolução verde, que acabaram produzindo um modelo de agricultura petróleo-dependente. Esse modelo ainda vem causando impactos ambientais sem precedentes na história das agriculturas do mundo. Maiores detalhes encontram-se em Dufumier (2010).

⁴ No seu livro “Cidades imaginárias”, Veiga (2002) critica a velha metodologia utilizada pelo IBGE no cálculo demográfico que superestima o número de municípios urbanos. Segundo o professor da USP, no Brasil tudo é cidade, são 5.562 cidades. Todavia, apenas 455 municípios podem ser considerados urbanos. Maiores detalhes em http://www.zeeli.pro.br/Textos/Disciplinas/cid_imag_artigo_jusp_livro.htm.

Apesar de tudo, a epopeia do abastecimento resiste e prossegue, com números ainda surpreendentes, mesmo diante dos discursos e do descaso histórico para com esses agricultores familiares brasileiros que produzem 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, e 30% dos bovinos consumidos no mercado interno. Além do mercado, o autoconsumo realiza boa parte do abastecimento familiar. Embora quase nunca seja contabilizado, o autoconsumo contribui silenciosamente para a reprodução das famílias pluriativas e da força de trabalho geradora de riqueza, inclusive a riqueza excedente que valoriza o capital, dentro e fora da agricultura.

Mais significativa ainda é a contribuição das agriculturas familiares para a ocupação de nada menos que 75% dos brasileiros que trabalham nos estabelecimentos agropecuários. São 12,3 milhões de pessoas ocupadas nos diversos sistemas de produção, contra 4,2 milhões de ocupados, mas não necessariamente empregados nos estabelecimentos não-familiares. Em cada grupo de 100 hectares, o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos familiares é nove vezes maior: 15,3 contra 1,7 nos estabelecimentos não-familiares, respectivamente. Em outras palavras, as agriculturas familiares detêm a mais elevada produtividade do trabalho por unidade de área.

Segundo estimativas de Souza e outros autores (2011), pesquisadores que trabalharam com dados oficiais do IBGE, para cada R\$1.000,00 gerados no segmento familiar, foram utilizados aproximadamente R\$132,00 de crédito. O segmento não-familiar foi premiado com financiamento em torno de R\$490,00, quase metade do valor produzido. Isso equivale a 3,7 vezes o volume de crédito por valor produzido na agricultura familiar.

Toda essa assimetria reflete a estrutura de distribuição da propriedade rural no Brasil, historicamente tão desigual quanto intocável. Cálculos do IBGE e do INCRA apontam um índice de Gini sempre acima de 0,8, desde 1940, quando começou a ser calculado. O índice brasileiro praticamente nunca se alterou, nem

mesmo depois da execução de políticas agrárias do tipo PNRA⁵ – o *marketing* levou muita gente a pensar que se tratava “da” reforma agrária. Ao se aproximar da unidade (1,0), o índice de Gini sinaliza desigualdade máxima. No *ranking* mundial das desigualdades agrárias, destaca-se a brasileira, quando comparada às desigualdades do resto do mundo (BRASIL, 2011).

CRESCER O ABISMO

No plano macrorregional confirma-se a mesma desigualdade, com destaque para a Bahia, Estado onde se encontram 665.831 agricultores familiares, a maior concentração do país. Comparativamente ao Nordeste, com 2.187.295, e ao Brasil, com 4.367.902, os agricultores familiares baianos representam, respectivamente, 30% e 15% daqueles totais. Os dados do IBGE revelam também que metade dos agricultores familiares concentra-se no Nordeste brasileiro. Essa forte concentração nunca mereceu, de nenhum governo, política agrário-agrícola que correspondesse à representação numérica desses agricultores. Ao contrário, no caso do crédito do Pronaf, os últimos dez anos mostraram um aumento da desigualdade interregional. Isso vem, mais uma vez, comprovar a inocuidade das políticas de balcão, que visam ao “desenvolvimento” (sic). Não raro, essas políticas são tocadas pela demanda, através de chamadas de editais intermediadas por projetos cada vez mais complexos e outras exigências burocráticas e cartoriais. Esses velhos mecanismos só beneficiam os espaços mais dinâmicos e competitivos, dotados de bandas-largas...⁶

⁵ Plano Nacional de Reforma Agrária, nas versões I e II, por enquanto.

⁶ ...onde se concentram redes telemáticas mais robustas, imprescindíveis na elaboração de projetos *online*. Concentram-se também lobistas e outros coadjuvantes dos conectores da tecnoburocracia política, que nunca desistem de gargarejar a palavra “desenvolvimento” – nem mesmo quando se referem apenas à modernização e ao crescimento de PIBs social e espacialmente desiguais. Não raro, ainda adjetivam o desenvolvimento. Sustentável, por exemplo, é o preferido.

Souza e outros autores (2011) também calcularam o valor médio do crédito concedido pelo Pronaf. Em 2009, cada estabelecimento familiar nordestino obteve um financiamento doze vezes menor, no valor médio de R\$450,00 contra R\$5.540,00 no Sudeste, “próximo de 6 e 7 mil reais nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, respectivamente.” (SOUZA et al., 2011, p. 117). Em dez anos de funcionamento, o Pronaf agravou ainda mais essa desigualdade regional. No ano de 1999, o crédito concedido por unidade de área (um hectare), no Nordeste, foi estimado em R\$24,70, equivalente à metade da média nacional (R\$24,70 contra R\$50,00). Dez anos depois, em 2009, a média nordestina caiu para um terço da média nacional (R\$34,90 contra R\$107,60). “Tal como observado no segmento não-familiar, os maiores valores estão associados aos Estados da região Sul, em particular Santa Catarina e também Rio Grande do Sul. Em seguida, encontra-se a região Sudeste, onde se sobressai o Estado do Espírito Santo” (SOUZA et al., 2011, p.119-120).

É nesse contexto de subdesenvolvimento em relação aos parâmetros nacionais que se diferenciam as agriculturas familiares do Nordeste, em relação às do Sul e do Sudeste. Com relação aos agricultores familiares dessas duas últimas regiões, “não há necessidade de alugar seus braços (o que ocorre freqüentemente no Nordeste). Ao contrário, empregam assalariados, muitas vezes de origem nordestina. Este é, por exemplo, o caso dos antigos colonos do café, da região de Leme, próximo à cidade de Campinas, Estado de São Paulo” (LAMARCHE et al., 1993, p.186).

LEVANTAR QUESTÕES, FORMULAR HIPÓTESES

No plano microrregional, importa saber quais são os sistemas agrários e os tipos típicos de agriculturas e agricultores

em cada território. Entre os limites do intervalo (agricultores de subsistência para auto-consumo familiar e agricultores integrados em firmas-rede), podem-se encontrar mutuários do crédito oficial (Pronaf, Cresol, Crediamigo, anuídos...), por oposição àqueles que não utilizam crédito rural ou são vítimas de agiotas os mais diversos. São agricultores familiares tecnificados ou não, patronais ou semi-patronais, em transição para o mercado, em processo de integração, de valorização do patrimônio familiar – ou, no outro extremo, em processo de proletarização e consolidação da prática da “pluriatividade como estratégia de sobrevivência”, no conceito de Couto Filho (2007).⁷ Existem ainda os agricultores familiares que se diferenciam em relação às suas principais atividades: extrativismo vegetal e animal, lavouras, criatório, pesca de captura, aquacultura, sistemas de beneficiamento e sistemas de produção mais ou menos complexos, mais ou menos integrados. Finalmente, encontram-se diversos sistemas de atividades e pluriatividades como fontes de rendimentos não-agrícolas, cada vez mais significativas na formação do orçamento doméstico unificado, em que se misturam as contas pessoais com as contas dos sistemas de produção agrícola, e das atividades não-agrícolas.

Em todas as comunidades visitadas e estudadas pelo Grupo de Pesquisa Agricultura Familiar e Desenvolvimento, da Universi-

⁷ Além da pluriatividade como estratégia de sobrevivência no “novo rural subdesenvolvido”, Couto Filho também se refere à pluriatividade como ocupação do tempo ocioso dos agricultores familiares inovadores ou integrados a cadeias agroindustriais, quando conseguem encurtar o tempo de produção. Esse fenômeno foi observado inicialmente como *part-time farmer* ou agricultor em tempo parcial. Dessemelhanças em relação à pluriatividade e suas variantes polêmicas do tipo *farm ou farming* não vêm ao caso neste artigo. Em todo caso, a modernização não implica necessariamente aumento dos rendimentos familiares. Nem é automática a valorização dos ativos fixos, que acaba sendo neutralizada pelo passivo real (exigível) e pela ausência do cálculo contábil da depreciação. É nessa circunstância que operam economias de escopo versus custos de oportunidade marshallianos, forçando muitos agricultores tecnificados a praticar atividades não-agrícolas, donde se verifica a pluriatividade até mesmo no mundo rural “moderno”. Famílias pluriativas, que pensam o orçamento doméstico unificado, já diversificam os itens de entradas (receitas), e de saídas (despesas). Entre as despesas constam, por exemplo, reservas para amortização de dívidas mal contraídas via “projetos” de viabilidade econômica. Infelizmente ainda são numerosos os técnicos “projetistas” que têm o mau hábito de maquiagem, superestimando com receitas imaginárias, a capacidade de pagamento (reembolso) dos mutuários do crédito rural. Volta o mesmo filme: endividados correm atrás de solução política, anistia, renegociações, etc.

dade Federal da Bahia (UFBA), nos últimos 15 anos, observa-se que os agricultores familiares sempre praticam diferentes Sistemas de Produção. Esses sistemas são, por sua vez, diferentes combinações de atividades agrícolas praticadas pelas famílias. A hipótese do “novo rural brasileiro”, originalmente formulada por Silva (1997), revela que a pluriatividade também se observa em todas as comunidades, sem exceção, quando pelo menos um membro da família pratica atividade não-agrícola.

Quanto à propriedade da terra, os agricultores ainda se diferenciam. São várias as razões para um agricultor dizer-se proprietário. Além de herdeiros, que nunca concluíram ou sequer providenciaram inventário, há os proprietários mais estáveis, de terras tituladas. Mas há também os não titulados, proprietários com escritura registrada ou não, com recibo, declaração cadastral ou, simplesmente, com o reconhecimento social de direito individual ou coletivo, como é o caso dos faxinais, fundos de pasto e outros territórios comunitários. Diferenciam-se também como posseiros, parceiros, arrendatários, ocupantes, assentados em Projetos de Reforma Agrária (PRA), em territórios quilombolas, indígenas, e outras comunidades tradicionais. Observam-se ainda ocorrências de comodato, principalmente em propriedades de parentes ainda vivos, afins, protetores e de protegidos, além dos anuídos – ou beneficiários de cartas de anuência, quando mutuários do crédito rural convencional.

Cresce o número de idosos, aposentados, pensionistas, beneficiários de políticas sociais, assentados ou não, que se instalam em verdadeiros condomínios populares rurais. Pouco se sabe da grande contribuição desses condomínios para que não se agravem os problemas nas metrópoles, inclusive problemas de abastecimento. Na ausência do Estado, emerge esse surpreendente, criativo e silencioso planejamento popular do espaço, estruturado com base em quintais produtivos, educativos, sagrados e lúdicos. Nesse novo mundo rural e multifuncional, entre

outras funções, os idosos nutrem, criam e educam netos e bisnetos. Assim, fica assegurado o trabalho livre dos filhos e netos adultos que ofertam parte da mão-de-obra requerida pelos mercados de trabalho formal e informal. Assim valoriza-se o capital sem risco e sem custo de reprodução da força de trabalho.

Além dos condomínios de classe média, os condomínios populares já são bem visíveis no espaço rural, sejam condomínios informais, sejam aqueles formalmente constituídos nos projetos de assentamentos, por exigência da burocracia. Instalados em pequenos sítios, milhões de brasileiros, cansados da violência e do estresse urbanos, estão reinventando o pomar, o jardim, a vizinhança, a memória, a família, a felicidade, e, por que não dizer, as tristezas contemporâneas. Os instrumentos ortodoxos de análise econômica já não servem para explicar esse novo fenômeno, que é também mundial. Enquanto isso, na outra ponta, a construção civil e demais capitais urbanos já recrutam e capacitam trabalhadores do Paraguai, da Bolívia... reinventando as migrações no Brasil.

NOIS VAI, NÓS VAMOS

Conclui-se que uma política de intervenção pública não pode prescindir de um bom diagnóstico, de um marco zero. Do contrário, não se podem avaliar resultados. Um bom diagnóstico participativo permite que se façam políticas diferenciadas, por categorias de agricultores familiares. Políticas generalizantes, gestadas em Brasília ou nas capitais, sempre foram fadadas ao fracasso. Um bom diagnóstico não se faz à distância, e, sim, com metodologias participativas.

Todavia não basta só um bom diagnóstico. Felizmente já existem políticas territoriais que vêm fortalecendo algum controle local, particularmente através dos conselhos territoriais de de-

envolvimento. Esses conselhos, representativos das agriculturas e dos agricultores familiares, devem opinar. Mais ainda, devem definir diretrizes, projetos de investimento, enfim, tomar decisões independentemente do tecnicismo. Conceitos exóticos como geração de emprego, geração de renda, agregação de valor, arranjos produtivos, *clusters*, novas configurações, produtos diferenciados, nichos de mercado, empreendedorismo etc., são palavras ao vento, tão desprovidas de sentido quanto de realidade. Tal como “agricultura familiar”, elas não passam de abstrações dispendiosas que denunciam o desconhecimento dos problemas e do bom encaminhamento de soluções formuladas pelos atores locais.

Quem vive no lugar conhece os problemas do lugar. Juntos, representantes e técnicos, desde que capacitados e respeitadores do conhecimento tradicional, podem, sim, formular, executar, acompanhar e avaliar políticas de intervenção, longe das capitais, perto da realidade. Sem preconceitos, sem imposição de projetos e da linguagem padrões. É melhor dizer “nois vai”, sabendo pra onde ir, do que dizer “nós vamos”, sem saber pra onde vai.

De tudo isso o povo sabe. Sim, o povo tem saberes, mas... o que é o povo? Ora, o povo. Povo é mais uma abstração, mais um conceito... “É apenas uma doença das nossas ideias”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

BRASIL. *Reforma agrária, compromisso de todos*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/REFAGR3.HTM>. Acesso em: 31 maio 2011.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: MDA. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 200p., il.

DUFUMIER, M. *Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para*

especialistas. Tradução: Vitor de Athayde Couto. Prefácio: René Dumont. Salvador: Edufba, 2010. 326p.

LAMARCHE, H. (coord) *et al.* *A agricultura familiar*. São Paulo: Unicamp, 1993.

SOUZA, P.M. *et al.* Agricultura familiar *versus* agricultura não-familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.42, n.1, jan-mar 2011. p.105-124.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Unesp, 2010. 567 p., il.

SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, Cedeplar, v.7, n.1, maio 1997. p.43-81.

VEIGA, José Eli. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002. 304p.

Fac-símile da reportagem do Jornal do Brasil de 17/12/1972

PROJETO PIAUI (I)

Cenário de um desafio de desenvolvimento

Luiz Alberto Bahia

CONHECER o "Projeto Piauí, um modelo brasileiro de desenvolvimento integral-participativo", era o objetivo da viagem. Se a palavra desenvolvimento já exige tantas qualificações é porque vários conceitos se confundem sobre a mesma denominação. Provavelmente, o equívoco maior, a inspirar o longo título do projeto, seria o de identificar crescimento e desenvolvimento, infelizmente fenômeno corrente em nossa terra.

Mas, antes de conhecer o projeto, isto é, o sistema com o seu universo fechado de intenções e subsistemas, era forçoso tomar ciência do próprio Piauí, vale dizer, do ambiente natural e social onde se desenvolverá o esforço de mudança integral e participativa. E, para isso, era preciso vencer a barreira da piada. Um Estado, que se converte em objeto de anedota nacional — tal como aquela que aconselha viagem ao Piauí antes que ele desapareça — seria de partir para a mudança de um ponto psicológico abaixo de zero. E' essa circunstância que dá ao desafio piauiense uma grandeza trágica, transformando o desenvolvimento em rejeição da piada, na antianedota.

O ponto de partida teria de ser, portanto, a motivação da seriedade inconformada com um estado de coisas desnecessário, antes de tudo no próprio Governo piauiense. O primeiro passo da mudança foi assim um ato de fé no Piauí, bater o pé sobre um passado assinalado pela aceitação passiva da estagnação e da depressão, como fatos naturais da existência, tendo como utilidade única demonstrar que o Perceiro Mundo também existe no Brasil, que, ao lado da explosão de dinamismo de um só pólo, o desenvolvimento, na maior parte do território nacional, ainda é a cor mais forte do mapa social brasileiro.

E, no entanto, poucas serão as regiões brasileiras tão viáveis como aquela que se delimita pelas fronteiras do Piauí. Cito apenas alguns dados da viabilidade física antes de entrar no exame das motivações político-sociais que poderão redimir o Estado. Zona de transição entre o

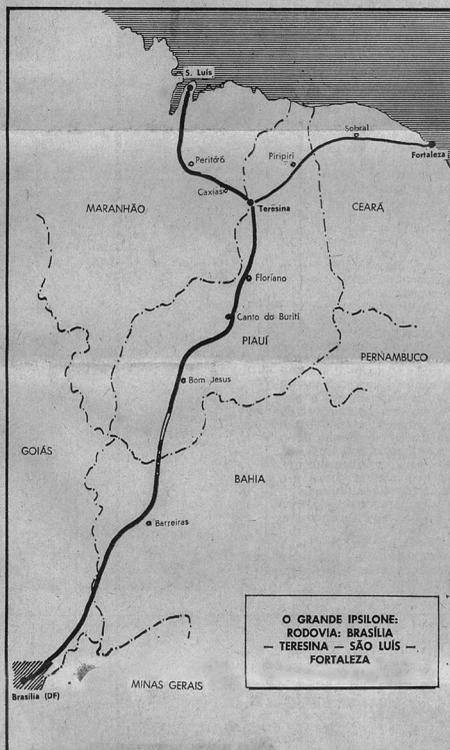
rança, a mesma que batizou a represa hidrelétrica de igual nome.

Para completar o elenco de medidas de rutura do círculo vicioso da pobreza, o Governo do Estado procura "vender" à União a sua política geo-econômica. Essa política enfrenta tendência centrífuga, até hoje dominante. Sem pólo econômico de fixação, o humos do Piauí pareceria condenado a esvaltar-se, exaurido pelas perdas de produção, renda, mão-de-obra e inteligências. Inverter a tendência, integrando o Estado, fazendo com que ele se volte para si mesmo, constituindo de fato unidade econômica e social — eis a questão para cuja solução o Governo estadual está armado de duas concepções.

A primeira concepção parte da premissa de que a economia piauiense tem todas as condições geopolíticas e econômicas para se converter em base logística e celeiro para a conquista da Amazônia. Por lá deverão passar as caravanas dos pioneiros. E de seus vales verdes deverão sair os produtos que nutrirão os colonizadores em sua avançada pela floresta. Embora o Piauí ainda importe alimentos, ele poderá se converter em exportador para a Amazônia, se sua agricultura for ativada pela idéia de que poderá concorrer para alimentar os que vão adiante em busca de novas fronteiras.

Com esse fim, o Governo estadual recebe a Transamazônica como bênção do céu que cortará o Estado vindo do Leste para Oeste, e tendo em Picos, no Piauí, o ponto de convergência do movimento vindo de Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador. A Transamazônica divide o Piauí. E para ela fecharão também as estradas do Estado, atraídas pelo eixo, de sentido centrípeto, da grande rodovia.

A segunda concepção — está por ser ou não aceita pelo Departamento Nacional de Estradas de



CONHECER o "Projeto Piauí, um modelo brasileiro de desenvolvimento integral-participativo", era o objetivo da viagem. Se a palavra *desenvolvimento* já exige tantas qualificações é porque vários conceitos se confundem sobre a mesma denominação. Provavelmente, o equívoco maior, a inspirar o longo título do projeto, seria o de identificar crescimento e desenvolvimento, infelizmente fenômeno corrente em nossa terra.

Mas, antes de conhecer o projeto, isto é, o sistema com o seu universo fechado de intenções e subsistemas, era forçoso tomar ciência do próprio Piauí, vale dizer, do ambiente natural e social onde se desenrolará o esforço de mudança integral e participativa. E, para isso, era preciso vencer a barreira da piada. Um Estado, que se converte em objeto de anedota nacional — tal como aquela que aconselha viagem ao Piauí antes que ele desapareça — seria de partir para a mudança de um ponto psicológico abaixo de zero. É essa circunstância que dá ao desafio piauiense uma grandeza trágica, transformando o desenvolvimento em rejeição da piada, na antianedota.

O ponto de partida teria de ser, portanto, a motivação da seriedade inconformada com um estado de coisas desnecessário, antes de tudo no próprio Governo piauiense. O primeiro passo da mudança foi assim um ato de fé no Piauí, bater o pé sobre um passado assinalado pela aceitação passiva da estagnação e da depressão, como fatos naturais da existência, tendo como utilidade única demonstrar que o Terceiro Mundo também existe no Brasil, que, ao lado da explosão de dinamismo de um só pólo, o desenvolvimento, na maior parte do território nacional, ainda é a cor mais forte do mapa social brasileiro.

E, no entanto, poucas serão as regiões brasileiras tão viáveis como aquela que se delimita pelas fronteiras do Piauí. Cito apenas alguns dados da viabilidade física antes de entrar no exame das motivações político-sociais que poderão redimir o Estado. Zona de transição entre o Nordeste semi-árido e as florestas tropicais da Amazônia, o Piauí tem área superior à do Reino Unido. O espaço não é fator limitativo de sua afirmação federal. Dispõe de excesso de terras eráveis, exatamente dentro do Nordeste, onde elas são escassas. Considerável parcela do território está livre das secas e possui abundância de recursos.

A informação oficial é verdadeira. Nada demonstraria melhor a tese de que o desenvolvimento é consequentemente o subdesenvolvimento são essencialmente estados de espírito. O capital só surge quando existe vontade e querer para mobilizar o trabalho físico e imaginativo. Pois, de outra forma, não se explicaria que tantas condições naturais favoráveis e conhecidas coexistissem com o subdesenvolvimento, este se explicando, portanto, pelo torpor de animo.

A mão invisível

No Piauí, a jovem, entusiasmada e competente equipe do engenheiro Alberto Silva, Governador do Estado, exemplifica a existência da mão invisível na transformação econômica. A mão invisível não copia nem importa soluções para problemas peculiares e singulares. Ela é a própria invenção dominada pelo bom senso. Ninguém pensa, na administração do Estado, em mudar a natureza. Realizar tal proeza importaria em despesas que estão muito acima de um Estado em nível de pobreza. Aceitar a natureza, tal como ela é, propicia ou não, examiná-la para penetrar em seus segre-

dos que, conhecidos, poderão ser convertidos em riqueza pela simples racionalização econômica do ciclo natural inalterado.

Este é o primeiro princípio cardinal da ecologia político-administrativa que envolve o Projeto Piauí. Como um lutador de judô, o Governo estadual não contraria, utiliza a força da natureza adversa para mudar o destino do homem.

A segunda regra de ação da mão invisível no Piauí é o aperfeiçoamento ao máximo da arte de fazer, pelo custo menor, tudo que custaria o dobro numa economia rica e de desperdício.

A utilização do escasso numa economia pobre desenvolve aptidões que se convertem em gênio de fazer mais barato. Exemplos são as escolas e casas populares estaduais comparadas com as federais. A comparação exalta o engenho piauiense. O produto final menos custoso tem grande qualidade. E não poderia ser de outra forma, se o Piauí quer, afinal, afirmar-se na Federação brasileira. Pois ele vive hoje menos como Estado e mais como um território federal.

As relações de troca do Piauí com o Brasil não são positivas, porque o Estado praticamente não processa industrialmente ou beneficia aquilo que exporta. Aí está a causa da pobreza numa comunidade em que o povo convive com a morte em relações de naturalidade, não tanto porque haja epidemias, mas porque muitos morrem antes de adquirir doenças, abatidos pela endemia maior da miséria.

No passado, como até hoje, "o que se tem visto até aqui é que o ICM vem sendo insuficiente para o financiamento dos gastos de pessoal, apesar de vir apresentando índices de crescimento real". Não sobra quase nada para investir através de geração interna da receita es-

tadual. O círculo vicioso da pobreza, tão evidente no Piauí, só poderá ser interrompido mediante a injeção de recursos externos com o processo da redistribuição da renda nacional em favor dos Estados subdesenvolvidos, pelo Governo da União. A conjugação do engenho da mão invisível e da alavanca de capitais de rendas transferidas pela União abre uma perspectiva séria e promissora de mudança econômico-social.

O homem e a natureza

Na linha dessa estratégia de adaptar o homem à terra, indo ao ponto de até extrair benefícios da seca, destaca-se o Projeto Piloto BOVIPE, que procura criar uma fazenda nova dentro da tradicional, partindo do reconhecimento histórico de que já foi próspera e rica a pecuária no Piauí. Toda questão se resumiu em responder a pergunta: que comiam os bois há 100 anos?

E depois a esta outra: por que decaiu a pecuária piauiense?

A pecuária foi abundante porque o boi se nutria de numerosa variedade de espécies de leguminosas existentes na região. O aumento do número de cabeças e a pastagem livre e irracional fizeram com que a pisadura do gado acabasse por destruir extensos campos de leguminosas. Agora, o BOVIPE racionalizará, através de pastagens rotativas, a utilização dessas leguminosas. E os campos do Piauí renascerão com as boiadas. Nada terá sido importado. Tudo terá sido obra do melho entendimento da natureza pela plena utilização do engenho humano.

Da mesma forma, deverá ressurgir da região seca valorizada o algodão de fibra longa, que dá dinheiro no deserto. O Governo do Piauí acredita que terá fim a exploração dos compradores cearenses com a aplicação de preços protegi-

dos, associada aos financiamentos do Banco do Brasil.

Nessa mesma linha de valorização de produtos locais, estão programados a cera da carnaúba, de boa colocação internacional, e babaçu, que deverá ser plenamente utilizado até mesmo como fonte de energia. O carvão da casca do babaçu é superior ao carvão da madeira.

No campo industrial, a utilização do jaborandi, na produção da pilocarpina, a fabricação de cimento na região de Parnaíba. A Companhia de Desenvolvimento do Estado promove projetos pioneiros de mineração do mármore, do amianto de fibra longa, do níquel e de pedras preciosas. A exploração industrial da opala será destaque especial.

O grande epsilon

Se não faltam ao Piauí nem gente capaz, nem terras devolutas, nem rio navegável, nem terras aráveis e devolutas, nem vale úmido para verdejar, nem energia elétrica para animar a economia, nem ajuda federal, só resta mesmo ter boa esperança, a mesma que batizou a represa hidrelétrica de igual nome.

Para completar o elenco de medidas de rutura do círculo vicioso da pobreza, o Governo do Estado procura "vender" à União a sua política geo-econômica. Essa política enfrenta tendência centrífuga, até hoje dominante. Sem pólo econômico de fixação, o humos do Piauí pareceria condenado a esvair-se, exaurido pelas perdas de produção, renda, mão-de-obra e inteligências. Inverter a tendência, integrando o Estado, fazendo com que ele se volte para si mesmo, constituindo de fato unidade econômica e social — eis a questão para cuja solução o Governo estadual está armado de duas concepções.

A primeira concepção parte da premissa de que a economia piauiense tem todas as condições geopolíticas e econômicas para se converter em base logística e celeiro para a conquista da Amazônia. Por lá deverão passar as caravanas dos pioneiros. E de seus vales verdes deverão sair os produtos que nutrirão os colonizadores em sua avançada pela floresta. Embora o Piauí ainda importe alimentos, ele poderá se converter em exportador para a Amazônia, se sua agricultura for ativada pela idéia de que poderá concorrer para alimentar os que vão adiante em busca de novas fronteiras.

Com esse fim, o Governo estadual recebe a Transamazônica como bênção do céu que cortará o Estado vindo do Leste para Oeste, e tendo em Picos, no Piauí, o ponto de convergência do movimento vindo de Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador. A Transamazônica divide o Piauí. E para ela flecharão também as estradas do Estado, atraídas pelo eixo, de sentido centripeto, da grande rodovia.

A segunda concepção — esta por ser ou não aceita pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — desenha um grande epsilon no mapa da região onde se insere o Piauí. O ponto de cruzamento do epsilon seria Teresina, reunindo os braços superiores da letra, que partiriam de São Luiz e de Fortaleza, para descer até Brasília. De Teresina, a estrada de ligação com Brasília passaria por Floriano, onde cruzaria com a Transamazônica, Canto do Buriti, Bom Jesus, no Piauí, e Barreiras no interior baiano, antes de alcançar o Distrito Federal.

A proposta é idéia límpida e cristalina. Sua repercussão seria mais um ponto de concentração, ou seja, mais uma amarra de forças de

reunião e não de fuga. Teresina, Florianópolis e Picos formariam o triângulo-cristal de resistências às tendências de fuga que até hoje têm impedido a integração comunitária do Piauí.

Essa estrada teria a apoiá-la a base econômica do vale do Rio Gurgueia, de enorme potencial agrícola e, ao tocar no rio Parnaíba, se juntaria à grande hidrovia de 1 200 quilômetros, que poderá interiorizar, a custos mais baixos, o sal que o desenvolvimento pecuário do interior goiano demanda cada vez mais.

Para o Piauí, a partida já está lançada e o jogo está feito com as cartas conhecidas e esmiuçadas. Essa tomada de consciência pode fazer vibrar a população do Estado, tão logo deixe de exportar cérebros e passe a agir sob motivações de desenvolvimento, graças a uma efetiva renovação de seu ensino, principalmente universitário.

O novo *campus* de Teresina é exemplar em sua funcionalidade e em sua noção exata de economia de meios. Ele formará o cérebro do Piauí novo e dedicado a si mesmo, com soluções adequadas ao desafio.

A Universidade dará apoio fundamental ao Projeto Piauí cuja essência é educacional, uma experimentação em que o homem, pela educação integral, deixa de ser instrumento e constitui o fim efetivo da própria mudança econômica e social.

... ANEXO II ...

Parnaíba

Indicadores socioeconômicos

Nesta última seção (anexo II) apresentam-se alguns indicadores socioeconômicos. Além de contribuir para que se formule uma ideia preliminar a respeito da situação socioeconômica do município de Parnaíba, os indicadores podem servir como uma primeira base de dados para outros trabalhos que venham a ser realizados, particularmente trabalhos de conclusão de cursos (TCC). Os dados, que se encontram disponíveis na *web*¹, foram coletados por André Francisco de Albuquerque Rodrigues, acadêmico de Ciências Econômicas da UFPI-CMRV. Mais especificamente, os dados podem servir para a elaboração de trabalhos monográficos de conclusão de cursos de graduação (Administração, Economia, Agronomia, dentre outros).

Conforme consta no Anuário Estatístico do Piauí 2001 (Informações Municipais 2000), o município de Parnaíba está situado na microrregião Litoral Piauiense, no extremo Norte do Estado, por onde se limita com o oceano Atlântico e o município de Ilha Grande do Piauí. Ao Sul, limita-se com os municípios de Buriti dos Lopes e Cocal. A Leste, com Luis Correia, e, a Oeste, com o Estado do Maranhão. Em suas coordenadas constam 02°54'17" de latitude e 41°46'36" de longitude.

O Censo Demográfico do IBGE registrou, em 2010, uma população residente total de 145.729 pessoas e 43.573 domicílios. Distribuída por sexo, a maioria da população residente é de 76.000 mulheres, que correspondem a 52,15% da população residente

¹ Diagnóstico socioeconômico do município de Parnaíba, disponível em:
< www.cepro.pi.gov.br >

total. São 69.729 homens, representando 47,85%. O município tem população de maioria urbana, que totaliza 137.507 pessoas, ou 94,3%; a população rural é de apenas 8.222, representando 5,7% da população residente total.

A tabela 1 apresenta números da população residente segundo os grupos de idade, com base na contagem da população em 2007.

Tabela 1 População Residente segundo os Grupos de Idade

<i>Faixa de Idade</i>	<i>Nº Absoluto</i>	<i>%</i>
De 0 a 4 anos	11.433	8,12
De 5 a 9 anos	12.907	9,17
De 10 a 19 anos	28.578	20,30
De 20 a 29 anos	26.945	19,14
De 30 a 39 anos	20.441	14,52
De 40 a 49 anos	15.642	11,11
De 50 a 59 anos	10.817	7,68
De 60 anos ou mais	13.995	9,94
Total	140.758	100,00

Fonte: IBGE, Contagem da População – 2007

Analisando-se os rendimentos familiares, no conceito de domicílios particulares permanentes, observa-se que 65,3% (quase dois terços) dos parnaibanos podem ser considerados pobres. Trata-se de 85.868 moradores em domicílios em que o rendimento mensal da pessoa responsável pela família não ultrapassa dois salários mínimos, que é o valor da linha de pobreza estabelecida no mapa da pobreza no Nordeste do Brasil. Do ponto de vista exclusivamente do rendimento nominal mensal, preocupa mais ainda saber que 44,4% (quase metade) dos responsáveis pelas famílias ganham até um salário mínimo. Caso

essas famílias não tenham outros rendimentos ou outras alternativas (auto-consumo, ajudas, solidariedade, etc.), além do exclusivo rendimento monetário da pessoa responsável, pode-se admitir que, além de pobres, elas experimentam alguma deficiência nutricional – o que, em princípio, não ocorre com aquelas famílias em que o rendimento do responsável situa-se entre um e dois salários mínimos (20,9% ou pouco mais de um quinto das famílias).

Se forem consideradas as famílias cujos responsáveis não recebem nenhum rendimento monetário (9,5%), a sua situação socioeconômica revela-se mais grave ainda, elevando para 98.370 o número de parnaibanos residentes que podem ser considerados pobres. Isso representa 74,8% ou quase três quartos da população. Assim, restam apenas 33.107 famílias (25,2% ou um quarto do total) que ultrapassam o limite da pobreza, o que já sinaliza concentração da renda. Esse indicador (concentração, distribuição da renda) pode vir a ser calculado por métodos quantitativos, a exemplo do índice de Gini. Essas famílias, somadas a outras de mesma condição socioeconômica, nos municípios em torno de Parnaíba, constituem a base do dimensionamento do mercado doméstico parnaibano. Eis aí um ponto de partida para monografias cujos temas estejam relacionados com estudos de renda e mercado, que podem explicar o recente dinamismo do comércio. É desejável que esses estudos obtenham e utilizem dados de rendimento nominal mais atualizados. A tabela 2 resume os dados do Censo Demográfico de 2000.

Tabela 2 Moradores em Domicílios, por classe de Rendimento Nominal mensal da pessoa responsável pelo Domicílio

<i>Faixa de rendimento (em salários mínimos)</i>	<i>Nº Absoluto</i>	<i>%</i>
Até ½	7.396	5,6
Mais de ½ até 1	50.976	38,8
Mais de 1 até 2	27.496	20,9
Mais de 2 até 5	19.275	14,7
Mais de 5 até 20	11.972	9,1
Mais de 20	1.860	1,4
Sem rendimento	12.502	9,5
TOTAL	131.477	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 2000

Com relação ao ensino formal, em 2007 havia em Parnaíba 144 estabelecimentos de ensino em atividade. Para 2009, a tabela 3 apresenta, para esses e outros estabelecimentos, a distribuição das matrículas iniciais por nível de ensino, com dados do INEP/SEDUC.

Tabela 3 Distribuição das Matrículas Iniciais por nível de Ensino – 2009

<i>Matrícula/Estabelecimento</i>	<i>Quantidade</i>
Ensino Infantil	4.963
Creche	127
Pré-Escola	4.836
Ensino Fundamental	25.134
Ensino Médio	8.181
Educação Especial	597
Educação de Jovens e Adultos	5.370
Total	49.208

Fontes: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP
Secretaria da Educação e Cultura do Piauí – SEDUC

Para uma população de pouco mais de 140 mil residentes, o total de matrículas parece elevado, revelando a existência de população flutuante, particularmente jovens provenientes de municípios vizinhos. De fato, na tabela 1, a faixa de idade que vai de 10 a 29 anos é a que concentra mais população, chegando a atingir dois quintos, ou mais exatamente 39,44%.

A distribuição da população por grupos de anos de estudo, na tabela 4, revela que 40,8% (dois quintos) da população recenseada têm até 3 anos de estudo. Acrescentando-se o grupo de 4 a 7 anos de estudo, constata-se que o tempo de estudo de 75.242 parnaibanos (71,3% da população recenseada) é inferior ao tempo necessário para se obter o ensino fundamental.

Tabela 4 Distribuição da População por grupos de anos de Estudo

<i>Grupo de Anos de Estudo</i>	<i>Nº Absoluto</i>	<i>%</i>
Sem instrução e menos de 1 ano	16.873	16,0
De 1 a 3 anos	26.201	24,8
De 4 a 7 anos	32.168	30,5
De 8 a 10 anos	13.642	12,9
De 11 a 14 anos	14.025	13,3
15 anos ou mais	1.853	1,8
Não determinados	719	0,7
Total	105.481	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 2000

As tabelas 5 e 6 referem-se à estrutura fundiária e à estrutura social no campo. Com base no Censo Agropecuário de 2006, pode-se observar a distribuição da terra por grupos de área e estabelecimento. Observa-se, também, a condição do produtor por estabelecimento e área. Considerando-se apenas os dados do

município, nada se pode concluir a respeito da maior ou menor concentração da propriedade da terra. É que em Parnaíba residem muitos proprietários de fazendas situadas em outros municípios. Assim sendo, é recomendável que se faça um levantamento para um grupo de municípios da microrregião Litoral Piauiense, e outros municípios, com base em uma sondagem preliminar (amostra-piloto) a ser realizada junto a proprietários residentes em Parnaíba. Eis aí outro bom tema para trabalhos de conclusão de cursos.

Tabela 5 Distribuição da Terra por grupos de Área e Estabelecimento

<i>Grupo de Área (ha)</i>	<i>Estabelecimento</i>		<i>Área (ha)</i>	
	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%
Menos de 10	854	80,87	1.502	15,75
De 10 a menos de 50	104	9,85	2.079	21,80
De 50 a menos de 100	36	29,33	2.347	24,60
De 100 a menos de 500	17	1,61	3.610	37,85
De 500 e mais	02	0,19	X	X
Produtor sem área	43	4,07	-	0
TOTAL	1.056	100,00	9.538	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário – 2006

A letra X corresponde ao grupo de área com menos de 3 informantes, por não ser considerado.

Na condição do produtor predominam proprietários (42,71%), que detêm 83,57% da área dos estabelecimentos. Outro grupo significativo são os ocupantes, que representam 36,27% do número de estabelecimentos e 7,79% da área. Seguem-se os assentados, os arrendatários e os parceiros que, juntos, representam 16,94% dos estabelecimentos e 8,64% da área.

Tabela 6 Condição do Produtor por Estabelecimento e Área

<i>Condição do Produtor</i>	<i>Estabelecimento</i>		<i>Área (Ha)</i>	
	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%
Proprietário	451	42,71	12.771	83,57
Assentado sem titulação definitiva	99	9,37	1.175	7,69
Arrendatário	47	4,45	98	0,64
Parceiro	33	3,12	47	0,31
Ocupante	383	36,27	1.191	7,79
Produtor sem área	43	4,07	-	-
Total	1.056	100,00	15.282	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário – 2006

As tabelas 7, 8 e 9, a seguir, contêm dados do IBGE, Produção Agrícola Municipal (PAM), referentes ao ano de 2008.

Na tabela 7, segundo o critério do tamanho da área colhida, destacam-se feijão e milho, com 476 e 464 ha, respectivamente, seguidos de mandioca, com 368 ha. Todavia, esses dados não são suficientes para que se estime o rendimento físico (kg/ha) de cada lavoura, particularmente feijão e milho, cuja safra aparece como atípica.

Tabela 7 Produção e Área da Lavoura Temporária – 2008

<i>Cultura</i>	<i>Quantidade Produzida (t)</i>	<i>Área Colhida (ha)</i>	<i>Rendimento (kg/ha)</i>
Feijão	127	476	266
Milho	146	464	314
Mandioca	2.208	368	6.000
Arroz	210	94	2.234
Melancia	1.500	50	30.000

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal – PAM – 2008

A tabela 8 apresenta dados para as principais lavouras permanentes. Segundo o critério da área colhida (ha), destacam-se castanha de caju e coco da baía, com 359 e 134 ha, respectivamente.

Tabela 8 Produção e Área da Lavoura Permanente – 2008

<i>Cultura</i>	<i>Quantidade Produzida (t)</i>	<i>Área Colhida (ha)</i>	<i>Rendimento Médio (kg/ha)</i>
Castanha de caju	180	359	501
Coco-da-baía	4.020	134	30.000
Goiaba	1.698	97	17.505
Manga	220	22	10.000
Banana	25	05	5.000

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal – PAM – 2008

Na tabela 9 encontram-se os efetivos animais, dispostos por ordem alfabética, por se tratar de quantidades heterogêneas (número de cabeças de diferentes espécies), e, portanto, não podem ser comparadas. Neste caso, faz-se necessário estimar o valor dos rebanhos, e, se possível, calcular os respectivos desfrutes e valor bruto da produção (VBP) de cada espécie.

Tabela 9 Efetivo da pecuária – principais rebanhos – 2008

<i>Espécie</i>	<i>Nº de Cabeças</i>
Assinos	146
Aves (galinhas, galos, frangos, frangas e pintos)	189.929
Bovinos	6.863
Caprinos	1.063
Equinos	189
Muare	193
Ovinos	2.161
Suínos	2.510

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal – PPM – 2008

Os dados sobre infraestrutura básica e condições sanitárias podem ser analisados a partir das tabelas 10 e 11. Começando

pela tabela 10, pode-se observar que, dos 30.101 domicílios atendidos pelos serviços de abastecimento d'água, 26.889, que correspondem a 89,3% do total recenseado, estão ligados à rede geral da distribuidora. Os municípios restantes utilizam poços, nascentes, além de outras formas não especificadas.

Tabela 10 Distribuição dos Domicílios segundo as Formas de Abastecimento d'água

<i>Forma de Abastecimento</i>	<i>Domicílios Atendidos</i>	
	Nº Absoluto	%
Rede geral da distribuidora	26.889	89,3
Poço ou nascente	1.460	4,9
Outra	1.752	5,8
Total	30.101	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 2000

O mesmo Censo Demográfico de 2000 contabilizou 28.673 domicílios, correspondentes a 95,3% do total, e que são atendidos pela rede distribuidora de energia elétrica, conforme tabela 11.

Tabela 11 Distribuição dos Domicílios segundo as Formas de disponibilização de Energia Elétrica

<i>Forma de Disponibilização</i>	<i>Domicílios Atendidos</i>	
	Nº Absoluto	%
Disponham	28.673	95,3
Não Disponham	1.428	4,7
Total	30.101	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 2000

A tabela 12 contém informações referentes à existência de banheiro ou instalação sanitária por domicílio. Dos 30.101 domicílios, 24.690 dispunham de banheiro ou sanitário, no ano de 2000. Isso representa 82,0%, situados um pouco abaixo dos indicadores abastecimento d'água e energia elétrica, com 89,3% e 95,3%, respectivamente, dos domicílios atendidos pelas companhias prestadoras daqueles serviços.

Tabela 12 Distribuição dos Domicílios segundo a existência de Banheiro ou Sanitário

<i>Forma de Disponibilização</i>	<i>Domicílios</i>	
	Nº Absoluto	%
Disponham	24.690	82,0
Não Disponham	5.411	18,0
Total	30.101	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 2000

É em relação à coleta de lixo que se observa o percentual mais baixo de domicílios atendidos. São 22.905, correspondentes a 76,1% do total, os domicílios que têm o seu lixo coletado. O lixo dos demais 7.196 domicílios (23,9% do total) tem outro destino, não especificado, conforme a tabela 13.

Tabela 13 Distribuição dos domicílios segundo o destino dado ao lixo

<i>Destino dado ao Lixo</i>	<i>Domicílios Atendidos</i>	
	Nº Absoluto	%
Coletado	22.905	76,1
Outro Destino	7.196	23,9
Total	30.101	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 2000

Os indicadores gerais municipais, referentes a diversos anos e fontes, que se encontram na tabela 14, bem como os benefícios (aposentadorias e pensões) informados na tabela 15, proporcionam uma visão totalizante da situação socioeconômica de Parnaíba. Todavia, é preciso que se utilizem também esses mesmos dados referentes aos demais municípios da microrregião Litoral Piauiense, bem como de todo o Estado do Piauí, para que se façam comparações. Dessa análise, é possível que surjam novas questões e hipóteses de trabalho que podem vir a ser objeto de projetos de pesquisa. Fica a sugestão, sobretudo para acadêmicos da graduação e pós-graduação, e também para professores-orientadores das diversas instituições de ensino superior atuantes em Parnaíba e demais municípios do Litoral Piauiense.

Tabela 14 Dados Gerais Sobre o Município

<i>Denominação</i>	<i>Índice/ Quantidade/ Valor</i>
Unid. de Saúde – Rede Ambulatorial – DATASUS – Dez./2009	32
Unid. de Saúde – Rede Hospitalar – DATASUS – Dez./2009	09
Taxa de Mortalidade Infantil – Sec. de Saúde – PI – 2006	11,53
Eleitores – TRE/PI – 2009	90.043
FPM – Sec. do Tesouro Nacional/2009	39.676.058,42
IDH-M – PNUD/2000	0,674
Índice de Exclusão Social *	0,431
IDF – Índice de Desenvolvimento da Família – 2008	0,56
PIB a preço de mercado corrente – IBGE/CEPRO – 2007	R\$617.621.000,00
PIB per capita – IBGE/CEPRO – 2007	R\$4.385,30

*Fonte: LIMA, G. P. (org.). Atlas da exclusão social no Piauí. Teresina: Fundação CEPRO 2003

Os benefícios emitidos, referentes a aposentadorias e pensões, somaram R\$13,9 milhões, em 2009. Desde que se obtenham dados para o mesmo ano, esse indicador pode ser comparado ao PIB e PIB per capita, bem como ao Fundo de Participação Municipal (FPM). Em 2009, o total dos benefícios emitidos em Parnaíba

correspondeu a mais da terça parte (aproximadamente 35,0%) do valor transferido pela Secretaria do Tesouro Nacional, a título de fundo de participação (FPM). Apenas esse indicador já dá uma ideia da importância dos benefícios para a dinâmica do comércio municipal e microrregional. Eis aí mais uma dentre as muitas possibilidades para se definirem objetos de estudo, particularmente para os trabalhos de conclusão de cursos, e projetos de pesquisa e extensão junto às agências de financiamento.

Tabela 15 Benefícios Emitidos no Município – 2009

<i>Discriminação</i>	<i>Urbana</i>	<i>Rural</i>	<i>Total</i>
Nº de benefícios	19.456	8.815	28.271
Valor (R\$)	10.314.234,20	3.585.564,53	13.899.798,73

Fonte: INSS

Espera-se, assim, ter sido cumprida mais uma proposta deste livro, reafirmando ser indispensável a sua leitura por todos aqueles que desejam refletir, equacionar e compreender os principais problemas socioeconômicos, tanto municipais quanto microrregionais e estaduais.

	COLOFÃO
Formato	17,0 x 24,0 cm
Tipologia	Zurich BT 11/16 e BankGothic Medium 18/20
Papel	Alcalino 75 g/m ² (miolo) Cartão Supremo 300 g/m ² (capa)
Impressão	Setor de Reprografia da EDUFBA
Capa e Acabamento	Cian gráfica
Tiragem	500 exemplares

PIAUÍPSILON: UM PROJETO GEOPOLÍTICO EXCLUDENTE

“O que tem movido nos piauienses esse desejo de separação, de emancipação territorial? São tantas as questões. No início da minha fala, eu perguntei: quem cortou o abacate? A quem interessava o Projeto Piauí? Agora, pergunto: a que levou tudo isso? À satelitização? São apenas questões ou hipóteses, que submeto aos participantes desta mesa-redonda, para debate. Não estou trazendo respostas, nem propostas, nem soluções. Estas deverão emergir, democraticamente, da própria sociedade, através de suas representações e movimentos políticos. Ou nunca. Território não é mais do que projeto político. Desenvolvimento territorial, idem. Como em todo projeto político, o principal é a mobilização. Ou nada.”

“Com este diagnóstico, propõe-se a reintegração geoespacial e geopolítica do território piauiense. Ela nunca será conseguida sem um robusto acesso multimodal ao seu próprio porto, em Luis Correia. De preferência, aproveitando-se a navegação inteligente, por uma autoestrada natural que são *as águas do Parnaíba / rio abaixo, rio arriba*, como canta o hino estadual, que sequer foi considerado. Se a navegabilidade do rio for destruída em favor da geração de energia, teremos mais um choque de desemprego. Teremos energia abundante e subsidiada, nos lares piauienses, onde as famílias dos eternos desempregados permanecerão conectadas, 24 horas do dia e da noite, a programas de televisão de qualidade duvidosa, que não trazem nenhuma contribuição para o único indicador capaz de medir o nível de desenvolvimento de um povo: a educação.”

